

## Sub-Capítulo 7.1: Direito à Autodeterminação

Sub-Capítulo 7.1: Direito à Autodeterminação.....	1
Sub-Capítulo 7.1: Direito à Autodeterminação.....	3
1 Introdução .....	3
1.1 Prefácio.....	3
1.2 Direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação .....	3
1.3 Obrigações dos Estados.....	4
1.4 Contexto internacional .....	5
1.5 Fontes .....	7
2. Nações Unidas e três principais interessados .....	8
2.1 Nações Unidas .....	8
2.2 Portugal.....	9
2.3 Indonésia .....	16
2.4 Austrália .....	24
3. Conselho de Segurança, seus membros permanentes e o Japão .....	34
3.1 Conselho de Segurança .....	34
3.2 China.....	40
3.3 França.....	44
3.4 Rússia (URSS) .....	46
3.5 Reino Unido.....	49
3.6 Estados Unidos de América .....	55
3.7 Japão .....	65
3.8. Conclusão.....	69
4 Vaticano.....	71
4.1 Prefácio.....	71
4.2 Antecedentes sobre o Vaticano.....	72
4.3 Igreja Católica em Timor-Leste .....	72
4.4 D. José Joaquim Ribeiro (1966/77).....	72
4.5 D. Martinho da Costa Lopes (1977/83).....	74
4.6 D. Carlos Filipe Ximenes Belo SDB (1983/2003).....	76
4.7 Visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 1989 .....	78
4.8 Conclusão.....	81
5 Diplomacia da Resistência .....	82
5.1 Partidos políticos e organismos de cúpula .....	82
5.2 Diáspora.....	97
5.3 Conclusão.....	100
6 Sociedade Civil .....	101
6.1 Prefácio.....	101
6.2 Sociedade civil internacional .....	102
6.3 Sociedade civil indonésia.....	123
6.4 Conclusão.....	129
7 Conclusões.....	131
7.1 Comunidade internacional .....	131
7.2 Principais interessados .....	132

Apêndice: Padrão de votação das resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste.....135

# Sub-Capítulo 7.1: Direito à Autodeterminação

## 1 Introdução

### 1.1 Prefácio

1. Este capítulo trata do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e do modo como esse direito foi respeitado ou negado, particularmente pela comunidade internacional.

2. O direito à autodeterminação é um direito humano fundamental e inalienável. Dá corpo ao artigo 1º dos dois principais instrumentos sobre direitos humanos, (o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais), dada a sua importância para a ordem internacional e para a protecção dos direitos individuais. O Tribunal Internacional de Justiça reconheceu o direito à autodeterminação como um dos direitos humanos mais importantes e como “preocupação de todos os Estados”.<sup>1</sup>

3. A autodeterminação é fundamental, já que é o direito colectivo de um povo a ser senhor de si próprio. A luta para exercer este direito acima de qualquer outro foi a questão central do período de mandato da Comissão. Este período teve início em 1974, com a decisão da potência colonial de reconhecer esse direito, após 14 anos de recusa e terminou em 1999, com a decisão da potência ocupante de o reconhecer, após 24 anos de recusa. Durante esse período, o povo de Timor-Leste fez sacrifícios extraordinários para alcançar este direito. Era essencial para a sobrevivência, identidade e destino de Timor-Leste.

4. Este capítulo analisa o modo como os governos e instituições internacionais mais importantes cumpriram as obrigações, acordadas a nível internacional, de proteger e promover o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste. Incluem-se aqui os três principais interessados na questão – Portugal, Indonésia e Austrália – assim como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e os seus cinco Membros Permanentes, ou seja a China, a França, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América. O Japão é igualmente analisado, já que era membro eleito do Conselho de Segurança nos anos cruciais de 1975 e 1976 e o principal parceiro económico regional da Indonésia. O capítulo analisa também o papel importante desempenhado pelo Vaticano, assim como o contributo decisivo para o exercício da autodeterminação dado pelos diplomatas e pela diáspora de Timor-Leste, em parceria com a sociedade civil internacional.

### 1.2 Direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação

5. O direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação foi clara e formalmente reconhecido pela comunidade internacional. O Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas afirmaram repetidamente, a partir de 1960, a existência deste direito e a responsabilidade de todos os Estados de o respeitarem.<sup>2</sup> O reconhecimento deste direito afirmou a legitimidade da causa timorense no direito internacional e traçou uma linha clara de demarcação em relação a outras reivindicações, contestadas, de autodeterminação por parte de outros povos.

6. A autodeterminação é um direito colectivo de que dispõem “todos os povos” a definirem o seu destino. Este direito conferiu três elementos ao povo de Timor-Leste: a) decidir livremente sobre o seu estatuto político; b) levar livremente a cabo o seu desenvolvimento económico, social e cultural; e c) dispor livremente da sua riqueza e recursos naturais.<sup>3</sup>

7. O direito à autodeterminação conferiu ao povo timorense a capacidade de pôr fim à sua situação colonial, levando-o a escolher livremente entre a independência, uma associação livre com um Estado existente ou a integração num Estado existente. Esta decisão teria necessariamente de ser tomada pelo povo, mediante a expressão livre e genuína da sua vontade. Para que possa ser aceite e válida internacionalmente, a decisão de um povo relativamente ao seu futuro tem de ser o resultado de um processo informado, justo e democrático, livre de intervenções e ameaças externas, realizado de forma imparcial e sob supervisão, de preferência, das Nações Unidas. Dado que este direito pertencia colectivamente ao povo de Timor-Leste na sua totalidade e não a um grupo específico, o seu exercício tinha de ser igualmente representativo. O povo de Timor-Leste tinha igualmente o direito a lutar pela autodeterminação e a procurar e obter apoio para essa luta. Os Estados tinham o direito de responder a essas solicitações de assistência moral e material.\* Os Estados não podem invocar que a preparação política, económica, social ou educativa é inadequada como pretexto para adiar a independência.<sup>4</sup>

8. O direito do povo timorense à autodeterminação engloba ainda o direito a ser livre de qualquer subjugação estrangeira e a determinar livremente o tratamento e utilização dos seus recursos naturais.

### 1.3 Obrigações dos Estados

9. Em resultado do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, recaíam sobre os Estados membros das Nações Unidas certas obrigações. Como potência administrante, Portugal tinha obrigações particulares. Ao abrigo do artigo 73º da Carta das Nações Unidas era-lhe exigido que aceitasse como “missão sagrada” a sua obrigação de promover ao máximo o bem-estar do povo timorense e que:

- assegurasse o progresso político, económico, social e educacional do povo de Timor-Leste e a sua protecção contra qualquer abuso;
- promovesse o seu governo próprio, tivesse na devida conta as aspirações políticas do povo e o auxiliasse no desenvolvimento progressivo de instituições políticas livres;
- transmitisse regularmente ao Secretário-Geral das Nações Unidas informação sobre a situação no território.

10. Além disso, todos os Estados têm certas obrigações no que toca ao direito à autodeterminação. Todos os Estados devem respeitar e promover o direito dos povos à autodeterminação<sup>5</sup> e empreender acções positivas a fim de facilitar a sua realização.<sup>6</sup> Em particular, todos os Estados “devem evitar interferir nos assuntos internos de outros e, conseqüentemente, afectar adversamente o exercício do direito à autodeterminação.”<sup>7</sup> Os Estados devem coibir-se de recorrer a qualquer acção de força que prive o povo do seu direito à autodeterminação.<sup>8</sup>

11. Quando o direito de um povo à autodeterminação lhe é negado, todos os outros Estados têm obrigação de reconhecer esta situação como ilegal e não deverão empreender qualquer acção que contribua para a sua manutenção.<sup>9</sup>

12. Em 1975 e, novamente, em 1976, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apelou a “todos os Estados” para que respeitassem o direito inalienável do povo de Timor-Leste à

---

\* Estas duas afirmações baseiam-se na Resolução 2105 da Assembleia Geral, de 20 de Dezembro de 1965 e na Declaração da ONU sobre Princípios do Direito Internacional relativos às Relações Amigáveis e à Cooperação entre Estados em Conformidade com a Carta das Nações Unidas, Resolução 2625 (XXV), na Sessão Plenária da Assembleia Geral 1883 de 24 de Outubro de 1970. Ver Suzannah Linton, consultora jurídica da CAVR, “The Right to Self-Determination in International Law”, documento apresentado na Audição Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, realizada de 15 a 17 de Março de 2004.

autodeterminação e à integridade territorial do Timor português.<sup>10</sup> Todos os membros das Nações Unidas são obrigados a cumprir estas resoluções do Conselho de Segurança.<sup>11</sup> O Conselho de Segurança impôs, igualmente, obrigações específicas à Indonésia e a Portugal e ambos os países ficaram vinculados por estas resoluções. Apelou à Indonésia para que retirasse as suas tropas de Timor-Leste,<sup>12</sup> e a Portugal para que cooperasse com as Nações Unidas de forma a permitir que o povo timorense exercesse livremente o seu direito à autodeterminação.<sup>13</sup>

13. A Comissão concluiu que as obrigações dos Estados eram as seguintes:

- Respeitar o direito à autodeterminação e promover a sua realização.
- Não recorrer à força para suprimir o direito à autodeterminação.
- Não fazer nada que possa debilitar o direito de um povo à autodeterminação.
- Prestar assistência aos povos empenhados na luta pela autodeterminação.
- Não prestar assistência a um Estado envolvido em acções de supressão do direito à autodeterminação.
- Não reconhecer como legal uma situação decorrente da negação do direito de um povo à autodeterminação.

#### 1.4 Contexto internacional

14. A comunidade internacional acordou os princípios e procedimentos que deviam nortear a descolonização do Timor português mas, na década de 1970, muitos governos-chave adoptaram sobre esta questão uma abordagem diferente da que adoptaram nos finais da década de 1990.

15. Nos anos 70, um certo número de factores externos pesou negativamente sobre os interesses de Timor e respectivo desenvolvimento processual. Incluem-se aqui as preocupações com conflitos ideológicos sem precedentes a nível internacional e crises internas, com vários graus de importância, em países que estavam envolvidos mais de perto com Timor-Leste. Estas questões tiveram, só por si, uma imensa importância e afectaram inúmeras vidas humanas. Contudo, tiveram também impacto sobre Timor-Leste pois desviaram as atenções sobre a questão e matizaram as atitudes oficiais, se é que não as distorceram.

16. A questão dominante na época era a Guerra Fria. Esta era a rivalidade aberta, embora contida, que se criara depois da Segunda Guerra Mundial entre, por um lado, os Estados Unidos da América e os seus aliados no Ocidente e, por outro, a União Soviética e os seus aliados, até ao colapso da União Soviética (URSS), em 1991. Esta rivalidade Leste-Oeste foi uma disputa ideológica entre os sistemas comunista e capitalista mas foi, também, de ordem comercial e militar. Dividiu a Europa, e o símbolo mais visível desta divisão foi o Muro de Berlim, que isolava Berlim Ocidental de Berlim Oriental e da Alemanha de Leste, sob controlo comunista. Dividiu também o Terceiro Mundo, depois de este se ter transformado num palco para a competição entre as superpotências na sequência da criação de um equilíbrio de poder na Europa. A União Soviética surgia como a campeã da descolonização. Esta competição não resultou em conflito militar directo entre os EUA e a URSS, mas envolveu acções militares e guerras por países interpostos em várias zonas do globo, incluindo a região asiática. A rivalidade gerou grandes tensões que se repercutiram a todos os níveis da sociedade em muitos países e influenciaram a opinião pública sobre muitos assuntos. Deu também origem a despesas militares avultadíssimas e a uma corrida ao armamento que incluiu o incremento de mísseis e de armas nucleares e que pôs em perigo o futuro do mundo. A comunidade internacional dividiu-se em blocos – Oriental, Ocidental e Não Alinhados – em torno desta questão e votou várias vezes nas Nações Unidas mais por considerações geopolíticas do que pelos méritos do assunto em apreço.

17. Neste contexto, os avanços comunistas na Ásia, que culminaram em 1975 com a derrota dos Estados Unidos da América no Vietname e as vitórias comunistas no Laos e no Camboja,

alarmaram os EUA e os seus aliados e foram perniciosos para os interesses de Timor-Leste. A Indonésia e outros governos da região, fortemente anticomunistas, incluindo a Austrália, a Nova Zelândia e os membros da ASEAN estavam determinados a trabalharem em conjunto para impedirem qualquer novo avanço. Os acontecimentos de tendência pró-esquerda em Portugal e no Timor português eram vistos com diferentes graus de apreensão, particularmente na Indonésia. Mas também militaram a favor da Indonésia: esta pôde explorar esta questão contra a Fretilin a fim de maximizar, perante o Ocidente, a sua importância como baluarte contra o comunismo e de obter um apoio substancial, em termos políticos, militares e comerciais dos Estados Unidos da América e do Ocidente.

18. A agitação política das décadas de 1960 e 1970 beneficiou também de forma indirecta Timor-Leste. Este período assistiu à emergência de novos movimentos, na sociedade civil e política, a favor da paz, dos direitos humanos, do desarmamento, do desenvolvimento e da justiça social – devidos em grande parte à desilusão com a União Soviética e às tragédias causadas pela Guerra Fria como, por exemplo, o envolvimento dos Estados Unidos da América na guerra do Vietname. Esses movimentos exigiam serem ouvidos, ou a democracia participativa e sentiam-se motivados por preocupações sobre o futuro do planeta se as decisões fossem entregues nas mãos das superpotências, dos grandes governos e do mercado. Esta busca de alternativas foi também sentida nas comunidades religiosas pelo mundo inteiro, incluindo a Igreja Católica no seguimento do Concílio Vaticano II, nos anos 1960. Estes movimentos transformaram-se na espinha dorsal do apoio dado pela sociedade civil internacional a Timor-Leste.

19. A falta de entusiasmo oficial pela independência de Timor era ainda agravada pelo sentimento de que o movimento descolonizador tinha chegado ao fim. A maioria das grandes colónias das potências europeias – Reino Unido, França, Holanda, Alemanha, Itália e Bélgica – já eram independentes ou, no caso de Portugal, estavam em vias de o ser. A descolonização iniciara no Médio Oriente na década de 1920 ao que se seguiu uma segunda vaga na Ásia nos anos de 1940 e 50, quando a Índia se tornou independente do Reino Unido e a Indonésia da Holanda. O culminar deste processo deu-se na década seguinte, a de 1960, com a terceira vaga de emancipação, quando nada menos de 42 países, sobretudo africanos, conquistaram a independência e se tornaram membros das Nações Unidas. Neste contexto, casos como o de Timor e Macau eram vistos em certas instâncias como vestígios do colonialismo, insustentáveis como Estados independentes e que ficariam melhor se se integrassem numa entidade maior, nalguns casos em antigas colónias com as quais partilhavam fronteiras e outras características. A tomada de Goa pela Índia é muitas vezes referida nesta perspectiva. Deste ponto de vista, o futuro de Timor era historicamente inevitável e apenas concebível como parte da Indonésia apesar de, na realidade, o território ser maior do que algumas colónias portuguesas em África e de muitos Estados de independência recente.

20. Ao nível das políticas nacionais, os três principais interessados – Portugal, a Indonésia e a Austrália – passaram por problemas e instabilidade internas de gradiente diferente durante o período crítico de 1974/75. Estes assuntos internos vieram juntar-se às preocupações dos principais decisores políticos e, pelo menos no caso de Portugal, foram manifestamente nefastos para Timor-Leste.

21. Durante este período, Portugal viveu um golpe militar de esquerda, tentativas de contragolpe e várias mudanças de governo. Para além de profundamente preocupado com o seu próprio destino, estava também embrenhado na descolonização das suas principais colónias de África. A Indonésia estava em perigo de colapso económico devido à crise da *Pertamina*, que já se arrastava há muitos meses. A crise desencadeou-se quando a *Pertamina*, a companhia petrolífera estatal chefiada pelo tenente-general Ibnu Sutowo, teve problemas em pagar empréstimos estrangeiros substanciais. A crise constituía uma ameaça para a economia da Indonésia que dependia do petróleo e punha em causa a confiança dos investidores estrangeiros. O aumento do preço do petróleo tinha tirado a Indonésia da pobreza, elevando-a a uma prosperidade modesta, e era crucial para o programa político do Presidente Suharto. Os

conselheiros do Presidente diziam que Timor tinha uma importância relativamente menor, comparado com a crise da *Pertamina*, que absorvia noventa por cento do tempo do Presidente nos meses que precederam a invasão indonésia.<sup>14</sup> A saúde do presidente Suharto, sempre uma preocupação num governo altamente centralizado, encontrava-se numa situação problemática em finais de 1975, altura em que foi operado à vesícula. Também a Austrália viveu por essa época uma fase pouco característica de instabilidade política. O governo trabalhista de Gough Whitlam foi destituído em Novembro de 1975, no seguimento de uma crise constitucional que deixou à frente do país um governo de gestão, na época da invasão indonésia. A política externa era um assunto marginal nas eleições renhidas que se realizaram em 13 de Dezembro de 1975.

## 1.5 Fontes

22. Na medida do possível, a Comissão baseou a sua investigação em fontes primárias. A Comissão informou a maior parte dos governos e das instituições referidos neste capítulo sobre o inquérito e solicitou a respectiva colaboração. A Comissão dirigiu por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Presidente da Indonésia, aos primeiros-ministros de Portugal e da Austrália e aos Governos do Japão, dos Estados Unidos da América, da França, da República Popular da China e do Reino Unido. Não foram recebidas respostas oficiais mas a Comissão recebeu um apoio considerável de vários representantes desses governos instalados em Timor-Leste. A Comissão também apresentou solicitações em Moscovo e no Vaticano, no que toca ao acesso à documentação.

23. Um problema genérico que a Comissão, assim como os governos, tiveram de enfrentar foi o de encontrar documentos com cerca de trinta anos. Localizar e aceder a registos dos anos 1970, da era pré-informática, é um desafio administrativo e financeiro, agravado ainda pela necessidade de fornecer uma identificação precisa de documentos e datas particulares. Na maioria dos casos, é ainda necessário proceder a buscas exaustivas e, quando não existe legislação sobre liberdade de informação ou quando o acesso é rigorosamente restrito, estas buscas podem revelar-se infrutíferas.

24. Contudo, a decisão de certos governos de disponibilizarem pelo menos alguns dos seus registos confidenciais sobre Timor-Leste foi uma ajuda preciosa para que a Comissão cumprisse a sua responsabilidade de estabelecer a verdade. A documentação fornecida pelo Governo australiano sobre o período 1974/76 foi particularmente valiosa, assim como os dois volumes dos 'Relatórios da Descolonização de Timor' disponibilizados pelo Governo de Portugal. A Comissão beneficiou também de registos desclassificados entregues ao Arquivo de Segurança Nacional pelo Governo dos Estados Unidos da América e pelas Bibliotecas Presidenciais Ford e Carter, de quatro volumes de material desclassificado do Governo da Nova Zelândia assim como de documentos disponibilizados pelo Reino Unido e fornecidos à Comissão por Hugh Dowson. A Comissão também recorreu abundantemente aos registos dos debates informativos e audiências sobre Timor realizados pelas Nações Unidas, pelo Congresso dos EUA e pelo Parlamento australiano assim como à recolha de documentos básicos sobre a questão timorense editada por Heike Krieger e publicada pela Universidade de Cambridge. Estes foram enriquecidos com um relatório do professor Geoffrey C. Gunn, da Universidade de Nagasaki, Japão e com depoimentos orais e escritos prestados à Comissão por antigos diplomatas que serviram nas Nações Unidas e nos Governos dos Estados Unidos da América e da Austrália.

25. Estes documentos são uma parte importante do património de Timor-Leste que a maioria dos timorenses vê agora pela primeira vez. A Comissão agradece a cooperação que lhe foi dada na reunião deste material e, em conformidade com o mandato que lhe foi conferido, conservou e organizou estes arquivos para referência futura. A Comissão espera que os governos, que ainda

---

<sup>14</sup> A Comissão manifesta igualmente a sua profunda gratidão a John Waddingham, Julia Davey e Peter Carey pelos seus conselhos e contributos para a investigação respeitante a este subcapítulo.

o não fizeram, contribuam com os seus registos ou permitam aos investigadores, timorenses e outros, acederem, para este fim, aos arquivos oficiais.

## 2. Nações Unidas e três principais interessados

A Indonésia fez um estudo sobre a provável reacção internacional à intervenção indonésia no Timor português...Concluiu-se que os restantes países ASEAN não protestariam. Não haveria qualquer reacção significativa por parte dos Estados Unidos da América ou da União Soviética. As relações com Portugal não eram importantes para a Indonésia. Qualquer referência ao caso, nas Nações Unidas, seria tratada pela Indonésia de uma forma satisfatória. Os países da África Negra reagiriam, mas sem gravidade para a Indonésia. Só dois países protestariam veementemente: a China e a Austrália. No caso da China, o protesto seria rotineiro e estereotipado (“uma reacção decorrente das suas obrigações”). Quanto à Austrália, alguns grupos e a imprensa fariam um certo alarido. O Governo australiano sentir-se-ia obrigado a protestar. A Indonésia lamentaria este facto. Mas a seu tempo tudo se esbateria.<sup>15</sup>

### 2.1 Nações Unidas

26. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, com o objectivo de manter a paz e a segurança internacionais, de desenvolver a cooperação entre as nações e de promover o progresso social e os direitos humanos. Os seus membros estão vinculados pela Carta das Nações Unidas, um tratado internacional que define os seus direitos e deveres como membros de uma comunidade internacional.

27. A Carta das Nações Unidas reconhece o princípio da autodeterminação e, no Capítulo XI, exige dos membros com responsabilidade sobre territórios não autónomos ou colónias que assumam, como “missão sagrada”, a obrigação de promover o progresso desses povos e das suas instituições políticas e comuniquem à comunidade mundial os passos empreendidos para preparar a autodeterminação.

28. O movimento contra o colonialismo adquiriu um novo ímpeto no seguimento da Segunda Guerra Mundial. Tanto os povos colonizados como as potências coloniais concordaram que o colonialismo, enquanto sistema baseado no domínio e na desigualdade, não se coadunava com os princípios fundamentais das Nações Unidas e era insustentável num mundo em mudança. Em 1960, a fim de acelerar o processo, as Nações Unidas promulgaram a Declaração de Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais que foi adoptada pela esmagadora maioria dos membros das Nações Unidas. A Declaração afirma:

“Todos os povos têm o direito à autodeterminação; em virtude deste direito determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.”

---

<sup>15</sup> Resolução da AG 1514 (XV). Documento da ONU A.RES/1514 (XV). Nove membros abstiveram-se: Austrália, Bélgica, República Dominicana, França, Portugal, Espanha, União da África do Sul, Reino Unido e os Estados Unidos da América.

29. A importância deste documento para Timor-Leste é clara, devido ao facto de que serviria de epígrafe a todas as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança sobre a questão.

30. No mesmo dia, a Assembleia Geral enunciou as diferentes formas com que uma autonomia total poderia ser conseguida por territórios não autónomos. A Resolução 1514 (XV) propunha três opções: independência, livre associação ou integração num Estado independente. Decretava que a integração só poderia ocorrer quando o território em causa estivesse dotado de instituições políticas livres e desenvolvidas e que essa integração fosse o resultado da vontade do povo livremente expressa num sufrágio universal entre a população adulta.

31. Em 1961, as Nações Unidas criaram um Comité Especial de Descolonização a fim de reforçar a Declaração<sup>†</sup>. A sua função principal é aconselhar a Assembleia Geral sobre os modos de promover a descolonização e a independência, e alertar o Conselho de Segurança sobre acontecimentos em territórios não autónomos que possam constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Não tem poderes para vincular os membros ao cumprimento das suas resoluções ou recomendações mas é mandatado para se deslocar à vontade, realizar audiências e recolher informações em primeira mão sobre a situação nos territórios, incluindo os desejos do povo relativamente ao seu futuro. A deliberação sobre a descolonização é igualmente tomada no Quarto Comité da Assembleia Geral.

32. Em resultado destas iniciativas, a década de 1960 é frequentemente descrita como a década da descolonização e da independência. Nada menos de 42 países, na sua maioria em África, acederam à independência e tornaram-se membros das Nações Unidas durante esta década, mais do que em qualquer outra década da história das Nações Unidas. Porém, Timor levou ainda mais 40 anos a reunir-se-lhes.

33. O direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação foi reconhecido a 15 de Dezembro de 1960, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas incluiu nominalmente Timor na lista dos territórios não autónomos, juntamente com as outras colónias portuguesas.<sup>16</sup> Foi esta a primeira vez que os timorenses de leste foram expressamente reconhecidos pela Assembleia Geral como um povo com direito à autodeterminação. Portugal recusou-se a aceitar a decisão e manteve-se intransigente perante as pressões internacionais até à mudança de regime, em 1974. A decisão das Nações Unidas, porém, teve um significado profundo. Embora tenha tardado a ser levada à prática e tenha sido objecto de muitos obstáculos até 1999, a decisão redefiniu radicalmente a relação de Timor com Portugal e com a comunidade internacional. O destino de um pequeno povo saiu da sua obscuridade colonial para se tornar numa questão de responsabilidade internacional e transformou as Nações Unidas e os seus órgãos na principal instância responsável pelo seu futuro.

## 2.2 Portugal

34. Portugal aderiu às Nações Unidas em 1955. Em 1951, uma emenda à Constituição Portuguesa de 1933 aboliu a Lei Colonial de 1930 e incorporou as colónias como “províncias ultramarinas”. Os habitantes autóctones não foram consultados sobre esta alteração no seu estatuto *de jure*. Portugal absteve-se quando a Assembleia Geral adoptou a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, em 1960, recusou-se a informar as Nações Unidas em conformidade com o Capítulo XI da Carta das Nações Unidas e resistiu a outras iniciativas desta Organização, incluindo as resoluções do Conselho de Segurança de

---

\* Princípios que devem orientar os membros a decidir se existe ou não a obrigação de transmitir a informação referida no artº 73º e da Carta das Nações Unidas, Princípio IX, anexo à Resolução da Assembleia Geral 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960.

† O Comité também é conhecido como Comité dos 24, em referência ao número de membros. A sua designação completa é Comité Especial sobre a Situação respeitante à Implementação da Declaração da Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.

1963 que censuravam o país por incumprimento e defendiam o direito de Timor à autodeterminação. O regime Salazar-Caetano insistia que Portugal era um Estado “pluricontinental” em que os povos exerciam a autodeterminação mediante a participação no processo político português. O primeiro-ministro português, António de Oliveira Salazar, acreditava também que o processo global de descolonização estava a ser impulsionado pelo Terceiro Mundo e pelos países comunistas interessados na desintegração da Europa Ocidental e que o Ocidente estava a tentar apaziguar a maioria por via das Nações Unidas.<sup>17</sup> Este impasse durou até 1974.

35. A situação sócio-económica no Timor português manteve-se obsoleta e letárgica durante este período. O cônsul australiano no território, James Dunn, informava em 1963:

O Timor português é um território pobre e extremamente subdesenvolvido. Não tem indústrias de transformação, dispõe de poucos recursos naturais e tem uma produção agrícola de baixo nível de subsistência. Muito pouco foi feito pelos portugueses para corrigirem estas deficiências e não existe qualquer prova de que estejam a ser feitos esforços genuínos para as resolver num futuro previsível.

36. Dunn era de opinião que a situação era tão alienante que era possível que os timorenses preferissem juntar-se à Indonésia, pobre mas recentemente independente. Escreveu:

Os portugueses em Timor têm pouco apoio real por parte da população autóctone...a maioria provavelmente declarar-se-ia a favor do domínio da Indonésia em alternativa à continuação da governação portuguesa.<sup>18</sup>

37. A situação melhorou um pouco na vigência do governador Fernando Alves Aldeia. Mas, no essencial, o sistema estava em falência, o que levou José Ramos-Horta a comentar no seu regresso do exílio em Moçambique:

Encontrei o meu amado país praticamente como o tinha deixado (em 1970). Timor Leste, com os portugueses, parece ter parado na história. O relógio do desenvolvimento não funciona aqui.<sup>19</sup>

38. Em Novembro de 1975, as Nações Unidas descreviam a situação sócio-económica em termos igualmente sombrios:

Segundo uma publicação oficial portuguesa, entre outros factores que prejudicam o desenvolvimento do território contam-se o rendimento per capita, infra-estruturas de transporte e energia inadequadas, falta de tradição comercial entre a população autóctone, falta de pessoal tecnicamente qualificado a todos os níveis, tanto no sector público como no privado, falta de meios financeiros, um défice da balança comercial e uma forte concentração na produção de um produto único, o café.<sup>20</sup>

39. A situação penosa do povo foi objecto de um novo interesse dos círculos internacionais com a visita de diplomatas ao território, depois de 1975. No princípio de 1976, na sequência de uma visita a Timor de Vittorio Winspeare Guicciardi, Representante Especial para o Timor Português do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo australiano relatou:

Winspeare manifestou surpresa quanto ao “atraso” das poucas pessoas que encontrou nas áreas rurais perto das vilas e disse que era difícil imaginar que pudessem perceber o que estava em jogo num processo de autodeterminação. Tinha ficado “espantado” com as condições “primitivas” de certas pessoas, nomeadamente daquelas que viu no Enclave de Oecussi [sic]. Disse que, na sua opinião, as suas vidas não tinham sofrido quaisquer alterações nos 500 anos de domínio português.<sup>21</sup>

40. A seguir à mudança de regime, a 25 de Abril de 1974, o novo Governo português assumiu as suas obrigações nos termos da Carta das Nações Unidas e, a 24 de Julho de 1974, anulou o artigo 1º da Constituição de 1933 que classificava Timor-Leste como território nacional e reconheceu o direito à autodeterminação e à independência. Portugal comunicou formalmente esta mudança política radical às Nações Unidas por quatro vezes, entre Agosto e Dezembro de 1974.<sup>22</sup> Na resolução adoptada em 1974, a Assembleia Geral congratulou-se por Portugal ter aceite “o princípio sagrado da autodeterminação e da independência e da sua aplicabilidade incondicional a todos os povos sob domínio colonial português”.<sup>23</sup>

41. Em cumprimento deste princípio político basilar, ou seja, o respeito pela livre escolha do povo, o governador português coronel Mário Lemos Pires, tentou sempre, durante 1975, tratar equitativamente cada um dos partidos políticos. Censurou as acções do coronel Maggiolo Gouveia, o comandante da Polícia portuguesa que se juntou à UDT no início da guerra civil e, por duas ocasiões, recusou-se a reconhecer a Fretilin como único representante legítimo do povo timorense – em Setembro, depois de a Fretilin se ter tornado a administração *de facto* e novamente em Novembro, depois de a Fretilin declarar a independência. Pela mesma razão, Portugal não reconheceu a declaração de integração na Indonésia formulada por quatro partidos.<sup>24</sup>

42. Após ter admitido em Novembro que não dispunha “de meios para garantir a normalização da situação em Timor”,<sup>25</sup> Portugal apresentou o problema às Nações Unidas para que este fosse tratado em conformidade com os princípios e procedimentos da organização. Depois da invasão indonésia, Portugal cortou relações diplomáticas com a Indonésia e apelou ao Conselho de Segurança no sentido da cessação imediata da intervenção militar da Indonésia e da obtenção de “uma resolução pacífica e negociada do conflito e do processo de descolonização sob os auspícios das Nações Unidas”.<sup>26</sup> Embora fisicamente longe de Timor, Portugal, como potência administrante, reconheceu o seu dever de promover a autodeterminação e declarou-o explicitamente na Constituição.

43. Este princípio foi respeitado ao longo de todo o conflito<sup>†</sup> e foi reiterado em diversas ocasiões perante pressões políticas em contrário. Podemos dar dois exemplos. Em Junho de 1976, o general português Morais da Silva manteve negociações secretas com representantes do Governo indonésio, general Benny Murdani e Harry Tjan, para a libertação de 23 prisioneiros portugueses detidos na Indonésia desde a guerra civil, questão que preocupava a opinião pública portuguesa. Em troca dos prisioneiros, Morais da Silva propunha a possibilidade de Portugal reconhecer a soberania indonésia em Timor. Foi contraditado pelo Presidente eleito, general António Ramalho Eanes e pelo novo primeiro-ministro Mário Soares, que insistiram que a negociação sobre a soberania estava condicionada à realização de um acto de

---

<sup>\*</sup> O artigo 307º da Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976, decretava: “Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor Leste”. A 7 de Julho de 1989, o artigo 293º foi alterado para: “promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor Leste”, Krieger, p. 36.

<sup>†</sup> A aceitação por parte de Portugal das suas obrigações internacionais para com Timor Leste contrastam com a aceitação da tomada de Goa pela Índia em 1961 e com a renúncia pela Espanha do Sara Ocidental a favor de Marrocos em Novembro de 1975. Ambos ocorreram sem um processo de autodeterminação.

autodeterminação aceite internacionalmente.<sup>27</sup> Noutra ocasião, em 1987, tanto Portugal como as Nações Unidas consideraram a possibilidade de observar as eleições gerais indonésias em Timor Leste como forma de avaliar a atitude dos timorenses sobre a integração. Em vez disso e em reacção a uma campanha de protesto da sociedade civil, Portugal renovou o seu compromisso para com a autodeterminação.

44. Em 1991, Portugal voltou a confirmar o seu compromisso com este princípio quando intentou um processo contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), alegando que o Tratado do *Timor Gap* entre a Austrália e a Indonésia infringia, *inter alia*, o direito de Timor-Leste à autodeterminação. O Tribunal determinou que não podia resolver o litígio mas referiu que, na opinião de Portugal e da Austrália, o território de Timor Leste continuava a ser um território não autónomo cujo povo continuava detentor do direito à autodeterminação.<sup>28</sup>

45. A decisão tomada por Portugal de descolonizar Timor, de manter o apoio de princípio à autodeterminação e de se recusar a reconhecer a soberania indonésia durante mais de 25 anos teve um impacto crucial no destino de Timor-Leste. Contudo, apesar dos seus compromissos políticos sempre reiterados a partir de 1974, Portugal não conseguiu, por regra, traduzir esses princípios num apoio prático contínuo senão numa fase mais tardia do conflito. A sua gestão do processo de descolonização em 1974 e 1975 foi deficiente e a sua acção como “potência administrante” foi, em geral, ineficaz durante boa parte da ocupação indonésia.

46. O coronel Lemos Pires declarou à Comissão que foram diversos os factores envolvidos no insucesso do processo de descolonização em 1974 e 1975, entre eles a agressão pela Indonésia e a imaturidade política dos novos partidos políticos de Timor. Um factor-chave subjacente a todo o processo foi, contudo, a incapacidade de Portugal mobilizar o envolvimento da comunidade internacional tanto antes como depois de 1974.

47. O ex-governador explicou que a decisão de descolonizar foi um acontecimento revolucionário súbito que apanhou de surpresa tanto Portugal como Timor-Leste. Ambos estavam mal preparados e mal equipados para desempenharem os respectivos papéis e a decisão lançou-os num turbilhão. Tal deveu-se, em grande parte, ao facto de o regime de Salazar-Caetano nunca ter cumprido as suas obrigações internacionais de se preparar e de preparar as suas colónias para a constituição de governos autónomos, de forma sistemática e positiva, como acima foi explicado. A negligência do regime relativamente às suas responsabilidades e à manutenção obstinada do *status quo*, em violação da política das Nações Unidas, impediu uma descolonização legítima e contribuiu para a sua própria queda e para a convulsão política, tanto a nível interno como a nível dos territórios ultramarinos. Contribuiu, também, para a opinião corrente em Portugal de que a independência não era uma opção política e económica viável para Timor-Leste e que o território devia integrar-se na Indonésia, embora através de um processo de autodeterminação.

48. Embora a sua decisão de descolonizar tivesse sido tomada de harmonia com os princípios internacionais, Portugal recusou-se a internacionalizar o processo através de uma solicitação de assistência das Nações Unidas. Em Fevereiro de 1975, por exemplo, uma delegação do Governo português em Timor encontrou-se em Lisboa com a Comissão Nacional para a Descolonização e sublinhou “a necessidade urgente de definir claramente uma política [e] de defender a internacionalização da questão timorense através das Nações Unidas, especialmente com um apelo aos países do Terceiro Mundo como única salvaguarda contra a intervenção militar indonésia”.<sup>\*</sup> A Comissão decidiu que um apelo para que as Nações Unidas

---

<sup>\*</sup> João Loff Barreto, *The Timor Drama*, 1981, pp. 25-26. Em Junho de 1975 a Comissão voltou a recusar-se a internacionalizar a questão e, em Setembro, Portugal garantiu à Indonésia que só em última instância recorreria às Nações Unidas, Barreto, p. 53. O tenente-coronel Lopes Pires, observador militar nas reuniões da Comissão Nacional para a Descolonização, escreveu: “Considerarei que esta (internacionalização) era a única acção capaz de evitar aquilo que todos desejávamos evitar, considerando a degradação sistemática da situação”, Barreto, p. 63. O ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Don Willesee, afirmou ao Parlamento em Outubro de 1975: “Até este momento, o Governo português... não apresentou qualquer proposta formal para a mediação da ONU no Timor português” [[http://www.whitlam.org/collection/2000/20001012\\_East\\_Timor\\_74-75/index.html](http://www.whitlam.org/collection/2000/20001012_East_Timor_74-75/index.html)].

dissuadissem a Indonésia só deveria ser utilizado como último recurso. Optou, assim, por proceder a uma terceira ronda de negociações com a Indonésia<sup>\*</sup>. Esta recusa de recorrer às Nações Unidas, pelo menos depois da invasão da Indonésia, foi um erro que custou caro. O ex-governador afirmou à CAVR:

*As Nações Unidas deveriam ter sido o principal actor neste processo...Penso que teria sido melhor para Portugal [e] para o processo da descolonização timorense que Portugal tivesse internacionalizado o problema a partir do momento em que foi reconhecida a necessidade de autodeterminação, em 1974...O Governo português não pediu a presença das Nações Unidas no território...Acho que foi um erro.<sup>†</sup>*

49. Em lugar de pedir assistência internacional, Portugal optou por gerir o processo com os seus escassos recursos financeiros e militares, sem nenhum plano e numa altura em que estava submergido nos problemas da derrocada do seu império africano e num conflito político a nível interno. Devido à instabilidade política endémica em Portugal, Timor sofreu a falta de uma liderança decisiva em período de crise. O Governo de Portugal mostrou-se, de facto, incapacitado, por exemplo durante a “tentativa de movimento” pela UDT em Agosto e, novamente, em Novembro, nas vésperas da invasão indonésia. O coronel Lemos Pires afirmou à Comissão:

*Não houve uma política de descolonização para Timor-Leste. O apoio financeiro concedido foi muito limitado...As forças militares afectadas eram mínimas...<sup>29</sup>*

50. A escassez de tropas portuguesas era compreensível no contexto da revolução do Movimento das Forças Armadas (MFA), mas deixou o governador relativamente impotente na altura da guerra civil e o território mais vulnerável à agressão indonésia.<sup>‡</sup> A situação desafortunada em que Portugal se encontrava foi amplamente demonstrada pela retirada do governador, primeiro para a Ilha de Ataúro e, depois, para Portugal.

51. Portugal tinha plena consciência dos planos cada vez mais agressivos da Indonésia de integrar Timor e tentou moderar estas acções através dos canais diplomáticos. Durante este período, porém, pareceu considerar a Indonésia mais como parte da solução do que como parte do problema. As negociações com a Indonésia até à invasão de 7 de Dezembro de 1975 foram, em geral, secretas e cooperantes, dando mostras de entender os interesses da Indonésia e fornecendo, até, garantias de não internacionalizar o caso e, extraordinariamente desprovidas de qualquer crítica pública aos objectivos militares indonésios e à ingerência nos assuntos internos do Timor português.

52. Diz-se que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, não teria aproveitado a oportunidade das conversações de Roma com a Indonésia, a 1 e 2 de Novembro de 1975, para apresentar as provas fornecidas pelo jornalista português Adelino Gomes de que a Indonésia tinha concentrado tropas em Timor Ocidental e avançado para o Timor português.<sup>30</sup> O comunicado da reunião descreveu as conversações como “francas” mas não fez menção de

---

\* Os representantes portugueses e indonésios encontraram-se secretamente em Lisboa a 14 de Outubro de 1974, em Paris a 14 de Novembro de 1974 e em Londres 9 de Março de 1975.

† Mário Lemos Pires, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno 1974/1976, 15 a 18 de Dezembro de 2003. As Nações Unidas acompanharam o processo e reuniram o seu Comité Especial sobre Descolonização em Lisboa, em Junho de 1975 mas Portugal só transferiu a questão em Dezembro de 1975.

‡ Portugal reduziu as tropas de cerca de 3000 homens em 1974 para cerca de 200 em meados de 1975. José Ramos-Horta escreveu: “Na minha opinião, esta redução do número de soldados foi o erro mais prejudicial cometido pelos portugueses em 1974”, Funu: The Unfinished Saga of East Timor, Red Sea Press, Trenton, New Jersey, 1987, p. 48.

qualquer actividade militar indonésia. Centrou-se, outrossim, na necessidade de conversações com os partidos políticos timorenses, “com vista a pôr fim ao conflito armado” e a salvaguardar “os interesses da Indonésia”. Em declarações datadas de 28 e 29 de Novembro de 1975, Portugal responsabilizava a Fretilin pela situação e não designava a Indonésia pelo nome.<sup>31</sup> Só depois da invasão em grande escala, a 7 de Dezembro de 1975, quando já era tarde demais, é que Portugal protestou abertamente contra as acções militares indonésias, cortou as relações diplomáticas e apresentou o caso ao Conselho de Segurança.

53. O ex-governador disse à Comissão que achava que, nessa altura, a Austrália devia ter ajudado mais Portugal e Timor. Ele, membros do parlamento australiano, a UDT e a Fretilin solicitaram repetidamente em 1975 que o consulado australiano, que tinha sido encerrado em 1971, fosse reaberto em Díli para que houvesse, no território, uma presença estrangeira e que esta reportasse directamente à Austrália sobre a situação. David Scott declarou à Comissão que este pedido foi rejeitado seis vezes pelo Governo australiano.<sup>32</sup> Segundo Gough Whitlam que era na altura primeiro-ministro da Austrália, “em nenhuma ocasião (Portugal)...apresentou propostas específicas à Austrália ou a outras potências da região”.<sup>33</sup>

54. Portugal mostrou-se relativamente passivo na arena internacional durante a década de 1970 e os primeiros anos da década de 80. Richard Dalton, funcionário da Missão do Reino Unido junto das Nações Unidas observou em 1976:

Portugal mantém-se silencioso. Indicou em privado que aceitará qualquer coisa que seja aceite globalmente pelas Nações Unidas. Não tentam pressionar para que seja empreendida qualquer acção.<sup>34</sup>

55. Esta falta de iniciativa contrastava fortemente com a agressão diplomática indonésia e contribuiu para uma perda de votos nas Nações Unidas e o enfraquecimento do apoio a Timor-Leste. O Governo português reagiu frequentemente com lentidão, ou não dava resposta, aos acontecimentos críticos em Timor. Não protestou, por exemplo, contra a ofensiva militar indonésia em Timor-Leste que se seguiu à ruptura do acordo de cessar-fogo em 1983. Isto valeu-lhe críticas acerbas da parte de José Ramos-Horta:

A negligência criminosa e a cobardia política [de Portugal] foi o que contribuiu nos últimos oito anos para a erosão do bloco daqueles que votavam em apoio ao direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste. Após um breve período de um ano, na vigência do governo do primeiro-ministro Pinto Balsemão, durante o qual o Governo português fez alguns esforços sérios para alertar a comunidade internacional para a tragédia do povo de Timor Leste, estamos agora a regressar ao silêncio e à deserção que têm sido a atitude das autoridades portuguesas de 1974 até 1981.<sup>35</sup>

56. Alguns sinais positivos, embora tardios, de comprometimento surgiram na década de 1980 e, mais marcadamente, na de 90. Em 1982, durante a presidência de Ramalho Eanes, Portugal começou a abordar a questão de uma forma sistemática e a mobilizar o ministério dos Negócios Estrangeiros e os seus diplomatas. Ainda em 1982, a Assembleia da República portuguesa criou a Comissão Especial para o Acompanhamento da Situação em Timor Leste. Para além de demonstrar que havia consenso entre os partidos sobre esta matéria, a Comissão facilitou, devido à acção dos deputados portugueses, a internacionalização da questão de Timor-Leste em vários fóruns, nomeadamente no Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização.

57. Em Junho de 1986, quando Portugal aderiu à Comissão Económica Europeia (CEE) e, no ano seguinte, ao Parlamento Europeu, foi dado um importante passo em frente. Foi este o primeiro envolvimento de Portugal numa organização supra-estatal importante. Liderado pelo Presidente Mário Soares e encorajado pela unidade cada vez maior da Resistência timorense, Portugal aproveitou estas oportunidades para angariar apoios entre os parceiros europeus, particularmente a Irlanda, a Grécia e a Itália. A actividade oficial aumentou durante a década de 1990, estimulada, *inter alia*, pela reacção pública de Portugal às manifestações que acompanharam a visita do Papa João Paulo II, pelo impacto emocional dos jovens timorenses a rezar em português durante o Massacre de Santa Cruz, em 1991 e pela atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 1996. Em 1993, por exemplo, Portugal foi largamente responsável pela adopção de uma resolução positiva sobre Timor-Leste pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Naquilo que um diplomata americano descreveu como “um dos momentos mais surpreendentes da sessão deste ano”, Portugal, com a ajuda das suas antigas colónias, conquistou o apoio dos Estados Unidos da América, do Canadá e da Austrália a esta resolução. A missão dos Estados Unidos da América em Genebra constatou em relatório:

A adopção da resolução sobre Timor Leste representa o culminar com êxito de um esforço tremendo empreendido pelo Governo português que desempenhou um papel difícil no diálogo CE-Indonésia, rejeitando pressões consideráveis – incluindo por parte dos seus amigos mais próximos – para aceitar uma linguagem de compromisso.<sup>36</sup>

58. Portugal voltou ao centro do palco juntamente com a Indonésia nas negociações que levaram aos Acordos de 5 de Maio de 1999. As conversações entre Portugal e a Indonésia, baseadas na Resolução da Assembleia Geral 37/30, pouco tinham avançado desde 1983, mas em 1997, no seguimento da decisão de Kofi Annan de reactivar o processo, Portugal trabalhou de perto com o Representante Pessoal do Secretário-Geral para Timor Leste, Jamsheed Marker e manteve-se firme na sua política repetidamente assumida de autodeterminação. Segundo o embaixador Marker, o primeiro-ministro Guterres e o ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama insistiram “que não podiam aceitar uma solução que não se baseasse na escolha livremente expressa do povo timorense”.<sup>37</sup> Chegou-se assim aos Acordos de 5 de Maio de 1999 e à votação de Agosto, sendo que, em ambos os acontecimentos Portugal desempenhou um papel importante.

59. Portugal não se retirou formalmente como “potência administrante” de Timor-Leste. Após alguns debates em Lisboa ficou decidido não fazer finca-pé nesta matéria, não fosse isto pôr em causa ou atrasar as delicadas negociações que culminariam no acto de 1999 sobre a autodeterminação. Ficou acordado que, o endosso de Portugal à totalidade dos actos jurídicos e internacionalmente aceites que levaram à independência, constituía a finalização do seu estatuto de “potência administrante”. Foram estes actos, a assinatura dos Acordos de 5 de Maio de 1999 (condicionados à observância de um processo adequado), o apoio à criação e funcionamento da UNTAET e sua nomeação como administração de transição,<sup>38</sup> e o reconhecimento da República Democrática de Timor-Leste.

60. A 8 de Maio de 2002, a Assembleia Geral decidiu “retirar Timor Leste da lista dos Territórios Não Autónomos, após a sua independência.”<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Na sequência de um documento televisivo sobre o Massacre de Santa Cruz e da actividade comunitária chefiada pela Campanha de Solidariedade da Irlanda para com Timor Leste (ET/ISC), criada em Dublin em 1992, a Irlanda, a começar pelo seu presidente, mobilizou-se pela causa de Timor-Leste. O primeiro-ministro irlandês, David Andrews, desempenhou um papel activo na UE e foi nomeado enviado especial da UE a Timor-Leste.

### 2.2.1 Conclusão

61. Portugal tinha a responsabilidade primordial pela preparação e facilitação da descolonização de Timor, em coerência com as suas obrigações para com as Nações Unidas e para como o povo timorense. O incumprimento destas responsabilidades durante o regime Salazar-Caetano e a não preparação do povo de Timor para um futuro sem Portugal foi repreensível e uma violação do direito à autodeterminação. Prejudicou, igualmente, o direito à independência, ao contribuir para a opinião largamente difundida de que um Timor-Leste independente não era económica nem politicamente viável e podia apenas subsistir através da sua incorporação na Indonésia.

62. Em 1974, a mudança política em Portugal e a decisão de apoiar a autodeterminação foi crucial para o destino de Timor-Leste, assim como o foi a adesão de Portugal a este princípio durante toda a ocupação indonésia. Portugal, contudo, não cumpriu as suas responsabilidades para com o povo de Timor-Leste durante e depois do período crítico de 1974/75. Embora fosse o terceiro maior dos seis territórios portugueses, Timor não se contava entre as prioridades portuguesas. Para Portugal, este período pareceu marcar o fim do seu papel mais do que uma assunção activa de novas responsabilidades. O governo central não forneceu recursos adequados aos seus representantes locais, não defendeu o território perante agressões externas óbvias, foi demasiado brando para com a posição da Indonésia e recusou a internacionalização da questão. Os custos humanos destes erros foram graves. Esta passividade e ambivalência continuaram a caracterizar a actividade diplomática de Portugal até meados de 1980, apesar das suas obrigações constitucionais e internacionais e das solicitações constantes do povo de Timor-Leste e da sociedade civil portuguesa para que houvesse uma defesa mais credível dos interesses da sua antiga colónia.

63. Mário Lemos Pires, o último governador português de Timor-Leste, cumpriu as suas funções em 1974 e 1975 com honradez e princípios, perante desafios extraordinários. A Comissão deseja reconhecer o papel que Lemos Pires desempenhou durante este período crítico.

### 2.3 Indonésia

64. A Indonésia teve o apoio das Nações Unidas na sua luta pela independência contra os Países Baixos e aderiu àquela organização mundial em 1950. Na vigência da presidência de Sukarno, foi expressamente o paladino da descolonização. O preâmbulo à Constituição Indonésia de 1945 afirma:

Que na realidade a Independência é direito de todas as nações e, conseqüentemente, o colonialismo deve ser abolido deste mundo porque não se coaduna com a humanidade e a justiça (*Bahwa sesungguhnya Kemerdekaan itu ialah hak segala bangsa dan oleh sebab itu, maka penjajahan di atas duni harus dihapuskan, karena tidak, sesuai dengan peri-kemanusiaan dan peri-keadilan*).

---

\* Excerto do discurso do Presidente Suharto aos representantes do governo Provisório de Timor Leste em resposta ao seu pedido de integração na Indonésia, 7 de Junho de 1976 [Krieger, p. 48].

65. Governo indonésio, tanto sob a presidência de Sukarno como de Suharto, apoiou oficialmente o direito do povo timorense à autodeterminação e negou qualquer pretensão territorial à colónia.

66. Numa série de declarações à Assembleia Geral, entre 1954 e 1962, referentes ao conflito entre a Indonésia e os Países Baixos sobre o Irian Ocidental, os responsáveis indonésios sublinharam repetidamente que as fronteiras nacionais da Indonésia eram as das antigas Índias Orientais Holandesas. Em 1961, por exemplo, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Subandrio, declarou:

*No que toca à grande ilha de Bornéu...cuja parte norte é território britânico e, do mesmo modo, no que toca a metade da ilha de Timor que é portuguesa, não temos quaisquer pretensões territoriais; porque aquilo que consideramos ser da Indonésia e território indonésio não é senão a totalidade do território da antiga colónia: as Índias Orientais Holandesas.*<sup>40</sup>

67. Em 1960, a Indonésia votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais e da resolução da Assembleia Geral que reconhecia o Timor português como um território não autónomo. Apoiou as resoluções seguintes da ONU, que criticavam as práticas colonialistas portuguesas e o seu incumprimento das obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas. O vice-director do Conselho Consultivo do Presidente Sukarno, Ruslan Abdulgani, afirmou perante uma manifestação em Jacarta, em 1961:

*Encham os vossos corações de ódio não só para com o colonialismo português mas também para com todo o colonialismo que ainda existe em solo asiático e africano, [acrescentando que] os olhos e o coração da Indonésia estão voltados para a Goa e para o Timor português [que] ainda estão sob o poder do colonialismo.*<sup>41</sup>

68. Governo australiano estava convencido de que a presença contínua de um regime colonial dentro do arquipélago da Indonésia desafiaria o Presidente Sukarno a eliminar este último vestígio do colonialismo junto à sua porta e, exortou Portugal a desenvolver o território para evitar que a Indonésia recorresse à força. Porém, o interesse de Sukarno em Timor era meramente retórico e não se comparava com o seu “esmaguemos a Malásia” ou com as campanhas do Irian Ocidental. Durante a visita a Lisboa, em 1961, teria dito ao primeiro-ministro português Salazar que a Indonésia respeitava a soberania portuguesa sobre o território.<sup>42</sup>

69. Estas políticas continuaram a ser aplicadas durante o período do Presidente Suharto (1966/98). Em Outubro de 1974, durante o primeiro debate na Quarta Comissão das Nações Unidas desde a mudança de regime em Portugal, o representante da Indonésia declarou:

*A Indonésia gostaria de ver o povo do Timor português exercer o seu direito à autodeterminação de uma forma ordeira e pacífica, de harmonia com a Declaração da Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.*

70. Acrescentou que a Indonésia estava aberta à integração mas que “esta associação teria de estar em conformidade com a Constituição de 1945 que, *inter alia*, declarava a Indonésia um Estado unitário”.<sup>43</sup> O Embaixador da Indonésia junto das Nações Unidas, Anwar Sani, reiterou esta posição na Comissão Especial das Nações Unidas para a Descolonização reunida em Lisboa, em Junho de 1975.

71. Na realidade, porém, a Indonésia tinha decidido, antes do final do ano de 1974, que só haveria um resultado aceitável da autodeterminação. Em Dezembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, foi citado pela agência noticiosa indonésia, *Antara*, como tendo afirmado que os timorenses têm apenas duas opções “permanecerem sob o domínio português ou juntarem-se à Indonésia”. Depois, pôs de lado a hipótese portuguesa porque esta opção “para além de sobrecarregar o fardo de Portugal, constituiria uma nova forma de colonialismo” e declarou que a independência “não era realista” por causa do atraso e da debilidade económica da população”.<sup>44</sup>

72. Um importante conselheiro de Suharto, Harry Tjan, confirmou esta decisão ao Governo australiano. Em Fevereiro de 1975, informou um funcionário da Embaixada australiana que:

*O Governo indonésio tomara a decisão de que, mais cedo ou mais tarde, o Timor português teria de fazer parte da Indonésia. Tratava-se de uma decisão tomada por unanimidade por todas as personalidades indonésias importantes, incluindo o Presidente. Restava apenas decidir quando e como seria posta em prática. Como ele tinha dito, não aconteceria num futuro próximo. Mas aconteceria. O Governo indonésio tentaria primeiro usar de todos os meios imagináveis antes de adoptar uma solução militar. Descreveu esta como ‘o derradeiro acto’.*<sup>45</sup>

73. Embaixador australiano na Indonésia, Richard Woolcott, reiterou estas declarações numa importante análise confidencial da questão, escrita em Janeiro de 1976 e endereçada ao novo primeiro-ministro da Austrália, Malcolm Fraser. Escreveu:

A Indonésia não será dissuadida do objectivo fundamental da sua política (de incorporação). A Indonésia tem defendido esta posição coerentemente desde há vários meses, antes mesmo de eu ter chegado a este posto, em Março passado.<sup>46</sup>

74. Foi uma decisão fatídica. Contradizia o compromisso assumido publicamente pelo governo de Suharto de respeitar os desejos livremente expressos do povo timorense. Punha também a Indonésia em eventual rota de colisão com os dois principais partidos de Timor, a UDT e a Fretilin, que defendiam a independência, e colocavam a comunidade internacional perante um desafio diplomático de monta.

75. A implementação deste objectivo foi confiada às Operações Especiais (*Operasi Khusus, Opsus*), os serviços de informação militares que delinearam o projecto confidencial para Timor com o nome de código *Operasi Komodo*. Esta operação foi dirigida pelo major-general Ali Murtopo, o chefe das Operações Especiais, e pelo tenente-general Yoga Sugama, o chefe da *Bakin* (o órgão de coordenação dos serviços de informação). O principal operacional era Liem Bian Kie, (secretário particular de Murtopo) e o principal assessor era Harry Tjan, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (*CSIS*), um grupo de reflexão da *Opsus*. Não se tratava de um novo desafio. As Operações Especiais, dirigidas por Ali Murtopo, tinham-se ocupado do ‘Acto de Livre Escolha’ no Irian Ocidental, em 1969, e garantido com êxito que o processo resultasse num voto pró-integração. Várias outras figuras da campanha para a integração de Timor tinham também experiência da tomada do Irian Ocidental. Incluíam o Presidente Suharto, que, em 1962, era o major-general que comandou a campanha militar *Mandala* para libertar o Irian Ocidental do controlo holandês, o general Benny Murdani e o coronel Dading Kalbuadi.\* À medida que foi

---

\* A descrição do envolvimento do capitão Murdani em Irian Ocidental e Timor-Leste pode ser encontrada em Julius Pour, *Benny Moerdani: Profile of a Soldier Statesman*, The Yayasan Kejuangan Panglima Besar Surdiman, Jakarta 1993. Murdani foi responsável pela componente militar da *Operasi Komodo*. Kalbuadi foi o comandante operacional do assalto indonésio no Timor português em 16 de Outubro de 1975.

evoluindo, a *Operasi Komodo* desenvolveu um certo número de funções, que incluíam diplomacia internacional (dirigida principalmente contra Portugal), serviços de informação, subversão e, posteriormente, preparação para o uso de força militar (ver Capítulo 3: História do Conflito).

76. No fim de Agosto de 1975, a Indonésia endureceu a sua posição e decidiu intervir militarmente para garantir a integração. Isto seguiu-se aos sucessos da Fretilin na guerra civil e a declarações vagas do ministro português para a Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, de que Portugal poderia entregar o poder à Fretilin. Numa reunião, a 5 de Setembro, o Presidente Suharto e o general Murdani analisaram sete possibilidades que iam de um convite à Indonésia, por parte de Portugal, para intervir directamente, até ao envolvimento das Nações Unidas em que a Indonésia participaria. O Presidente descartou todas as opções, excepto o plano das Operações Especiais que descreveu como a “via clássica”. Sob o comando do general Murdani, o plano das Operações Especiais forneceria “voluntários” bem armados que apoiariam a UDT e outras forças timorenses anti-Fretilin, numa aposta de impedir que a Fretilin se apoderasse totalmente de Timor.<sup>47</sup>

77. A Indonésia, contudo, explicou a intervenção militar às Nações Unidas em termos da sua obrigação de defender o direito de Timor-Leste à autodeterminação. Numa declaração ao Conselho de Segurança, em 15 de Dezembro de 1975, o representante indonésio, Anwar Sani, reafirmou que a Indonésia não tinha pretensões ao território, que Timor se encontrava num estado de anarquia e que tinha intervindo a pedido dos partidos políticos que representavam a maioria do povo, “a fim de restabelecer as condições de paz no território e permitir que o povo possa exercer, livre e democraticamente o seu direito à autodeterminação”.<sup>48</sup>

78. A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança rejeitaram a justificação da Indonésia. Os dois órgãos deploraram a intervenção militar indonésia, exigiram a retirada sem demoras e instaram Portugal, enquanto potência administrante, a cooperar com as Nações Unidas “de forma a permitir que o povo de Timor Leste exerça livremente o seu direito à autodeterminação.” O Conselho de Segurança solicitou também o envio de um representante das Nações Unidas para o território para, *inter alia*, estabelecer “contacto com todos os partidos no Território e com todos os Estados implicados, de forma a garantir a implementação da presente resolução.”<sup>49</sup> O Secretário-Geral nomeou para estas funções Vittorio Winspeare Guicciardi.

79. A reacção inicial da Indonésia às resoluções da ONU foi declarar, *inter alia*, que Portugal tinha perdido o direito de levar a cabo um programa de descolonização no Território e que não era necessário qualquer plebiscito, uma vez que a autodeterminação já tivera lugar sob a forma da declaração de integração na Indonésia, a 30 de Novembro. Esta posição, que claramente contradizia a resolução das Nações Unidas e o próprio compromisso da Indonésia, foi abandonada, como resposta à missão de Guicciardi. O Governo Provisório de Timor Leste (GPTL), nomeado pela Indonésia, disse ao enviado das Nações Unidas que “em deferência para com os desejos das Nações Unidas, a primeira tarefa do Conselho (de Representantes do Povo) será ratificar a decisão do povo de uma integração completa na República (da Indonésia)” e que seriam convidados representantes das Nações Unidas para observar o processo.<sup>50</sup>

80. Foi instituído um programa de quatro fases, na esperança de que um processo credível legitimasse a integração aos olhos da comunidade internacional e retirasse da agenda das Nações Unidas a questão de Timor Leste.

81. O primeiro passo, e o mais importante, seria realizar um acto de autodeterminação. Este tomou a forma de uma Assembleia de Representantes Populares realizada em Díli, em 31 de Maio de 1976, e resultou numa petição unânime de integração na Indonésia. Seguiu-se-lhe uma visita ao território, a 24 de Junho, de uma missão de verificação de factos, do Governo indonésio, com o objectivo de verificar que a petição representava, de facto, a vontade do povo. No seguimento do relatório positivo apresentado por esta missão, o Parlamento indonésio aprovou, a 15 de Julho de 1976, o projecto de lei sobre a integração. Como quarto e último passo, o Estatuto da Integração adquiriu forma de lei e foi formalmente promulgada pelo Presidente Suharto, em 17 de Julho de 1976.

82. No seu discurso de aceitação da petição, a 7 de Junho de 1976, o Presidente indonésio tentou justificar a integração em termos culturais e históricos, mais do que legais e como um triunfo sobre o colonialismo europeu, coerente com a Constituição da Indonésia. Falando mais para a delegação timorense do que para a comunidade internacional, afirmou que a petição era uma “ocasião histórica” pois representava a reunião e a reintegração, após gerações de separação por fronteiras artificiais:

*Não sinto hoje que esteja a saudar estrangeiros. Sinto que estou a encontrar de novo os meus irmãos que estiveram separados durante...centenas de anos pelas barreiras artificiais dos governos coloniais.*<sup>51</sup>

83. O processo de integração permitiu à Indonésia reivindicar que o povo timorense havia expresso a sua vontade de uma vez por todas e que o território era agora legal e constitucionalmente uma província da Indonésia. Daqui em diante, os apelos de Portugal e de outros países à autodeterminação foram rejeitados, considerados como ingerências nos assuntos internos da Indonésia. O processo também serviu de fundamento à resistência indonésia a permitir qualquer envolvimento directo de dirigentes políticos timorenses nas negociações.

84. A comunidade internacional não reconheceu o processo de 1976. Embora os Estados, individualmente, não se tivessem praticamente pronunciado na altura, foi em geral consensual que a Assembleia não tinha passado no teste fundamental da liberdade de escolha, devido sobretudo à presença de tropas indonésias, à ausência de opções alternativas e ao estatuto dúbio dos participantes, em termos de representatividade. A Resolução 31/53 da Assembleia Geral da ONU, adoptada a 1 de Dezembro de 1976, rejeitou “a pretensão de que Timor Leste tenha sido integrado na Indonésia, na medida em que o povo do Território não pôde exercer livremente o seu direito à autodeterminação e à independência”.<sup>52</sup> A Assembleia do Povo não cumpriu os procedimentos enunciados na Resolução 1541 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 15 de Dezembro de 1960, que sublinhava a necessidade de o processo ser informado, livre e democrático. Um consultor jurídico dos EUA, George H. Aldrich, disse ao Congresso dos EUA:

*Na realidade sabemos muito pouco do processo de selecção desses delegados, embora o processo em si tenha sido realizado num período de ocupação militar pela Indonésia, durante o qual se travavam ainda combates consideráveis.*<sup>53</sup>

85. Alison Stokes, que representava a Embaixada da Nova Zelândia em Jacarta nessa ocasião, contou que aos observadores estrangeiros foi concedido apenas uma permanência inferior a duas horas em Díli e que a sessão demorou cerca de uma hora. Escreveu:

A minha opinião é que o Conselho de Representantes do Povo de Timor Leste de maneira séria, profissional e formal endossou, unanimemente, a integração na Indonésia. Mas, para o observador externo houve duas deficiências graves nesse acto de autodeterminação. (A) Quem eram aqueles representantes que tomaram a decisão, como é que foram eleitos e se representariam de facto os desejos do povo de Timor Leste, (B) Foi apresentada apenas uma opção para o futuro estatuto político, a da integração. Disseram-me que em Díli, a eleição distrital se tinha feito na base de um homem um voto e um jornalista disse-me que em Baucau acontecera o mesmo. Nos restantes locais, foi de acordo com a prática tradicional, com os anciãos das aldeias a procederem à selecção.

Quando perguntei aos indonésios que se encontravam connosco por que razões a Assembleia Popular se debruçava sobre uma única opção, a da integração, disseram-me que a escolha tinha de ser vista no contexto global dos acontecimentos dos meses recentes, durante os quais as outras opções - ligação a Portugal ou independência - tinham sido descartadas pelos timorenses. Para além disto houve alguns aspectos deste dia que foram uma desilusão: (A) No avião deram-nos um folheto intitulado 'Timor Leste' editado pelo GPTL que, *inter alia*, dizia 'O povo de Timor Leste está totalmente ao lado do Governo Provisório na preparação da integração total de Timor Leste na República da Indonésia...': esta afirmação soava a falso. (B) As actas da Assembleia estavam em português e só algumas partes estavam traduzidas para inglês. Um timorense que ia sentado ao meu lado fez-me, a meu pedido, uma tradução corrida para inglês das actas, mas claro que não se tratava de uma tradução oficial. (C) Não nos encontrámos com nenhum membro do GPTL ou da Assembleia Popular. Não houve conferência de imprensa. (D) Os desfiles na rua e os festejos tinham sido mais do que organizados e faltava-lhes espontaneidade.<sup>54</sup>

Poucos foram os representantes da comunidade internacional que compareceram. A Indonésia lamentou que os convites endereçados ao Secretário-Geral, ao Conselho de Segurança e à Comissão Especial para a Descolonização não tivessem sido aceites e que só sete Estados membros das Nações Unidas tivessem enviado observadores.\* Entre os convidados que responderam negativamente contava-se a Austrália, o Japão, as Filipinas, Singapura e os EUA. A Fretilin denunciou a Assembleia, afirmando que esta não era representativa e garantindo que era ela, Fretilin, que representava a maioria do Povo.<sup>55</sup>

---

\* Os sete estados representados foram: Índia, Irão, Malásia, Nova Zelândia, Nigéria, Arábia Saudita e Tailândia. Relatório do Secretariado das Nações Unidas, Anexo 1. A/AC.109/L.1098 e Add.1.

86. Apesar da falta de validade do processo, em 1990 mais de 30 membros das Nações Unidas tinham reconhecido, implícita ou explicitamente, Timor-Leste como parte da Indonésia, reconhecendo, embora, ao mesmo tempo que Timor-Leste não tinha exercido qualquer acto genuíno de autodeterminação. Alguns, como a Austrália, a Índia, a Papua Nova Guiné e os Estados Unidos da América reconheceram a incorporação através de declarações públicas explícitas. A Austrália foi o único país a expressar explicitamente o seu apoio a um reconhecimento *de jure*, prática que abandonou na década de 1990. Outros confirmaram o seu reconhecimento com declarações de voto na Assembleia Geral nas Nações Unidas. Entre estes contava-se o Bangladesh, o Canadá, a Jordânia, a Malásia, Omã, as Filipinas, Singapura, a Suécia e a Tailândia. Pode dizer-se que um terceiro grupo de países fez um verdadeiro reconhecimento, em certos casos confirmando um apoio pré-existente e assinando tratados com a Indonésia depois de 1976 que não excluíram Timor-Leste da definição de “Indonésia”. Incluíam-se aqui a Áustria, o Brunei, a Bulgária, a China, a Dinamarca, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Hungria, a Itália, o Japão, a Coreia do Sul, a Nova Zelândia, a Noruega, o Paquistão, a Arábia Saudita, a Suécia, a Suíça e os Emiratos Árabes Unidos.\*

87. Francesc Vendrell, que trabalhou sobre a questão de Timor-Leste no Secretariado das Nações Unidas, explicou à Comissão como foi possível à Indonésia conseguir um apoio internacional tão diversificado, apesar de ter violado a instrução correcta do processo em Timor. Durante a Audiência Pública Nacional sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional, afirmou à Comissão o seguinte:

*Embora a reacção imediata da maioria dos países fosse condenar a anexação de Timor Leste, gradualmente mas muito depressa, no espaço de um par de anos, a maioria dos países já não manifestava qualquer disponibilidade para criticar aquilo que se estava a passar em Timor Leste.*<sup>56</sup>

88. Vendrell explicou que as relações políticas e económicas da Indonésia com um certo número de grupos chave influenciaram esta mudança pragmática de atitude. A Indonésia do Presidente Suharto tinha o apoio do Ocidente como “país anticomunista” e da União Soviética e seus aliados porque tinha eliminado o Partido Comunista Indonésio (PKI), pró-chinês. Gozava também do apoio da ASEAN e do mundo islâmico, onde era o maior membro assim como do movimento dos Não Alinhados, do qual era membro fundador.<sup>57</sup>

89. Governo indonésio continuou a defender a validade do processo de 1976 apesar da contestação crescente à sua presença em Timor, nomeadamente no rescaldo do Massacre de Santa Cruz. Em 1992, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, viu-se obrigado a abordar o caso da Indonésia no National Press Club em Washington. Num discurso intitulado ‘Derrubar os mitos em torno de um processo de Descolonização’ reafirmou a posição, frequentemente reiterada, de que a Indonésia não tivera pretensões territoriais relativamente a Timor-Leste e tinha dado cumprimento à decisão do povo timorense sobre o seu futuro, tomada no decurso de um processo justo e correcto.<sup>58</sup>

90. A 21 de Maio de 1998, B. J. Habibie tornou-se o terceiro Presidente da Indonésia. A sua lista de reformas urgentes incluía a abordagem da questão de Timor-Leste, que, como tinha reconhecido expressamente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas “era uma pedra no sapato da Indonésia”, um empecilho ao desenvolvimento. Consta que o Presidente declarou a alguns colaboradores:

---

\* Encontra-se *in* Krieger, pp. 291-297, uma lista de Estados cuja assinatura de tratados, sobre impostos ou outros, com a Indonésia pode ser interpretados como reconhecimento da integração.

*Porque é que temos este problema quando temos montanhas de outros problemas? Dão-nos petróleo? Não. Dão-nos ouro? Não. Só nos dão pedras. Se os timorenses são ingratos depois de tudo o que fizemos por eles, para quê insistir?*<sup>59</sup>

91. Em Junho anunciou que a Indonésia ia considerar um “estatuto especial” para Timor-Leste, uma alteração política que o Presidente Suharto tinha repetidamente rejeitado, inclusive ainda recentemente, em 1997. A 27 de Janeiro de 1999, preocupado porque a autonomia podia inevitavelmente levar à independência com grandes custos para a Indonésia, o Presidente Habibie obteve a aprovação do Conselho de Ministros para ser encontrada solução clara para esta questão, mediante uma escolha entre autonomia e independência. No seguimento da reunião do Conselho de Ministros, o ministro da informação, Yunus Yosfiah, anunciou que:

*Será concedida a Timor Leste uma autonomia regional alargada. Se isto não for aceite pela massa dos timorenses, sugerimos aos novos deputados da Assembleia Consultiva do Povo [MPR], a ser constituída em resultado das próximas eleições, que libertem Timor Leste da Indonésia.*

92. A 30 de Agosto de 1999, o povo timorense exerceu livremente o direito à autodeterminação, sob os auspícios das Nações Unidas, que lhes havia sido prometido pela primeira vez em 1960. Os militares indonésios prosseguiram com a política de subversão que tinha caracterizado a sua actuação desde 1974, mas as suas tentativas de sabotagem e intimidação foram goradas pelas forças democráticas do Governo da Indonésia e da sociedade civil. O resultado foi muito claro: 21,5% a favor da autonomia especial, 78,5% contra.

93. Na declaração em que anunciou o resultado da votação, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, aconselhou:

*Aqueles que votaram a favor da aceitação de uma autonomia especial não devem considerar este resultado como uma perda. E a maioria também não deve considerar isto uma vitória, porque hoje não há vencedores nem vencidos. Pelo contrário, este momento anuncia a oportunidade que têm todos os timorenses de começar a forjar em conjunto um futuro comum naquilo que se tornará o Timor Leste independente.*<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Citado in *East Timor in Transition 1998-2000: An Australian Policy Challenge*, Department of Foreign Affairs and Trade, Canberra, 2001 [doravante, *East Timor in Transition*, DFAT], p. 38. Algumas personalidades indonésias apelavam a esta alteração de política já há alguns anos (ver secção sobre a sociedade civil indonésia no presente subcapítulo). Depois de Habibie assumir a presidência, personalidades como Adi Sasono, Dewi Fortuna Anwar e Ginanjar Kartasasmita influenciaram o seu pensamento. Ver Clinton Fernandes, *Reluctant Saviour*, Scribe Publications, Carlton North, Victoria, 2004, pp. 40-41. A recomendação a favor da autodeterminação apresentada pelo primeiro-ministro australiano, John Howard, também foi um factor importante.

### 2.3.1 Conclusão

94. O governo de Suharto violou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação. Foi também uma violação do direito internacional e do espírito da Constituição Indonésia, da tradição anti-colonial e das políticas da Indonésia. Os militares indonésios foram os principais responsáveis por esta violação. O povo indonésio não foi consultado nem informado e não detém qualquer responsabilidade.

95. O governo de Suharto tinha um interesse legítimo no resultado da descolonização de Timor e existiam canais adequados para comunicar tais interesses, mais decidiu ignorar os procedimentos adequados.

96. Esta violação seguiu-se a uma decisão secreta, tomada ao mais alto nível em 1974, de integrar a, então, colónia portuguesa na Indonésia. Publicamente, o governo de Suharto apoiou o direito dos timorenses a escolherem livremente entre três opções, em conformidade com a Resolução 1541 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1960, e apresentava-se como um bom cidadão internacional. Na prática, trabalhou para que restasse em debate apenas uma destas opções, a da integração, e para minar e negar o direito à independência que era o objectivo dos dois maiores partidos políticos de Timor. Tentou justificar a sua intervenção com base em responsabilidades humanitárias, segurança regional, autodefesa, laços culturais, históricos e étnicos pré-coloniais e falta de viabilidade económica de Timor Leste. Estas alegações não eram razões válidas para desrespeitar o direito inalienável do povo timorense à autodeterminação e eram incompatíveis com a Declaração de Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais de 1960, que a Indonésia afirmava respeitar.

97. Este processo de subversão foi, gradualmente, tornando-se agressivo. O Presidente Suharto deu claramente a entender aos seus conselheiros e aos governos estrangeiros que preferia conseguir a integração por meios políticos mas que não punha de parte o recurso à força militar. Autorizou o uso de força em 1975, quando se tornou claro que os acontecimentos em Timor jogavam a favor da independência. Embora certos sectores influentes da comunidade internacional aceitassem esta decisão, as Nações Unidas condenaram a intervenção da Indonésia e rejeitaram a validade da anexação subsequente. A Organização continuou a afirmar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, apesar das pretensões indonésias em contrário.

98. A intervenção militar do governo de Suharto e a sua má gestão em Timor-Leste foram um desastre para o povo de Timor-Leste e para a própria Indonésia, incluindo para milhares de jovens soldados indonésios e para as suas famílias e entes queridos. A violência local contínua causou a falência da diplomacia a nível internacional. Levou exactamente ao resultado que a Indonésia e os seus vizinhos tinham tentado evitar, em 1975, um Timor Leste independente, dirigido pela Fretilin.

99. Em 1999, a decisão do Presidente Habibie de libertar a Indonésia de Timor-Leste mediante um acto de autodeterminação, sob a supervisão das Nações Unidas e o respeito por este processo demonstrado pelo Presidente Abdurrahman Wahid, foram actos de verdadeiros estadistas, em harmonia com o direito internacional, e ajudaram a restabelecer a posição da Indonésia no seio da comunidade internacional.

### 2.4 Austrália

100. A Austrália não desempenhou um papel principal no conflito, mas os sucessivos governos australianos interessaram-se de perto pelo caso e a Austrália foi vista por Portugal e pela Indonésia, e também pela Resistência timorense, como um actor-chave. A proximidade da Austrália a Timor e o seu estatuto como potência de média dimensão na região, juntamente com uma sociedade civil activa, o interesse do Parlamento e dos meios de comunicação pela

situação de Timor-Leste, tornou inevitável o seu envolvimento, apesar das repetidas tentativas do governo de se distanciar do problema.

101. As principais potências ocidentais esperavam também que a Austrália desempenhasse um papel-chave. Depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA e o Reino Unido insistiram com a Austrália para que esta assumisse mais responsabilidades nos assuntos da região, incluindo no Timor português depois de este se ter tornado uma questão internacional, em 1960. As discussões no Conselho de Ministros, em 1963, sobre o futuro do território faziam referência a “propostas da Administração dos Estados Unidos da América para que a Austrália tome mais iniciativas diplomáticas e de defesa do Sudeste Asiático, partilhando mais responsabilidades e não se limitando, como acontece agora, a apoiar as sugestões emanadas dos Estados Unidos de América ou do Reino Unido”.<sup>61</sup>

102. Depois de Portugal, em 1974, ter tomado a decisão de descolonizar o território, os governos ocidentais voltaram-se para Canberra em busca de informações e de aconselhamento político sobre a questão. Consciente da influência do seu vizinho europeu, o governo de Suharto prestou uma atenção especial às suas relações com a Austrália e manteve as autoridades australianas informadas sobre a evolução da posição Indonésia. De referir as conversações sobre a questão de Timor entre o Presidente Suharto e o primeiro-ministro australiano Gough Whitlam, por duas ocasiões, uma vez em 1974 e outra em 1975. A importância do papel da Austrália, tanto para a Indonésia como para os governos ocidentais, está bem ilustrada no impacto da decisão da Austrália votar contra a Indonésia relativamente a esta matéria na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 1975. Nessa altura, Harry Tjan, um importante conselheiro do Presidente Suharto, informou, iradamente, o Governo australiano de que este voto tinha causado sérios danos, já que muitos países punham os olhos na Austrália em busca de liderança. Os americanos, disse Tjan, já tinham dito ao Governo Indonésio que as intenções de voto da Austrália tinham tido uma influência importante na forma como votariam. A Indonésia soube também que os Nove (incluindo o Reino Unido) tinham sido igualmente influenciados pela Austrália. O mesmo aconteceu certamente com muitos outros. A atitude geral da Austrália nas Nações Unidas sobre a matéria tinha sido “extremamente prejudicial” para a Indonésia.<sup>62</sup>

#### 2.4.1 Política australiana até 1974

103. As características principais da política australiana sobre a questão foram-se definindo na década de 1960, depois de o Timor português ter sido classificado pela Nações Unidas como um território não autónomo. Estas políticas não surgiram como resposta ao direito recém-reconhecido de Timor, mas pela preocupação de que Portugal e a Indonésia entrassem em rota de colisão, o que poderia levar a conflitos próximos do Norte da Austrália. Os decisores políticos de Canberra acreditavam que a recusa de Salazar em cooperar com as Nações Unidas e fazer qualquer concessão, por mínima que fosse, à opinião do Terceiro Mundo provocaria Sukarno a recorrer à acção militar contra os portugueses, à semelhança do que fizera com os britânicos por causa da formação da Malásia e com os holandeses por causa do Irian Ocidental. O primeiro-ministro australiano, R.G. Menzies, escreveu ao primeiro-ministro português, António de Oliveira Salazar, várias vezes entre 1961 e 1964, numa tentativa de afastar esta crise previsível.

---

\* Para além das vias oficiais de comunicação com a *Bakin* (o organismo de coordenação dos serviços de informação) e com o Ministério dos Estrangeiros da Indonésia, a Austrália mantinha um canal privilegiado através de Harry Tjan com o desenvolvimento da *Operasi Komodo*. Uma comunicação emanada de um funcionário da Embaixada, em Julho de 1975, descreve o apreço que a Austrália nutria pela franqueza e ligações de Tjan: “É com frequência que nos lê as actas das reuniões secretas sobre Timor português. Mantém em sua posse documentos classificados sobre o assunto. Por vezes recebe chamadas de personalidades de relevo (Ali, Yoga) quando estamos com ele no seu gabinete...Tjan respeita-nos e confia em nós. Fala conosco como não o faz com mais ninguém”, Documento 157, Jakarta, 21 de Julho de 1975, in Wendy Way (eds.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976*, Department of Foreign Affairs and Trade (doravante, DFAT), Melbourne University Press, Victoria, 2000, p. 295.

104. A colisão acabou por não ter lugar mas, em resposta a esta possibilidade, foi definido um certo número de opções políticas chave. De uma ou de outra forma, estas políticas e preocupações que foram adoptadas antes do advento do governo Suharto ou da criação da Fretilin, viriam a caracterizar o modo como a Austrália lidou com o problema de Timor durante todo o conflito.

105. Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros, Garfield Barwick, incluíam o seguinte:<sup>63</sup>

- A Austrália apoia o princípio da autodeterminação.\*
- Timor não tem futuro sob o domínio português.
- O território não tem capacidade para uma independência política.
- A Austrália aceitaria a incorporação pela Indonésia desde que fosse pacífica e estivesse em conformidade com a vontade livremente expressa do povo timorense.
- A Austrália opor-se-ia a uma agressão militar indonésia no território e apoiará a acção da ONU em resposta.
- A opinião pública australiana não aceitaria violência da Indonésia contra Timor.
- Qualquer iniciativa australiana sobre esta matéria deve ter em conta a importância das boas relações entre a Austrália e a Indonésia. As Actas do Conselho de Ministros de 1963 referiam-se à afirmação acima:

O Conselho de Ministros indicou que (não) desejaria tomar iniciativas que pudessem fazer com que a Indonésia ou outros países a vissem como um adversário permanente. O objectivo das relações com a Indonésia é conseguir o máximo grau possível de entendimento mútuo.<sup>64</sup>

106. Barwick rejeitou uma proposta apresentada pelo Secretário de Estado-Adjunto dos EUA, Harriman, de que fosse concedido apoio a Portugal para a criação de um programa de desenvolvimento a dez anos, que culminaria num acto timorense de autodeterminação.

107. O destino do Timor português não constituiu um problema durante os primeiros anos da Nova Ordem. O governo de Suharto manifestou pouco interesse no território e a Austrália encerrou o seu consulado em Díli em 1971. A Austrália acolheu favoravelmente a Nova Ordem e apreciou altamente o seu empenho na estabilidade, anti-comunismo, crescimento económico, questões internas e relações regionais positivas que, na opinião da Austrália, contrastavam com a política externa agressiva e com a turbulência interna do governo de Sukarno. O reforço e a ampliação das relações da Austrália com a Indonésia tornaram-se um objectivo prioritário. Em 1973, a Embaixada australiana declarava:

O Presidente Suharto...tem grande simpatia para com a Austrália...Existe assim uma oportunidade única para a Austrália, com os seus interesses nacionais como prioridade, desenvolver relações mais estreitas com um país em que temos grande interesse.<sup>65</sup>

---

\* O modo como a autodeterminação poderia ser implementada foi objecto de debate nos círculos oficiais. Diz um Grupo de Trabalho do Ministério: "...o Governo apreciaria certamente que a cessão (por Portugal) fosse acompanhada de algum processo de autodeterminação. Mais, esperaríamos que os próprios indonésios desejassem alguma expressão de autodeterminação para se protegerem da acusação de neocolonialismo e de estabelecerem acordos com uma potência colonialista. Talvez, em teoria, o problema da autodeterminação não seja irresolúvel e possa ser ultrapassado por um processo do tipo da Nova Guiné Ocidental.", "The Future of Portuguese Timor", in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 31.

108. Durante este período, as autoridades australianas continuavam a aconselhar a integração de Timor na Indonésia. Em 1970, o primeiro-ministro australiano, William McMahon foi informado de que:

Não existem para já indícios de que a Indonésia tente anexar o Timor português...(mas) a longo prazo a decisão sensata da colónia seria a incorporação na Indonésia.<sup>66</sup>

109. Em 1973, o primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, foi informado de que:

O povo do Timor português viveria eventualmente melhor sob domínio indonésio do que sob outro estatuto qualquer concebível (a metade indonésia da ilha é melhor governada do que a colónia portuguesa e as perspectivas desta, como uma entidade independente, seriam fracas).<sup>67</sup>

#### **2.4.2 Política australiana, 1974-75**

110. A política australiana sobre Timor, depois da Revolução dos Cravos em Portugal, foi definida sobretudo pelo primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam (1972/75). O governo Trabalhista a que presidiu, o primeiro em mais de duas décadas, introduziu uma série de reformas internas importantes, mas deu também uma enorme relevância à posição da Austrália na Ásia e às suas relações com a Indonésia.

111. A política de Whitlam para Timor foi semelhante à herdada do governo Menzies, com uma diferença de monta. Deu maior prioridade à cooperação com a Indonésia e, particularmente, com o próprio Presidente Suharto, cuja substituição de Sukarno e atitude positiva para com a Austrália tinham sido bem recebidas. Whitlam decidiu estas políticas sem discussão no Conselho de Ministros.<sup>68</sup> Contudo, as grandes linhas desta nova abordagem política tiveram o apoio dos dirigentes de ambos os credos políticos. O secretário do departamento dos Negócios Estrangeiros, Alan Renouf, afirmou às autoridades da Malásia, em Outubro de 1975:

O primeiro-ministro (Whitlam), a maioria do Conselho de Ministros, assim como o Sr. Fraser, (líder da oposição) e o Sr. Peacock (ministro sombra dos Negócios Estrangeiros) simpatizam com as aspirações integracionistas da Indonésia.<sup>69</sup>

112. Whitlam discutiu a política sobre Timor face-a-face com o Presidente Suharto em duas ocasiões: 5 a 8 de Setembro de 1974, em Yogyakarta, Indonésia e 4 de Abril de 1975 em Townsville, Austrália. O Presidente Suharto disse claramente que considerava a primeira reunião como uma ocasião especial e que esperava do primeiro-ministro australiano uma declaração firme sobre Timor.

113. Em resumo, Whitlam apresentou três pontos principais ao presidente indonésio:

1. Reduziu as três opções, disponibilizadas ao povo timorense ao abrigo do direito internacional, a uma única, ou seja a incorporação na Indonésia, desde que esta fosse livremente escolhida pelo povo timorense. Segundo o relatório oficial da reunião:

O primeiro-ministro afirmou considerar que havia dois pontos básicos no seu modo de ver a questão do Timor português. Em primeiro lugar, achava que o Timor português devia tornar-se parte da Indonésia. Segundo, isto devia acontecer em conformidade com os desejos adequadamente expressos pelo povo do Timor português.

2. A independência não era uma opção. Disse ao presidente:

O Timor português era demasiado pequeno para ser independente. Economicamente era inviável. A independência não seria bem aceite pela Indonésia, pela Austrália e por outros países da região, porque um Timor português independente tornar-se-ia inevitavelmente o foco das atenções para outros fora da região.

Disse ao presidente que a Austrália apoiaria a posição da Indonésia em Lisboa:

O nosso objectivo em Lisboa seria apresentar ao Governo português a opinião de que o Timor português era parte do mundo indonésio.

3. Acentuou a importância de proteger as relações bilaterais e de não alienar a opinião pública australiana:

Esperava que o presidente não esquecesse a necessidade do apoio da opinião pública australiana à incorporação na Indonésia do Timor português, baseada no respeito pela expressão democrática da vontade do povo.<sup>70</sup>

Repetiu isto mesmo numa segunda reunião com o presidente nesse mesmo dia.

114. Presidente Suharto exprimiu essencialmente a mesma posição. O major-general Ali Murtopo, chefe do projecto secreto das Operações Especiais para Timor, afirmou ao embaixador australiano em Portugal, a 14 de Outubro, que a reunião tinha confirmado o interesse da Indonésia na integração:

Ali disse que até à visita de Whitlam a Jacarta não tinham ainda tomado qualquer decisão sobre Timor. Contudo, o apoio do primeiro-ministro à ideia da incorporação na Indonésia ajudou-os a cristalizar o seu próprio pensamento e estavam agora firmemente convictos da sensatez desta abordagem.<sup>71</sup>

115. A política de Whitlam inverteu as prioridades definidas na reunião informativa sobre a autodeterminação que tinham sido aprovadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, senador Willesee, antes da reunião Whitlam-Suharto. Estas atribuíam uma importância maior ao processo de autodeterminação, aberto a cada uma das três opções disponíveis, do que ao resultado do processo. Também não descartavam a independência em bases económicas.<sup>72</sup> O ministro dos Negócios Estrangeiros e o secretário do seu departamento, Alan Renouf, partilhavam a opinião de Whitlam de que a integração definitiva na Indonésia era o melhor resultado possível, mas acreditavam que devia ser dada prioridade à autodeterminação dos timorenses. Pensavam que isto seria mais bem aceite pela opinião pública australiana e garantiria que os aspectos inaceitáveis do “Acto de Livre Escolha” no Irian Ocidental não se repetiriam em Timor. Em Novembro de 1991, Willesee reconheceu que discordava de Whitlam:

Creio que não devíamos armar-nos em Deus, mas sim deixar que os timorenses decidam.

116. Whitlam reiterou esta posição numa outra reunião com o presidente Suharto em Townsville, a 4 de Abril de 1975. Em resposta, o presidente Suharto disse que estava ao corrente da especulação, na Austrália, sobre a possibilidade de uma invasão do Timor português pela Indonésia mas que a “Indonésia nunca contemplaria uma acção desse tipo.”<sup>73</sup>

117. No seguimento da eclosão da guerra civil, em Agosto, o embaixador australiano na Indonésia, Richard Woolcott, aconselhou que o primeiro-ministro não escrevesse mais nenhuma carta sobre Timor ao presidente Suharto. Escreveu:

Suharto esperará da Austrália compreensão para aquilo que ele, depois de muito ponderar, decida fazer e não algo que poderia considerar um sermão ou mesmo uma advertência amigável...Daqui sugiro que as nossas políticas se baseiem tanto quanto possível num distanciamento em relação à questão de Timor; retirar de Timor os australianos que, actualmente, lá se encontram; deixar que os acontecimentos sigam o seu curso; e se e quando a Indonésia intervier, agir de forma a minimizar o impacto público na Austrália e a mostrar em privado à Indonésia que compreendemos os seus problemas.

118. O embaixador sugeriu que o *gap* na fronteira australiana do Mar de Timor podia vir a resolver-se melhor com a Indonésia do que com Portugal ou com um Timor-Leste independente e concluiu:

Sei que estou a recomendar uma posição mais pragmática do que de princípios, mas os interesses nacionais e a política estrangeira são isso mesmo.<sup>74</sup>

119. Seguindo este conselho, Whitlam disse ao Parlamento australiano, em 26 de Agosto de 1975, que a Austrália não era uma parte directamente interessada no Timor português:

*Não temos obrigações nacionais nem interesse em nos envolvermos de novo nos assuntos coloniais ou pós-coloniais no Timor português...Continuamos a defender que o futuro do território é uma questão que terá de ser resolvida por Portugal e pelo povo timorense, ocupando a Indonésia também um lugar importante devido aos seus interesses predominantes.*<sup>75</sup>

120. A Indonésia fez saber a Whitlam o quanto apreciava a sua assistência e compreensão:

---

<sup>73</sup> David Jenkins, “Whitlam não pode manter este ultraje sobre Timor Leste”, *Sydney Morning Herald*, 30 de Novembro de 1991. Whitlam e o senador Willesee concordaram sobre a necessidade de preparar Timor para a autodeterminação. Em Julho de 1975, o Ministério dos Negócios Estrangeiros aprovou um plano australiano de ajuda a Timor-Leste, mas não foi posto em prática devido à guerra civil UDT-Fretilin. Australian Senate Report, *East Timor*, Dezembro 2000, p. 140.

O general Murdani disse que ele, o presidente e outros tinham uma grande dívida para com o Sr. Whitlam, devido à compreensão que ele tinha demonstrado relativamente à posição da Indonésia e à posição de ajuda que tinha assumido. O presidente considera isto como algo de grande valor. Mas também compreende os problemas com que o governo se está a debater. Se o Governo australiano não puder apoiar publicamente a Indonésia nos próximos meses, então ele esperava que adoptássemos a terceira opção e ficássemos calados.<sup>76</sup>

121. A Austrália não protestou formalmente contra a *Operasi Flamboyan*, a incursão indonésia no Timor Português a 16 de Outubro de 1975, que resultou na morte de cinco membros da comunicação social baseada na Austrália. De Jacarta, Woolcott tinha avisado:

Embora saibamos que não é verdade, a posição pública formal do Governo Indonésio é que não há nenhuma intervenção militar em Timor Leste. Se o ministro (senador Willesee) dissesse ou sugerisse em público que o Governo indonésio estava a mentir, desencadearíamos uma reacção de desgosto e fúria.<sup>77</sup>

122. Whitlam foi substituído nas funções de primeiro-ministro a 11 de Novembro de 1975, mas o seu sucessor, Malcom Fraser, continuou na mesma linha política.\* A pedido de Fraser, o embaixador Woolcott encontrou-se secretamente com o Presidente Suharto na residência deste último, a 25 de Novembro de 1975, para lhe garantir que o Governo de gestão australiano atribuía a mesma importância que Whitman às relações da Austrália com a Indonésia e aos laços pessoais com o Presidente, que ele “procuraria desenvolver mais ainda essas relações” e não receberia José Ramos-Horta, ou qualquer outro representante da Fretilin, caso se deslocassem à Austrália.

123. Fraser pediu também ao embaixador que dissesse ao Presidente “que reconhece a necessidade da Indonésia encontrar uma solução adequada para o problema do Timor Português”. Woolcott contou que o presidente tinha ficado muito satisfeito ao saber da compreensão da Austrália e que, quando pediu ao embaixador que clarificasse o significado das palavras do primeiro-ministro, Woolcott tinha respondido:

Deduzo que, por solução apropriada, o primeiro-ministro tinha em mente a solução que satisfizesse os interesses da política indonésia.

124. Nem o primeiro-ministro nem o Presidente se referiram directamente ao uso da força.

O Presidente não fez qualquer referência ao envolvimento directo da Indonésia embora eu presuma que ele sabe que eu estou ao corrente.<sup>†</sup>

---

\* Malcom Fraser foi nomeado primeiro-ministro de um governo de gestão na sequência da destituição do governo Whitlam a 11 de Novembro de 1975. O papel de um governo de gestão é essencialmente assegurar os processos normais de administração sem introduzir políticas novas. Fraser tornou-se primeiro-ministro depois de o seu Partido Liberal ter ganho com uma vitória esmagadora as eleições gerais a 13 de Dezembro de 1975 e continuou neste posto até 1983. A política pré-eleitoral defendida para Timor pelo seu governo continuou a ser aplicada.

† Documento 343, Canberra, 20 de Novembro de 1975 e Documento 344, Jacarta 25 de Novembro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 579-80. Fraser disse à ABC TV, a 12 de Setembro de 2000 que, como primeiro-ministro interino não fora informado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros acerca dos planos de invasão da Indonésia. Alan Ramsey, “East Timor, The secret that never was”, *Sydney Morning Herald*, 16 de Setembro de 2000.

125. Livre das suas funções, Whitlam fez pessoalmente campanha a favor da Indonésia. A seguir a uma visita a Timor Leste, em 1982, sobre a qual informou directamente o Presidente Suharto, foi decisivo no afastamento de D. Martinho da Costa Lopes da chefia da Igreja Católica de Timor e posteriormente, ainda nesse ano, compareceu perante a Comissão Especial das Nações Unidas para a Descolonização onde solicitou que a questão de Timor-Leste fosse suprimida da agenda das Nações Unidas.

126. Durante toda a década de 1970, os governos australianos seguiram uma política do tipo “negócio é negócio...”, nas suas relações com a Indonésia, incluindo no respeitante à cooperação no sector da defesa. O governo Whitlam iniciou um programa de cooperação no sector da defesa com a Indonésia, em Julho de 1972, no valor de 20 milhões AUD que incluíam o fornecimento de 16 jactos Sabre, formação e cooperação na área dos serviços de informação. O programa foi reiterado em 1975 e ampliado pelo governo Fraser. A ajuda foi concedida sob condição de não ser usada em Timor-Leste nem para fins de repressão interna.

#### 2.4.3 Política australiana 1975/98

127. Esta política australiana de duas caras provocou um dilema político quando Timor-Leste foi objecto de debate na Assembleia Geral das Nações Unidas em resposta à invasão indonésia. A Austrália optou por defender o direito do povo timorense à autodeterminação, de harmonia com os princípios das Nações Unidas e com a própria posição da Indonésia, mas tentou fazer com que as referências à Indonésia fossem eliminadas da resolução. Estes esforços não foram coroados de êxito e a resolução adoptada a 12 de Dezembro de 1975 deplorava a intervenção militar indonésia e apelava à retirada imediata das suas tropas. Para grande aborrecimento da Indonésia, a Austrália foi o único país vizinho a votar a favor da resolução.

128. A Austrália continuou a reconhecer o direito de Timor à autodeterminação e a manifestar o seu desagrado sobre o modo como a Indonésia tinha incorporado o território. Recusou um convite da Indonésia para assistir à Assembleia de Representantes do Povo, em Díli, a 31 de Maio de 1976 e não reconheceu a Assembleia como um acto válido de autodeterminação. Esta política foi aplicada durante todo o conflito. No relatório oficial sobre o caso, o governo declara:

Sempre, até 30 de Agosto de 1999, a posição da Austrália foi de que o povo de Timor Leste tinha ainda de exercer o seu direito à autodeterminação.<sup>78</sup>

129. A Austrália, porém, não defendeu esse direito na prática. Entre 1976 e 1981 não apoiou as resoluções sucessivas a favor da autodeterminação na Assembleia Geral das Nações Unidas e votou contra a moderada Resolução da Assembleia Geral de 1982 que não reafirmava o direito e instituiu negociações, sob a égide das Nações Unidas, para resolver o conflito. A Austrália também suprimiu o direito de forma indirecta. Em Janeiro de 1978, a Austrália reconheceu *de facto* o controlo da Indonésia sobre Timor Leste. Passou em seguida a um reconhecimento *de jure*, a partir de 14 de Fevereiro de 1979, quando a Austrália entabulou negociações com a Indonésia sobre as fronteiras do leito marítimo com Timor Leste. Estas políticas, assim como o programa de cooperação com a Indonésia que se lhes seguiu, incluindo a cooperação militar, tiveram como efeito consolidar e legitimar a soberania da Indonésia em Timor Leste.

---

\* A Embaixada da Nova Zelândia em Canberra informou em Outubro como é que o Governo australiano tencionava lidar com a questão quando “a invasão se tornasse do conhecimento público.” Informou Wellington: “Eles (a Indonésia) serão também informados de que o Governo australiano não tem outra hipótese que não seja a crítica, mas que as relações bilaterais com a Indonésia são de importância primordial. Por outras palavras ‘temos de vos criticar asperamente mas, por favor compreendam e aguentem’. Ou seja, qualquer declaração australiana tanto aqui como, se necessário, nas Nações Unidas, será formulada nos termos mais moderados a que o governo pensa poder recorrer.” 17 de Outubro de 1975 in New Zealand Government East Timor Official Information Act (OIA) Material (doravante, NZ,OIA Material) Volume 1.

130. Esta política de reconhecimento, primeiro seguida pelo conservador governo Fraser, foi continuada pelo governo Trabalhista. A 17 de Agosto de 1985 – dia nacional da Indonésia - o primeiro-ministro trabalhista australiano, Bob Hawke, confirmou, inequivocamente, que a Austrália reconhecia a autoridade soberana da Indonésia em Timor Leste e considerava os habitantes de Timor Leste cidadãos da Indonésia. A 11 de Dezembro de 1989, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, senador Gareth Evans e o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, assinaram o Tratado de Cooperação da Zona do *Timor Gap* apesar das objecções de Portugal que alegava que este tratado violava o direito do povo timorense à autodeterminação.

131. O governo Trabalhista, chefiado pelo primeiro-ministro Paul Keating a partir de Dezembro de 1991, manteve e desenvolveu as políticas do governo Hawke. Após uma visita à Indonésia, Keating disse ao Parlamento australiano:

*Escolhi deliberadamente a Indonésia para a minha primeira visita ao estrangeiro, para demonstrar que esta está no topo das nossas prioridades.*<sup>79</sup>

132. Recomendou que o abuso dos direitos humanos em Timor Leste fosse abordado através de uma reconciliação duradoura.

133. A partir de 1975, várias secções do Partido Trabalhista Australiano (*ALP*) formularam críticas à liderança do partido por este ignorar a política do partido que defendia a autodeterminação para Timor Leste ou por diluir essa política. Em contrapartida, o porta-voz dos negócios estrangeiros do ALP, Laurie Brereton, procedeu a uma revisão da política do partido sobre Timor-Leste, no contexto do aparecimento de um movimento democrático autóctone na Indonésia e de outros acontecimentos, incluindo as conversações sob a égide das Nações Unidas, a apologia da questão feita por Portugal e o aumento das preocupações expressas pela opinião pública na Austrália. O documento concluiu “que não é provável que se chegue a uma solução duradoura do conflito em Timor Leste na ausência de negociações, no âmbito das quais o povo de Timor Leste possa exercer o seu direito à autodeterminação”.<sup>80</sup> Esta revisão da política foi adoptada em 1998, na Conferência Nacional do ALP e no seio do Comité Eleitoral Federal. Brereton serviu-se dela para questionar a política de *status quo* do governo Howard, que assumiu o poder em Março de 1996.

#### **2.4.4. Mudança da orientação política da Austrália**

134. O fim político do Presidente Suharto foi imediatamente reconhecido pelo Governo australiano como uma oportunidade de progresso na questão de Timor-Leste, mas sempre no âmbito da continuação da soberania indonésia.

135. No seguimento da proposta de autonomia feita pelo Presidente Habibie em 9 de Junho de 1998, o ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, manteve conversações em Jacarta sobre esta matéria e, num corte radical com as práticas anteriores, autorizou consultas directas aos timorenses. Incluíram-se nessas consultas, visitas do embaixador John McCarthy a Timor Leste, encontros com o líder da Resistência preso, Xanana Gusmão e um apelo à sua libertação e, com base numa sugestão apresentada pelo enviado das Nações Unidas, Jamsheed Marker, um inquérito à opinião pública timorense tanto no interior como no exterior de Timor-Leste. O Embaixador da Austrália nas Nações Unidas, Penny Wensley e o embaixador McCarthy tornaram-se peças-chave dos grupos nucleares criados por Jamsheed Marker em Nova Iorque e em Jacarta para fazer progredir a questão.

136. O inquérito à opinião pública timorense foi realizado em Julho e Agosto de 1998 e foi essencial para a reorientação da política australiana. Abrangeu todos os ângulos do debate político e concluiu que a maioria dos timorenses inquiridos concordavam que o *status quo* não era aceitável, que para qualquer solução, incluindo a autonomia, tinha de ser o povo a dizer a última palavra quer por meio de um referendo ou de qualquer outro processo de consulta e com garantias internacionais e que Xanana Gusmão era essencial para qualquer resolução. A Austrália comunicou os resultados ao Governo indonésio.<sup>81</sup>

137. A 19 de Novembro de 1998, o primeiro-ministro australiano, John Howard, escreveu ao Presidente Habibie e sublinhou a urgência de falar directamente com os timorenses a fim de obter o seu apoio à autonomia dentro da Indonésia. Chamou também a atenção para o apoio crescente em Timor-Leste e a nível internacional à causa da autodeterminação e sugeriu que se realizasse um acto de autodeterminação, passado um período substancial de autonomia, uma abordagem semelhante à que fora acordada na Nova Caledónia.

138. Presidente Habibie sentiu-se ofendido com a sugestão de que a presença indonésia em Timor Leste era comparável à colonização francesa da Nova Caledónia, mas aceitou a proposta australiana da autodeterminação. Numa reunião do Conselho de Ministros, a 1 de Janeiro de 1999, foi acordado que a Indonésia consultaria o povo de Timor-Leste acerca do seu futuro e lhe permitiria tornar-se independente se a proposta de uma autonomia especial fosse rejeitada.

139. A intervenção do primeiro-ministro Howard destinava-se a promover a reconciliação e a confirmar Timor-Leste como parte da Indonésia, mediante o livre consentimento do povo. A iniciativa teve o efeito contrário. Tornou-se um detonador da independência e o fim da política integracionista que tinha sido o eixo central da política australiana para Timor durante o processo de descolonização. O secretário-adjunto do Departamento dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, John Dauth, afirmou à Comissão do Senado Australiano, a 6 de Dezembro de 1999, que o governo só tinha finalmente abandonado a sua preferência declarada de que Timor-Leste se mantivesse um território autónomo dentro da Indonésia, quando o povo de Timor-Leste votou a favor da independência.

*Sempre dissemos claramente ao Governo indonésio durante todo este ano que respeitávamos a sua soberania até que chegasse a altura em que o processo, posto em marcha pelo Presidente Habibie, revelasse um resultado diferente.*<sup>82</sup>

140. Governo australiano e os seus diplomatas desempenharam um papel crucial na promoção e no apoio ao acto da autodeterminação, tanto do ponto de vista político como financeiro e organizativo. Após o escrutínio de 30 de Agosto de 1999 e a erupção da violência, a Austrália organizou e chefiou a Força Internacional em Timor Leste (Interfet), mandatada pelo Conselho de Segurança, que ajudou a reorientar o processo das Nações Unidas e a garantir que a decisão de independência do povo fosse respeitada e levada à prática.

#### **2.4.5 Conclusão**

141. O povo de Timor-Leste tinha grandes esperanças na Austrália, devido à sua proximidade, à sua presença durante a Segunda Guerra Mundial, às suas relações com a Indonésia e à sua reputação de bom cidadão internacional e influente.

142. Estas expectativas só foram satisfeitas em 1999. A Austrália apoiou nominalmente o princípio da autodeterminação durante o processo de descolonização, mas não o defendeu durante quase todo esse período. Manifestou-se a favor de uma única opção, a da integração na Indonésia, embora já tudo apontasse, a partir de 1974, que um acto de autodeterminação se oporia à integração. O comentário de Whitlam aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1974, “sou a favor da incorporação, mas há que obedecer à autodeterminação”

foi verdade em relação a cada um dos cinco governos que estiveram no poder durante a era Suharto.

143. A Austrália fez saber à Indonésia, ao mais alto nível, que se opunha ao uso da força em Timor-Leste mas, quando esta decisão foi tomada, em meados de 1975, teve conhecimento da mesma e aceitou-a. Não tardou a reconhecer a ocupação militar de Timor-Leste e a legitimá-la através de um reconhecimento *de jure* da soberania indonésia. Com uma única excepção, a Austrália votou contra Timor-Leste nas Nações Unidas, negou a responsabilidade de Portugal como potência administrante<sup>†</sup> e, com a sua posição e acções, minou o apoio internacional a Timor-Leste.

144. O ex-funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano, Dr. Kenneth Chan, declarou à Comissão:

*Apesar de ter tentado fazer um relato equilibrado da evolução da política australiana relativamente a Timor Leste, a minha opinião global sobre essa política durante os 25 anos em apreço é que foi sobretudo um fracasso. Foi um fracasso no que toca ao apoio a um princípio geral das Nações Unidas e ao direito e à justiça internacionais: o direito de todos os povos à autodeterminação. E fracassou também por não ter conseguido refrear a Indonésia e retirá-la da senda da intervenção e da agressão militares, em 1975, nomeadamente depois de a Fretilin ter assumido o controlo de Timor Leste e ter feito a sua declaração unilateral de independência.<sup>‡</sup>*

145. O povo de Timor-Leste congratulou-se e beneficiou com o forte apoio da Austrália a um acto genuíno de autodeterminação, em 1999.

### 3. Conselho de Segurança, seus membros permanentes e o Japão

#### 3.1 Conselho de Segurança

146. Conselho de Segurança, com sede em Nova Iorque, é o órgão com maior poder das Nações Unidas. É responsável pela manutenção da paz e da segurança entre as nações, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Tem 15 membros. Cinco são permanentes, a saber, os cinco países que alcançaram a vitória na Segunda Guerra Mundial: a China, a França, a Federação Russa (ex-União Soviética) o Reino Unido e os EUA. Os outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral por um período de dois anos.

147. Timor português foi alvo de deliberações do Conselho de Segurança durante a década de 60, em que Portugal foi criticado por não cumprir as suas obrigações nos termos da Carta. Isto alterou-se a partir de 1974 e, em resposta a um pedido de Portugal, o Conselho de

---

<sup>\*</sup> Numa conversa privada, Whitlam disse aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros: "Sou a favor da incorporação, mas tem de se obedecer à autodeterminação. Quero-o incorporado mas não o quero feito de tal forma que isso possa criar argumentos na Austrália para tornar as pessoas ainda mais críticas da Indonésia", [Documento 37, Canberra, 24 de Setembro de 1974, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 111].

<sup>†</sup> A Austrália defendeu perante o Tribunal Internacional de Justiça que Portugal não tinha estatuto para ser a potência administrante de Timor Leste, porque tinha abandonado o território em 1975, não era mencionado como potência administrante nas resoluções da Assembleia Geral de 1976, de 1977 e de 1978 e tinha administrado mal o território antes de 1974. [Krieger, pp. 341-477].

<sup>‡</sup> Depoimento CAVR, Audiência Pública Nacional sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004. O Dr. Chan trabalhou no Departamento dos Negócios Estrangeiros e do Comércio de 1972 a 1993. Representou a Austrália na ONU entre 1979 e 1982, onde se ocupou principalmente de questões de descolonização. Foi Administrador das Ilhas Cocos (Keeling) quando o povo desse território votou em 1984 para se tornar parte da Austrália.

Segurança reuniu-se a 15 de Dezembro de 1975 para debater a intervenção da Indonésia no território.

148. A 22 de Dezembro de 1975 o Conselho adoptou uma resolução que instava todos os Estados a respeitarem a integridade territorial do Timor português, assim como o direito do seu povo à autodeterminação.<sup>83</sup> A Resolução lamentava a intervenção militar da Indonésia e o facto de Portugal não ter assumido as suas responsabilidades em conformidade com o Capítulo XI da Carta da ONU. Exortava a Indonésia a retirar sem demora as suas tropas do território e a Portugal, como potência administrante, a que cooperasse totalmente com as Nações Unidas a fim de permitir que o povo de Timor-Leste exercesse livremente o seu direito à autodeterminação. A Resolução apelava também a todos os Estados e a outras partes interessadas, para que cooperassem com as Nações Unidas a fim de se chegar a uma solução pacífica para a situação e pedia ao Secretário-Geral que enviasse ao território com carácter de urgência um representante especial, para fazer uma avaliação no terreno e contactar todas as partes e Estados a fim de assegurar a implementação da Resolução.<sup>84</sup> A Resolução foi adoptada por unanimidade.

149. Conselho de Segurança não condenou a Indonésia por agressão nem pelo uso ilegal de força. Descreveu a acção da Indonésia como “intervenção” e não como “invasão”, limitou-se a apelar à Indonésia que retirasse as suas tropas e não recomendou nem impôs sanções ao seu comportamento.

150. Em Janeiro, o Representante Especial do Secretário-Geral (RESG) Vittorio Winspeare Guicciardi, visitou Timor-Leste e a região. Devido à obstrução da Indonésia não pôde encontrar-se com representantes da Fretilin e o relatório que apresentou foi inconclusivo.<sup>85</sup>

151. Após recepção do relatório, o Conselho de Segurança reuniu-se a 22 de Abril de 1976 e adoptou nova resolução. O seu conteúdo era substancialmente o mesmo do texto de Dezembro, incluindo o pedido para o RESG continuar a sua missão, com excepção de duas omissões: os parágrafos que “deploravam” a intervenção armada da Indonésia e que “lamentavam” os fracassos de Portugal foram suprimidos.<sup>86</sup> Foi aprovado com 12 votos a favor, zero contra e duas abstenções: o Japão e os EUA.

152. A Indonésia não obedeceu às duas solicitações do Conselho de Segurança para que retirasse as suas tropas e não foram impostas sanções por esta recusa. O pedido para o RESG voltar a Timor-Leste e prosseguir as consultas com as partes interessadas não foi atendido pelo Secretário-Geral, Kurt Waldheim. Um diplomata britânico nas Nações Unidas, Richard Dalton, contou que José Ramos-Horta censurou o Secretário-Geral por este não ter implementado a Resolução 389. Dalton escreveu:

Winspeare tem ordens para não tomar qualquer iniciativa. Indicou que estava disponível, se as partes quisessem falar com ele, mas que não fará qualquer esforço para as reunir. Segundo Schlittler-Silva, o brasileiro que acompanhou Winspeare e que ainda se ocupa da questão no Secretariado, se o Secretário-Geral for interrogado sobre as razões por que não deu seguimento à Resolução 389, ele está preparado para argumentar que foi por nenhum dos membros do Conselho, ter, para já, insistido com ele para que o fizesse.<sup>†</sup>

<sup>†</sup> Um membro, o Benim, não participou na votação.

<sup>†</sup> A 11 de Junho de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Ficheiro Dowson 7.25, o Secretário-Geral Waldheim não descartou um acto de autodeterminação ao estilo do Irian Ocidental. Informou o Sr. Kuard, subsecretário de Estado Parlamentar para os Negócios Estrangeiros e para o Commonwealth que: “Podia pensar numa espécie de acto de autodeterminação sob os auspícios da ONU, mas não era claro que forma assumiria. Os indonésios desejavam

153. Conselho de Segurança manteve-se “ao corrente da situação”, mas não voltou a abordar a questão até 1999.

154. Em 1982 o Secretário-Geral voltou a ser pressionado para que desempenhasse um papel activo. A Resolução da Assembleia Geral 37/30 solicitava ao Secretário-Geral, Javier Perez de Cuellar, “que iniciasse consultas às partes directamente interessadas, com vista a explorar vias que levem a uma resolução global do problema”.<sup>\*</sup> Sob os seus auspícios, iniciaram-se conversações entre a Indonésia e Portugal, em Julho de 1983. Poucos progressos fizeram e a Resistência timorense não foi considerada uma das “partes directamente interessadas.” No entanto, a persistência do Secretariado relativamente àquilo que parecia ser uma questão irresolúvel foi um sinal, no mundo simbólico da diplomacia, de que, embora dormente, a questão continuava viva na agenda das Nações Unidas.

155. Em fins de 1992 as conversações entre Portugal e a Indonésia recomeçaram, depois de terem sido interrompidas por Portugal após o Massacre de Santa Cruz. Ao mesmo tempo, o experiente diplomata das Nações Unidas, Francesc Vendrell, tornou-se Director para o Sudeste Asiático e Pacífico e, subsequentemente, Director para a Ásia e para o Pacífico no Secretariado da ONU. O seu envolvimento e a nomeação de Tamrat Samuel para o dossier de Timor-Leste reforçaram significativamente a capacidade do Secretário-Geral entre 1993 e 1999.<sup>†</sup>

156. Os dois funcionários dedicaram-se a promover a participação timorense nas negociações. Por sua sugestão, o Secretário-Geral obteve autorização da Indonésia para que um Enviado Especial, Amos Wako, então Procurador-Geral do Quénia, se encontrasse com Xanana Gusmão, na altura na prisão e que, ao que se dizia, tinha concordado com a integração. Francesc Vendrell disse na audiência pública à CAVR:

*Posso dizer-vos agora que quando o Wako e o Tamrat Samuel, que estava também com ele, foram à prisão encontrar-se com Xanana, Xanana conseguiu passar-lhes uma carta dirigida ao Secretário-Geral em que declarava e reiterava o seu compromisso para com a autodeterminação e a liberdade da sua Pátria.<sup>87</sup>*

157. Comentando se seria correcto um funcionário das Nações Unidas ser portador de tal documento, Vendrell disse que considerava seu dever garantir que as opiniões dos timorenses se fizessem ouvir nas negociações. afirmou na audiência:

---

obviamente que a ONU legalizasse o seu *Anschluss*...Podia ser considerado um processo semelhante ao que tinha sido utilizado no Irian Ocidental, se os indonésios o aceitassem”. [Registo de Conversa do FCO britânico, 15 de Maio de 1976, in Documentos desclassificados do Reino Unido, Ficheiro Dowson 4].

<sup>\*</sup> 23 de Novembro de 1982, in Krieger, p. 128. Javier Perez de Cuellar iniciou contactos bilaterais separados com a Indonésia e Portugal a partir dos princípios de 1982, quando se tornou Secretário-Geral. Teve para este trabalho a assistência do Subsecretário-Geral Rafeeuddin Ahmed.

<sup>†</sup> Arnold Kohen descreve Francesc Vernell como o “funcionário da ONU que desempenhou o papel mais relevante na questão de Timor Leste desde 1975”. [From the Place of the Dead: Bishop Belo and the Struggle for East Timor, Lion Publishing, Oxford, 1999, p. 289].

*As pessoas podem dizer que a equipa não estava a ser neutra. Contudo, nós víamo-nos como sendo objectivos. A objectividade não é a mesma coisa que a neutralidade. A questão de Timor Leste apelava para o núcleo dos valores e dos princípios das Nações Unidas, do direito internacional e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quando se trabalha nas Nações Unidas, não se pode ser neutro nessas matérias...Nós estávamos a trabalhar para que o povo timorense pudesse exercer o seu direito à autodeterminação...As duas partes envolvidas nas negociações eram a Indonésia, a potência ocupante, e Portugal, a potência administrante nos termos da lei. O povo de Timor Leste não estava representado.<sup>88</sup>*

158. Para cumprirem esse objectivo, Vendrell e Tamrat Samuel encontraram-se com o bispo D. Carlos Ximenes Belo, com padres e com religiosas em Díli, em 1994, e ficaram impressionados com o grau de apoio à autodeterminação e com a fé nas Nações Unidas:

*Uma das coisas mais comoventes foi a enorme fé que todos depositavam nas Nações Unidas. Tamrat e eu tivemos a noção da nossa responsabilidade, que tínhamos de dar tudo por tudo em nome de um povo que só tinha as Nações Unidas a quem pedir auxílio.<sup>89</sup>*

159. Diálogo Intra-Timorense (AIETD) sob a égide das Nações Unidas foi o resultado desta experiência. Francesc Vendrell e Tamrat Samuel sugeriram ao Secretário-Geral que pedisse aos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia que aceitassem a ideia dos diálogos para aproximar os timorenses do interior de Timor-Leste dos timorenses no exílio:

*A ideia era que se houvesse uma aproximação e fossem deixados à vontade, podiam descobrir que tinham muita coisa em comum e talvez chegassem a fazer uma proposta conjunta sobre Timor Leste.<sup>90</sup>*

160. Esta ideia mereceu aprovação e, com o apoio do Governo da Áustria, realizaram-se vários encontros. Não tiveram resultados políticos, mas na opinião de Francesc Vendrell estas reuniões ajudaram de facto os timorenses que nelas participaram a perceberem que era mais aquilo que tinham em comum do que aquilo que os separava.

161. Ao tomar posse como Secretário-Geral em 1977, Kofi Annan dedicou uma maior atenção à questão de Timor-Leste. Pouco depois de José Ramos-Horta e de o bispo D.Carlos Ximenes Belo terem recebido o Prémio Nobel da Paz, em Dezembro de 1996, Annan nomeou Jamsheed Marker, do Paquistão, seu Representante Pessoal para Timor-Leste, o que veio revigorar mais ainda os esforços das Nações Unidas. Naquilo que foi uma inovação de Kofi Annan, o embaixador Marker e os seus associados constituíram um “núcleo” de países para trabalhar sobre a questão de Timor. O grupo compreendia a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia, o Reino Unido e os Estados Unidos de América. Os funcionários dedicaram-se igualmente a uma intensa actividade diplomática, num vaivém constante entre Nova Iorque, Jacarta, Lisboa e Timor-Leste, que envolveu consultas aos principais personagens envolvidos e que foi crescendo depois da queda do Presidente Suharto e da decisão do Presidente Habibie, em Junho de 1998, de conceder a Timor-Leste uma “autonomia alargada.”

162. Jamsheed Marker prestou a Kofi Annan o seguinte tributo pela sua decisão de dar prioridade nas Nações Unidas à questão de Timor:

Analisando retrospectivamente esta sequência de acontecimentos, sinto reforçadas as minhas convicções de que, sem a decisão inicial de Kofi, de activar um processo de negociações sobre Timor Leste, e não só de o manter vivo mas ainda de o empurrar constantemente para diante, as Nações Unidas não teriam podido aproveitar as oportunidades proporcionadas pela evolução dos acontecimentos políticos na Indonésia. Por outras palavras, conservámos a bola do nosso lado e corremos com ela, mal isso nos foi possível.<sup>91</sup>

163. As Nações Unidas tiveram a sua oportunidade de correr com a bola quando o governo de Habibie anunciou, a 27 de Janeiro de 1999, uma “segunda opção” para o povo de Timor-Leste: a escolha entre autonomia e independência. A 11 de Março, o Secretário-Geral encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama. Acordaram na realização de uma Consulta Popular directa, gerida pelas Nações Unidas, sobre a “segunda opção” e enviaram a Timor-Leste uma missão da ONU de avaliação, chefiada por Francesc Vendrell, o adjunto de Jamsheed Marker durante todo o processo de negociações.

164. Perante a situação de violência que imperava no território, a questão mais crítica para a ONU foi a segurança e a forma de garantir que a Consulta Popular se realizaria pacífica e livremente. Na segunda reunião tripartida, que teve lugar a 22 de Abril, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, rejeitou liminarmente as propostas das Nações Unidas de que as tropas indonésias ficassem acantonadas ou confinadas, em áreas a designar, um mês antes da Consulta. Na cimeira de Bali, a 27 de Abril, o Presidente Habibie rejeitou igualmente uma proposta, do primeiro-ministro australiano, de aceitar a presença de uma força internacional de manutenção de paz.

165. A 5 de Maio de 1999 realizou-se em Nova Iorque uma reunião tripartida final entre Kofi Annan e os ministros dos Negócios Estrangeiros Alatas e Gama e foram assinados três Acordos relacionados com a Consulta Popular. Estes Acordos visavam, *inter alia*, um escrutínio directo, secreto e universal e a criação de uma missão da ONU para realizar a consulta e confiavam a segurança à Indonésia.<sup>92</sup> Foram endossados pelo Conselho de Segurança a 7 de Maio, a primeira vez em que este discutiu a questão desde Abril de 1976.<sup>93</sup> A 11 de Junho, o Conselho de Segurança instituiu a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET). Ian Martin foi nomeado Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor Leste e chefe da UNAMET.\*

166. Os Acordos, embora históricos, foram acolhidos com sentimentos mistos. Por um lado, havia o triunfo da diplomacia internacional e, em contraste com o falso “Acto de Livre Escolha” de 1960 no Irian Ocidental e com a Assembleia Popular de Timor Leste, de Maio de 1976, eram a prova bem vinda de que a Indonésia estava a democratizar-se. Por outro lado havia sérias apreensões quanto ao facto de deixar a segurança nas mãos da Indonésia, o que poderia ser a receita certa para o desastre. Nas semanas que antecederam o escrutínio, que já fora adiado por fundamentos relacionados com a segurança, José Ramos-Horta, prevendo a violência, apelou à comunidade internacional para que esta tomasse medidas preventivas:

---

\* Ian Martin foi secretário-geral da Amnistia Internacional de 1986 a 1992. Antes de chefiar a UNAMET, ocupou vários postos da ONU sobre direitos humanos, no Haiti, no Ruanda e na Bósnia-Herzegovina.

O cenário pior – e que é real – é que haja violência, que a violência vise as Nações Unidas, que estas se retirem e que haja um banho de sangue catastrófico em Timor Leste. Eles – não só as Nações Unidas, mas também os países que realmente contam, como a Austrália – têm de criar as condições para garantir que tal não aconteça.<sup>94</sup>

167. No seu depoimento à Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e Comunidade Internacional, Ian Martin, o chefe da UNAMET, reconheceu que a principal crítica aos Acordos residia no facto de a segurança ser confiada às forças armadas indonésias. Embora não participasse nas negociações, disse:

*Reflecti muito sobre isto. Sou da mesma opinião que os negociadores: no princípio de 1999 nenhuma pressão poderia ter convencido o Presidente Habibie a aceitar uma força internacional de manutenção de paz. Assim sendo, foi correcto correr o risco implícito nos Acordos em vez de perder a oportunidade da autodeterminação, que tinha estado vedada durante 24 anos e que podia não se manter aberta após Habibie.<sup>95</sup>*

168. No seu depoimento à Comissão, Ian Martin abordou também as críticas à UNAMET, que alegavam que esta favorecia o resultado “independência” no referendo, e que a violência que se seguira fora provocada pela fúria dos timorenses pró-integração, perante um processo e um resultado injustos. Afirmou:

*Acho que esta opinião existe exclusivamente na Indonésia e entre os grupos de timorenses pró-integração e não tem qualquer credibilidade alhures, mas é importante responder-lhe. Na minha opinião não se fez o suficiente na Indonésia para lhe responder, sobretudo porque foi mencionado nos processos perante o Tribunal Ad-Hoc dos Direitos Humanos em Jacarta tanto pela acusação como pela defesa. As testemunhas do TNI nestes julgamentos não foram contestados mesmo quando contaram as mentiras mais descaradas, por exemplo, que a Polícia Civil da ONU tinha assumido a responsabilidade pela segurança de Timor Leste, que caixas com boletins de voto tinham sido encontradas em casa do bispo Belo, etc.*

169. Ian Martin explicou:

*A UNAMET não era pró-independência. O seu compromisso era apenas permitir que os timorenses exercessem o [seu] direito, internacionalmente reconhecido, à autodeterminação... Os procedimentos de registo e de votação que organizámos e o modo como operámos estiveram sob escrutínio intenso de uma Comissão Eleitoral Independente que procedeu à audiência pública das queixas apresentadas, nos dias a seguir à votação, e por um vasto painel de observadores internacionais. Todos os observadores imparciais consideraram que a votação foi realizada de uma forma justa e eficiente, apesar das condições difíceis e das restrições de tempo.*

170. Afirmou em seguida que alguns aspectos da Consulta Popular foram injustos para com os defensores da independência.

*Não foi objectivo no que se refere aos defensores da independência, porque os indonésios não honraram os compromissos que lhes foram atribuídos. Estes exigiam que os funcionários indonésios do governo se mantivessem neutros e que os funcionários timorenses do governo fizessem campanha apenas em nome pessoal sem recorrer a financiamento público nem a recursos do governo nem a recorrer “à pressão de quem detém o poder”. Estes requisitos foram flagrantemente violados apesar dos protestos da UNAMET.<sup>96</sup>*

171. O acto de votação decorreu de forma relativamente pacífica e foi um dia de triunfo discreto para a maioria dos timorenses. No seguimento do surto de violência, o Presidente Habibie, sob intensa pressão internacional, concordou em pedir às Nações Unidas que enviassem uma força internacional para restabelecer a ordem. Esta foi autorizada pelo Conselho de Segurança a 15 de Setembro de 1999.<sup>97</sup>

172. A 20 de Outubro de 1999, o órgão legislativo supremo da Indonésia, a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (*Majelis Permusyawaratan Rakyat, MPR*), reconheceu o resultado da Consulta Popular em Timor Leste e revogou o decreto da MPR, de 1978, que incorporava Timor-Leste na Indonésia.\* No mesmo dia, o Presidente Habibie abdicou da presidência, cedendo o lugar a Abdurrahman Wahid.

173. A 25 de Outubro de 1999, o Conselho de Segurança congratulou-se com a decisão da MPR e criou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET). A resolução foi aprovada por unanimidade e foram conferidos poderes à UNTAET para exercer todo o poder legislativo e executivo, incluindo a administração da justiça, e para ajudar Timor-Leste a preparar-se para a constituição de um governo próprio. Kofi Annan nomeou Sérgio Vieira de Mello, do Brasil, como seu novo Representante Especial para Timor Leste e chefe da Administração Transitória.†

174. A aprovação da Resolução do Conselho de Segurança, de 25 de Outubro, marcou a transferência de autoridade sobre Timor-Leste da Indonésia para as Nações Unidas (ver ponto sobre Portugal, no presente subcapítulo, relativamente à finalização formal do papel de Portugal).

## 3.2 China

175. A República Popular da China (RPC) aderiu às Nações Unidas em 1971 e é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.‡ Como reflexo do seu próprio passado colonial muitas vezes humilhante, a China, toma tradicionalmente, posições muito fortes em questões de soberania, autonomia, autodeterminação e direitos do Terceiro Mundo. A China é particularmente sensível àquilo que considera uma influência ocidental indevida sobre o sistema

---

\* Alguns legisladores indonésios eram de opinião que competia à legislatura e não ao Presidente tomar decisões em questões de soberania e que ao autorizar os Acordos de 5 de Maio, o Presidente Habibie não seguiu os procedimentos adequados.

† Na altura em que foi nomeado para este cargo, Sérgio Vieira de Mello era subsecretário-geral da ONU para os Assuntos Humanitários e a Ajuda de Emergência. Anteriormente tinha sido assistente do Alto Comissário para os Refugiados. Era Representante Especial do Secretário-Geral no Iraque quando foi tragicamente assassinado em 19 de Agosto de 2003 no ataque bombista à sede da ONU.

‡ A seguir à Revolução comunista chinesa em 1949 e à emergência da Guerra Fria, Taiwan ocupou a “cadeira” da China na ONU. Em 1971 as Nações Unidas reconheceram a RPC como único e legítimo representante da China e esta substituiu Taiwan na ONU.

internacional, incluindo a interferência externa nos assuntos internos de um país em nome da intervenção humanitária e dos direitos humanos, e à imposição de uma interpretação demasiado individualista dos direitos humanos.

176. A China opôs-se ao colonialismo português em África e planeou absorver Macau\*, mas continua a opor-se firmemente à independência de Taiwan e do Tibete.

177. A Indonésia reconheceu a República Popular da China, em 1950, e as relações China-Indonésia durante o período Sukarno foram, em geral, positivas. Deterioraram-se fortemente depois de 1965, quando a Indonésia cortou relações diplomáticas com a China depois do alegado golpe de Estado em Jacarta perpetrado pelo Partido Comunista Indonésio (*PKI*), pró-Beijing. Sob o Presidente Suharto, a Indonésia impôs restrições discriminatórias à cultura e às práticas religiosas chinesas, entre elas a supressão de nomes chineses e a proibição dos textos chineses e do ensino do chinês nas escolas. O apoio do governo do Presidente Suharto ao Vietname pró-Moscovo, também indispôs a China.

178. O governo Suharto temia que a China interviesse no Timor português. Em 1974/75, o Presidente Suharto e os seus conselheiros exprimiram frequentemente a sua preocupação de que um Timor-Leste independente, com tendências de esquerda mas economicamente débil, pudesse procurar apoio na China. A Indonésia concordou plenamente quando o secretário do departamento australiano dos Negócios Estrangeiros, Alan Renouf, lhe disse, em Outubro de 1974 que:

[C]alculava que as intenções da China fossem uma preocupação particular para a Indonésia. Reparava que havia 10.000 chineses no Timor português e embora actualmente se inclinasse mais para Taiwan, a sua lealdade podia mudar.<sup>98</sup>

179. Presidente Suharto levantou a questão nas duas ocasiões em que discutiu Timor com o primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam.

180. Renouf e Whitlam tentaram tranquilizar a Indonésia. Numa carta ao Presidente Suharto de 28 de Fevereiro de 1975, Whitlam escreveu:

Não sabemos de qualquer prova que justifique a ansiedade a este respeito. De momento, a nossa impressão é de que nem a China nem a União Soviética se interessam grandemente pelo Timor português, nem, aliás, nenhuma das outras grandes potências; e, na nossa opinião, aquelas potências que pudessem sentir-se tentadas a interferir hesitariam em fazê-lo para não pôr em perigo as suas relações com a Indonésia.<sup>99</sup>

181. Os diplomatas de outros países e das Nações Unidas concordavam com esta opinião e deram a conhecer ao governo Suharto os seus pontos de vista.<sup>†</sup>

182. A Fretilin incluiu a China na sua estratégia internacional para conseguir reconhecimento e apoio, mas a iniciativa foi utilizada pela Indonésia como confirmação das suas alegações de que o partido era comunista. A imprensa controlada pelo governo e o jornal militar *Berita Yudha*

---

\* Portugal transferiu Macau para a China em Dezembro de 1999. Chama-se agora a Região Administrativa Especial de Macau (RAE) e tem autonomia excepto em matéria de assuntos estrangeiros e de defesa.

† O subsecretário-geral para os Assuntos Políticos, Administração de Território e Descolonização da ONU, o chinês Tang Ming-Chao, disse a Whitlam durante uma visita a Canberra, em Setembro de 1975 que, embora fosse um funcionário internacional, podia confirmar que "a China não tinha interesse no Timor português", Documento 227, Canberra 12 de Setembro de 1975 in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp 406-408.

divulgaram histórias em que se afirmava que havia infiltrações de chineses comunistas em Timor, financiamento de manifestações e o envolvimento de maoistas, falando inclusivamente de uma visita secreta de quatro generais chineses a Timor-Leste, via Austrália. O Presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, alegava, em Abril de 1975, que os “agentes da UDT na Indonésia e em Taiwan” tinham confirmado as ligações da China com Timor.

183. A República Popular da China era o único país importante da Ásia que apoiava a Fretilin e o único membro permanente do Conselho de Segurança que reconheceu a declaração unilateral da República Democrática de Timor-Leste, em Novembro de 1975. A China apoiou as duas resoluções do Conselho de Segurança da ONU adoptadas como resposta à invasão indonésia e condenou energicamente as acções da Indonésia. O representante da China, Huang Hua, declarou ao Conselho de Segurança, em Dezembro de 1975:

*A agressão nua e crua do Governo indonésio contra a República Democrática de Timor Leste revelou plenamente a sua ambição selvática de exterminar as forças patrióticas do povo de Timor Leste, de estrangular a recém-nascida República Democrática de Timor Leste e de pôr, assim, em prática o seu esquema há muito premeditado, de anexar Timor Leste. Estes actos do Governo indonésio constituem uma violação grosseira dos objectivos e princípios da Carta da ONU. A delegação chinesa não pode senão exprimir indignação e condená-los.*<sup>100</sup>

184. O reconhecimento da RDTL pela China significou que a China aceitava a declaração unilateral de independência feita pela Fretilin como um acto de autodeterminação. Isto não a impediu, contudo, de apoiar com uma só excepção, as resoluções da Assembleia Geral sobre Timor-Leste, entre 1975 e 1982.

185. A China também prestou assistência prática à Fretilin. José Ramos-Horta escreveu:

Enquanto Moscovo mantinha a Fretilin à distância, Pequim fornecia uma hospitalidade pródiga e um apoio diplomático activo. Visitei pessoalmente a República Popular da China, já em 1976, tal como fizeram outros representantes da Fretilin. A China disse palavras fortes de apoio em nosso favor nas Nações Unidas, assim como nos prestou apoio financeiro.<sup>101</sup>

186. Não se incluía aqui assistência militar, embora a Fretilin a tivesse solicitado por intermédio do seu ministro da Defesa, Rogério Lobato, que visitou a China pouco depois da invasão indonésia, se encontrou com o general Ch'en His-lien, um comandante do Exército Popular de Libertação (EPL) e visitou uma unidade do EPL. O embaixador australiano na China, Stephen Fitzgerald, solicitado por Canberra a verificar as alegações de assistência militar junto de funcionários chineses, concluiu que:

---

<sup>100</sup> Documento 131, Jacarta, 12 de Maio de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 259. James Dunn minimiza estas histórias a partir de Novembro de 1974, intitulado-as de propaganda. É particularmente crítico das “mentiras descaradas” postas a circular por Francisco Lopes da Cruz em Setembro de 1975, como por exemplo, a afirmação de que 20 “instrutores militares” norte-vietnamitas tinham administrado instrução a soldados da Fretilin. James Dunn: *East Timor: a Rough Passage to Independence*, Longueville Books, NSW, 2003, pp. 72, 183.

A actual posição chinesa parece ditada pelo imperativo moral de que a Indonésia deve ser condenada por uma agressão descarada apesar de anteriormente a China não ter qualquer vontade ou intenção de se ver envolvida. Quando a invasão indonésia a forçou, relutantemente, a tomar posição e a emitir declarações, a Fretilin foi aparentemente o partido local com que mais facilmente se identificou, pois permitia-lhe ser coerente com as suas próprias políticas.

187. O embaixador Fitzgerald acreditava que a China não tinha descartado a assistência militar naquela altura, mas decidiu que os comentários do ministro dos Negócios Estrangeiros, Ch'iao Kuan-hua, no banquete de boas-vindas, a 29 de Dezembro de 1975, que “o povo timorense...ganharia certamente a vitória final da independência nacional desde que insistissem na autonomia e na dura luta”, significavam “não”.

188. Governo britânico acreditava que as palavras duras da China no Conselho de Segurança não eram para serem tomadas pelo seu valor facial. Num telegrama para Londres, a 2 de Janeiro de 1976, o embaixador britânico na Indonésia, John Ford, escreveu:

A propósito da visita da delegação da Fretilin a Pequim e do apoio ostensivo dos chineses à Fretilin, os chineses comentaram, ao que parece, sobre este assunto que não se devia dar grande importância ao seu apoio à Fretilin: havia ocasiões em que era necessário disparar canhões, embora as balas disparadas fossem de papel.<sup>102</sup>

189. Em Julho de 1976, a China deu ao primeiro-ministro australiano, Malcom Fraser, garantias de que não interferiria nos assuntos internos da Indonésia.<sup>103</sup>

190. A Indonésia beneficiou com as relações com a China, as mesmas que acusava a Fretilin de procurar. O apoio da China a Timor-Leste diminuiu durante a década de 1980 devido à melhoria das relações com a Indonésia e a sensação de que a independência era uma causa perdida. A Indonésia reduziu a sua posição pró-Vietname e a China adoptou uma atitude mais neutra em relação a Timor-Leste. Em 1985, a Indonésia abrandou as restrições às relações comerciais com a China, o que resultou em benefícios financeiros espectaculares para a Indonésia e num aumento das trocas bilaterais. Em Agosto de 1990, os dois países normalizaram as relações e, como prova desta espectacular melhoria de relacionamento, o Presidente Suharto fez uma visita de Estado a Beijing, em 1991. De modo a satisfazer as objecções das alas nacionalistas e militares, o governo de Suharto conseguiu negociar com a China acordos de que esta não forneceria ajuda a actividades subversivas, nem interferiria com os assuntos interiores da Indonésia.

191. A China apoiou as Resoluções do Conselho de Segurança em 1999 que autorizavam o acto de autodeterminação gerido pelas Nações Unidas. De harmonia com a sua oposição de princípio à intervenção, com base em fundamentos humanitários e de direitos humanos, a China mobilizou o bloco asiático, apoiando a Indonésia em 1999 e opondo-se a um inquérito conduzido pela Comissão da ONU para os Direitos Humanos sobre violações cometidas em Timor naquele ano. Esta abordagem não foi coroada de sucesso. A China conseguiu, porém, eliminar algumas referências a investigações sobre direitos humanos antes de permitir que o Conselho de Segurança autorizasse a intervenção da INTERFET, em Setembro de 1999.

---

<sup>102</sup> Documento 396, Pequim, 7 de Janeiro de 1976, *in* Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 653-64. Esta visão da posição da China é confirmada pelo RESG Winspeare Guicciardi que disse que antes de deixar Nova Iorque para a visita que fez a Timor-Leste e à região, em Janeiro de 1976, Tang Ming-Chao, o subsecretário-geral para a Descolonização lhe tinha dito que, no tocante à China, “a missão de Winspeare só teria valor se dissesse aos indonésios que ‘sumissem’”. Relatório do funcionário do Governo australiano, 10 de Fevereiro de 1976, Documentos, *op.cit.* p.705.

### 3.3 França

192. A França é membro fundador das Nações Unidas, membro permanente do Conselho de Segurança e um dos principais contribuintes para o orçamento da organização. O Governo francês comprometeu-se a coordenar a sua política estrangeira com os objectivos e princípios da ONU, que têm muito em comum com a tradição republicana da França.

193. A França não apoiou as iniciativas de descolonização tomadas pelas Nações Unidas na década de 1960. Absteve-se de apoiar tanto a histórica Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, a 14 de Dezembro de 1960, como os princípios conexos de informação sobre as colónias. Durante o mesmo período, a França juntou-se a Portugal na oposição à classificação de Timor, pela Assembleia Geral, como território não autónomo.

194. Governo francês apoiou a Resolução 384 do Conselho de Segurança que foi adoptada por unanimidade a 22 de Dezembro de 1975, em resposta à invasão indonésia de Timor-Leste. A França defendeu o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência e apelou à Indonésia para que retirasse as suas tropas, mas abordou esta questão de uma forma conciliatória. Ao falar no debate do Conselho de Segurança, a 18 de Dezembro, o representante francês, M. LeCompt, insistiu mais na cooperação do que na censura:

*A missão do Conselho neste caso não é censurar, e menos ainda atribuir as culpas a uma única das partes envolvidas. Sabemos que as situações históricas são raramente suficientemente simples para que, de uma única perspectiva, se possa discernir o bem e o mal. Timor não é excepção a esta regra.*<sup>104</sup>

195. A França votou igualmente a favor da segunda resolução do Conselho de Segurança, adoptada a 22 de Abril de 1976. Voltou a defender o direito à autodeterminação e à independência, mas lamentou que a resolução não incluísse as recomendações do Japão de reconhecer a boa vontade da Indonésia e as acções empreendidas para retirar as tropas. Numa declaração explicativa ambígua, o representante francês, Travert, disse ao Conselho:

*Mais do que olhar para o passado e atribuir as culpas aqui ou ali, é para o futuro que devemos agora olhar. O futuro de Timor Leste deve caracterizar-se pela reconciliação nacional, sujeita à cessação total das hostilidades e a uma aproximação das várias partes cujas divergências nos parecem menos fundamentais do que a sua aspiração comum, ou seja, o acesso do povo de Timor ao bem-estar e à independência.*<sup>105</sup>

196. Mantendo esta posição, a França absteve-se de apoiar a primeira resolução da Assembleia Geral adoptada após a invasão indonésia porque a resolução não era equitativa e atribuía todas as culpas à Indonésia.<sup>106</sup> O Governo francês absteve-se em todas as resoluções da Assembleia Geral seguintes, alegando que as resoluções “ignoravam a realidade da situação em Timor-Leste”.<sup>107</sup> Em 1979, o governo Giscard d’Estaing assinou um tratado sobre impostos com a Indonésia. Na perspectiva do Governo australiano, isto implicava o reconhecimento *de jure* da soberania indonésia sobre Timor-Leste, porque o tratado foi assinado depois da anexação de 1976 e continha uma cláusula que definia a Indonésia como o território determinado pela lei indonésia.<sup>108</sup>

197. O equipamento militar fornecido à Indonésia pelo governo Giscard d'Estaing foi utilizado em Timor-Leste, incluindo tanques e helicópteros Puma e Alouette. Os helicópteros Puma foram fabricados na Indonésia em 1979. Em 1982, a França forneceu mais Alouettes. A Resistência timorense alegou que este equipamento foi usado em combate. José Ramos-Horta escreveu:

Os Alouettes são o maior terror. A sua versatilidade e velocidade permitem-lhes operar com eficácia na selva e nas zonas de montanha para perseguir as forças de guerrilha em retirada ou obrigá-los a sair das suas bases.<sup>109</sup>

198. A Embaixada da Nova Zelândia em Jacarta confirmou, em Janeiro de 1978, a presença de helicópteros Puma e Alouette em Díli, mas achava que não estavam armados.

O Exército e a Força Aérea estão actualmente a operar com cerca de dez helicópteros ligeiros (BO-105, Puma e Alouette) que estão baseados em Díli. Daquilo que vimos são usados apenas para reconhecimento e evacuação limitada. Nenhum nos pareceu estar equipado para poder ser utilizado em combate.

199. A Resistência timorense e as organizações da sociedade civil francesa esperavam que a França apoiasse Timor-Leste na ONU depois de François Mitterand se ter tornado o primeiro Presidente socialista do país, em 1981. Enquanto na oposição, os socialistas tinham criticado vigorosamente o silêncio do governo conservador de Giscard d'Estaing (1974/1981) sobre a questão, considerando-o moralmente inaceitável e Mitterand tinha-se referido ao “abandonado povo timorense, vítima de forças que o hão-de varrer”.<sup>110</sup> Mitterand foi Presidente da República de 1981 a 1995 e, segundo a Constituição francesa, teve um papel importante na definição da política estrangeira. Em Dezembro de 1981, disse à televisão portuguesa que o povo timorense estava a sofrer “uma repressão extremamente violenta...que era inaceitável que os fortes esmagassem os fracos e perpetrassem eliminações físicas que podiam acabar por suprimir um povo”, e que “se as Nações Unidas não tomassem a iniciativa de defender os direitos dos timorenses, a França assumiria esse dever.”<sup>111</sup>

200. Na prática, a França de Mitterand continuou a política do governo anterior e absteve-se, até, de apoiar as palavras moderadas da Resolução da Assembleia Geral de 1982 que instava apenas o Secretário-Geral a tentar encontrar uma solução através do diálogo. Em 1983, o Governo francês notificou formalmente Portugal que se oporia a que houvesse uma votação nesse ano, se a questão fosse levantada.<sup>112</sup> Respondendo a uma pergunta sobre direitos humanos em Timor-Leste em 1986, O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roland Dumas, disse que a informação sobre a questão era fragmentária e contraditória e que, em 1982, a maioria do povo timorense tinha votado a favor do Partido *Golkar* de Suharto. A França fez uma breve referência a Timor no debate sobre autodeterminação na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Fevereiro de 1987. Os activistas timorenses pediram asilo à Embaixada da França em Jacarta por três vezes, em 1995/96; o seu pedido de partir para Portugal foi atendido.

201. A França foi um dos principais dadores da Indonésia durante o período Suharto. Em 1991 era o segundo maior dador bilateral e manteve o seu apoio durante a crise económica asiática a partir de 1997. Contrariamente a algumas expectativas, a França aumentou a sua cooperação militar com a Indonésia no consulado do Presidente Mitterand. As compras da Indonésia, na década de 90, incluíam canhões e veículos anfíbios de detecção. A partir de 1994, movido por uma estratégia de governo-comércio agressiva, as vendas à Ásia eclipsaram pela primeira vez os mercados tradicionais, como os do Médio Oriente, e o grupo de empresas

---

<sup>109</sup> Relatório do Embaixador Roger Peren e Col MacFarlane, adido de defesa, 13 de Janeiro de 1978, *in* NZ, OIA Material, Volume I. MacFarlane foi o primeiro adido de defesa ocidental autorizado a visitar Timor Leste após a invasão.

Thompson, por exemplo, forneceram bastante material militar e de comunicações à Indonésia. A cooperação incluiu também o intercâmbio de pessoal militar. Em 1997, a França concedeu a B.J. Habibie uma medalha pelo seu papel na promoção das relações franco-indonésias e pelo desenvolvimento industrial na Indonésia.

202. A França interveio na questão de Timor-Leste pela primeira vez em 1999. Na vigência de Jacques Chirac, a França apoiou o processo de autodeterminação, de harmonia com as suas declarações anteriores, e foi uma das 22 nações que contribuíram para a Força Internacional para Timor Leste (Interfet), reforçando particularmente a sua capacidade aérea e marítima.

### 3.4 Rússia (URSS)

203. A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>\*</sup> era o auto-proclamado amigo dos povos coloniais, superpotência, e membro permanente do Conselho de Segurança. A Indonésia e o Ocidente temiam que intervisse em Timor-Leste e vigiavam atentamente as suas actividades. Na realidade desempenhou um papel muito pequeno e, como outras potências, assumiu uma atitude pragmática baseado nos seus interesses estratégicos na Indonésia.

204. Depois da Revolução Bolchevique de 1917, a União Soviética arvorou-se em paladino dos povos coloniais e dos movimentos revolucionários. Esta actividade aumentou depois da Segunda Guerra Mundial e do colapso dos impérios europeus, culminando, na década de 1970, com, *inter alia*, a intervenção soviética em Angola em 1975, a Guerra de Ogaden (1976/78)<sup>†</sup> e a desafortunada invasão do Afeganistão (1979/89).

205. Em 1960, a URSS propôs e redigiu o texto original da histórica Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. O texto foi substancialmente modificado, mas a iniciativa foi um contributo importante para a descolonização, inclusive para Timor-Leste. A URSS apoiou as duas Resoluções do Conselho de Segurança sobre Timor-Leste, adoptadas em resposta à invasão indonésia e todas as Resoluções da Assembleia Geral sobre a questão, entre 1975 e 1982.

206. O interesse soviético em Timor não era tão forte quanto os seus votos sugeriam e alguns previam. No contexto pesado da Guerra Fria, e a seguir à queda do Vietname do Sul para os Viet Cong, muitos, incluindo a Indonésia e Timor-Leste, temiam que os soviéticos intervissem e criassem uma “Cuba Asiática” em Timor-Leste, possivelmente, até, com mísseis fornecidos pelos soviéticos, apontados a Jacarta. O enviado da ONU, Jamsheed Marker, referiu-se a uma “opinião persistente” de que Washington tinha empurrado Suharto para a intervenção em Timor em antecipação de tal eventualidade. Segundo este cenário, observa Marker, “a aquisição de Díli complementar a instalações soviéticas existentes em Baía de Cam Ranh e forneceria a Moscovo uma presença naval estratégica na região”.<sup>‡</sup>

207. A Comissão não conseguiu aceder aos arquivos russos, por isso é difícil determinar a veracidade destas ideias dramáticas mas importantes.<sup>§</sup> Os dados disponíveis sugerem fortemente, porém, que estas alegações tinham frequentemente motivações políticas do lado da

---

<sup>\*</sup> A URSS dissolveu-se em 1991, quando 15 dos seus membros se tornaram independentes. É agora conhecida sob o nome de Federação Russa ou Rússia.

<sup>†</sup> A Somália e a Etiópia defrontaram-se nesta guerra pelo controlo da região de Ogaden na Etiópia. A URSS começou por apoiar a Somália, desviando em seguida o seu apoio para a Etiópia.

<sup>‡</sup> Jamsheed Marker, *East Timor. A Memoir of the Negotiations for Independence*, McFarland & Company, Inc., London, 2003, p. 9. A URSS forneceu ajuda militar ao Vietname do Norte na sua guerra contra o Vietname do Sul e os EUA e, depois da vitória do Norte em 1975, tornou-se o principal prestador de ajuda militar e económica. Com base num tratado de 1978, o Vietname concedeu à União Soviética acesso às instalações em Da Nang e na Baía de Cam Rahn, aumentando assim significativamente a presença naval soviética na região que até então estava limitada ao extremo oriente soviético.

<sup>§</sup> Uma fonte possível de documentação é o Centro de Compilação de Documentação Contemporânea (TKhSD) em Moscovo.

Indonésia e eram desprovidas de fundamentos reais, porque a União Soviética estava mais interessada nas suas relações com a Indonésia do que no destino de Timor-Leste.

208. Alguns governos que manifestavam simpatia para com a Indonésia rejeitaram estas alegações. Num relatório datado de 8 de Outubro de 1975, o adido da Defesa da Nova Zelândia em Jacarta, coronel A.G. Armstrong, escreveu:

Os indonésios alegaram por várias vezes que a Fretilin recebe ajuda exterior, mas não conseguiram apresentar provas cabais deste facto.

209. O seu relatório refere a alegação da marinha indonésia (*TNI-AL*) que dizia ter encontrado “um submarino Vermelho chinês ao largo de Díli” e que a sua identificação como submarino construído na Rússia e usado na altura pela China era confirmada pela “assinatura” dos seus motores. O coronel declarou que o seu informador duvidava que a marinha indonésia fosse “capaz de identificar a classe de um submarino pelo som dos seus motores” e que a construção do eventual submarino era posterior à ruptura sino-soviética. Concluiu:

Pode bem ter sido avistado um submarino, mas não se pode confiar na sua identificação positiva como chinês, russo ou outra coisa qualquer.<sup>113</sup>

210. Os funcionários australianos também tinham algum cepticismo sobre os alegados desígnios comunistas sobre Timor. O primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, disse pessoalmente ao Presidente Suharto em várias ocasiões que aquelas alegações não tinham qualquer fundamento. O departamento do Negócios Estrangeiros previu correctamente, em Novembro de 1974, que a União Soviética “não teria ali quaisquer ambições pela...razão que isso podia prejudicar uma coisa que tinha de ser considerada por Moscovo como mais importante e que era a sua relação com a Indonésia.”<sup>114</sup>

211. A atitude soviética para com Timor-Leste fica bem ilustrada com o seguinte episódio contado pelo embaixador australiano na Indonésia, Richard Wolcott:

Lembro-me de perguntar ao embaixador soviético como é que a União Soviética reagiria se a Indonésia avançasse para a integração de Timor Leste. Vivemos um episódio revelador. Levando-me para diante de um mapa da Indonésia que estava na parede do seu gabinete, disse: “Onde é que fica Timor Leste?” Desempenhando o meu papel, apontei-lhe Timor Leste no mapa. “É muito pequeno e está rodeado pela Indonésia, não é?” disse ele, e depois mudou de assunto.<sup>115</sup>

212. Woolcott comentou que este episódio recordava um lado feio das atitudes das grandes potências e fez notar que a URSS tinha aquiescido à invasão de Goa pela Índia, em 1961.

213. As declarações dos representantes soviéticos na ONU apoiavam o direito timorense à autodeterminação, mas eram formuladas em termos genéricos e evitavam sempre qualquer crítica directa à Indonésia.<sup>116</sup> José Ramos-Horta contou que os diplomatas soviéticos pouco encorajavam a delegação da Fretilin:

Ao contrário dos hospitaleiros chineses, os russos nunca convidaram a nossa delegação para nenhuma reunião na Missão soviética e muito menos para uma refeição.<sup>117</sup>

214. Comentando a atitude soviética, o embaixador britânico na Indonésia, John Ford, escreveu em Fevereiro de 1976:

O apoio foi um extraordinário *pianissimo* e tenho a impressão de que os russos decidiram logo no início que os indonésios se saíam bem da sua acção e os russos não estavam dispostos a pôr em risco a sua influência crescente sobre a Indonésia. Se tivessem aplicado o pacote total à Indonésia era bem possível que tivessem sido postos no olho da rua e que a sua magnífica Embaixada, novinha em folha, se transformasse num elefante branco.<sup>118</sup>

215. Moscovo recusou vários pedidos de representantes da Fretilin para visitar a URSS. Os russos não concederam qualquer visto até 1985, dez anos depois da invasão e, mesmo então, só para participarem num programa cultural.

216. A URSS e a Indonésia estabeleceram relações diplomáticas em 1953. A União Soviética apoiou a Indonésia no conflito sobre o Irian Ocidental e, a partir de 1960, a Indonésia foi o maior beneficiário não comunista da ajuda do bloco militar soviético. A relação sobreviveu à supressão da esquerda política pelas forças de Suharto, em 1965, e, embora ideologicamente opostos, ambos os lados viam vantagens mútuas na continuação dessa relação. A União Soviética apreciava particularmente a utilidade estratégica da relação e trabalhou para garantir a diminuição da influência dos EUA e da China no Sudeste Asiático. Na sua guerra fria com os EUA, Moscovo apreciava o facto de a Indonésia, ao contrário da Coreia do Sul e das Filipinas, não albergar bases militares americanas e permitir que os submarinos nucleares soviéticos passassem através do arquipélago. A relação servia também para contrabalançar a influência crescente da China na região que ameaçava os interesses de ambos os países sob vários aspectos.

217. Para além de manter em *pianissimo* o seu apoio à autodeterminação, a União soviética teria matizado a sua posição em relação a Timor, em 1979, em troca do apoio da Indonésia à substituição do governo Khmer Vermelho pró-chinês pelo governo pró-soviético de Heng Samrin como representante do Camboja na ONU. Diz-se também que o governo de Suharto procedeu ao pagamento de 2 mil milhões USD em dívida desde o período Sukarno, com a condição de os soviéticos aceitarem a soberania indonésia em Timor.<sup>119</sup>

218. A política externa soviética alterou-se quando Mikhail Gorbachov se tornou Presidente, em Março de 1985. Gorbachov sublinhou a importância da resolução dos conflitos através da negociação e não da força, o que deveria ter sido vantajoso para Timor-Leste, mas a distância que separava Timor-Leste dos centros de interesse de Moscovo e a importância da Indonésia militaram contra Timor-Leste. O Presidente Suharto visitou Moscovo em Setembro de 1989 e a redução, por parte da Indonésia, das restrições ao comércio soviético e às visitas resultaram no reforço dos laços económicos.

219. O desmoronamento da União Soviética em 1991 e a libertação das “nações cativas” foi fonte de grande inspiração para a Resistência timorense. Este novo alento deveu-se não a um desejo de ver a Indonésia desintegrar-se também, mas porque era uma demonstração de que o *status quo* não era imutável, mesmo quando estava envolvida uma superpotência. Esse facto foi extremamente animador para os timorenses que tinham sido sujeitos a uma doutrina implacável, vinda de todos os quadrantes, que afirmava que a causa da autodeterminação para um povo tão diminuto era fútil.<sup>\*</sup> Em discursos dessa época, em que sublinhava que nada é irreversível, José Ramos-Horta contava muitas vezes a história do cosmonauta soviético cujo regresso à Terra tinha tido de ser adiado porque o local da aterragem designado pelo controlo da missão já não fazia parte da União Soviética.

220. O apoio da Rússia à Consulta Popular sob os auspícios das Nações Unidas, em 1999, e à Interfet foi crucial, tendo em conta os seus poderes de veto no Conselho de Segurança. Este apoio foi concedido e tornou possível que Timor-Leste exercesse o seu direito à autodeterminação, do qual a antiga União Soviética tinha sido, anos antes, a paladina.

### 3.5 Reino Unido

221. Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e um aliado tanto de Portugal como da Indonésia, devido a uma longa história de relacionamento com ambos os povos que data de há várias centenas de anos. Contudo, os sucessivos governos britânicos demonstraram um interesse muito limitado pela questão de Timor-Leste durante a maior parte dos quase 40 anos da história da descolonização do território.

222. Reino Unido é aliado de Portugal há mais de 600 anos e não contestou activamente o regime de Salazar por este não ter desenvolvido ou descolonizado o Timor português, de harmonia com a Carta da ONU. Absteve-se quando a Assembleia Geral da ONU adoptou a Declaração sobre a Descolonização que classificou Timor como território não autónomo, em 1960. Absteve-se também, em 1964, quando o Comité Especial da ONU para a Descolonização criticou Portugal por não ter levado à prática as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança dos três anos anteriores.<sup>120</sup>

223. Em 1974, na sequência da decisão de Portugal de descolonizar, os funcionários da embaixada britânica em Jacarta informaram destes acontecimentos o governo de Londres. Um funcionário da embaixada visitou o território em Julho de 1975 e foi com base no relatório que enviou que o embaixador britânico, John Archibald Ford, fez as seguintes recomendações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Commonwealth (FCO) em Londres:

Mesmo sem a intervenção soviética ou chinesa, o território parece estar a tornar-se gradualmente uma criança problemática, e os argumentos a favor da sua integração na Indonésia são cada vez mais fortes...Visto daqui, é do interesse do Reino Unido que a Indonésia absorva o território o mais rápida e o mais discretamente possível: e que, se houver choques e conflitos nas Nações Unidas, devíamos ser discretos e evitar opor-nos ao Governo indonésio.<sup>†</sup>

224. A Embaixada australiana apoiou a abordagem britânica. Numa carta confidencial para Canberra, em 21 de Julho de 1975, um funcionário escreveu:

---

<sup>\*</sup> A Indonésia afirmava numa publicação de 1980 que: “Não há poder neste mundo capaz de separar o povo de Timor Leste da Indonésia.”, in *The Province of East Timor. Development in Progress*, Department of Information, Republic of Indonesia, 1980, p. 8.

<sup>†</sup> 21 de Julho de 1975, citado pelo embaixador australiano Richard Wolcott. Brian Toohey e Marian Wilkinson in *The Book of Leaks*, Angus and Robertson, London, 1987, p. 176. Ford foi o embaixador britânico na Indonésia em 1975-1978.

A opinião da Embaixada britânica é...interessante...Sabem o que é inevitável e atribuem maior importância aos seus interesses a longo prazo na Indonésia. Querem manter-se a uma distância confortável.<sup>121</sup>

225. A Austrália confirmou ao Governo britânico em Outubro que o Presidente Suharto tinha decidido intervir militarmente. O embaixador Ford informou Londres:

A embaixada australiana confirmou agora (mas pediu-nos que não divulgássemos isto em Canberra nem falássemos a outros) que o Presidente Suharto autorizou a escalada de operações clandestinas (incluindo a utilização de navios e meios aéreos)...O objectivo é ter Díli completamente cercada a 15 de Novembro.<sup>122</sup>

226. O seu telegrama concluía com nova recomendação de não envolvimento:

O embaixador americano disse no jantar de Sir Michael Palliser, a 21 de Outubro, que Timor estava no topo da lista de lugares formulada por Kissinger que os EUA não queriam comentar e com os quais não se queriam envolver. Penso que o melhor é continuar a seguir o exemplo americano.<sup>123</sup>

227. A sua recomendação foi adoptada pelo secretário dos Negócios Estrangeiros do governo Trabalhista, James Callaghan.\*

228. Governo britânico não se manifestou sobre as mortes em Balibó, a 16 de Outubro de 1975, do repórter da televisão *Nine Network* Malcolm Rennie e do operador de câmara Brian Peters, ambos súbditos britânicos.<sup>124</sup> O embaixador Ford informou Londres a 24 de Outubro:

Ao que sabemos, os repórteres foram mortos, quase certamente por engano, no decorrer de um ataque pelas forças da Indonésia/UDT e os seus corpos desapareceram de imediato às mãos do comandante local, provavelmente queimados...Como os protestos não trarão de volta os corpos dos jornalistas, penso que devemos abster-nos de censurar os indonésios. Encontravam-se em zona de guerra por sua livre escolha.<sup>125</sup>

229. A política britânica no caso de uma tomada indonésia de Timor-Leste pela força foi apresentada a Canberra pelo Alto Comissariado australiano em Londres.

---

\* Callaghan was foreign secretary from 1975-76, then prime minister from 1976-79.

Male (sub-secretário adjunto, FCO) disse hoje que, se a Indonésia tomasse Timor pela força, o Governo britânico desejaria resistir às pressões que, inevitável e rapidamente surgirão aqui, não só para que a Indonésia seja condenada verbalmente mas também para que sejam tomadas medidas práticas, como cortar as ajudas. Para ajudar a controlar essas pressões, seria emitida sem demora uma declaração (a) chamando a atenção para a notável paciência e tolerância que a Indonésia tem demonstrado, (b) rejeitando qualquer ideia de que Timor pudesse ser, mesmo marginalmente, um problema britânico, e (c) observando que aqueles países na região que tinham razões sérias para se interessarem por Timor não se mostravam demasiado preocupados com os acontecimentos.<sup>126</sup>

230. A decisão britânica de se manter “discreta” foi em grande parte ditada importância atribuída aos seus interesses comerciais de longa data na Indonésia. Vinham já desde o século XVII ou XVIII, quando a Companhia Inglesa das Índias Orientais competia com a Companhia Holandesa das Índias Orientais pelo controlo do comércio das especiarias no arquipélago. No início do século XX, os investimentos britânicos nas Índias Holandesas vinham em segundo lugar, logo a seguir aos holandeses. O Reino Unido chefiou o Comando Aliado na região durante a Segunda Guerra Mundial, restabeleceu o Governo colonial holandês em Java e, depois, ajudou a mediar um conflito entre a Países Baixos e as forças republicanas indonésias antes da independência. As relações deterioraram-se no início dos anos 1960, quando Sukarno contestou os planos britânicos para Singapura e a Malásia. Suharto pôs rapidamente fim à política de *konfrontasi* de Sukarno e as relações económicas revitalizaram-se sob Suharto que recebeu, em 1974, a visita da Rainha Isabel II. Nos anos 80, a desregulamentação levou à entrada na Indonésia de muitas das maiores empresas britânicas e o Reino Unido voltou a ser o segundo maior investidor na Indonésia.<sup>127</sup>

231. O embaixador Ford informou o seu governo em Londres de que, na sua opinião, as acções da Indonésia se justificavam por questões de segurança. Num memorando confidencial depois da invasão, escreveu:

A minha ideia é que se a Indonésia tivesse permitido à Fretilin instaurar um governo hostil em Timor Leste e fazer de Timor Leste um abrigo para os dissidentes das Malucas [sic] e das ilhas periféricas, isto teria sido muito mais oneroso. Suspeito que os indonésios, de facto, compraram a segurança a um preço bastante razoável embora a pudessem ter obtido mais em conta se tivessem sido mais eficientes.<sup>128</sup>

232. Em Fevereiro de 1976, o ministério dos Negócios Estrangeiros recomendou que o ministro britânico, lorde Goronwy-Roberts, não se encontrasse com José Ramos-Horta:

Tem sido política do Governo de Sua Majestade evitar, na medida do possível, envolver-se na questão de Timor. O nosso papel na ONU tem sido principalmente o de reafirmar o nosso apoio ao princípio da autodeterminação. Em Novembro passado decidimos não reconhecer a DUI [declaração unilateral de independência] da Fretilin. Receber a visita do Sr. Ramos-Horta (a) implicaria um interesse britânico maior do que aquele que realmente temos; (b) daria um grau de reconhecimento ao “Governo” da Fretilin que, no passado, nunca estivemos dispostos a conceder; (c) prejudicaria muito certamente as nossas relações com a Indonésia, relações essas que, de qualquer modo, estão inevitavelmente um pouco tensas em resultado do nosso apoio à recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.<sup>129</sup>

233. Ao mesmo tempo, os representantes britânicos apoiaram alguns aspectos da campanha da Indonésia, encontrando-se com funcionários indonésios e aconselhando-os sobre o modo de gerir a questão. Em Janeiro de 1976, o embaixador Ford informou:

Disse-lhes (aos funcionários indonésios) que tínhamos feito todos os esforços possíveis a favor da Indonésia nas Nações Unidas e que pensava que tínhamos conseguido com sucesso abafar o caso de Timor em Nova Iorque.<sup>130</sup>

234. A missiva continua, relatando o conselho do embaixador sobre a forma de lidar com os relatos de atrocidades que decorriam da invasão indonésia. Outros telegramas criticavam a inépcia e o trabalho atabalhoado da Indonésia, não por preocupações com Timor, mas porque essa incompetência tornava mais difícil, para os britânicos e outros, defenderem a Indonésia.

235. Com base nesta política de discrição, o Governo britânico absteve-se em todas as resoluções da Assembleia Geral sobre a questão de Timor Leste, entre 1975 e 1982. Apoiou as Resoluções 384 (1975) e 389 (1976) do Conselho de Segurança da ONU, que reconheciam o direito de Timor Leste à autodeterminação e instavam a Indonésia a retirar as suas tropas. A 22 de Abril de 1976, o representante britânico, Murray, informou o Conselho de Segurança de que o Reino Unido tinha votado a Resolução 389 “por causa da grande importância que atribuímos ao princípio da autodeterminação”.<sup>131</sup> Declarou também que o Reino Unido não aceitava que se tivesse levado a cabo em Timor-Leste um acto de autodeterminação, já que não tinham sido satisfeitos três requisitos essenciais: paz e ordem, ausência de pressões externas e procedimentos adequados.

236. Em conformidade com esta política, o Reino Unido não apoiou o “acto de autodeterminação” organizado pela Indonésia e dirigido pela Assembleia Representativa Popular em Díli, a 31 de Maio de 1976. A perspectiva de um convite para ir a Díli nessa ocasião causou uma grande consternação entre os diplomatas ocidentais em Jacarta, que sentiam relutância em apoiar aquilo que sabiam ser um processo ilegítimo. Um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros escreveu:

O objectivo indonésio é claramente adquirir um verniz de respeitabilidade por uma rápida anexação de Timor Leste, associando estrangeiros eminentes ao “acto de escolha”.<sup>132</sup>

237. Para evitar perturbar o Governo indonésio, o embaixador Ford optou por informar os funcionários de que tinha outro compromisso para aquele dia. Quando o Governo indonésio enviou outro convite, solicitando a sua participação numa missão de verificação do apoio popular

ao pedido de integração, o secretário dos Negócios Estrangeiros britânico, Anthony Crosland, acrescentou outra razão para se descartar de qualquer associação com o processo:

Por razões ligadas aos nossos interesses nas ilhas Malvinas, em Belize e em Gibraltar, damos grande importância ao respeito pelo princípio do envolvimento das Nações Unidas nos exercícios de autodeterminação. Por essa razão, a nossa ideia é de vos dar instruções para recusarem o convite.<sup>133</sup>

238. Governo britânico reiterou, em várias ocasiões, o seu reconhecimento do direito de Timor à autodeterminação. Numa declaração perante o Quarto Comité da Assembleia Geral, em 1982, o representante britânico confirmou o apoio do seu governo ao princípio e continuou, dizendo que “só Portugal e a Indonésia podiam resolver o problema” e que o Reino Unido, como amiga de ambos, esperava que isto pudesse ser feito de acordo com os desejos do povo timorense.<sup>134</sup> Em 1992, o governo repetiu este compromisso, quando o Secretário-Geral da ONU buscava uma resolução para o conflito. A Baronesa Trumpington disse à Câmara dos Lordes, em 16 de Julho de 1992:

*O Reino Unido não reconheceu a anexação de Timor Leste e a Comunidade também não. Os Estados Unidos da América, o Canadá e a Austrália reconheceram-na. Nós acreditamos firmemente que o futuro de Timor Leste será mais correctamente tratado através do contactos bilaterais entre aqueles que estão directamente implicados: Portugal e a Indonésia. Os esforços do Secretário-Geral da ONU para os aproximar com vista a conseguir resolver o problema, merece e recebe o nosso apoio.*<sup>135</sup>

239. Esta política permitiu ao Governo britânico separar a questão de Timor das suas relações bilaterais com a Indonésia, deixando, ao mesmo tempo, em aberto a possibilidade da autodeterminação no caso de surgir essa oportunidade. O Reino Unido manteve uma ajuda significativa e um programa de cooperação militar com a Indonésia durante a ocupação de Timor-Leste por este país. O governo exprimiu a sua preocupação acerca dos abusos de direitos humanos em Timor-Leste, inclusive por ocasião do Massacre de Santa Cruz, em 1991, mas argumentou que o diálogo conseguiria melhores resultados do que “gestos fáceis, como cortar a ajuda”.<sup>136</sup> Os apelos para que os direitos humanos fossem incluídos na agenda do consórcio para a ajuda, o Grupo Intergovernamental sobre a Indonésia (IGGI), foram rejeitados.

240. A Indonésia tinha apenas uma pequena indústria de armamento e fora obrigada a importar a maior parte do seu equipamento militar. O Reino Unido tornou-se um dos seus mais importantes fornecedores de armas durante a ocupação de Timor-Leste e, no período 1994/2004, quase todo o equipamento militar da Indonésia provinha do Reino Unido.<sup>137</sup> Grande parte destas transacções realizaram-se depois de a corrida internacional aos armamentos, associada à Guerra Fria, ter terminado. O Governo britânico concedeu licenças de exportação às empresas britânicas para que estas vendessem à Indonésia uma série de equipamentos, incluindo aviões e navios de combate, carros blindados, armas de grande e pequeno calibre, munições, bombas, *rockets*, mísseis, agentes de controlo de motins e equipamento de treino militar. Os oficiais superiores indonésios também receberam formação em instalações militares britânicas.

241. Governo britânico defendeu a cooperação militar com a Indonésia. A Baronesa Trumpington of Sandwich disse à Câmara dos Lordes, em 1991, que a Indonésia tinha o direito de proteger a sua independência, que o treino militar ministrado pelo Reino Unido aumentava o respeito pela democracia e pelos direitos humanos e que os pedidos de licenças de exportação seriam recusados se se constatasse a probabilidade de que o equipamento militar em causa fosse usado para a repressão. Declarou:

*Não acreditamos que o equipamento militar britânico vendido no passado à Indonésia tenha sido usado contra os timorenses.*<sup>138</sup>

242. Em 1999, o adido militar na Embaixada indonésia em Londres admitiu que os veículos blindados Saracen e Saladin, de fabrico britânico, tinham sido enviados para Timor-Leste.\* A Resistência timorense afirmava que as forças indonésias também tinham utilizado aviões de ataque Hawk, fornecidos pelos britânicos, particularmente no auge da guerra, em 1978/79. A Embaixada britânica em Jacarta confirmou à Comissão, em Julho de 2003, que tinham sido fornecidos à Indonésia, em Julho de 1978, oito aviões *Hawk*, mas disse que se tratava de modelos antigos, só adequados a treinos e não a combates ar-terra. Tanto o Governo britânico como o *British Aerospace (BAe)* negaram que os aviões fossem usados para a contra-insurreição.† Esta questão gerou controvérsia no Reino Unido, particularmente depois do governo autorizar novas vendas nos anos 90. (ver adiante secção sobre a sociedade civil internacional).

243. Quer o equipamento militar de fabrico britânico tenha sido usado em violações específicas em Timor-Leste quer não, a verdade é que a assistência militar contribuiu para aumentar a capacidade militar da Indonésia e proporcionou às forças armadas indonésias a possibilidade de usarem outro equipamento em Timor-Leste. Mais ainda, a assistência militar à Indonésia por parte de uma potência ocidental importante e membro do Conselho de Segurança, foi um sinal de um apoio político substancial ao agressor no conflito e confundiu e irritou os timorenses que conheciam as declarações de apoio britânico à autodeterminação. Em Maio de 1976, o então embaixador britânico em Jacarta, John Ford, comentou que Timor-Leste estava demasiado atrasado para uma autodeterminação ao estilo ocidental. Os timorenses têm o direito de perguntar o que é que havia assim de tão civilizado no apoio britânico, directo ou não, à agressão indonésia.<sup>139</sup>

244. Sob a liderança do secretário dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, o Governo Trabalhista britânico redimiou-se, até certo ponto, ao apoiar activamente as negociações que culminaram no acto de autodeterminação de Timor-Leste, em Agosto de 1999. Jamsheed Marker, Representante Pessoal do Secretário-Geral em Timor-Leste, prestou homenagem ao embaixador britânico nas Nações Unidas, Stewart Eldon, e ao embaixador britânico na Indonésia, Robin Christopher, pelo seu contributo para o grupo nuclear de países que colaboraram com o processo da ONU. O embaixador Christopher albergou Xanana Gusmão na embaixada em Jacarta, após a sua libertação em Setembro de 1999. Tanto como secretário dos Negócios Estrangeiros britânico como nas suas funções de representante da União Europeia, Robin Cook participou na decisão tomada na reunião da APEC em Auckland, em de Setembro de 1999, que se pronunciou a favor de uma força internacional urgente para restabelecer a ordem em Timor, após o escrutínio. A 11 de Setembro, Jeremy Greenstock, representante britânico no Conselho de Segurança, visitou Timor integrado na missão do Conselho de

---

\* 29 de Janeiro de 1999, Mark Thomas Show, Channel 4, Hendro Subroto disse que blindados de detecção *Ferret Mk 2 Scout*, veículos de transporte pessoal blindados *Saracen VF 603* e *Saladin VF 601* (com canhões de 76 mm) tinham sido utilizados na invasão indonésia em 1975. *Eyewitness to Integration of East Timor*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta 1997.

† Em Dezembro de 1995, a Embaixada da Nova Zelândia em Jacarta informou de que havia alegações da utilização de *Hawks* em bombardeamentos contra a Fretilin no início de 1995. O adido da defesa britânico e os técnicos britânicos que colaboraram na manutenção dos aviões analisaram os livros de registo em busca de provas de que as bombas tinham sido disparadas e concluíram pela negativa. NZ, OIA Material, Volume 4, 13 de Dezembro de 1995.

Segurança que precedeu a força militar internacional e descreveu Díli como “o inferno na terra”. O Reino Unido contribuiu com tropas *Gurkha* e com fundos para a força Interfet.

### 3.6 Estados Unidos de América

245. Os EUA, outrora também eles uma colónia, foram um dos principais arquitectos das Nações Unidas e seu membro fundador, em 1945, a seguir à II Guerra Mundial, são um dos membros permanentes do Conselho de Segurança e uma superpotência. O nome “Nações Unidas” foi cunhado pelo Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt. A antecessora das Nações Unidas, a Liga das Nações, tinha sido criada em circunstâncias semelhantes, após a I Grande Guerra (1914/1918). Ficou a dever-se muito à reacção de choque do Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, pelo facto de uma civilização avançada ter podido participar na selvajaria e devastação que caracterizou a Grande Guerra. No seu famoso discurso dos Catorze Pontos, em 1918, o Presidente Wilson fez uma lista daquilo que considerava serem premissas básicas para a resolução pacífica dos conflitos. Para além da criação de uma associação de nações, incluía-se ali uma formulação do princípio de autodeterminação que viria, posteriormente, a ser adoptado na Carta das Nações Unidas.

246. Os EUA não apoiariam a adopção da Declaração de Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais das Nações Unidas, em 1960, mas inverteram a sua posição, em 1961, e reconheceram também o Timor português como um território não autónomo com direito à autodeterminação.

247. A política dos EUA relativa a Timor evoluiu mais ainda durante este período, como reacção aos temores de um conflito aberto, entre Portugal e a Indonésia, por causa do território. Tal como a Austrália, os EUA estavam preocupados com a possibilidade de que a rejeição, por parte do primeiro-ministro Salazar, dos pedidos da ONU para que procedesse à descolonização levasse à intervenção do Presidente Sukarno, em nome do anti-imperialismo. Para evitar o conflito, o Departamento de Estado dos EUA propôs que estes remetessem a questão para o Comité de Descolonização da ONU e se opusessem igualmente ao possível uso da força pela Indonésia, com o fundamento de que a força não se podia justificar, por Portugal não ter procedido à descolonização e porque poderia prejudicar as Nações Unidas. Um documento estratégico do departamento de Estado de 1963 declarava:

Um incumprimento não justifica outro...Não devemos ver esta acção da Indonésia como o segundo acto de um drama que começou com Goa e terminará com a morte da ONU... Não podemos apoiar nenhum esforço para tomar o território pela força. Uma acção dessas seria uma violação das obrigações constantes da Carta da ONU que a Indonésia se comprometeu a respeitar. Teríamos de nos opor à Indonésia na esfera diplomática e na ONU, se tal viesse a acontecer.<sup>140</sup>

248. Departamento de Estado também foi de opinião que o Timor português não era capaz de autodeterminação e que se devia unir à Indonésia:

Nós e os portugueses temos de reconhecer que a autodeterminação para o Timor português não faz sentido num futuro indeterminado...Realisticamente só tem um futuro possível - como parte da Indonésia.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> O ponto V dos *Catorze Pontos* do Presidente Wilson refere-se às reivindicações coloniais e à necessidade “de uma rigorosa observância do princípio que diz que ao lidar com todas estas questões de soberania, os interesses das populações em causa devem ter um peso idêntico” Outros Pontos incluíam a necessidade de os países procederem a uma redução de armamento “até ao mínimo ponto que seja compatível com a segurança nacional”.

Estas orientações políticas não precisaram de ser levadas à prática, porque o conflito previsto não se materializou. A análise pessimista do Departamento de Estado sobre as limitadas opções de Timor foi compreensível na altura, dada a recusa do regime de Salazar de preparar o território para a independência. Contudo, quando a questão voltou a emergir passado uma década, a opinião de que a única opção de Timor era a integração na Indonésia tornou-se, juntamente com factores da Guerra Fria, o ponto político fulcral que se sobrepôs a todas as outras considerações. As outras recomendações na década de 60 viriam a ser realmente ignoradas até ao fim da Guerra Fria, pelos fins da década de 1980.

249. Gary Gray, um ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, declarou perante a Comissão que a política dos EUA para Timor-Leste, a partir de 1974, tinha sido substancialmente moldada pelo contexto global e regional da época e pelo desejo, tanto dos EUA como da Indonésia, de reforçarem as suas relações depois das vitórias comunistas na Indochina. Disse:

*É possível ver-se 1975 como o culminar do poder comunista no mundo e da percepção da ameaça para os EUA e para aquilo a que, então, se chamava o mundo livre...regimes comunistas tinham sido instaurados no Laos, no Camboja e no Vietname em Março e Abril de 1975, insurreições comunistas activas continuavam a grassar na Tailândia e na Malásia e o conceito de uma ameaça do comunismo monolítico no Sudeste Asiático assim como a teoria do dominó estavam ainda muito vivos. Ao mesmo tempo, houve um consenso forte em Washington em torno da ideia de que o contrapeso de uma Indonésia anticomunista era vital contra a expansão do comunismo na Ásia, tanto em termos da região como da própria Indonésia.<sup>142</sup>*

250. A importância mútua da relação estava já bem definida desde o início do mandato do Presidente Suharto e vigorava ao mais alto nível. Incluía o apoio dos EUA à ocupação indonésia do Irian Ocidental e ao fictício “Acto de Livre Escolha”, ali realizado em 1969. Num memorando dirigido ao Presidente Gerald Ford, em Setembro de 1974, o secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, recomendou-lhe que se encontrasse com o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, “a fim de garantir ao governo Suharto que atribui grande importância à Indonésia como potência regional de primeiro plano no Leste da Ásia e que tenciona continuar com a assistência económica e militar à Indonésia”.<sup>143</sup> Sublinhava, em seguida, “o grande significado estratégico para nós” da Indonésia, devido à sua geografia, população, recursos e papel construtivo regional, tanto no Vietname como na ASEAN, como contrapartida às pressões da União Soviética e da China. Por seu turno, o Presidente Suharto queria que o seu ministro dos Negócios Estrangeiros se encontrasse com o novo Presidente dos EUA para o informar do seu desejo de estabelecer relações pessoais estreitas e para o convidar a visitar a Indonésia e a fornecer assistência militar e económica. Os dois presidentes encontraram-se por duas vezes,

---

<sup>142</sup> A Embaixada dos EUA em Jacarta comunicou em Julho de 1969: “O Acto de Livre Escolha (AFC) no Irian Ocidental está a desenrolar-se como uma tragédia grega, com a conclusão pré-determinada. O principal protagonista, o Governo da Indonésia, não pode permitir e não permitirá qualquer resolução que não seja a da contínua inclusão do Irian Ocidental na Indonésia. É provável que a actividade dissidente venha a aumentar, mas as Forças Armadas Indonésias poderão contê-la e, se necessário, suprimi-la. O Presidente Nixon visitou a Indonésia mesmo antes do Acto de Livre Escolha. O seu conselheiro para a segurança nacional, Henry Kissinger, disse-lhe: “Devia dizer (a Suharto) que compreendemos o problema com que se defrontam no Irian Ocidental”. Brad Simpson (Ed.), *Indonesia's 1969 Takeover of West Papua Not by "Free Choice"*, colocado a 9 de Julho de 2004 no sítio: [http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB\\_128/index.htm](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB_128/index.htm). O Dr Kissinger tornou-se director e accionista da mina de ouro e cobre da US Freeport McMoran, depois desta ter adquirido concessões no Irian Ocidental em 1967.

em 1975: em Julho, quando o Presidente Suharto visitou os EUA e novamente em Dezembro, quando o Presidente Ford visitou a Indonésia.\*

251. Governo dos EUA estava ao corrente dos planos da Indonésia para incorporar Timor. Pelo menos desde Fevereiro de 1975 sabia, também, que era possível que fosse utilizada a força e que esta implicaria o uso de equipamento militar fornecido pelos EUA. Por exemplo, houve funcionários americanos que declararam que os exercícios militares conjuntos realizados em Lampung, no Sul de Samatra, a 11 de Fevereiro de 1975, faziam quase certamente parte dos preparativos para se apoderarem de Timor. Comentando o acontecimento, o Consulado dos EU em Surabaya escreveu:

O funcionário político Zingsheim e eu ficámos ambos surpreendidos com as semelhanças deste exercício, ao nível de terreno e de estilo, com aquilo que estaria envolvido numa operação indonésia para tomar Díli. O exercício incluiu o cerco vertical da pista aérea de Branti, o ataque anfíbio à zona de praia vizinha, bombardeamentos navais e terrestres violentos...e lançamento de pára-quedistas na retaguarda.†

252. Na altura, a Indonésia negou que o exercício tivesse a ver com Timor, mas a invasão de Díli, dez meses depois, seguiu o modelo acima descrito. Em ambas as ocasiões os bombardeamentos na costa foram realizados pelo navio de guerra fornecido pelos EUA, o *KRI Martadinata*. Correspondência telegráfica trocada entre funcionários australianos e americanos exprimiam o temor de que a tomada de Timor pela força, utilizando equipamento americano e australiano, visse a prejudicar as relações com a Indonésia.<sup>144</sup>

253. Durante este mesmo período, o líder da oposição da Nova Zelândia, Robert Muldoon, visitou Jacarta e foi informado pelos líderes indonésios do que se passava em Timor. A Embaixada dos EU comunicou a Washington:

A posição que Suharto e Malik tomaram perante Muldoon reforça a ideia de que o Governo da Indonésia decidiu que tem de incorporar Timor, que está a preparar o terreno político para uma anexação e que está à espera de que as potências amigas encontrem uma forma de não se oporem a esse acto.‡

---

\* Alega-se que um dos principais factores da decisão dos EUA de apoiar a tomada de Timor foi garantir que o estreito de águas profundas entre Timor e Wetar permanecesse em mãos amigas, já que o estreito permitia uma passagem livre entre os oceanos Índico e Pacífico para os submarinos nucleares dos EUA. Ver Michael McGuire, "The Geopolitical Importance of Strategic Waterways in the Asian-Pacific Region", *Orbis* 19 (3), Outono de 1975, pp. 1058-76 e Michael Richardson "Jakarta Rules the Way: Why Indonesian Goodwill is Vital to America's Indian Ocean Submarine Force". *The Age*, 4 de Agosto de 1976. A Comissão não conseguiu confirmar esta alegação específica. É contudo evidente que os EUA estavam preocupados com o facto de que o apoio do governo Suharto ao "princípio do arquipélago" nas negociações sobre a Lei do Mar pudesse restringir o trânsito dos EUA através do arquipélago (ver o memorando do Secretário Kissinger ao Presidente Ford, 21 de Novembro de 1975, National Security Archive (NSA), Declassified Documents, 124).

† Consulado dos EUA em Surabaya, 20 de Fevereiro de 1975, Documento NSA 23. Os navios usados no exercício tinham Surabaya por base e as tropas eram de Malang, em Java oriental.

‡ Embaixada dos EUA em Jacarta, 25 de Fevereiro de 1975, Documento NSA 28. Segundo a comunicação dos EUA: "Adam Malik disse a Muldoon que a administração de Timor português é de influência comunista e que os timorenses pró-independência ofereceram bases à URSS e à RPC em troca de apoio ao movimento independentista. Malik disse que refugiados fugiam do terror da esquerda no Timor Português, atravessando a fronteira para território indonésio...Suharto disse que, dada a grave situação em Timor, o governo da Indonésia espera que os países amigos como a Austrália e a Nova Zelândia 'compreendam' a posição indonésia, o que os neo-zelandeses interpretaram como um pedido para que a Nova Zelândia 'compreendesse' um possível anexação do Timor português".

254. Em Março de 1975, em resposta a uma pergunta do Conselho Nacional de Segurança dos EUA sobre a posição política a adoptar caso a Indonésia viesse a recorrer à força em Timor, o secretário de Estado Henry Kissinger aprovou a política de inacção. A pergunta tinha anexada a recomendação formulada pelo embaixador dos EUA na Indonésia a favor do silêncio:

O embaixador Newsom recomendou uma política geral de silêncio. Argumentou que temos interesses consideráveis na Indonésia e nenhum em Timor. Se tentarmos dissuadir a Indonésia daquilo que Suharto pode considerar um uso necessário da força, podem resultar problemas sérios para as nossas relações.<sup>145</sup>

255. Esta política foi definida para a cimeira Ford-Suharto em Camp David, a 5 de Julho de 1975. O secretário Kissinger não fez qualquer referência ao Timor português no seu *briefing* ao Presidente Ford antes da reunião e, durante esta, os EUA não levantaram a questão nem alertaram contra o uso de força ou do equipamento americano, embora o Presidente Suharto lhes tivesse dado uma oportunidade para tal quando afirmou, espontaneamente, que a Indonésia não recorreria à força. Em resposta à apresentação do Presidente Suharto sobre esta questão, o Presidente americano limitou-se a perguntar se Portugal tinha fixado alguma data para que o povo timorense fizesse a sua escolha. No decorrer da reunião, num momento anterior, o Presidente Ford tinha anunciado a concessão de um pacote de assistência militar à Indonésia.

256. Funcionários americanos comunicaram à Indonésia, pela via dos canais diplomáticos, que os americanos preferiam uma integração pacífica mediante um acto de autodeterminação e exprimiram a preocupação de que o recurso à força e a utilização de equipamento americano pudessem criar uma reacção adversa no Congresso e prejudicar as relações.\* Contudo, a política oficial era manter-se publicamente à distância, sem se comprometer. Informado numa reunião a 8 de Outubro de 1975 de que a Indonésia tinha iniciado operações militares em Timor, o secretário Kissinger respondeu:

*Parto do princípio de que vão realmente calar a boca sobre este tema...sobre a Indonésia. Também na ONU...certifiquem-se de que a Missão dos EUA não presta declarações.*<sup>146</sup>

257. A 5 de Dezembro de 1975, em resposta aos ataques pré-invasão da Indonésia, o Presidente da Fretilin e da recém-proclamada República Democrática de Timor Leste, Xavier do Amaral, enviou um telegrama urgente ao presidente americano pedindo a intervenção dos EUA:

O meu governo acredita que a voz dos EUA pode prevenir uma guerra que seria longa, sangrenta e destruidora...Pelo amor à paz, suplico-lhe que intervenha.

258. Governo dos EUA ignorou o apelo. O registo da correspondência do Conselho de Segurança Nacional mostra que, a 15 de Dezembro, a carta foi arquivada com uma nota:

Desnecessária qualquer acção. Não enviar resposta – trata-se de um assunto delicado.<sup>147</sup>

---

\* O Embaixador Newsom disse ao chefe do *Bakin* (o órgão de coordenação dos serviços de informação), tenente-general Yoga Sugama, a 20 de Agosto de 1975: "O Governo da Indonésia tem de estar consciente de que se for utilizado equipamento americano para uma anexação pela força do Timor português, isto poderia levar a accionar certas disposições da Lei sobre Assistência Estrangeira e pôr em risco o programa de assistência militar. Por essa razão a melhor solução seria a incorporação pacífica de Timor-Leste na Indonésia." Embaixada dos EUA, Jacarta, 21 de Agosto de 1975, Documento NSA 73. Em Outubro, o conselheiro do Presidente Ford para a Segurança Nacional, tenente-general Brent Scowcroft, foi aconselhado pelo seu corpo de funcionários a avisar Ali Murtopo da complexidade política caso fosse usado equipamento americano. Documento NSA 104.

259. Presidente Ford e o Presidente Suharto voltaram a encontrar-se em Jacarta, a 6 de Dezembro de 1975, na véspera da invasão em grande escala de Timor-Leste. Segundo registos do Departamento de Estado, a reunião teve lugar às 8 da manhã e a delegação americana partiu para o aeroporto às 10.30h dessa mesma manhã. Presentes na reunião estavam também o secretário de Estado Kissinger, o ministro dos Negócios Estrangeiros Malik, o ministro de Estado Sudharmono, o embaixador Newsom e um intérprete. No decorrer da discussão, que se centrou sobretudo na Indochina e na contenção do comunismo, o Presidente Suharto abordou a situação em Timor que apresentou como uma ameaça para a segurança da Indonésia e da região, em consequência da declaração de independência da Fretilin.

260. O relato do diálogo, feito pelo Departamento de Estado, conta que o presidente da Indonésia afirmou aos americanos:

*Queremos a vossa compreensão se acharmos necessário emprender uma acção rápida ou drástica.*

261. Presidente Ford replicou:

*Compreenderemos e não vos pressionaremos sobre esta matéria. Compreendemos o vosso problema e as vossas intenções.*

262. Os americanos disseram que o uso de armas produzidas nos EUA podia criar problemas e o secretário Kissinger acrescentou:

*Depende da forma como se interpretar: se for em auto-defesa ou numa operação estrangeira. É importante que, façam o que fizerem, o sucesso seja rápido. Poderíamos influenciar a reacção na América se o que acontecer, acontecer depois do nosso regresso. Deste modo haveria menos hipóteses de as pessoas falarem com desconhecimento de causa. O Presidente estará de volta na segunda-feira às 2 horas da tarde, hora de Jacarta. Compreendemos o vosso problema e a necessidade de agirem rapidamente, mas estou apenas a dizer que seria melhor se fosse feito depois do nosso regresso.*

263. O secretário Kissinger fez uma última pergunta:

*Prevêem que haja lá uma longa guerra de guerrilha?*

264. Presidente Suharto respondeu:

*Haverá provavelmente uma pequena guerra de guerrilha.\**

265. Ambas as partes evitaram fazer referências explícitas à intervenção militar, mas é evidente, pela discussão e pelas referências ao uso de armas americanas e à guerra de guerrilha que era a isto que o Presidente americano sabia que estava a dar o seu acordo. Ao dar o seu consentimento, não se referiu ao direito à autodeterminação nem às consequências humanitárias da guerra. O consentimento para o recurso à força equivalia também a ignorar o conselho de funcionários sobre a ilegalidade da utilização de armas americanas, pois que a maior parte do equipamento das forças armadas indonésias era americana.† A Indonésia ignorou

---

\* Embaixada dos EUA, Jacarta, 6 de Dezembro de 1975, NSA Documents 148. Em 1977, a administração Carter foi aconselhada a rejeitar um pedido do congressista Donald Fraser, de uma cópia desse relatório com o fundamento de que era confidencial e prejudicaria as relações externas dos EUA se viesse a público. Documento NSA 405.

† Um memorando do secretário Kissinger ao Presidente Ford de 21 de Novembro de 1975 diz: "Contudo, a utilização pela Indonésia de armas fornecidas pelos EUA numa ocupação premeditada do território, é contrária à lei dos EUA". Documento NSA 124.

o pedido de espera: a invasão começou às primeiras horas da manhã de Domingo, 7 de Dezembro, mais de 24 horas antes da hora anunciada da chegada do Presidente Ford aos EUA.

266. Numa análise feita pela Casa Branca à visita, a 10 de Dezembro de 1975, nem o Presidente Ford nem o secretário Kissinger fazem qualquer referência a Timor. O Presidente Ford disse:

*Foi importante lá ir [Indonésia] no rescaldo do Vietname para mostrar que ainda somos uma potência na Ásia. Fiquei impressionado com Suharto que está a tentar conservar o país coeso e manter um governo viável, defendendo também ali a causa do anticomunismo.*<sup>148</sup>

267. A 13 de Dezembro, o Presidente Ford enviou uma oferta pessoal de bolas de golfe ao Presidente indonésio.

268. Os EUA votaram a favor da Resolução 384 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que foi adoptada por unanimidade a 22 de Dezembro de 1975, que defendia o direito à autodeterminação e apelava à Indonésia para que retirasse as suas tropas. Os EUA adoptaram uma atitude discreta durante essa sessão, mas tentaram ajudar a Indonésia nos bastidores sem, ao mesmo tempo, se incompatibilizarem com Portugal, seu aliado na OTAN e de cuja cooperação os EUA dependiam para a manutenção da base nos Açores e para apoio a outras questões na ONU. Enquanto pressionavam para que se chegasse “a um entendimento nas Nações Unidas em que Jacarta pudesse salvar a face”, os EUA ofereceram-se para ajudar Portugal a conseguir a libertação de 23 soldados detidos no Timor indonésio.<sup>†</sup> Os Estados Unidos da América abstiveram-se na Resolução 389 (1976) do Conselho de Segurança, adoptada a 22 e Abril de 1976 porque, explicou o representante dos EUA, a resolução não reconhecia “a importante declaração do representante da Indonésia sobre algumas forças que já foram retiradas e sobre outras que o vão ser”. Disse que a abstenção dos EUA não deveria ser vista “como uma negação do nosso apoio ao direito do povo de Timor Leste ou de qualquer outro povo, em qualquer parte do mundo, à igualdade de direitos e à autodeterminação”.<sup>149</sup> Os EUA também se abstiveram na votação sobre a questão realizada na Assembleia Geral a 12 de Dezembro de 1975 e, em seguida, votaram contra todas as resoluções subsequentes da Assembleia Geral, até 1999.

269. Tanto o Governo indonésio como o americano sabiam que estavam a ser usadas armas americanas na invasão de Timor-Leste. A congressista Helen Meyner disse, num inquérito do Congresso, em 1977, que o general Murdani tinha confirmado o uso de equipamento americano:

*Quando nos encontrámos em Jacarta com algumas das chefias militares indonésias...John Salzberg perguntou ao general Murdani se tinham sido usadas armas americanas em 1975. Ele disse, “Claro, são as únicas armas que temos. Claro que eram armas americanas.”*<sup>150</sup>

---

\* Conselho Nacional de Segurança, 13 de Dezembro de 1975. Documento NSA 168. Posteriormente, Kissinger defendeu a política da administração Ford para Timor-Leste. Num fórum público em 2001, disse ao activista de Timor-Leste, Constâncio Pinto: “Timor nunca foi discutido connosco quando estivemos na Indonésia. No aeroporto, quando íamos partir, os indonésios disseram-nos que iam ocupar a colónia portuguesa de Timor. A nós não nos pareceu que fosse um acontecimento de grande relevo, porque os indianos tinham ocupado a colónia portuguesa de Goa dez anos antes e a nós pareceu-nos mais um processo de descolonização. Ninguém fazia a mínima ideia do que se iria passar depois e ninguém nos pediu a nossa opinião e não sei o que teríamos dito se alguém pedisse a nossa opinião. Foi-nos dito literalmente quando íamos partir.” [Slate, *Whopper of the Week: Henry Kissinger*, 7 de Dezembro de 2001].

† Conselho Nacional de Segurança, 19 de Dezembro de 1975, Documento NSA 178. O embaixador dos EUA na ONU, na época, Daniel Patrick Moynihan, escreveu: “Os EUA queriam que as coisas corressesem como correram e trabalharam para que assim fosse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas se mostrassem totalmente ineficazes nas medidas que tomassem, fossem estas quais fossem. Fui incumbido desta tarefa e levei-a por diante com bastante sucesso.” [A *Dangerous Place*, Little Brown, 1980, p. 247].

270. Conselho Nacional de Segurança dos EUA foi informado a 12 de Dezembro de 1975 de que estava a ser usado equipamento americano na invasão.<sup>151</sup> O relatório do CNS declara que o equipamento fornecido pelos EUA incluía o seguinte:

- Pelo menos nove antigos navios americanos, um dos quais, o *KRI Martadinata*, esteve envolvido no bombardeamento da costa a 22 de Novembro e participou no bombardeamento naval, com a duração de uma hora, que antecedeu o assalto de 7 de Dezembro a Díli.
- 13 aviões utilizados no ataque a Díli e Baucau
- Equipamento usado pela 18ª Brigada Aerotransportada que fez o lançamento de pára-quedistas em Díli a 7 de Dezembro e pela 17ª Brigada Aerotransportada envolvida no lançamento sobre Baucau a 10 de Dezembro; incluem-se aqui espingardas, metralhadoras, lança-granadas, morteiros, lança-granadas foguete, pára-quedas e rádios; os professores de saltos foram formados nos EUA.
- Algum equipamento americano de transmissões foi usado pelo centro de comunicações em Atambua, no Timor indonésio, que controlou as operações em Timor.

271. José Ramos-Horta afirmou à Comissão que, na sua opinião, os EUA são os que têm mais a responder pelo sucedido. “Os EUA foram os piores. Piores, porque eram a única potência capaz de dizer aos indonésios depois da invasão, não só antes como depois: “Comportem-se, acabem com essas matanças”; mas não quiseram fazê-lo...e sabiam o que era certo”.<sup>152</sup>

272. Algumas secções do Congresso dos EUA continuavam activamente a analisar a questão da utilização, pela Indonésia, de equipamento militar fornecido pelos EUA. No seguimento de inquéritos levados a cabo pelo senador Gary Hart, em Dezembro de 1975, os senadores Hubert Humphrey e Clifford Case interessaram-se pelo assunto e, em 1977, foram realizadas várias audiências do Congresso em 1977, depois de, em Janeiro, Jimmy Carter ter iniciado o seu mandato como Presidente dos EUA.

273. Funcionários americanos declararam num inquérito do Congresso, em Março de 1977, que armas americanas tinham sido usadas durante a invasão. Declararam também, em resposta, que o governo tinha “suspendido administrativamente” o fornecimento de assistência adicional entre Janeiro e Junho de 1976, “a fim de garantir que agíamos em conformidade com a legislação aplicável”, mas que apenas alguns membros do Congresso tinham sido avisados, em privado, da suspensão e que a decisão não fora anunciada publicamente.<sup>153</sup>

274. Esta acção, que foi levada a cabo sob orientação do secretário Kissinger, destinava-se, em primeiro lugar, a garantir um apoio militar contínuo dos EUA à Indonésia mais do que a honrar a legislação. Não se destinava a proteger os direitos humanos em Timor-Leste e, na prática, não modificou em nada a realidade do apoio militar dos EUA à agressão indonésia.\* O inquérito obteve a informação de que o equipamento militar que já estava na calha continuava a ser entregue, que a ajuda militar fora retomada em fins de Junho de 1976, porque tinha havido uma “redução significativa das hostilidades em Timor” e que o Congresso continuava a autorizar a assistência militar à Indonésia, depois de ter sido derrotada uma proposta de alteração que exortava ao corte dessa ajuda. As relações com a Indonésia não foram afectadas porque, em Jacarta, os funcionários ou não souberam da suspensão ou confiaram que se tratava apenas de uma medida “administrativa”. Brent Scowcroft foi informado antes de um encontro com Adam Malik, em Junho de 1976:

---

\* Documento NSA 296. Mesmo que o Congresso tivesse posto cobro à ajuda militar, o governo estava decidido a descobrir uma forma de contornar a questão e já em 1976 tinha começado a elaborar planos de contingência para continuar o apoio. Documento NSA 235.

*Os indonésios não abordaram a suspensão dos nossos fornecimentos de equipamento militar...Se o mencionarem, poderá responder-lhes que a maneira cuidadosa com que tratámos esta questão nos permitiu pôr cobro às vozes críticas do Congresso, como a do senador Humphrey, e, ao mesmo tempo, retomar o embarque de assistência militar para Jacarta.*<sup>154</sup>

275. Em Outubro de 1976, o Governo dos EUA confirmou o uso contínuo de armas americanas em Timor-Leste.

Ao que sabemos o Governo indonésio, tem tentado, nos últimos meses, utilizar equipamento não americano nas suas operações em Timor. Algumas unidades equipadas pelos EUA foram retiradas. No entanto, o equipamento fornecido pelos EUA - particularmente equipamento de transporte e de comunicações – continua a ser utilizado. O Governo indonésio foi alertado para a nossa preocupação constante por este facto.<sup>155</sup>

276. A cooperação militar continuou a ser uma componente integral do apoio dos EUA à Indonésia durante as duas décadas seguintes.\*

277. As sucessivas administrações dos EUA continuaram a manter a mesma posição básica sobre Timor que havia sido delineada pela administração Ford-Kissinger. Esta foi explicada numa audiência do Senado em 1992 nos seguintes termos:

*Em 1976, os decisores políticos americanos resolveram aceitar a incorporação de Timor Leste pela Indonésia como um facto consumado. Acharam que nada daquilo que os EUA ou o mundo estivessem dispostos a fazer alteraria este facto. Deste modo, opormo-nos à incorporação pela Indonésia pouco impacto teria sobre a situação. Com esta realidade em mente, as administrações anteriores conceberam uma política que foi seguida consistentemente, com vista a chegar a um consenso. Aceitámos a incorporação de Timor Leste pela Indonésia, sem afirmar que teve lugar um acto válido de autodeterminação. É evidente que um processo democrático de autodeterminação teria sido mais coerente com os nossos valores; mas as realidades de 1975 não incluíam essa alternativa. Aceitar a absorção de Timor Leste na Indonésia foi a única opção realista.*<sup>156</sup>

278. A Administração Carter (1977/81) continuou a atribuir grande importância à Indonésia. Zbigniew Brzezinski, conselheiro militar do Presidente Carter para a segurança, um dos falcões, defendeu o aprofundamento das relações.<sup>157</sup> O vice-presidente Walter Mondale visitou o Presidente Suharto em Jacarta, em Maio de 1978, e o general Murdani continuou a visitar regularmente os EUA, o que resultou num aumento da cooperação militar dos EUA com a Indonésia. O secretário-adjunto Holbrooke, numa audiência do Congresso em 1981, resumiu a razão pela qual os EUA se tinham mostrado tão positivos acerca da Indonésia:

---

\* O Programa de Assistência Militar (MAP) dos EUA à Indonésia terminou em 1978, mas sucedeu-lhe o programa de crédito às Vendas Militares ao Estrangeiro (FMS).

*A situação em Timor Leste é uma de entre as muitas preocupações importantes dos EUA na Indonésia. A Indonésia, com uma população de 150 milhões de pessoas, é a quinta maior nação do mundo e um membro moderado do Movimento Não Alinhado, é um importante produtor de petróleo – que desempenha um papel moderado na OPEP – e ocupa uma posição estratégica, delineando as rotas marítimas do Pacífico e do Índico. O Presidente Suharto e outros eminentes líderes indonésios apelaram publicamente à libertação dos nossos reféns no Irão. A posição da Indonésia no seio da Associação dos Países do Sudeste Asiático – ASEAN – é também importante e tem tido um papel crucial no apoio à Tailândia e na manutenção da segurança na Tailândia face às acções desestabilizadoras do Vietname na Indochina. Finalmente, a Indonésia forneceu ajuda humanitária a mais de 50.000 refugiados indochineses e tomou a iniciativa de propor um local numa ilha para centro de triagem de refugiados ASEAN. A Indonésia é, evidentemente, importante para aliados-chave dos EUA na região, nomeadamente o Japão e a Austrália. Temos em alto apreço a nossa relação de cooperação com a Indonésia.*<sup>158</sup>

279. A administração Carter acrescentou à política sobre Timor acima delineada, uma ênfase mais forte nos direitos humanos e na necessidade de apoio humanitário, o que foi adoptado pelas administrações que lhe sucederam. Durante o seu mandato, as organizações internacionais tiveram autorização para operar em Timor-Leste, funcionários americanos puderam encontrar-se com José Ramos-Horta e os Relatórios Anuais do Departamento de Estado sobre as Práticas dos Direitos Humanos por País, que se iniciaram em 1977, incluíram frequentes referências a abusos em Timor.

280. Ao mesmo tempo, porém, a maioria das mortes em Timor-Leste ocorreu durante este período, o número de efectivos militares indonésios atingiu novos níveis e a Resistência timorense foi quase aniquilada.\* Arnold Kohen testemunhou à Comissão:

*É errado pensar que a tragédia em Timor Leste se pode atribuir exclusivamente ao Presidente Ford e ao secretário de Estado Kissinger. Houve uma oportunidade de alterar a política americana sobre a ocupação de Timor Leste pela Indonésia nos princípios de 1977, quando Jimmy Carter tomou posse como presidente...e apelou a que fosse dada uma maior importância aos direitos humanos na definição da política externa dos EUA...Estas esperanças foram goradas.*<sup>159</sup>

281. A administração Carter também não conseguiu resolver a questão básica da autodeterminação. Reconheceu a soberania indonésia, não falou em autodeterminação nos seus relatórios anuais sobre os direitos humanos e votou contra as resoluções da ONU sobre Timor.\*

---

\* O vice-comandante-em-chefe das Forças Armadas Indonésias, almirante Sudomo, contou ao almirante Masters, em Julho de 1978, que a Indonésia tinha 29.000 efectivos militares em Timor-Leste, Documento NSA 602. O general Murdani negou as alegações de que tinham sido usados napalm e herbicidas em Timor durante este período, Relatório da embaixada dos EUA, 3 de Janeiro de 1978, Documento NSA 502. Funcionários americanos negaram também as afirmações da Fretilin de que pessoal americano tinha participado nos recontros militares em Timor durante o mesmo período, secretário de Estado Cyrus Vance, 7 de Julho de 1978, Documento NSA 599. Os pormenores sobre as afirmações da Fretilin encontram-se nos Documentos NSA 578 e 614.

282. Após o fim da Guerra Fria e o Massacre de Santa Cruz em 1991, aumentaram as pressões para que os EUA desempenhassem um papel mais activo na busca de uma solução. Seguiram-se alguns debates com Portugal. Em Janeiro de 1992, um grupo de políticos e académicos portugueses de renome, chefiados pelo ex-Presidente Ramalho Eanes, enviou uma carta aberta, muito dura, ao Presidente George Bush que responsabilizava os EUA, por causa da sua inacção, pelas violações dos direitos humanos em Timor-Leste.<sup>160</sup> Embora se tivesse oposto, em 1982, à resolução da Assembleia Geral que pedia que o Secretário-Geral iniciasse consultas a todas as partes directamente interessadas, os Estados Unidos da América declaravam agora o seu apoio ao Secretário-Geral que promovera a discussão entre Portugal e a Indonésia sobre esta questão e, em 1992 e 1993, apoiaram as iniciativas tomadas por Portugal na Comissão dos Direitos Humanos.<sup>161</sup>

283. O embaixador Barry, representante da nova administração Clinton na Indonésia, visitou Timor-Leste de 21 a 23 de Fevereiro de 1993 “para lançar um novo olhar”. Relatou que:

a presença militar repressiva e omnipresente é o principal obstáculo ao objectivo de integração do governo...Os timorenses ressentem o paternalismo, a corrupção e o controle da economia local pelos militares, assim como a sua crueldade... A melhor descrição das aspirações dos timorenses foi feita por um padre salesiano que conhece bem a situação: “O que eles querem é que os deixem em paz.”

284. O embaixador concluiu que a “[i]ntegração nunca será agradável enquanto for exigida à queima-roupa...” mas depois descartou as soluções a que a própria Indonésia chegaria uns anos mais tarde:

Mesmo que os indonésios estivessem preparados para propor a autodeterminação (e não estão), Timor Leste não conseguiria sobreviver enquanto entidade independente. A autonomia pareceria uma boa ideia, mas é difícil defini-la de forma significativa num país tão centralizado como este.<sup>162</sup>

285. A administração Clinton apoiou activamente o processo de autodeterminação em 1999, incluindo através do Conselho de Segurança. Os Estados Unidos da América contaram-se entre aqueles que mais contribuíram para a formação da UNAMET e o presidente Clinton e a secretária de Estado Madeleine Albright, que se tinha encontrado anteriormente com Xanana Gusmão, em Jacarta, e o secretário de Defesa, William Cohen, todos pressionaram os seus homólogos indonésios para que contivessem a violência que ameaçava o referendo.<sup>†</sup> A 4 de Setembro de 1999, ao congratular-se com o resultado, a secretária Albright disse que os EUA continuariam a dar todo o seu apoio ao processo, assistido pelas Nações Unidas, que visava transformar Timor-Leste numa nação independente.<sup>163</sup> Depois do surto de violência, o Presidente Clinton manifestou-se veementemente a 9 e 10 de Setembro de 1999, sublinhando a necessidade de uma força internacional de segurança em Timor-Leste e do apoio dos EUA a tal força, se a Indonésia não conseguisse restabelecer a ordem. Os Estados Unidos da América posicionaram mil fuzileiros ao largo de Timor-Leste, mas limitaram o seu contributo directo à Interfet a um apoio logístico, que incluía a assistência a outras forças no terreno.

---

\* Após cada votação na ONU, o embaixador da Indonésia na ONU, escreveu à administração Carter a exprimir os seus “sinceros agradecimentos e apreço pelo apoio concedidos à posição da Indonésia.” [ver, por exemplo, Documentos NSA, 491 e 713].

† O chefe da UNAMET, Ian Martin, escreveu que os EUA não pressionaram Jacarta a aceitar as forças de manutenção da paz antes do acto de votação, não viesse isso a pôr em risco o processo e é duvidoso que se pudesse reforçar mais as disposições de segurança. (*Self-determination in East Timor, the United Nations, the ballot, and International intervention*, Lynne Reener Publishers, Londres, p. 33; na versão em português, Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p.74].

### 3.7 Japão

286. Japão tornou-se membro da ONU em 1956. Não é membro permanente do Conselho de Segurança, mas era o único membro não permanente da Ásia do Leste quando o Conselho debateu a questão de Timor-Leste, em 1975 e 1976.

287. Em 1960, o Japão apoiou a adopção da Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e os princípios conexos de informação sobre as colónias.<sup>164</sup> Absteve-se, contudo, na Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral que incluía o Timor português na lista dos territórios não autónomos.

288. A seguir à invasão, o Japão votou a favor da Resolução 384 do Conselho de Segurança (1975), que foi adoptada por unanimidade em 22 de Dezembro de 1975. A resolução apoiava o direito inalienável do povo timorense à autodeterminação, deplorava a intervenção armada indonésia e apelava a uma retirada sem demoras.

289. Japão, contudo, fez pressões para enfraquecer esta resolução. O embaixador japonês nas Nações Unidas dessa época, Shizuo Saito, escreveu:

O Japão tomou sempre iniciativas activas e de liderança...(e) particularmente, contribuiu para que a intenção da Indonésia de retirar as suas tropas fosse respeitada e a condenação não irritasse demasiadamente a Indonésia. Outros governos cooperaram com esta posição do Japão.<sup>165</sup>

290. O papel do Japão sobre esta matéria no Conselho de Segurança é confirmado por José Ramos-Horta que representou a Fretilin nas reuniões:

Em todos os debates sobre Timor no Conselho de Segurança, tanto em 1975 como em 1976, a delegação japonesa deu nas vistas pelos seus esforços para suavizar as críticas à Indonésia.<sup>166</sup>

291. A Resolução 384 foi a única apoiada pelo Japão, a seguir à invasão indonésia. O Japão absteve-se na votação da Resolução 389 do Conselho de Segurança, em Abril de 1976, alegando entender que este Conselho devia reconhecer que a Indonésia tinha começado a retirar as suas forças de Timor-Leste, de harmonia com a resolução anterior. A 15 de Abril de 1976, o representante japonês, Kanazawa, disse ao Conselho de Segurança:

Embora nos pareça que a paz e a ordem no território não tenham ainda sido completamente restabelecidas, consideramos animador que as hostilidades armadas pareçam estar agora confinadas a áreas limitadas do território e que a vida esteja gradualmente a regressar à normalidade.<sup>167</sup>

292. Kanazawa prosseguiu, congratulando-se com a declaração da Indonésia ao Conselho de Segurança de “que os voluntários armados começaram a deixar o Território em Fevereiro e espera-se que o processo de retirada esteja completo dentro em breve.”

293. A afirmação da Indonésia de que a invasão integrava “voluntários” não era mais credível do que a sua afirmação de retirada. Na altura sabia-se que ambas as afirmações eram falsas. O adido de Defesa da Nova Zelândia em Jacarta sugeriu ao seu governo, em Janeiro de 1976, que esta alegação da existência de “voluntários” era uma “ficção ridícula” e comentou:

A evasiva e as meias verdades são moedas diplomáticas vulgarmente aceites, mas uma mentira descarada já é mais difícil de deixar passar em branco.<sup>168</sup>

294. O relatório que apresentou sobre o período Janeiro a Março de 1976, não refere retiradas e comenta que “a situação militar é ainda suficientemente volátil para tornar imperativo que um número considerável de tropas indonésias esteja pronto a entrar em acção.”<sup>169</sup> O enviado da ONU, Winspeare Guicciardi também se mostrava céptico em relação às alegações indonésias. No seu segundo relatório relativo a Timor-Leste, escrito sete meses depois da invasão em Junho de 1976, declarou que, quando levantou a questão do cumprimento das Resoluções 384 e 389 do Conselho de Segurança, a Indonésia se limitara a reiterar as suas declarações anteriores de que a retirada dos “voluntários indonésios” estaria completa dentro em breve.<sup>170</sup> Numa outra reviravolta, o representante da Indonésia na ONU disse ao seu homólogo dos EUA que a Indonésia tinha de respeitar os desejos do Governo Provisório Timorense, que não desejava a retirada das tropas e perguntava: “Como é que se podem retirar indonésios de um território que já está incorporado na Indonésia?”<sup>171</sup>

295. Noutros comentários ao Conselho de Segurança, Kanazawa apoiou o direito de Timor-Leste à autodeterminação e apelou à prossecução de esforços para restaurar a paz e a ordem e para que fosse alargado o mandato do representante especial. Embora positivas, estas propostas tinham tido o acordo da Indonésia e não acrescentavam nada de novo, nem nada de comparável à capacidade do Japão de influenciar os acontecimentos enquanto principal investidor e dador da Indonésia.

296. Japão votou contra as oito resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste, entre 1975 e 1982, inclusive sobre a branda resolução de 1982 que delegava a questão ao Secretário-Geral para que este encontrasse uma solução pela via do diálogo. Durante a sua visita a Díli, em 1976, Winspeare Guicciardi, viu cartazes que agradeciam ao Japão o seu voto na ONU de apoio à Indonésia.<sup>172</sup>

297. Segundo o Governo australiano, o Japão reconheceu implicitamente a soberania indonésia sobre Timor-Leste quando, em 1982, assinou um acordo sobre taxas com a Indonésia, cujos termos não excluía Timor-Leste da definição do território indonésio.<sup>173</sup> O Japão nega ter reconhecido formalmente a incorporação. Não compareceu à Assembleia Popular de 31 de Maio de 1976 cujo pedido de integração a Indonésia alegava que era um acto legítimo de autodeterminação.\* Em 1991, os deputados japoneses disseram às Nações Unidas:

---

\* A Indonésia convidou o Japão a assistir à Assembleia Popular de 31 de Maio 1976. Num telegrama datado de 28 de Maio de 1976, um funcionário da Embaixada britânica em Tóquio comentava o problema criado: “Os japoneses encontram-se num dilema que lhes é familiar. Por um lado gostariam de não ter nada a ver com o convite mas por outro lado temem incomodar os indonésios. Não desejam ser representados em Díli, a não ser que se encontrem em boa companhia.” in Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.19.

*O Governo japonês nunca reconheceu formalmente a anexação de Timor Leste pela Indonésia. A posição oficial do Japão tem sido a seguinte: “A nossa posição básica, no que toca à área de Timor Leste, é que o Japão continua a observar as negociações entre as partes interessadas sob os bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas” e que “não estamos em posição de julgar a jurisdição da ilha.” O Governo japonês deu, por isso, instruções aos editores de textos escolares que traçassem o mesmo tipo de linha entre Timor Leste e Timor Ocidental que foi traçada entre Marrocos e o Saara Ocidental. Esta linha indica que existe um conflito internacional sobre o estatuto da área, conflito esse que espera ainda uma resolução. O Fórum dos Membros da Dieta confirmou repetidamente esta posição através de perguntas feitas na Dieta e de perguntas escritas dirigidas ao governo.<sup>174</sup>*

298. Nos anos 70 e 80, o principal factor determinante da posição do Japão sobre Timor era a sua relação económica com a Indonésia. Após a sua derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão dedicou-se a reconstruir a sua economia que tem uma base reduzida de recursos naturais e depende fortemente de boas relações internacionais. Estes objectivos económicos ditaram a sua política externa que se manteve discreta e, no essencial, alinhada com a dos Estados Unidos.

299. A Indonésia e o Japão estabeleceram relações diplomáticas formais em 1957, no seguimento de longas negociações sobre a dívida do Japão à Indonésia decorrente da sua ocupação da antiga colónia holandesa entre 1942 e 1945. Seguiu-se um aumento considerável do investimento japonês, da exploração de recursos e da assistência. A Indonésia, possuidora de um vasto mercado, de recursos naturais e de uma localização estratégica, tornou-se cada vez mais importante para a economia japonesa, independentemente de quem detém o poder em Jacarta. Uma percentagem significativa do abastecimento de petróleo ao Japão e do seu comércio passa pelo Estreito de Malaca. Depois da subida ao poder do regime de Suharto, o Japão ajudou a criar o consórcio internacional de assistência, o Grupo Intergovernamental para a Indonésia (IGGI) que realizou a sua primeira reunião em Tóquio, em 1967. Na década de 1980, o Japão era o maior investidor e dador de assistência à Indonésia e protegia muito esta relação. A resposta do Japão a Timor-Leste foi condicionada por estas prioridades.

300. Em 1979, o Japão forneceu 100 milhões de yen ao programa conjunto da Cruz Vermelha Indonésia – Cruz Vermelha Internacional contra a fome em Timor-Leste. Em 1991, o Governo do Japão decidiu tornar os direitos humanos e outros factores, tais como as despesas militares do país receptor, numa condição para a concessão dos seus enormes programas de assistência. O Fórum dos Membros da Dieta Japonesa sobre Timor-Leste congratulou-se com a iniciativa, declarando que “se esses critérios se aplicarem honestamente à Indonésia, receptor número um do programa japonês da Assistência ao Desenvolvimento Estrangeiro (ODA), o debate sobre a questão de Timor Leste será inevitável”.<sup>175</sup> Isto não veio a acontecer. O governo parece ter recuado em relação a este importante compromisso ao assinar, em 1993, a Declaração de Bangucoque sobre Direitos Humanos que estipulava que a ajuda não devia estar relacionada com os direitos humanos. Embora a situação dos direitos humanos no Japão fosse considerada a melhor no Leste Asiático, Kenneth Christie e Denny Roy concluíram que:

Na prática, a promoção dos direitos humanos não foi um factor de peso para o Japão no que toca à assistência ao desenvolvimento estrangeiro.<sup>176</sup>

301. Na década de 1990, o Japão começou a desempenhar um papel relativamente mais positivo na questão de Timor-Leste. Isto ficou a dever-se em larga medida à evolução dos

acontecimentos em Timor-Leste e a pressões internas, em particular de algumas organizações da sociedade civil e de membros da Dieta japonesa empenhados em defenderem o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

302. Um exemplo da acção da sociedade civil é o depoimento prestado em 1987 perante o Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização, por Iwamura Shouhachi, antigo oficial do Exército japonês que tinha servido em Timor-Leste entre 1942 e 1945. No seu depoimento apelou à Indonésia que não repetisse os erros cometidos pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial e que permitisse uma autodeterminação genuína:

*No meu país, sou simplesmente um cidadão idoso, mas estou decidido a nunca esquecer os crimes que o Japão cometeu na Segunda Guerra Mundial e a agir com base naquilo que me ensinou a amarga experiência.*

303. Lavado em lágrimas, disse ao Comité:

*É penoso falar hoje dos sacrifícios e dos fardos que impusemos aos timorenses, um povo que não tinha nada a ver com a guerra...O Governo japonês nunca pediu desculpa nem compensou Timor Leste por aquilo que lá fez na Segunda Guerra Mundial: devia fazê-lo.<sup>†</sup>*

304. Em 1995, em resposta a pressões internas persistentes e à evolução dos acontecimentos em Timor-Leste, o governo de coligação de Moraiama, LDP/socialista, alterou a posição japonesa que de um observador desinteressado passou a ser um apoiante do processo das Nações Unidas. Nas conferências da APEC de 1995 e 1996, os ministros dos Negócios Estrangeiros japoneses disseram ao homólogo indonésio, Ali Alatas, que o Japão tinha interesse em ver a questão resolvida pacífica e rapidamente através da mediação do Secretário-Geral da ONU.<sup>‡</sup> Esta mudança política abriu também a via para que o Japão contribuísse com recursos financeiros para o processo das Nações Unidas, incluindo para o Diálogo Intra-Timorense (AIIETD), para o qual o Japão contribuiu com 100.000 USD em 1996.

305. Ao mesmo tempo, o Japão mantinha cuidadosamente este assunto à margem das suas importantes relações económicas com a Indonésia. Embora quase metade da Dieta Japonesa tivesse assinado uma petição a censurar as forças armadas indonésias pelo Massacre de Santa Cruz, em 1991, o Governo japonês evitou a crítica directa e limitou-se a dizer que lamentava.

---

\* A irmã Mónica Nakamura disse à Comissão que o principal objectivo da coligação Japão-Timor Leste Livre, a principal organização de coordenação japonesa, era "apoiar o direito timorense à autodeterminação. No que toca à ajuda humanitária, [fornecemos-la] em certas ocasiões, mas concentrámo-nos na questão da autodeterminação.", Audiência Pública Nacional da CAVR sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15-17 de Março de 2004. A coligação contava cerca de 40 grupos a nível nacional.

† 13 de Agosto de 1987, relatado in *The Australian*, 15 de Agosto de 1987. Os aliados e os japoneses ocuparam o Timor português desde 1942 até 1945, violando a neutralidade portuguesa. As tropas japonesas foram responsáveis por numerosas perdas e vidas, violações de mulheres e destruição física. Segundo um estudo de 1996 em Timor Leste, pelo menos 700 mulheres timorenses foram escravas sexuais dos soldados japoneses (*Japan Times*, 14 de Dezembro de 2002). Depois da guerra o Japão pagou compensações aos seus vizinhos regionais para facilitar a sua reintegração na região e pediu explicitamente perdão pelas agressões e violações durante a guerra. A Indonésia recebeu do Japão 223 milhões USD mais 400 milhões USD em assistência e anulação de uma dívida comercial de 177 milhões USD. Timor-Leste não foi indemnizado pelas perdas devidas à guerra porque Portugal, dada a sua neutralidade durante a guerra não foi signatário da Conferência de São Francisco de 1951 que determinou as indemnizações que o Japão tinha de pagar. As ONG e a Igreja Católica japonesas continuam a pedir que seja apresentado um pedido oficial de desculpa e pagas compensações, incluindo do Fundo de Mulheres da Ásia, criado em 1995 pelo então primeiro-ministro Tomiichi Murayama e apoiaram as vítimas timorenses que testemunharam em Tóquio.

‡ O encontro entre o MNE japonês Kono e Ali Alatas teve lugar na reunião da APEC em Osaka, em Novembro de 1995, quando os jovens timorenses procuravam asilo na Embaixada japonesa em Jacarta. O encontro de 1996 deu-se entre os MNE's Yukihiko Ikeda e Ali Alatas e teve lugar nas Filipinas, depois da atribuição do Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Ximenes Belo e a José Ramos-Horta.

Não teve qualquer reacção oficial à atribuição do Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, em 1996. Quando José Ramos-Horta visitou o Japão, em Janeiro de 1997, a convite de grupos da sociedade civil, o ministro dos Negócios Estrangeiros não estava disponível para se encontrar com ele. O *Jakarta Post* contou que o primeiro-ministro, Ryutaro Hashimoto, que estava de visita aos países ASEAN para discutir a crise económica asiática, disse ao Presidente Suharto que nenhum dos funcionários superiores japoneses se encontraria com José Ramos-Horta.<sup>†</sup>

306. No seguimento da decisão de Kofi Annan, em 1997, de reanimar a questão de Timor-Leste, o Japão integrou o grupo nuclear de cinco nações e Jamsheed Marker, Representante Pessoal do Secretário-Geral para Timor-Leste manifestou o seu reconhecimento pelo papel importante que desempenhou.<sup>‡</sup> O Governo japonês apoiou a decisão do Presidente Habibie de permitir o voto em Timor-Leste e a Consulta Popular organizada pelas Nações Unidas a 30 de Agosto de 1999. Depois do escrutínio, o Japão apelou para que o resultado fosse respeitado por todas as partes e pediu à Indonésia “que cumprisse as suas responsabilidades pela segurança (e) tomasse todas as medidas necessárias” para controlar as milícias.<sup>177</sup> O Japão anunciou que forneceria toda a assistência que estivesse ao seu alcance para o período de transição, mas recusou-se a interromper a ajuda à Indonésia como reacção à destruição e advertiu outros dadores de que o corte da ajuda poderia desestabilizar a economia da Indonésia e prejudicar a recuperação económica do leste asiático. A Constituição Japonesa impedia o país de contribuir com tropas para a Força Internacional para Timor Leste (Interfet), mas o Japão foi o principal dador da Interfet, com uma participação de \$100 milhões USD que visava permitir que as tropas de países em desenvolvimento participassem. De harmonia com atitudes semelhantes anteriores, o Japão também contribuiu generosamente para cobrir os custos humanitários e de reconstrução de Timor-Leste.<sup>§</sup>

### 3.8. Conclusão

307. É evidente, face ao estudo anterior, que durante quase todo o período do mandato, as principais potências, independentemente de considerações ideológicas, situação geográfica, ou responsabilidades perante a ordem internacional, partilharam mais ou menos a mesma atitude na questão de Timor-Leste. Com excepção da China durante os primeiros anos da ocupação indonésia, os governos de diferentes orientações políticas da Europa, Ásia e América do Norte atribuíram um peso muito maior à Indonésia do que a Timor-Leste. Alguns destes governos esforçaram-se mais do que outros para apoiar e consolidar a presença da Indonésia, mas aqueles que votaram a favor de Timor-Leste nas Nações Unidas continuaram também a dar prioridade à sua relação com a Indonésia e não tiveram um papel activo fora da ONU em apoio à autodeterminação.

308. Muitos outros membros das Nações Unidas partilharam esta atitude. governos ocidentais, como o Canadá e a Nova Zelândia e governos asiáticos como a Índia, a Malásia, Singapura, as Filipinas, o Brunei e a Tailândia, todos constituíram uma aliança forte com a Indonésia. Em geral, as únicas excepções à regra foram Portugal, as suas antigas colónias africanas e alguns Estados pequenos dispersos.

---

<sup>\*</sup> Disseram a José Ramos-Horta que o ministro dos Negócios Estrangeiros estava ocupado a gerir uma emergência no Peru, onde alguns militantes tinham tomado a embaixada japonesa.

<sup>†</sup> As relações económicas Japão-Indonésia sofreram alguns reveses, em 1997, não por causa de Timor-Leste, o país, mas por causa de “Timor”, o automóvel. Quando o Presidente Suharto concedeu direito de monopólio para um novo automóvel indonésio que seria chamado “o automóvel Timor”, o Japão considerou este acto prejudicial aos seus interesses na indústria automóvel na Indonésia. Protestou junto da Organização Mundial do Comércio e foi asperamente censurado pelo Presidente Suharto.

<sup>‡</sup> O RPSG felicitou o embaixador Yukio Takasu pelo seu contributo [Jamsheed Marker, pp. 14, 74].

<sup>§</sup> Incluíam-se aqui 2 milhões USD para os refugiados timorenses e contributos substanciais para o Fundo Fiduciário para Timor-Leste (*TFET*) criado para a reconstrução de Timor-Leste. Comunicado de Imprensa, Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 4 de Outubro de 1999.

309. As atitudes internacionais oficiais sobre a questão de Timor foram sempre matizadas por uma ideia surgida durante a era de Salazar e desenvolvida e reforçada durante a década de 1970. Esta ideia era profundamente negativa e prejudicial para as aspirações e direitos do povo timorense. Os governos reconheciam o direito de Timor-Leste à autodeterminação e declaravam que não subscreviam o modo como a Indonésia procedera à incorporação, mas a tendência geral da sua abordagem, se não da sua intenção, era legitimar e consolidar a anexação pela Indonésia. As principais características do enquadramento mental subjacente podem ser sintetizadas do seguinte modo:

1. A independência de Timor não é possível nem desejável. A opinião de que um Timor independente não era viável do ponto de vista económico, social ou político, era considerada óbvia na década de 60 e largamente partilhada pelos círculos oficiais em Portugal, na Indonésia, na Austrália e nos EUA nessa mesma época. Tornou-se um dogma na década de 1970 e, depois da emergência da Fretilin, foi extremamente marcado pela ideia de que um mini-Estado, potencialmente fraco e com tendências de esquerda dentro do arquipélago da Indonésia seria uma ameaça à estabilidade regional. É, porém, provável que um Timor independente, dirigido pela UDT fosse igualmente inaceitável.
2. A parte leste da ilha de Timor é uma parte natural Indonésia. Este ponto de vista foi promovido como sendo óbvio para quem examinasse a localização no mapa, em relação à Indonésia. O Presidente Suharto e os timorenses defensores da integração sublinhavam que, na sua opinião, os povos de Timor-Leste e da Indonésia eram irmãos e que a integração era uma reunificação “natural”, após séculos de separação devido ao colonialismo europeu.<sup>†</sup> Os decisores políticos ocidentais resolveram também apresentar a integração, nos termos de Henry Kissinger como “a evolução normal no fim do regime colonial”.<sup>178</sup>
3. A Indonésia foi obrigada a intervir pelas circunstâncias. A partir da década de 1960, a Indonésia informou repetidamente a comunidade internacional de que não tinha qualquer pretensão legal ou ambição territorial sobre Timor-Leste. A tomada de Timor-Leste seria mais “uma reacção defensiva do que um imperativo nacionalista.”<sup>179</sup> Para além de razões de segurança, a Indonésia tentou também justificar a anexação em bases humanitárias e Yusuf Wanandi, conselheiro do Presidente Suharto, disse à imprensa canadiana, em 1984:

*Acordámos um dia e percebemos a trapalhada que tínhamos mesmo ali, à nossa porta. Os portugueses tinham deixado um vazio completo...Aquilo era um caos. Acho que fomos mais ou menos obrigados a fazer o que fizemos.*<sup>180</sup>

Esta alegação foi ecoando internacionalmente durante todo o conflito. Ainda em 1995, o ministro dos Negócios Estrangeiros neo-zelandês, Don McKinnon, questionou que se apelidasse a anexação pela Indonésia de “invasão” e declarou que a Indonésia tinha intervindo devido a um “enorme problema de refugiados” e para “apoiar o lado mais fraco” numa guerra sangrenta.<sup>181</sup>

---

\* Após visita ao território no início de 1978, depois da integração indonésia, o embaixador da Nova Zelândia na Indonésia, Roger Peren escreveu: “Em síntese, a população é pobre, diminuta, grassa a doença, e é quase totalmente analfabeta, muito simples e, dizem-nos repetidamente, ‘primitiva’...isto é algo em que devemos pensar quando avaliamos a sua capacidade de participação num acto de autodeterminação ou mesmo de agirem como cidadãos responsáveis num país independente.”, 13 January 1978, in NZ, OIA Material, Volume 1.

† Esta opinião tornou-se voz corrente na Indonésia e explica o sentimento de “mágoa” sentido em certas áreas quando o povo de Timor-Leste escolheu ser independente da Indonésia. Ver, por exemplo, o livro de Lela E Madjiah, intitulado *Timor Timur: Perginya Si Anak Hilang [East Timor: The Departure of the Lost Child]*, Antara, C.2003. Num relato sobre a morte do general Benny Murdani, em 2004, David Jenkins escreveu: “Murdani sempre pensou que Timor-Leste pertencia à Indonésia e ficou cheio de amargura quando, em 1999, o Presidente Habibie, que ele sempre detestou, permitiu a Timor-Leste votar para se separar da República”. *Sydney Morning Herald*, 10 e Setembro de 2004.

4. A Fretilin não é politicamente aceitável nem legítima. A Indonésia e os timorenses pró-integração encorajaram os sentimentos anti-Fretilin, demonizando esta como comunista, terrorista, não representativa e ávida de poder. Embora alguns funcionários ocidentais e outros não concordassem com muitas das alegações indonésias, os governos mostraram-se muitas vezes hostis para com a Fretilin e relutantes em lidar com os seus representantes, apesar de as Nações Unidas terem aceite a Fretilin como porta-voz legítimo de Timor-Leste.
5. A ocupação indonésia é irreversível. Isto era considerado uma evidência matemática, devido à superioridade esmagadora da Indonésia, em números e em força militares a palavra “irreversível” repetia-se como um refrão em declarações oficiais durante anos e anos. Muitos governos votaram contra as Resoluções sobre Timor-Leste na ONU com base no facto de a soberania indonésia ser um *fait accompli*. Pela mesma razão, reduziram a questão em termos internacionais a um problema bilateral residual entre Portugal e a Indonésia que as Nações Unidas deveriam ajudar a resolver.

## 4 Vaticano<sup>†</sup>

### 4.1 Prefácio

310. A Igreja Católica foi um dos principais interessados na questão de Timor-Leste durante o período do mandato da Comissão, 1974/99. Os conflitos gerados pela descolonização de Timor-Leste tiveram um profundo impacto na Igreja que se envolveu a todos os níveis, desde a base de crentes em Timor-Leste até aos escalões superiores da hierarquia da Igreja, em Roma. O significado da questão para a Igreja e a importância política do Vaticano para o Governo indonésio ficou clara no facto de o Papa João Paulo II ter sido o único dirigente mundial a visitar o território durante a ocupação indonésia. Este ponto examina o modo como o Vaticano respondeu à robusta defesa do direito do povo timorense à autodeterminação pela Igreja local.

---

\* Jill Jolliffe tinha razão quando observou, em 1978, que “a única coisa irreversível em Timor Leste era a matança”, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, University of Queensland Press, St. Lucia, 1978, p. 304.

† A Comissão recorreu a várias fontes para este subcapítulo, incluindo depoimentos directos prestados à CAVR. Deseja manifestar uma gratidão especial a Arnold Kohen e ao padre Patrick Smythe pelos seus contributos e conselhos. Arnold Kohen é o autor de *From the Place of the Dead – Bishop Belo and the Struggle for East-Timor*, Lion Publishing, Oxford, 1999. Patrick A. Smythe é o autor de *The Heaviest Blow – The Catholic Church and the East-Timor Issue*, Lit Verlag, Münster, 2004.

## 4.2 Antecedentes sobre o Vaticano

311. Vaticano tem uma grande influência e alcance, tanto directamente, através dos seus canais oficiais, como indirectamente, através dos seus membros, quase mil milhões de pessoas, e das suas redes e instituições, muitas das quais estrategicamente situadas. Com sede em Roma e dirigido pelo Papa, o Vaticano é a autoridade central da Igreja Católica Romana. As suas actividades políticas e diplomáticas são orientadas pelo Secretário de Estado, o segundo elemento da hierarquia, logo abaixo do Papa. O Vaticano mantém relações diplomáticas formais com a maioria dos países e tem cerca de cem missões diplomáticas permanentes no estrangeiro, entre as quais em Washington, Lisboa, Canberra e Jacarta, onde a Nunciatura foi inaugurada em 1965. O Vaticano (ou “Santa Sé”) teve sempre, desde 1964, uma missão como observador permanente junto das Nações Unidas, tendo, assim, uma voz nas deliberações da ONU, mas não um voto. Mantém também relações diplomáticas com a União Europeia e com diversas agências especializadas da ONU. A sua estação de rádio oficial, Rádio Vaticano, tem uma larga difusão na Europa e o seu jornal semi-oficial, *L’Osservatore Romano*, é publicado diariamente em italiano e semanalmente em inglês, espanhol, português, alemão e francês.

312. Concílio Vaticano II, que concluiu dez anos antes da invasão da Indonésia, emitiu a instrução que essas redes e recursos deviam servir a verdade, a paz e a justiça, particularmente em relação aos pobres e aos desprotegidos. A Igreja e o Estado têm papéis diferentes e a Igreja católica, embora altamente centralizada, não é monolítica. No centro de uma instituição global, o Vaticano tem de lidar com muitos dilemas e pressões políticas de interesses opostos, tanto dentro como fora da comunidade católica. Por outro lado, também é verdade que dispõe de recursos e de influências importantes e que, no caso de Timor-Leste estava particularmente bem informado sobre a situação e sobre as aspirações da Igreja local, relativamente à qual assumia responsabilidades directas.

## 4.3 Igreja Católica em Timor-Leste

313. A Igreja católica em Timor-Leste teve três dirigentes durante o período de 1974 e 1999: Os bispos D. José Joaquim Ribeiro, D. Martinho da Costa Lopes e D. Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB. Durante a ocupação indonésia, cada um destes dirigentes tentou pôr cobro à violência através do diálogo e de contactos directos com as autoridades seculares. Quando isto falhou, cada um deles recorreu cada vez mais à palavra para proteger os direitos do povo. A partir de 1983, a Igreja apelou repetidamente à autodeterminação, convencida de que o exercício correcto deste direito colectivo era a chave para uma paz duradoura e para a fruição dos direitos individuais. Foi o facto da Igreja local ter posto em prática este seu papel profético e de ter advogado o direito político à autodeterminação que levantou o maior desafio sobre esta questão ao Vaticano, embora também este defendesse o princípio da autodeterminação.

### 4.4 D. José Joaquim Ribeiro (1966/77)

314. O bispo D. José Joaquim Ribeiro, um português, chefiou a Igreja durante os últimos dois anos da administração portuguesa e os primeiros dois anos da ocupação indonésia.

315. Anteriormente à invasão Indonésia, o papel e o estatuto da Igreja em Timor-Leste eram determinados pela Concordata de 1940 entre o Vaticano e Portugal. Com base neste acordo, a Igreja em Timor-Leste usufruiu de alguns privilégios, incluindo subsídios estatais, isenção de impostos e grandes doações de terras. Era também responsável pela educação e foi o principal agente da “missão civilizadora” de Portugal.\* Esta relação privilegiada terminou com a Revolução dos Cravos em Portugal. Como parte integrante do antigo sistema colonial, a Igreja foi

---

\* No contexto duma certa agitação no pensamento da Igreja decorrente do Concílio Vaticano II (1962/65) e dos movimentos de libertação na África e na América Latina, alguns missionários aproveitaram o seu papel de educadores para criticar o colonialismo e apresentarem novas ideias aos seus estudantes. Isto foi particularmente verdade no Seminário Jesuíta de Dare, que se tornou a *alma-mater* para muitos dos futuros líderes nacionalistas.

profundamente desafiada pelo novo ambiente político e sofreu um período de grande ansiedade e confusão, exacerbado pela violência da guerra civil e pela invasão indonésia que ameaçava no horizonte.

316. Em Timor-Leste, o programa da Fretilin incluía uma crítica ao papel da Igreja no colonialismo e às suas grandes propriedades fundiárias. Muitos membros do clero e religiosos apoiavam a UDT e sentiam-se preocupados com o comunismo. D. José Ribeiro denunciou publicamente a Fretilin como “comunisante”. Numa Carta Pastoral publicada a 25 de Janeiro de 1975, proibiu os católicos de votarem nos comunistas ou nos socialistas, defendeu a propriedade privada e advertiu que o marxismo ameaçava “extinguir os valores positivos do povo timorense.” Embora esta posição se modificasse posteriormente, a sua opinião influenciou a percepção da Igreja relativamente à Fretilin e as atitudes para com a questão de Timor-Leste no Vaticano e nos países onde os timorenses se refugiaram na altura da guerra civil, particularmente a Indonésia, Portugal e a Austrália.

317. A invasão indonésia e a anexação de Timor-Leste tiveram lugar nos últimos tempos do pontificado do Papa Paulo VI (1963/78). Paulo VI teve um papel crucial na definição e implementação das mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II, incluindo a sua doutrina sobre justiça social. Opôs-se veementemente à violência, tendo feito um discurso memorável nas Nações Unidas, em 1963, em que declarou “basta de guerra, guerra nunca mais”.<sup>182</sup> O seu secretário de Estado, cardeal D. Jean Marie Villot, (1969/79) estava bem informado, por várias fontes, sobre a invasão e o seu impacto humanitário. Entre estas fontes encontrava-se o bispo D. José Ribeiro que esperara que a intervenção indonésia fosse benigna como acontecera com a Índia em Goa, mas ficara profundamente perturbado com aquilo que testemunhou. No início de 1976 disse ao Governo indonésio que “as vossas tropas indonésias, com os seus assassinatos, as suas violações e saques são mil vezes piores (do que a Fretilin)” e acrescentou que “os pára-quedistas indonésios desceram do céu como anjos e comportaram-se depois como demónios”.<sup>183</sup> Continuou durante algum tempo com estes esforços até que, desiludido, se retirou para Portugal em 1977.

318. A Comissão, contudo, não conseguiu encontrar qualquer prova de que o Papa Paulo VI tenha feito comentários públicos ou recorrido aos seus ofícios para apoiar o Conselho de Segurança das Nações Unidas nos apelos à retirada das forças indonésias.

---

<sup>182</sup> Patrick A. Smythe *“The heaviest Blow – The Catholic Church and East-Timor Issue*, Lit Verlag, Münster, 2004, p. 36. O bispo de Atambua, no Timor Ocidental indonésio, D. Theodore Van den Tillart SVD, falando ao cardeal australiano D. Knox também descreveu a Fretilin como marxista e disse-lhe que recebia ajudas do comunismo internacional e era culpada da violação generalizada dos direitos humanos. O cardeal D. Knox veio posteriormente a servir no Vaticano. Smythe, p. 72.

319. O nuncio do Vaticano em Jacarta, Vincenzo Faranno (1974/80) também se encontrava bem informado. Acreditava que a Igreja nada tinha a temer da incorporação na Indonésia, mas, tal como o bispo D. José Ribeiro, ficou chocado com a violência. Como reacção, ele próprio forneceu assistência médica e fez frequentes visitas a Timor-Leste, incluindo às áreas controladas pela Fretilin e aos refugiados da guerra civil que se encontravam em Timor Ocidental. Embora estivesse mais distante, o nuncio papal na Austrália estava, também, ao corrente do que se passava através dos meios de comunicação, assim como de fontes como a Comissão Católica Australiana para a Justiça e para a Paz, que publicou uma série de declarações sobre Timor-Leste, em 1975 e 1976.

#### 4.5 D. Martinho da Costa Lopes (1977/83)

320. O bispo D. José Ribeiro demitiu-se a 23 de Outubro de 1977. Dada a disputa de estatuto de Timor-Leste, o Vaticano assumiu então a gestão directa da Igreja local em vez de a incorporar na Igreja indonésia. Após consulta ao clero local, nomeou D. Martinho da Costa Lopes, Administrador Apostólico, transformando-o no primeiro dirigente autóctone da Igreja Católica em Timor-Leste. Respondia directamente a Roma, através do nuncio de Jacarta.

321. Esta decisão foi significativa do ponto de vista político. Simbolizou o apoio do Vaticano a um processo das Nações Unidas de autodeterminação e não à alegação da Indonésia de que o estatuto político do território estava resolvido. Entrevistados em Roma, em 1980, funcionários do Vaticano declararam que consideravam Timor-Leste como um “país ocupado”, em que não tinha havido um acto genuíno de autodeterminação. Acrescentaram que o Vaticano não reconheceria Timor-Leste como parte da Indonésia até que estivesse claro que era esta a decisão do povo endossada pelas Nações Unidas.<sup>184</sup> Em conformidade com esta política, o Vaticano manteve a responsabilidade directa pela Igreja local durante todo o conflito, providenciando, assim, alguma protecção e conferindo um acesso internacional aos seus funcionários e rejeitou as pressões da Indonésia para que procedesse à integração eclesial.<sup>†</sup> Contudo, o Vaticano não publicitou nem promoveu a sua posição a nível internacional. Muito poucos católicos, e as pessoas em geral a nível internacional, sabiam que o Vaticano apoiava o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

322. Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes ocupou o cargo durante um período relativamente curto. Durante os primeiros três anos adoptou uma abordagem cooperante nas suas conversações com as autoridades indonésias sobre as muitas violações que lhe eram comunicadas pelo clero e pelo povo. Também manteve informados os bispos indonésios e o nuncio papal em Jacarta. Não foi possível à Comissão encontrar qualquer registo de que o Vaticano tivesse tido alguma intervenção de apoio, pública ou significativa, durante este período.

323. A partir de 1981, as relações de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes com o Vaticano e com as forças armadas indonésias azedaram e, em Abril de 1983, demitiu-se sob a pressão destes dois organismos. As razões desta infeliz ruptura com o Vaticano relacionam-se com posições fundamentalmente divergentes sobre a questão e sobre a forma de a gerir. Este foi um período de crise intensa, que se seguiu a perdas graves na Resistência, a um surto de fome, e, em meados de 1981, a uma nova ofensiva militar contra a Fretilin. O Vaticano temia também que o aumento do envolvimento da Igreja no conflito pudesse prejudicar a Igreja na Indonésia.

324. A Secretaria de Estado do Vaticano, dirigida pelo cardeal D. Agostino Casaroli (1979/1990) partilhava a opinião de muitos governos de que a anexação indonésia era irreversível, tanto a nível interno como diplomático, e que a resistência contínua era fútil e

---

\* Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes não foi ordenado bispo, mas devido à sua posição, os timorenses referiam-se-lhe geralmente como bispo.

† No relatório apresentado em Maio 1980 ao Vaticano, os bispos indonésios, eles próprios pressionados pelo governo, solicitaram “que a Santa Sé ponderasse e considerasse o estatuto da Igreja Católica em Timor-Leste para que esta pudesse entrar plenamente na Conferência Episcopal Indonésia.”, Smythe, p. 59.

prejudicial. Pat Walsh informou a Comissão de que tanto o núncio papal em Jacarta, monsenhor D. Pablo Puente, como o seu colega nas Nações Unidas, em Nova Iorque, monsenhor D. Ettore de Filippo Ihe tinham dito, em 1980, que a anexação indonésia de Timor-Leste eram um *fait accompli*, que o desenvolvimento de Timor-Leste sob o domínio indonésio era melhor do que sob o domínio de Portugal e que a responsabilidade do Vaticano era proteger os interesses da Igreja local, o que seria mais facilmente alcançado através da cooperação com a Indonésia.<sup>185</sup> O Vaticano acreditava também que uma diplomacia discreta era mais produtiva do que a diplomacia pública.\* Em certas áreas, esta abordagem deu resultados positivos, por exemplo a introdução do tétum como língua de catequese e litúrgica, o que foi um contributo importante para a sobrevivência cultural, e a concessão de vistos a missionários. Monsenhor D. Pablo Puente acreditava, também, que a Indonésia tinha aceite que a abordagem militar violenta era errada e que estava a dar ouvidos às suas propostas para que a Igreja desempenhasse um papel substancial.

325. Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes tinha uma visão completamente diferente, que era realmente contrária à estratégia do Vaticano e praticamente equivalente a insubordinação. Depois de seis anos frustrantes e difíceis, não partilhava a fé do Vaticano nos militares e na integração. Em Maio de 1981, denunciou publicamente, pela primeira vez, os excessos militares e quando as *ABRI* o censuraram por não ter falado com eles em privado, o bispo respondeu que anteriores abordagens directas à hierarquia militar, incluindo com o ministro da Defesa, general Yusuf, não tinham levado a qualquer mudança.<sup>†</sup> Criticou também a Igreja. Em Julho de 1981, foi co-signatário de uma declaração crítica à Igreja indonésia e ao Vaticano, pelo seu silêncio. Referindo-se às mortes de mais de 200 mil pessoas nos seis anos anteriores, a declaração lamentava:

Não compreendemos por que razão, até agora, a Igreja indonésia e a Igreja Romana Universal nunca declararam aberta e oficialmente a sua solidariedade com a Igreja, o povo e os religiosos de Timor-Leste. Talvez isto tenha sido para nós o golpe mais duro... Sentimo-nos atónitos com este silêncio que parece permitir que morramos abandonados.<sup>186</sup>

326. Não concordava que o povo de Timor-Leste devesse desistir. Advogava a não violência, mas defendeu o direito da Fretilin à autodefesa e colaborou com o líder da Resistência, Xanana Gusmão.<sup>‡</sup>

327. Em 1981, o Vaticano recusou um pedido de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes para se encontrar com o Papa. Em 1982, o Vaticano repreendeu monsenhor D. Martinho da Costa Lopes depois de este se ter tornado o centro da polémica sobre o importante problema da fome em Timor-Leste, em consequência da ofensiva militar de 1981. Monsenhor D. Pablo Puente criticou o Administrador Apostólico durante uma reunião com o ex-primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, que tinha visitado Timor-Leste e não acreditava que houvesse carência de alimentos. O registo da reunião do Governo australiano afirma que: "Puente falou do

---

\* O representante do Vaticano na ONU, monsenhor D. Renato Martino disse a Patrick A. Smythe: "A Santa Sé funciona de um modo muito discreto, de um modo silencioso... não há clamores de trompetas nem vontade de publicidade". Smythe, p. 191. monsenhor D. de Filippo disse a Pat Walsh que nessa altura tinha tido uma vaga informação sobre Timor-Leste na ONU [ver entrevista da CAVR a Pat Walsh, Díli, 25 de Fevereiro de 2005].

† Rowena Lennox cita o Administrador Apostólico que terá dito por esta altura: "Tomando em consideração a natureza profética da minha missão, sinto a necessidade urgente de falar ao mundo inteiro... do genocídio e está a ser praticado em Timor para que, quando morrermos, pelo menos o mundo saiba que morremos de pé." *Fighting Spirit of East-Timor: The Life of Martinho da Costa Lopes*, Pluto Press, London, 2000, p. 174.

‡ A pedido de Xanana Gusmão, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes levou clandestinamente de Timor-Leste, para entregar à Delegação Exterior da Fretilin, literatura que responsabilizava as Forças Armadas indonésias, assim como gravações e fotografias das conversações para o cessar-fogo de 1983. No seminário, em Melbourne, em Outubro de 1983, disse: "José Gusmão, Xanana diz que a Fretilin é o povo e o povo é a Fretilin. É verdade", ACFOA, *East-Timor Report*, nº 5.

Administrador em termos comedidos, mas muito críticos. Whitlam diz que considerava que o Administrador se tinha comportado de uma forma 'perversa'. Puente não o contestou.” Num comunicado dirigido aos bispos australianos, a Secretaria de Estado do Vaticano criticou monsenhor D. Martinho da Costa Lopes por exagerar a situação alimentar e, numa censura velada ao Administrador, pediu que a delicada questão de Timor-Leste fosse tratada com discrição e prudência. Em Março de 1983, o general Benny Murdani, católico, foi nomeado chefe das Forças Armadas Indonésias e insistiu junto de Monsenhor D. Pablo Puente para que este substituísse monsenhor D. Martinho da Costa Lopes. Isto passou-se em Abril e, a 17 de Maio, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes saiu de avião de Díli, acompanhado pelo núncio apostólico.<sup>†</sup> A Fretilin rejeitou os apelos à rendição feitos pelo general Murdani em Agosto e as forças armadas indonésias lançaram uma nova ofensiva.

328. Os padres, colegas de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, sentiram-se irados com este tratamento. Em Abril, um grupo de padres escreveu aos bispos católicos do mundo inteiro, elogiando monsenhor D. Martinho da Costa Lopes por ter sido muitas vezes “a única voz que se ergueu em defesa do povo a quem o silêncio e o medo foram impostos e para quem o exercício da liberdade de expressão resultará apenas em prisão ou desaparecimento.” Declaravam-se ainda “desiludidos” e “profundamente magoados” com a “campanha de difamação” lançada contra ele.<sup>187</sup>

329. A caminho de Portugal, monsenhor D. Martinho da Costa Lopes foi recebido pelo Papa João Paulo II em Roma e declarou que considerava positiva a atitude do Papa. Encontrou-se também com o cardeal Casaroli, a quem disse que: “está enganado acerca de Timor-Leste.” Posteriormente viajou pela Europa, América de Norte e Pacífico, defendendo a autodeterminação e a independência e, embora alguns sectores não o considerassem uma testemunha fiável, a verdade é que contribuiu para a mobilização de numerosas organizações da Igreja a favor de Timor-Leste. Não voltou à sua Pátria e morreu em Portugal, em 1991.

#### 4.6 D. Carlos Filipe Ximenes Belo SDB (1983/2003)

330. A nomeação pelo Vaticano de D. Carlos Filipe Ximenes Belo foi feita sem uma consulta ao clero local que, de início, se sentiu melindrado com este acto, particularmente no contexto da demissão de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes. monsenhor D. Carlos Ximenes Belo evitou cuidadosamente tomar partido, o que prejudicou as suas relações com a Resistência mas, tal como os seus predecessores, viu-se gradualmente obrigado a pronunciar-se mais abertamente. Explicou esta dinâmica numa carta ao Núncio Apostólico em Jacarta:

Desde 1983, ano em que fui nomeado Administrador Apostólico, temos vindo a assistir, ano após ano, aos mesmos abusos. Falamos com as autoridades mas sem resultado. O povo é quem sofre.<sup>188</sup>

331. Logo no início do seu mandato dedicou-se à defesa da autodeterminação que considerava tanto um direito como uma fórmula para uma paz duradoura. A 5 de Dezembro de 1984 escreveu à Comissão Católica de Justiça e Paz, em França:

---

<sup>\*</sup> Declarações e informação adicional de E.G. Whitlam, *Australian Senate Inquiry into East Timor*, 1999, pp. 018, 097. Whitlam difundiu amplamente as suas críticas a monsenhor D. Martinho da Costa Lopes, particularmente na Austrália.

<sup>†</sup> José Ramos-Horta conta que monsenhor D. Martinho da Costa Lopes disse que a sua demissão se devia a pressões políticas, mas que ele o aceitava como “desígnio de Deus” e nunca criticou nem o Papa nem monsenhor D. Pablo Puente. (*Funu*, pp. 203-204). Todos os relatos referem a intervenção do general Murdani, embora fosse claro que o Vaticano já tinha perdido confiança no seu Administrador.

Apesar de todas as forças que nos são contrárias, continuamos a defender e a divulgar que (a) única solução para o conflito em Timor-Leste é uma solução política e diplomática que deve incluir, acima de tudo, o respeito pelo direito de um povo à autodeterminação. Queremos também que as palavras do Papa João Paulo ao embaixador indonésio junto da Santa Sé, ou seja, o respeito pela identidade cultural, étnica e religiosa do povo de Timor-Leste, sejam levadas à prática. Enquanto tal não acontecer não haverá uma solução pacífica para Timor-Leste.<sup>189</sup>

332. Como marca de confiança, em 1988, monsenhor D. Carlos Ximenes Belo foi nomeado bispo pelo Vaticano. Em Fevereiro de 1989, numa carta privada ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, o novo bispo reiterou o seu apoio à autodeterminação, tendo enviado cartas do mesmo teor ao Presidente português e ao Papa. Nessa carta exortava o Secretário-Geral a ir mais longe do que os simples contactos com Portugal e com a Indonésia e a consultar directamente o povo timorense, através de um referendo. A carta rejeitava explicitamente a alegação da Indonésia, veementemente defendida, de que Timor-Leste tinha exercido plenamente o seu direito à autodeterminação e sugeria também que as afirmações dos partidos políticos timorenses sobre o estatuto deste território, também não eram válidas. O bispo escreveu:

Deve ser permitido ao povo de Timor Leste exprimir a sua opinião sobre o seu futuro por meio de um plebiscito. Até hoje o povo não foi consultado. Outros falam em nome do povo. A Indonésia diz que o povo de Timor Leste já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor Leste nunca o afirmou. Portugal quer tempo para resolver o problema. E nós continuamos a morrer como povo e como Nação.

333. Em resposta às pressões para retirar esta carta, o bispo declarou que não estava a defender uma ou outra opção política, mas sim, a afirmar um princípio democrático. O Núncio Apostólico, monsenhor D. Francisco Canalini, distanciou-se desta carta, alegando que o seu conteúdo representava exclusivamente as opiniões pessoais do bispo D. Ximenes Belo .<sup>\*</sup> Em 1987, o bispo tinha afirmado a posição oficial do Vaticano numa entrevista a uma publicação indonésia, indicando porém que esta política era mais uma formalidade legal do que uma realidade. Em 1990, solicitaram-lhe que esclarecesse a posição do Vaticano sobre Timor-Leste durante uma celebração em Díli, mas recusou-se a fazê-lo.

334. A posição do bispo D. Ximenes Belo contribuiu muito para reforçar as suas relações com a Resistência e valeu-lhe, em 1996, o Prémio Nobel da Paz. Este prémio prestigioso que partilhou com José Ramos-Horta, concentrou as atenções internacionais no primado da autodeterminação e contribuiu para o evoluir dos acontecimentos que culminaram no exercício deste direito, em Agosto de 1999. O presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, cardeal Roger Etchegaray, que em Fevereiro desse ano tinha visitado Timor Leste onde fora muito bem recebido, acompanhou o bispo D. Ximenes Belo à cerimónia da entrega dos prémios em Oslo.<sup>†</sup>

---

<sup>\*</sup> O Reader's Digest conta que o núncio apostólico disse ao bispo D. Ximenes Belo que não se metesse em política. Paul Raffaele "Hero of a Forgotten People", *Reader's Digest*, Março 1996. A venda desta edição foi proibida em Jacarta.

<sup>†</sup> O Bispo D. Carlos Ximenes Belo comentou que a visita do cardeal D. Etchegaray tinha "reanimado a confiança no Vaticano". *CIIR Timor Link*, Março 1996.

335. Vaticano aconselhou os outros bispos a não se pronunciarem sobre Timor-Leste. Em resposta à carta do bispo D. Ximenes Belo às Nações Unidas, D. Manuel da Silva Martins, bispo de Setúbal, Portugal, recolheu a assinatura de 160 bispos, numa carta de apoio a enviar às Nações Unidas. O cardeal D. Casaroli proibiu-o de enviar a carta, assim como proibiu que falasse em público sobre a questão. O bispo não obedeceu e a proibição foi levantada depois do Massacre de Santa Cruz, em 1991. O bispo D. Soma, do Japão, que recolheu 1.257 assinaturas da Igreja numa carta de apoio semelhante a enviar às Nações Unidas também foi advertido pelo Vaticano. A irmã Mónica Nakamura disse à Comissão:

*O bispo Soma disse-me um dia, depois de ter começado a manifestar a sua solidariedade com Timor-Leste, que tinha recebido uma carta de um funcionário do Vaticano a perguntar-lhe quem é que lhe tinha dado autorização para fazer coisas daquelas. O bispo Soma disse, com grande sorriso, que não era absolutamente necessário pedir licença para fazer o que é correcto.<sup>190</sup>*

336. Na Austrália, o bispo D. Hilton Deakin, também se recusou à contenção de fazer declarações em público.

#### 4.7 Visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 1989

337. Muitos esperavam que a visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 1989, esclarecesse as ambiguidades da política do Vaticano no território e definisse, inequivocamente, a posição da Santa Sé. Embora apreciadas, as anteriores manifestações de preocupação do Papa tinham-se limitado a reconhecer o sofrimento em Timor-Leste, a orações de apoio e a exortações ao Governo indonésio e a outros para que respeitasse a identidade do povo timorense.<sup>†</sup> Consciente do papel do Papa nas mudanças políticas que tinham ocorrido na Polónia, o povo timorense esperava que o Papa usasse a visita para apoiar a autodeterminação política, mas temia que sancionasse a soberania indonésia. A visita não fez uma coisa nem outra. O Papa reconheceu o conflito e mencionou princípios para uma solução, mas sublinhou a natureza pastoral da sua visita e declarou que a solução política cabia às Nações Unidas e não ao Vaticano.

338. Numa entrevista a uma rádio portuguesa, em 1991, reflectiu sobre a visita:

---

\* O nuncio apostólico vedou todas as referências a Timor-Leste nos relatórios *ad limina* quinquenais da hierarquia portuguesa ao Vaticano, baseando-se no argumento de a Diocese de Díli já não ser responsabilidade de Portugal. Smythe, p. 91.

† Por exemplo, a Missa rezada em Fátima pelo Papa João Paulo II em 1982 foi traduzida para tétum.

*Fui a Timor Leste não como político, mas como Papa e Bispo, como pastor da Igreja que visita as várias comunidades católicas...o que eu desejo para aquela comunidade – e que também disse durante a minha visita a Timor – é que ela possa viver de harmonia com os seus próprios princípios e costumes, língua e cultura, tradição e religião. O problema político é um problema a ser levado a outra instância: as Nações Unidas. E espero – disse-o lá e tenho de o dizer novamente agora – que o problema de Timor Leste se resolva segundo os princípios da justiça e dos direitos humanos e nacionais...Mantive contacto com o seu bispo, monsenhor Belo. Lá também prestei uma homenagem especial às vítimas...Mas devo sublinhar uma coisa: se me fala em esquecer Timor, digo-lhe que isso não corresponde aos meus verdadeiros sentimentos porque todos os dias rezo uma oração por essa ilha.*<sup>191</sup>

339. O povo timorense apreciou profundamente a visita do Papa. O que mais interessava era o facto de ele ter vindo. Alex Gusmão, um dos estudantes que se manifestou no encerramento da Missa Papal em Taci Tolu, disse à Comissão:

*Sentimo-nos muito orgulhosos. Se ele tivesse vindo apenas à Indonésia, significaria que aceitava Timor Leste como parte da Indonésia, mas ele diferenciou-nos. Isso deu-nos enorme esperança.*<sup>192</sup>

340. O timorenses distinguiram o Papa da burocracia do Vaticano relativamente à qual se mantinham muito críticos. Xanana Gusmão, o líder da Resistência na altura, que saudou a visita papal, disse, em 1991, em resposta a uma pergunta sobre o Vaticano:

Todos sabemos da expulsão de monsenhor Lopes e da expulsão dos padres portugueses e calculamos que um dia destes também monsenhor Belo seja expulso. Penso que se trata de uma atitude imoral da parte do Vaticano e que este está a agir em nome dos seus interesses políticos. As declarações do padre Tucci que veio preparar a visita do Papa, são muito reveladoras. Disse que o Vaticano não deveria sacrificar os seus interesses por causa de umas poucas centenas de milhar de católicos. Não penso que esta seja uma atitude correcta. Continuamos a sentir a influência de Jacarta sobre o Vaticano e, conseqüentemente, a influência que o Vaticano exerce sobre a Igreja de Timor-Leste.<sup>193</sup>

341. A seguir a esta visita, João Paulo II deu maior ênfase à necessidade de uma resolução pacífica e justa do conflito. Assim, a missão do Vaticano junto das Nações Unidas tornou-se mais activa e apresentou pedidos contínuos de redução das tropas, de respeito pelos direitos humanos e de diálogo. Em 1998, o Papa e o secretário de Estado, cardeal D. Angelo Sardonio, encontraram-se com o Secretário-Geral da ONU para discutir esta questão e apoiar o processo da ONU. A violência ocorrida depois da Consulta Popular, em Agosto de 1999, encheu o Papa de tristeza:

*Não posso calar a minha profunda amargura por mais uma derrota de todo e qualquer sentimento da humanidade ao ver, no amanhecer do terceiro milénio, que mãos fraticidas se erguem de novo para matar e destruir sem piedade...numa tentativa vã de apagar o desejo expresso pela população e as suas aspirações legítimas...*<sup>194</sup>

#### 4.7.1 Posição do Vaticano sobre Timor-Leste e seu relacionamento com a Indonésia

342. Vaticano não chegou a mobilizar os seus recursos globais para apoiar a autodeterminação política que a Igreja local e o seu Administrador Apostólico consideravam ser a chave para a paz. Esta atitude foi ditada por três considerações conexas: o conceito do Vaticano sobre a missão da Igreja, preocupação com a Igreja Católica na Indonésia e o *modus operandi* diplomático do Vaticano.

343. A missão da Igreja foi definida pelo Concílio Vaticano II (1962/65). Em síntese, incumbia a Igreja moderna de desempenhar no mundo uma missão simultaneamente espiritual e social, independente de qualquer sistema político. No entanto, o Vaticano e a Igreja de Timor-Leste divergiam na interpretação desta missão, no contexto da crise em Timor-Leste. A Igreja local que tinha sido parte do sistema colonial português, acentuava agora a sua base comunitária, a sua independência do Estado e o seu papel profético.\* O Vaticano preferia uma abordagem mais conciliatória e pôs a tónica nos princípios, sem ser directo nem específico. Considerava também que os assuntos políticos e o tratamento desta questão eram sua prerrogativa e não do seu representante local.

344. A resposta do Vaticano estava também influenciada pelas suas responsabilidades em relação ao bem-estar e à missão da Igreja na Indonésia, assim como a delicadeza da posição minoritária da Igreja Católica no país com a maior população muçulmana do mundo. No primeiro encontro que tiveram em 1985, o Papa disse a monsenhor D. Ximenes Belo:

Compreendo a vossa posição. Rezo por Timor. Sofro por Timor, mas, por outro lado, a Igreja da Indonésia também necessita da nossa atenção.<sup>195</sup>

345. As relações Igreja-Estado foram, em geral, positivas na Indonésia desde que esta se tornou independente. Tal como aconteceu em Timor-Leste, a independência teve o apoio activo de muitos membros da Igreja Católica, o que resultou na criação de um Estado laico e não num Estado islâmico. Esta relação aprofundou-se depois do general Suharto tomar o poder, em 1965. A Igreja, ao lado das Forças Armadas e de Suharto, desempenhou um papel de “imunização” da comunidade contra o comunismo e aderiu à Nova Ordem como parceiro no processo de construção da nação, nomeadamente e entre outros, através da sua rede de instituições de saúde e de educação, respeitada no país.<sup>†</sup> Os católicos obtiveram várias posições de influência no governo de Suharto, o que serviu para proteger a Igreja do islamismo militante. Como a própria Igreja indonésia, também o Vaticano sentia relutância em arriscar-se a desestabilizar estas relações, identificando-se demasiada ou publicamente com a questão de Timor-Leste.<sup>‡</sup> O Vaticano também apreciava os benefícios deste relacionamento harmonioso com a Indonésia que lhe facilitava os contactos em todo o mundo islâmico e preferia que Timor-Leste fosse visto como uma questão política e não religiosa, o que o Vaticano temia que pudesse vir a acontecer no caso de um envolvimento maior da Igreja em geral. A Igreja indonésia não era insensível ao sofrimento de Timor-Leste e às súplicas da Igreja local, mas reconhecia as suas limitações políticas e restringiu o seu apoio a formas práticas de ajuda e de assistência. Numa carta a

---

\* Num comunicado à imprensa, em 1996, o bispo D. Ximenes Belo afirma: “Tenho plena consciência das regras da Igreja católica que requerem que um líder religioso se mantenha à parte das práticas políticas concretas que são específicas dos políticos. Mas como bispo tenho o dever moral de falar pela voz do povo simples e pobre que, quando vítima de intimidações ou de terror não se pode defender nem exprimir o seu sofrimento”, 25 de Novembro de 1996. O padre católico indonésio, Mangunwijaya apoiou a abordagem do bispo D. Ximenes Belo e disse que a *Pancasila* indonésia também o obrigava a dar voz ao interesse público.

† O papel da Igreja Católica, na altura da purga do Partido Comunista Indonésio (*PKI*) não está bem documentado. Os bispos ficaram horrorizados com o número de mortos e pediram perdão por qualquer irresponsabilidade sua que pudesse ter contribuído para o banho de sangue. Os activistas católicos Harry Tjan e Yusuf Wanandi, que aconselharam o Presidente Suharto na integração de Timor-Leste, estavam activamente envolvidos em iniciativas anticomunistas e estabeleceram laços estreitos com os militares.

‡ Ocorreu um surto de ataques sectários a igrejas cristãs logo após a queda de Suharto.

monsenhor D. Ximenes Belo, a 17 de Novembro de 1983, escrita depois de ter informado os bispos em assembleia, a Conferência Episcopal indonésia afirmava:

A Igreja católica na Indonésia...apesar de todas as restrições, fez todos os esforços possíveis para exprimir a sua solidariedade e amizade com os Fiéis e com o povo de Timor-Leste que estão a sofrer as mais amargas provações, tanto física como espiritualmente.

346. A título individual, alguns padres indonésios exortaram o Vaticano a assumir uma posição mais forte, o que, se tivesse acontecido, teria dado mais opções ao Vaticano.

347. Como acima foi dito, o Vaticano tem por política não fazer diplomacia pública, com o fundamento de que o confronto limita as opções estratégicas, fecha a porta ao diálogo e é menos produtiva do que negociações privadas. Assim, a natureza das suas declarações sobre Timor-Leste foi mais genérica do que informativa. O Vaticano não divulgou as suas actividades nem criticou directamente os militares indonésios e tentou refrear aqueles que o faziam. Esta política estendeu-se a outros Estados em relação a Timor-Leste. Não há provas, por exemplo, de que o Vaticano tenha contestado o comércio internacional de armas à Indonésia, embora a Igreja se opusesse à proliferação do armamento. Esta política discreta protegeu também as suas relações com a Indonésia. Com base na sua investigação, o padre Patrick Smythe concluiu:

Globalmente falando, a Igreja deu pouca cobertura ao assunto Timor Leste na sua rádio ou na sua imprensa, não chegando assim a honrar a sua autoproclamada responsabilidade de “fornecer a informação que falta àqueles que não a têm e dar uma voz àqueles que dela são privados.”<sup>†</sup>

348. A transparência e a responsabilização não são característica da diplomacia do Vaticano sobre Timor-Leste. Na falta de outros indicadores normalmente utilizados para avaliar as posições oficiais, tais como o comportamento em votações, a análise dos meios de comunicação, a assistência e o comércio, a falta de informação torna difícil avaliar as afirmações do Vaticano relativamente às acções empreendidas a favor de Timor-Leste, assim como a sua eficácia. A Comissão espera que o Vaticano ajude a esclarecer estas questões, abrindo os seus arquivos a uma pesquisa independente.

#### 4.8 Conclusão

349. Vaticano contribuiu para a busca da autodeterminação em Timor-Leste e a Comissão reconhece o valor deste contributo, nomeadamente durante os anos em que Timor-Leste teve poucos aliados influentes. O Vaticano não abandonou a Igreja em Timor-Leste.

350. Contudo, o contributo do Vaticano foi limitado. Residiu mais naquilo que não fez do que naquilo que fez. Defendeu o princípio da autodeterminação ao não definir o estatuto da Igreja local enquanto o povo de Timor-Leste não tivesse decidido livremente o seu futuro político e quando não cedeu às pressões de integração feitas tanto pela Igreja como pelo Governo da Indonésia. Em 1988, o Papa João Paulo II, num gesto muito apreciado, incluiu Timor-Leste na sua visita à Indonésia, a convite do Governo indonésio, mas não sancionou a integração na Indonésia como muitos timorenses temiam que fizesse.

---

\* Esta carta é assinada por monsenhor D. F.X. Hadisumarta, O. Carm e por monsenhor D. Leo Sekoto SG, em nome da Conferência Episcopal indonésia (Majelis Agung Waligereja Indonésia, MAWI).

† Smythe, p. 19. Houve muitas excepções locais, particularmente por parte de organizações Católicas para a Paz, Justiça e Desenvolvimento em vários países e por parte de alguns jornais e programas de televisão diocesanos.

351. Por outro lado, o Vaticano não chegou a advogar totalmente a autodeterminação nem exortou outros a fazê-lo e, por vezes, aconselhou a integração. Tomou esta posição mesmo quando a comunidade internacional concordava, em princípio, com a relevância deste direito e com o facto de ele ter sido negado a Timor-Leste e, apesar da autodeterminação ser a aspiração clara da Igreja de Timor-Leste e a única maneira prática e honrosa que permitia resolver o conflito e regularizar a situação da Igreja local. Esta abordagem permitiu-lhe equilibrar as suas responsabilidades para com a Igreja na Indonésia mas enfraqueceu a sua potencial contribuição, particularmente durante os primeiros anos, quando possuía informação privilegiada e a crise era mais profunda. Quando outras vozes se ergueram, tentou silenciá-las. Entre estas contavam-se a de D. Martinho da Costa Lopes, o primeiro dirigente autóctone da Igreja de Timor-Leste, cuja lealdade à Igreja, ao Papa e ao povo timorense era total e cujo empenhamento se havia forjado no sofrimento terrível e na oração e não num partido político. Depois de o ter desacreditado, o Vaticano deveria agora reconhecer os seus serviços como verdadeiro filho da Igreja e como representante de outros no seio da Igreja, particularmente os padres e freiras em Timor-Leste que se mantiveram junto do seu povo nas horas mais negras, assim como os seus colegas noutras partes do mundo.

## 5 Diplomacia da Resistência

352. Timor-Leste conduziu a sua campanha pela autodeterminação e independência em três frentes: militar, diplomática e clandestina. Neste ponto falaremos da campanha diplomática e documentaremos os contributos de: (1) partidos políticos, incluindo a coordenação da Resistência e (2) a diáspora de Timor-Leste. O trabalho dos activistas timorenses na Indonésia está documentado noutra parte deste Relatório.

### 5.1 Partidos políticos e organismos de cúpula

353. Dos cinco partidos históricos instalados em Timor-Leste após a Revolução dos Cravos em Portugal, em Abril de 74, só a UDT e a Fretilin se empenharam numa campanha internacional e de longa duração pela autodeterminação e a independência. Os outros três partidos menores - Apodeti, KOTA e Trabalhista - não tinham capacidade para agirem no estrangeiro e, com excepção do Trabalhista, eram a favor da integração na Indonésia. No entanto, em meados de Julho de 1998, os cinco partidos uniram-se para se oporem à proposta de autonomia de Habibie e propuseram um referendo.<sup>196</sup>

354. A UDT foi o primeiro e, inicialmente, o maior partido em Timor-Leste. Numa declaração de princípios preparada em 1974, a UDT assumiu o compromisso com a "autodeterminação do povo Timorense com vista a uma federação com Portugal como forma de alcançar a independência".<sup>197</sup> A UDT elaborou uma política externa, confiou a João Carrascalão a pasta dos negócios estrangeiros e, com a ajuda do Partido Democrata Cristão português, estabeleceu, em 1974, uma base (Gabinete de Timor) no centro de Lisboa. Publicou um boletim informativo e iniciou algumas actividades internacionais, apesar de só mais tarde se ter dedicado, de uma forma sistematizada, a construir apoio internacional para si mesmo e para a autodeterminação.<sup>†</sup>

---

\* O Partido Trabalhista apoiou a independência, mas a Indonésia serviu-se dele com fins propagandísticos e os seus líderes foram em geral vistos como colaboradores da Indonésia após a integração. Pat Walsh, *East Timor Political parties and Groupings*, Australian Council for Overseas Aid, Canberra, Abril 2001, p. 22.

† Por exemplo, James Dunn relata que a UDT tinha forte interesse na Austrália em 1974/75 mas "Horta tinha feito várias visitas à Austrália antes de os líderes da UDT lá chegarem". *East Timor; A Rough Passage to Independence*, Longueville Books, NSW, 2003, p. 50.

355. O trabalho da UDT em Lisboa ficou em grande parte a dever-se à dedicação de vários indivíduos, nomeadamente Moisés do Amaral, Paulo Pires e, mais tarde, Vicente Guterres. Como outros, este Gabinete tinha poucos contactos com Timor-Leste, mas nos primeiros anos, quando a comunicação era muito difícil, beneficiou de contactos secretos intermitentes com simpatizantes da UDT no território ocupado, entre eles Mário Carrascalão, o bispo D. José Joaquim Ribeiro e D. Martinho da Costa Lopes.<sup>198</sup> Em Portugal, o partido não conseguiu atrair um apoio significativo da comunidade, já que a sociedade civil se virava mais para a Fretilin, mas a sua orientação pró-Portugal e a sua presença em Lisboa ajudaram bastante a causa timorense na década de 1980, quando Portugal começou a dar mais atenção à questão de Timor.

356. A derrota da UDT na guerra civil com a Fretilin, em 1975, teve um impacto devastador no partido, do ponto de vista político e organizativo. Nunca recuperou completamente e este facto enfraqueceu seriamente a sua contribuição para a autodeterminação de Timor-Leste. A guerra teve como resultado a dispersão da liderança do partido e dos seus membros e a sua marginalização em Timor-Leste. Aumentou o fosso que a separava da Fretilin, com quem partilhava o objectivo de independência e com a qual tinha estado coligada.<sup>\*</sup> Após a invasão, representantes do partido assumiram posições opostas a nível internacional, com os membros do partido em Portugal a defender a independência enquanto os colegas em Timor-Leste defendiam a integração em depoimentos às Nações Unidas e ao Congresso dos EUA. Isto prejudicou a credibilidade do partido e, a nível internacional, causou considerável confusão e desconfiança.<sup>†</sup>

357. A UDT tornou-se mais activa em meados dos anos 1980 e, em 1993, depois de se ter reorganizado com uma orientação democrática, tornou-se um defensor bastante eficaz de Timor-Leste. No entanto, a diplomacia da Resistência, durante a primeira década após a invasão Indonésia, foi principalmente conduzida pela Fretilin.

358. A Fretilin tomou duas decisões políticas históricas no início da sua existência que tiveram um impacto fundamental sobre o resultado da campanha internacional para a independência de Timor-Leste. Essas duas decisões nasceram de uma análise realista das fraquezas e vulnerabilidades de Timor-Leste e tiveram sucesso porque utilizaram as forças de terceiros em benefício de Timor-Leste. Foram estas as decisões de se empenhar na diplomacia internacional e a de recorrer ao direito internacional.

### 5.1.1 Política de internacionalização da Fretilin

359. Desde o início que a Fretilin se empenhou em fazer um *lobby* sistemático a nível internacional e em criar redes. A partir de meados de 1974, os representantes da Fretilin,

---

<sup>\*</sup> Domingos de Oliveira depôs perante a Comissão sobre as más relações com a Fretilin que já existiam antes da guerra civil e que pioraram com o conflito e no seu rescaldo (CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004). Depois da invasão indonésia, alguns membros da UDT foram executados por membros da Fretilin em Aileu, Maubisse e Same (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

<sup>†</sup> Mário Carrascalão, presidente do comité fundador da UDT, defendeu a integração na Indonésia em nome da UDT no primeiro debate sobre Timor-Leste no Conselho de Segurança da ONU, depois da invasão indonésia. Em 1977, testemunhou perante o Congresso dos EUA na qualidade de líder da UDT. No seu depoimento, contestou o relatório de James Dunn sobre as atrocidades da Indonésia no tempo da invasão chamando-lhes “mentiras descaradas”, acusou os australianos de “fazerem contrabando de armas”, negou que tivesse havido alguma “invasão por via aérea”, afirmou que muitas armas novas que circulavam em Díli eram “de fabrico russo”, atacou a Fretilin e afirmou que Timor-Leste “tinha ganho muito com a nossa integração na Indonésia” (“Statement of Mario Carrascalao [sic], Leader of União Democrática Timorense Political Party of East Timor” in *Human Rights in East Timor and the Question of the Use of U.S. Equipment by the Indonesian Armed Forces - Hearing before the Subcommittees on International Organizations and on Asian and Pacific Affairs on the Committee on International Relations*, House of Representatives, 95<sup>th</sup> Congress, First Session, 23 de Março de 1977, U.S. Government Printing Office, Washington, 1977, pp. 47-58. Francisco Lopes da Cruz, o primeiro presidente da UDT, assinou a Declaração de Balibó e a Declaração de 17 de Dezembro de 1975 que instaurou o Governo Provincial Indonésio em Timor-Leste. A Indonésia enviou João Carrascalão para África e Paulo Pires para a Holanda, mas ambos foram retirados quando se soube que aproveitavam a oportunidade para falar sobre a verdadeira situação em Timor-Leste.

sediados na Casa de Timor em Lisboa, trabalharam para obterem apoio dos políticos, dos governos e do público europeu em geral. Até nas missões australianas tão distantes como era a de Estocolmo se falava dos pedidos de informação de governos que tinham recebido visitas da Fretilin sobre a situação em Timor-Leste.<sup>199</sup> Francisco Xavier do Amaral, Nicolau Lobato, Mari Alkatiri e Roque Rodrigues estiveram nas celebrações da independência de Moçambique em Junho de 1975. Depois de uma Conferência de 49 Estados afro-asiáticos em Moçambique se ter pronunciado a favor da Fretilin, em Setembro de 1975, Mari Alkatiri percorreu com êxito vários Estados africanos, em Novembro do mesmo ano. Os representantes da Fretilin em Timor-Leste centraram-se na região. Alarico Fernandes visitou a Austrália. José Ramos-Horta visitou a Indonésia, Nova Zelândia, Fidji e Austrália - a este último país deslocou-se mais do que uma vez nessa época. Em contrapartida, vários grupos da sociedade civil assim como de jornalistas visitaram Timor-Leste, provenientes particularmente da Austrália, mas também de Portugal.

360. A política estrangeira, porém, foi objecto de controvérsia entre a liderança da Fretilin em 1975. Alguns consideravam que uma diplomacia ao estilo ocidental era fútil e defendiam que Timor-Leste se focasse na auto-suficiência e na luta armada. Outros eram a favor de criar uma frente com outros movimentos de libertação da região, incluindo os movimentos secessionistas no seio da Indonésia. No entanto a política oficial da Fretilin manteve-se pró-ASEAN e as abordagens feitas pelo Irian Jaya e pelas Molucas do Sul foram rejeitadas.<sup>200</sup>

361. Após a Declaração de Independência, em Novembro de 1975, o partido optou por internacionalizar a luta pela libertação. Uma das decisões do recém-constituído Governo da República Democrática de Timor-Leste foi abrir uma frente diplomática, enviando uma missão de alto nível ao estrangeiro. Esta delegação incluía Mari Alkatiri, ministro dos Negócios Estrangeiros, Rogério Lobato, ministro da Defesa e José Ramos-Horta, ministro das Relações Exteriores e da Informação. O destino diplomático de Timor-Leste poderia ter sido bem diferente se não fosse a partida apressada desta missão perante o avanço do exército indonésio.<sup>201</sup> Foi juntar-se a três outros representantes da Fretilin que se encontravam já no estrangeiro: Abílio Araújo, ministro dos Assuntos Económicos e Sociais, Guilhermina Araújo, vice-ministra para as Relações Económicas e Roque Rodrigues, embaixador designado para Moçambique. Nenhum dos membros deste grupo pôde voltar a Timor-Leste pelo menos durante 24 anos, o que permitiu que a Indonésia afirmasse repetidamente que não representavam a verdadeira situação de Timor-Leste.

362. Embora a intenção original fosse de credibilizar internacionalmente a Fretilin e a República Democrática de Timor-Leste, a actividade do grupo construiu os alicerces da futura campanha pela autodeterminação. Abriram frentes diplomáticas chave na Europa, na África, nos Estados Unidos da América e nas Nações Unidas. Em muitos países foram também criados laços fortes e duradouros com organizações da sociedade civil. Esta rede viria a constituir um trunfo de importância crucial para um país, longínquo e pobre, que quase não tinha recursos e que dispunha de poucos aliados entre os Estados.

363. Sob a direcção de Mari Alkatiri, a Delegação Exterior da Fretilin, instalou a sua sede em Maputo, Moçambique. O Governo de Moçambique deu a Timor-Leste um apoio fiel durante todo o conflito. Para além de fornecer uma base operacional, esse apoio consistiu também na concessão de fundos, passaportes, apoio diplomático junto da ONU e oportunidades de formação.\* Foram, também, instaladas missões em Portugal (Abílio Araújo), em Angola (Roque Rodrigues, após um período como embaixador em Moçambique) e nas Nações Unidas (José Ramos-Horta). A sua função era representarem Timor-Leste no estrangeiro e promoverem a luta pela libertação, tanto nos seus países de residência como noutros. O apoio sólido concedido a Timor-Leste nas Nações Unidas por muitos Estados africanos deveu-se em grande parte a esta

---

\* A maioria dos líderes da Fretilin e dos estudantes que se lhes reuniram vindos de Lisboa completaram os seus estudos superiores em Moçambique em matérias como agricultura, direito e relações internacionais. Muitos regressaram a Moçambique, depois de 1999, pondo a sua formação ao serviço da nova nação. Entrevista da CAVR a Harold Moucho, 19 de Março de 2005. A conta bancária oficial da Fretilin encontrava-se em Moçambique.

actividade diplomática com sede em Moçambique. As mulheres membros da Fretilin, instaladas em Moçambique, desenvolveram também uma grande actividade diplomática e representaram Timor-Leste em zonas distantes, incluindo o Médio Oriente.\*

364. Devido à influência indonésia, a Fretilin não foi bem acolhida em grande parte da região Ásia-Pacífico e o Governo australiano proibiu as visitas de funcionários da Fretilin a partir de Abril de 1976.† Os governos socialistas da Ásia Oriental que reconheceram a República Democrática de Timor-Leste foram uma excepção. A República Popular da China começou por prestar algum apoio, de cariz diplomático e financeiro, à Fretilin.‡ Foram feitas visitas à República Democrática do Campuchea e mantidos contactos fraternos com a República Popular Democrática da Coreia e com a República Popular Democrática do Laos.§ A República de Vanuatu, após a independência em 1980, foi uma excepção isolada no Pacífico Sul. Os seus dirigentes, Walter Lini e Barak Sope, apoiaram Timor-Leste nas Nações Unidas assim como a criação de um empreendimento económico de Abílio Araújo, em Vanuatu, destinado a financiar as actividades diplomáticas da Fretilin.\*\*

365. A recusa da Austrália em permitir o acesso dos funcionários da Fretilin foi contrabalançada pela presença de quadros da Fretilin e de grupos de solidariedade que representavam, *de facto*, a Fretilin. As suas actividades incluíam o funcionamento da rádio instalada em Darwin que, até ao seu encerramento em 1978, foi o único canal directo duplo de comunicação entre a Resistência no interior de Timor-Leste e a frente diplomática. Contudo, os membros da Fretilin demoraram a manifestar-se em público. Eram uma minoria no seio de uma comunidade que era principalmente UDT e, como era constituída por refugiados, a comunidade temia ser expulsa se se manifestasse abertamente a favor da Fretilin contra a Indonésia. A primeira manifestação, em que as bandeiras da Fretilin e da RDTL foram desfraldadas, realizou-se em Sydney, em 1981. A situação política desanuviou-se depois da eleição do governo Trabalhista Hawke, em 1983. Muitos timorenses, entre os quais os organizadores da Fretilin Lay Kuon Nhen (Konneng Lay), Abel Guterres e outros, participaram numa grande manifestação pública em Melbourne onde Abílio Araújo e Roque Rodrigues falaram e estiveram presentes na conferência do Partido Trabalhista em Canberra, nesse mesmo ano. O primeiro comité oficial da Fretilin foi criado em Sydney em 1986, com Harold Moucho como coordenador. Em fins de 1980, a Fretilin estava perfeitamente instalada em muitas partes da Austrália, incluindo em Darwin, Sydney, Melbourne e Perth e tinha bons contactos com a Resistência em Timor-Leste. Agio Pereira foi o primeiro representante da Fretilin na Austrália. Outros foram Alfredo Ferreira, Estanislau da Silva e Francisco Carlos. Eram responsáveis por várias zonas da Austrália e da região e trabalharam arduamente para estabelecer relações com partidos políticos, com a Igreja, a sociedade civil e os meios de comunicação social para o apoio a Timor-Leste. O Partido organizou uma Conferência Extraordinária em Sydney, em 14-20 de Agosto de 1998.

---

\* Entre os membros femininos da Fretilin em Moçambique contavam-se Ana Pessoa, Filomena de Almeida, Adelina Tilman, Marina Ribeiro, Madalena Boavida. Adelina Tilman fez parte da equipa da Fretilin na ONU.

† O primeiro-ministro australiano, Malcolm Fraser, informou o Presidente Suharto em Novembro de 1975 de que o seu governo não receberia Ramos-Horta nem outros representantes da Fretilin se estes fossem à Austrália. Documento 344, Jacarta, 25 de Novembro de 1975 in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 580-581. Esta proibição foi levantada em 1983 pelo governo Trabalhista de Hawke.

‡ A China reconheceu a RDTLe pronunciou-se veementemente em sua defesa no Conselho de Segurança da ONU. Mari Alkatiri e José Ramos-Horta visitaram a China nos primeiros tempos do conflito. [Depoimento de Mari Alkatiri à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno, 1974-1976, 15 a 18 de Dezembro de 2003].

§ Rogério Lobato, Comandante-em-chefe, Falintil, reuniu com Ieng Sari, vice-primeiro-ministro para os Negócios Estrangeiros, República Democrática do Campuchea, 21 de Dezembro de 1977.

\*\* O representante de Vanuatu na ONU, Robert van Lierop, apoiou activamente Timor-Leste em diversos fóruns. O empreendimento económico falhou mas é prova do esforço e da criatividade que era necessária para suportar os encargos de uma campanha internacional.

### 5.1.2 Recurso ao direito internacional

366. No início, a campanha da Fretilin baseou-se na Declaração Unilateral de Independência (DUI) de 28 de Novembro de 1975 e na criação da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Quando chegaram às Nações Unidas em Nova Iorque, a 11 de Dezembro de 1975, Abílio Araújo e José Ramos-Horta apresentaram-se como ministros da RDTL. No seu discurso ao Conselho de Segurança, a 15 de Dezembro, José Ramos-Horta denunciou a UDT, descreveu a DUI de 28 de Novembro como um “acto heróico de autodeterminação” e apelou ao Conselho para que condenasse a invasão indonésia como um acto de agressão contra uma nação soberana que estava a ser reconhecida por “um número crescente de países”.<sup>202</sup> A 12 de Abril de 1976, disse ao Conselho de Segurança que a Fretilin “já não reconhece a soberania portuguesa sobre Timor Leste” e por isso rejeitava a posição das Nações Unidas que invocavam que Portugal continuava a ser a potência administrante em Timor-Leste. A RDTL, disse Ramos-Horta, só estava preparada a negociar tanto com a Indonésia como com Portugal enquanto “Governo a Governo, Estado a Estado.”<sup>203</sup>

367. No entanto, em breve ficou claro que, nas palavras de José Ramos-Horta o “reconhecimento da República Democrática de Timor-Leste era uma proposta inviável” porque poucos países estavam dispostos a apoiar a nova criação. José Ramos-Horta afirmou à Comissão:

*É claro que durante as primeiras semanas após a invasão todos nós discutimos energicamente a República Democrática de Timor-Leste. Mas em 1976/77 decidimos mudar de rumo e concentrar-nos em Timor Leste [como] um território não autónomo com direito à autodeterminação...Legalmente, a nossa posição era mais forte se argumentássemos com base na autodeterminação de um território não autónomo.*

368. Naquela altura, alguém que se sentia insatisfeito com a decisão, sugeriu que conservassem os seus títulos de ministro de modo a que, quando fossem recebidos pelos governos, tal implicaria que estes governos reconheçam a RDTL. Ramos-Horta conta que respondeu: “O único problema que isso levanta é que é possível que nunca sejamos convidados a ir a sítio nenhum!”<sup>\*</sup> Embora não tivesse sido formalmente revogada<sup>†</sup> a política de 1975 foi calmamente posta de lado.

369. A decisão da Fretilin de utilizar o sistema internacional em vez de o combater baseou-se numa avaliação pragmática das realidades políticas. Este recuo estratégico não produziu resultados políticos rápidos e levou tempo a traduzir-se em aspectos práticos, mas a longo prazo funcionou a favor de Timor-Leste. A autodeterminação centrou as atenções no princípio fundamental que estava em jogo e não nas reivindicações de um grupo de interesse. Isto aumentou a legitimidade e o interesse da questão e fez incidir os focos da atenção sobre as responsabilidades da comunidade internacional, mormente de Portugal e das Nações Unidas. Com o tempo, isto veio a possibilitar a construção de parcerias alargadas – com Portugal, com timorenses que não pertenciam à Fretilin, com a Igreja e com a sociedade civil – e transformou a luta numa questão moral e de direitos humanos que funcionou em detrimento da Indonésia e dos

---

<sup>\*</sup> Cerca de 20 Estados, a maioria africanos, reconheceram a RDTL. [Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004].

<sup>†</sup> Na sentença, o Tribunal Permanente do Povo, patrocinado pela Fretilin, reunido em Lisboa em Junho de 1981, reconheceu a legitimidade e validade legal da formação da República Democrática de Timor-Leste [Sessão Sobre Timor Leste, 19/21 Junho 1981, Sentença, pp. 29/30]. Contudo, invocar a RDTL não ajudava, do ponto de vista legal. Em 1980, o processo instaurado pela Fretilin contra o Governo holandês por causa da venda de corvetas à Indonésia, foi rejeitado pelo Tribunal que invocou que nem a RDTL nem a Fretilin tinham estatuto legal. Krieger, p. 298.

seus principais aliados, particularmente as democracias ocidentais que declaravam respeitar o Estado de direito e os direitos humanos.

### **Diplomacia nas Nações Unidas**

370. Como organismo responsável a nível mundial pelo respeito do direito à autodeterminação, as Nações Unidas foram o palco principal da diplomacia da Resistência. Esta tarefa recaiu sobretudo na Fretilin, já que a UDT e os activistas independentes timorenses só se envolveram a este nível em meados da década de 1980. A Fretilin confiou esta importantíssima tarefa a José Ramos-Horta, que representou o partido em Nova Iorque durante 13 anos, até se demitir de membro em 1988.

371. O trabalho era árduo e exigia um nível elevado de capacidades, criatividade, empenhamento e flexibilidade. “Os indonésios” disse José Ramos-Horta à Comissão “sempre dominaram bem a situação”.<sup>204</sup> Era essencial compreender o funcionamento da ONU e adquirir, através do estudo e do debate, um conhecimento profundo dos assuntos do mundo e da política dos Estados-membros-chave. No dia a dia, isto implicava um *lobby* constante, vigilância, acompanhamento de informação e o estabelecimento e manutenção de laços com um grande número de países, de funcionários, de jornalistas e de membros da sociedade civil. No calendário das Nações Unidas havia épocas em que o trabalho era mais intenso, nomeadamente quando havia muita coisa em jogo para Timor-Leste. Nessas ocasiões, outros membros da Delegação Externa juntavam-se a José Ramos-Horta. Para assegurar a sua complementaridade e coerência, este trabalho no centro tinha de ser também coordenado com a diplomacia da Resistência em determinados países, o que também requeria capacidades semelhantes, mas numa escala mais reduzida e normalmente menos intensa.

372. Para além da dimensão monumental desta missão, em termos políticos, José Ramos-Horta e os seus colegas da Fretilin tinham ainda de se debater com muitos desafios práticos e organizativos. A delegação tinha poucos recursos, tanto humanos como financeiros. No início, a Missão da Guiné-Bissau teve de ceder espaço no seu gabinete aos representantes da Fretilin e o apoio em pessoal, nunca suficiente, era fornecido por voluntários. O contacto com Timor-Leste era indirecto e intermitente. A delegação não era reconhecida como governo, nem tinha o estatuto de observador como movimento de libertação.<sup>†</sup> Timor-Leste nada tinha a oferecer em matéria de votos, ajuda ou comércio em troca de apoio. Dependia da boa vontade de um punhado de Estados amigos, em particular Moçambique, Guiné-Bissau e as outras ex-colónias portuguesas em África, também elas só há pouco independentes. Nos primeiros tempos estes apoios foram complementados com a ajuda do embaixador da Tanzânia, Salim A. Salim, presidente do Comité Especial de Descolonização, e de Huang Hua, representante da República Popular da China.

373. Portugal dava o seu apoio nos debates da Nações Unidas, mas a sua cooperação não ia mais longe. A Indonésia, por seu lado, tinha à disposição os recursos de uma Embaixada plenamente estabelecida e, independentemente das votações no hemiciclo das Nações Unidas, tinha o apoio diplomático de muitos países ocidentais, muçulmanos e asiáticos, para além da assistência económica e militar em grande escala, que lhe era prestada pelo Ocidente. James Dunn comentou: “Nas Nações Unidas a luta era constante entre o David timorense e o Golias

---

\* David Scott ajudou a instalar a missão com a assistência do Centro das Mulheres Metodistas na ONU. Sendo um dos últimos australianos a deixar Timor-Leste, na véspera da invasão indonésia, foi quase de imediato para Nova Iorque, trabalhando em nome da Associação Austrália-Timor Leste, para ajudar a Fretilin a pressionar o Conselho de Segurança. [Depoimento de David Scott à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.]

† Ao contrário das organizações da Palestina e das organizações sul-africanas, PAC e ANC, a Fretilin não tinha estatuto de observador na ONU. Contudo, era reconhecida pelo nome no preâmbulo das resoluções da Assembleia Geral entre 1976 e 1982. Na Resolução 36/50 de 1981, a Fretilin era descrita como “o movimento de libertação de Timor-Leste” [Krieger, p. 27].

indonésio”.\* A coordenação com outros diplomatas da Fretilin era dispendiosa e difícil e a delegação tinha problemas com divergências ideológicas internas e com a percepção prejudicial, por vezes confirmada pelos discursos e pelas alianças, de que tinha tomado partido contra o Ocidente na Guerra Fria.† Para além disso, a Fretilin tinha que contrariar as tentativas sistemáticas contra a sua credibilidade feitas pela Indonésia e por timorenses que declaravam, perante as Nações Unidas, o seu apoio à integração. Estes disseram ao Conselho de Segurança que a Fretilin não representava a opinião da maioria em Timor-Leste, argumentando que era o único dos cinco partidos de Timor que se opunha à integração e que praticava o terrorismo em Timor-Leste.‡

374. As votações no Conselho de Segurança começaram por favorecer Timor-Leste, defendendo o direito à autodeterminação com maiorias sólidas. Mas os números não reflectiam a realidade da força política e económica da Indonésia, nem a ideia, cada vez mais forte, de que a ocupação de Timor-Leste era irreversível. Apesar dos esforços da Fretilin, o texto das resoluções foi enfraquecendo gradualmente entre 1975 e 1981 e aumentou o número de Estados membros que votava contra ou se abstinha. Em 1981, o número de Estados membros que votou a favor de Timor-Leste foi 54, os votos contra foram 42 e as abstenções 46. Ou seja, apenas pouco mais de um terço da organização mundial apoiava Timor-Leste.

375. Foram experimentadas diversas estratégias com vários graus de sucesso. A Fretilin conseguiu que fosse enviada a Timor-Leste, em 1976, uma missão de investigação, mas a Indonésia impediu o enviado, Vittorio Winspeare Guicciardi, de se encontrar com os dirigentes da Resistência da Fretilin e a visita não foi conclusiva. O Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim, não deu seguimento à questão e Timor-Leste desapareceu da agenda das Nações Unidas até 1999. Para ganhar tempo e fortalecer a posição legal de Timor-Leste, José Ramos-Horta propôs que se convencesse a Assembleia Geral a pedir um Parecer Consultivo ao Tribunal Internacional de Justiça sobre se tinha sido realmente levado a cabo um acto de autodeterminação, como a Indonésia reivindicava ter acontecido. Contudo, Portugal não concordou e a ideia foi abandonada.§ Com o apoio de Francesc Vendrell, do Secretariado das Nações Unidas, José Ramos-Horta conseguiu que a Assembleia Geral se referisse à situação humanitária de Timor-Leste nas resoluções adoptadas em 1979/81. Estas resoluções continham apelos à UNICEF, ao ACNUR e ao PAM para que fornecessem assistência e, indirectamente, serviram para chamar a atenção da comunidade internacional para o impacto negativo da ocupação indonésia e para

---

\* José Ramos-Horta, Prefácio a *Towards a Peaceful Solution in East-Timor*, East-Timor Relief Association (ETRA) NSW, Austrália, 1996, p. 7. A história bíblica de David e Golias (1 Samuel, 17:1-58) é uma imagem que se adapta bem a Timor-Leste. David aprendeu a coragem e a arte da luta enquanto pastor, ao defender os seus rebanhos contra os animais selvagens, entre os quais leões e ursos. Nos tempos livres aprendeu outras artes – música e poesia. Sozinho, desafiou Golias, o gigante filisteu, e venceu a sua força superior armado apenas com uma fisga.

† David Scott escreveu: “Abílio Araújo via a luta no contexto marxista-leninista que tinha aprendido em Lisboa. Ele e José Ramos-Horta discutiam e argumentavam em português sobre abordagens e terminologias políticas. Abílio queria que utilizássemos uma linguagem marxista nas declarações à imprensa; José preferia recorrer a uma abordagem factual, politicamente mais neutra”. [Manuscrito não publicado, 2004, Arquivo da CAVR].

‡ A primeira declaração da Indonésia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Timor-Leste, proferida por Anwar Sani a 15 de Dezembro de 1975, acusava repetidamente a Fretilin de terrorismo [Krieger, p. 60]. Os timorenses que depunham em nome da Indonésia nesta sessão do Conselho de Segurança foram Mário Carrascalão (UDT), José Gonçalves (Apodeti) e José Martins (KOTA). Os seus depoimentos que incluíam ataques à Fretilin e a José Ramos-Horta, minaram a credibilidade e o trabalho da Fretilin junto da ONU e reforçaram a percepção internacional de que a sociedade de Timor-Leste estava profundamente dividida e era de uma grande instabilidade [Krieger, pp. 70-77]. José Martins “desertou” formalmente em Março de 1976 e apresentou às Nações Unidas um relatório confidencial em que figuravam, em pormenor, os desígnios da Indonésia relativamente a Timor-Leste.

§ Portugal achava que Timor-Leste não tinha exercido o seu direito e que não podia pôr esta convicção em causa, solicitando um parecer ao TIJ. Em 1991, numa acção independente, Portugal processou a Austrália no TIJ, por esta ter violado, *inter alia*, o direito de Timor-Leste à autodeterminação, assinando um tratado com a Indonésia para a exploração conjunta dos recursos de petróleo e de gás numa zona do Mar de Timor.

denunciar o embargo ao acesso a Timor-Leste daquelas organizações. A Indonésia permitiu apenas o acesso à UNICEF.\*

376. Uma forma de avaliar o sucesso da diplomacia da Resistência, tanto a nível de países individualmente como nas Nações Unidas, foi contar as referências a Timor-Leste nos debates nas Nações Unidas. José Ramos-Horta disse à Comissão que assistiu a inúmeras sessões da Assembleia Geral da ONU, a espera de ouvir mencionar a questão, particularmente por alguma figura de proa, mas que, muitas vezes, se sentiu desiludido.

*Conta-se aquilo que se ouve na Assembleia Geral. Quando um Chefe de Estado, um primeiro-ministro ou um ministro dos Negócios Estrangeiros apresenta uma questão à Plenária da Assembleia Geral, isso é importante. Todos os anos eu ali estava, a ouvir, a contar e sempre que ouvia nem que fosse uma pequenina referência – uau, já está! – mas houve muito poucas.*<sup>205</sup>

377. A Delegação Externa da Fretilin passou por algumas lutas ideológicas e de liderança graves durante este período. Coincidiram com as purgas dentro da Fretilin em Timor-Leste e foram exacerbadas por revezes militares, nomeadamente a morte do líder da Fretilin, Nicolau Lobato, e pela difícil situação diplomática de Timor-Leste. Atingiram um pico em 1978 em Maputo, quando Mari Alkatiri, Marina Ribeiro, José Ramos-Horta e Ana Pessoa foram colocados em prisão domiciliária por colegas da Fretilin. Ramos-Horta foi acusado de “capitulacionismo” e descreve o caso como “feio e violento”.<sup>206</sup> Disse à Comissão:

*Fui acusado de querer negociar com a Indonésia simplesmente porque não concordei com a palavra de ordem naquela época em Timor...do Comité Central, que era “Negociações Nunca”.*<sup>207</sup>

378. Disse que argumentou que a flexibilidade para entrar em diálogo, incluindo com a Indonésia, não devia ser equiparada a rendição e era essencial para acabar com o conflito. Disse que fora Abílio Araújo quem orquestrara o caso, com o apoio de Rogério Lobato e do activista australiano Denis Freney, que se encontrava também presente nas reuniões.† Esta questão acabou por se resolver com a ajuda de representantes da Frelimo.

379. Este caso prejudicou a Fretilin a nível interno e fez retroceder a sua campanha internacional apesar de não ter sido amplamente divulgado. Retido em Moçambique, de Setembro de 1978 até Fevereiro de 1979, José Ramos-Horta teve de cancelar uma visita à Nova Zelândia, onde grupos de solidariedade se tinham conseguido organizar depois de uma luta pública com o seu governo e, nesse ano, não pôde representar Timor-Leste no debate da Assembleia Geral das Nações Unidas. Oito países abandonaram Timor-Leste durante essa sessão. A tendência negativa inverteu-se ligeiramente no ano seguinte quando, depois de um trabalho muito árduo da delegação da Fretilin, Timor-Leste conseguiu recuperar três dos votos perdidos.

---

\* Em Junho de 1982, a UNICEF pôs em prática um programa com a Cruz Vermelha indonésia, para as crianças, mães e famílias. Uma parte do programa era dedicada a ensinar indonésio às mulheres de Timor-Leste, com a justificação de que elas precisavam de saber esta língua para poder compreender as instruções sobre alimentação e outras questões de saúde. José Ramos-Horta protestou veementemente contra o uso do indonésio. [Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004]. O ACNUR contribuiu financeiramente para alguns repatriamentos para Portugal e para Cabo Verde.

† José Ramos-Horta reconheceu o contributo de Denis Freney para Timor-Leste, no seu discurso de aceitação do Prémio Nobel da Paz, em Oslo, a 10 de Dezembro de 1996. Mostrou-se porém crítico do comportamento “destrutivo” de Denis Freney naquela altura e descreveu-o como “muito dedicado a Timor, mas dedicado através das suas próprias crenças ideológicas e Abílio era o verdadeiro camarada ideológico em quem confiava.”, [Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004].

#### 5.1.4 Votação de 1982 nas Nações Unidas

380. A sessão da Assembleia Geral da ONU em 1982 foi uma prova de força para os principais protagonistas e um momento crítico para Timor-Leste. No governo do primeiro-ministro Pinto Balsemão, Portugal emitiu alguns sinais de querer retomar a questão, depois de uma declaração do Conselho de Ministros, em 1980, a favor da autodeterminação de Timor-Leste e de uma iniciativa diplomática. A Indonésia, por seu turno, obteve, *inter alia*, mais apoio da Austrália. Vários dias antes da votação da Assembleia Geral o ex-primeiro-ministro, Gough Whitlam, disse ao Comité Especial das Nações Unidas sobre Descolonização:

*É mais do que tempo que se vote a supressão da questão de Timor Leste da agenda das Nações Unidas e que esta questão deixe de preocupar e de distrair as nações do Sudeste Asiático e do Pacífico.*<sup>208</sup>

381. Em resposta, José Ramos-Horta propôs que a questão fosse entregue aos “bons ofícios” do Secretário-Geral das Nações Unidas que, nessa altura, era Javier Perez de Cuellar (1982/91). José Ramos-Horta preparou um projecto de resolução com uma proposta deste tipo no seu pequeno apartamento, na cave da East 55th Street, em Nova Iorque, com a esperança de que os Estados membros o aceitassem, já que ninguém podia dizer não a conversações. Ramos-Horta está convencido de que este seu projecto de resolução foi o seu “maior contributo” para a causa de Timor-Leste.\*

382. Na oposição, a Indonésia fez árduos esforços para conseguir uma votação negativa, mas, com o apoio de Roque Rodrigues, de José Luís Guterres e dos principais aliados de Timor-Leste – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Portugal, Brasil, Vanuatu, Zimbabue, Benin e Argélia – a resolução foi aprovada com uns meros quatro votos de diferença. Ramos-Horta disse à Comissão que “a causa de Timor nunca recuperaria se tivéssemos perdido aquela votação”.<sup>209</sup> Mais de metade dos votos a favor de Timor-Leste vieram de países da África onde se encontrava a sede da delegação da Fretilin.†

383. Do ponto de vista operacional, a Resolução era uma aposta arriscada porque equivalia a confiar o destino de Timor-Leste a duas instituições nas quais, até então, a Fretilin pouco tinha confiado: o Governo de Portugal e o Secretário-Geral da ONU.‡ A referência que figurava no projecto de Ramos-Horta sobre uma consulta à Fretilin e a outros timorenses foi substituída por uma vaga referência no texto final a “todas as partes directamente implicadas”, que deixava ao cuidado do Secretário-Geral, Javier Perez de Cuellar decidir quem consultar e de Portugal garantir que os pontos de vista dos timorenses eram ouvidos no processo.

384. Os primeiros sinais não foram muito encorajadores. Quase 12 meses depois da questão ter sido relatada ao Secretário-Geral, José Ramos-Horta acusou publicamente Portugal de indiferença, apatia e traição.<sup>210</sup> E, passados mais 12 meses, em Agosto de 1984, Iorke Avebury, presidente do Grupo Parlamentar para os Direitos Humanos do Reino Unido, sentiu-se obrigado a chamar a atenção do Secretário-Geral para o facto de que o seu Relatório sobre a Situação apenas se referia a contactos com Portugal e a Indonésia e não continha “nenhuma indicação de que tivesse sido feita alguma tentativa para consultar a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) ou quaisquer outros partidos timorenses”.<sup>211</sup>

---

\* Resolução 37/30 da Assembleia Geral, 23 de Novembro de 1982. [Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 29 de Julho de 2004].

† 27 países africanos votaram a favor de Timor-Leste, 6 votaram contra e 13 abstiveram-se.

‡ José Ramos-Horta considera que se deve imputar ao Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim (1972/81) uma parte da responsabilidade pelo facto de o Conselho de Segurança não ter dado andamento à resolução de 1976 sobre Timor-Leste. O Conselho de Segurança não voltou a debruçar-se sobre a questão até 1999 (*Funu*, p. 122).

385. Contudo, a decisão de utilizar o sistema revelou-se acertada. A questão manteve-se na agenda da ONU, mas foi poupada a um voto potencialmente fatal na Assembleia Geral e manteve-se, assim, viva alguma esperança de uma solução diplomática até que, finalmente, os ventos da mudança começaram a soprar a favor de Timor-Leste, na década de 1990. A Resistência continuou a centrar-se claramente nas Nações Unidas e deu mais atenção a outras instâncias das Nações Unidas, nomeadamente às reuniões anuais da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, e do Comité Especial da ONU sobre Descolonização, em Nova Iorque, onde foi possível debater a autodeterminação. Para além das pressões que exerceu e das declarações que proferiu, a Resistência encorajou, com bons resultados, a participação da sociedade civil (ver adiante o ponto sobre a sociedade civil internacional).

### **5.1.5 Reconstrução dos partidos**

386. A partir da década de 1980, a Fretilin e a UDT sofreram uma série de alterações que afectaram a sua diplomacia internacional e que, passo a passo, contribuíram para a construção de uma, pelo menos parcial, nova coligação para promover a autodeterminação.

387. Em 1981, depois de quase ter sido aniquilada, a Fretilin criou o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN). O Conselho foi instituído no interior de Timor-Leste, com o contributo de Abílio Araújo que estava em Lisboa. Do ponto de vista da campanha diplomática, um contributo importante deste novo organismo foi ter demonstrado o ressurgimento da Fretilin e o facto de a Resistência no interior estar, novamente, ligada aos seus representantes no exterior, passados vários anos de isolamento mútuo forçado. Pouco se sabia sobre o próprio CRRN fora de Timor-Leste, mas o encontro de Xanana Gusmão com o comandante indonésio, coronel Purwanto, em Março de 1983, em Lariguto, facilitado por Mário Carrascalão, foi largamente publicitado a nível internacional e contribuiu muito para reanimar o apoio a Timor-Leste. O Plano de Paz da Fretilin, lançado a nível internacional por José Ramos-Horta, em Junho de 1984, com base em iniciativas tomadas no interior de Timor-Leste, deu um novo enfoque ao trabalho da solidariedade internacional, com o objectivo específico de que Timor-Leste estivesse directamente representado na busca de uma resolução global, sob a égide das Nações Unidas. O pedido para ser incluído no processo da ONU, ao lado de Portugal e da Indonésia, como sendo a parte mais “directamente envolvida”, tornou-se uma das principais bandeiras da Resistência e das apologias da sociedade civil e foi repetido em vários documentos e em várias instâncias pelos líderes timorenses.<sup>†</sup>

388. A reconstrução da UDT realizou-se principalmente fora de Timor-Leste e, inicialmente, implicou a reunião do partido na Austrália. O partido criou uma presença nacional na Austrália, depois de João Carrascalão ter emigrado para Sydney, partindo de Portugal em 1978, juntando-se a muitos membros e apoiantes da UDT que se tinham instalado naquele país como refugiados, depois da guerra civil. Com o apoio de Domingos de Oliveira, Lúcio Encarnação, António Nascimento, Fausto Soares e outros, a liderança da UDT teve de resolver muitos desafios individuais e políticos. João Carrascalão informou a Comissão de que, para começar, a vida na Austrália era muito dura; que o seu primeiro trabalho em Sydney tinha sido numa fábrica de plásticos, onde trabalhava doze horas seguidas em turnos rotativos. Posteriormente, tinha tido de arranjar um segundo emprego, a limpar autocarros e escritórios, para poupar dinheiro a fim de viajar pelo estrangeiro em nome de Timor-Leste. Outros refugiados da UDT na Austrália

---

\* 1.500 pessoas assistiram a uma reunião pública, em Melbourne, em 1983, para dar as boas-vindas a Abílio Araújo e a Roque Rodrigues, na primeira visita oficial da Fretilin à Austrália depois do levantamento do embargo decretado pelo Governo australiano e para os ouvir falar das conversações de paz de Lariguto entre a Fretilin e a Indonésia.

† Por exemplo, a carta de Xanana Gusmão ao Secretário-Geral da ONU, 7 de Agosto de 1985, transmitida pela missão de S. Tomé (Documento ONU S/17592); a carta que escreveu a Boutros Boutros Ghali (31 de Janeiro de 1992) e a Nelson Mandela (15 de Maio de 1992). A primeira vez que Xanana Gusmão se dirigiu às Nações Unidas em nome do CRRN, foi a 14 de Outubro de 1982, mas foi mais um desafiante relatório da situação do que um apelo directo à acção da ONU.

viveram experiências semelhantes. João Carrascalão teve também de se haver com a desconfiança manifestada à UDT por organizações da sociedade civil e por sectores da diáspora.

*Eu estava muito envolvido com a Resistência no exterior. No princípio, muitas pessoas não acreditavam que eu não era pró-integracionista. Porque o meu irmão era o governador e a UDT estava a sofrer as consequências da propaganda original que dizia que a UDT queria a integração...Por isso não foi muito fácil, muita gente não acreditava. Provavelmente até os meus colegas na liderança da Resistência não acreditavam que eu não me tivesse posto ao lado dos indonésios.*<sup>212</sup>

389. Uma vez instalada, a UDT juntou a sua voz aos apelos à autodeterminação. Em 1982, João Carrascalão foi um dos dois timorenses que testemunhou perante uma audiência do Senado Australiano sobre Timor-Leste. Em Novembro de 1987, representou a UDT na primeira Conferência Consultiva Cristã para a Ásia e o Pacífico sobre Timor-Leste, que se realizou em Manila. A conferência apelou à participação directa dos timorenses nas conversações para a resolução do conflito.

390. As tentativas de transformar o partido num veículo mais eficaz e credível das aspirações dos timorenses foram prejudicadas pelas divergências internas entre os líderes da UDT, em Lisboa e na Austrália. Estas divergências foram finalmente sanadas em 1993 quando o partido, com o auxílio de uma geração mais jovem de líderes da UDT, empenhada numa reforma democrática, realizou um congresso em Portugal, o primeiro desde a guerra civil.<sup>213</sup> O congresso elegeu João Carrascalão como presidente e expulsou Francisco Lopes da Cruz, o primeiro presidente da UDT pelo “crime de alta traição contra o partido, o povo e a Pátria.”<sup>214</sup> Foram criados vários comités regionais para dar uma base mais organizada à campanha por Timor-Leste. Zacarias da Costa foi encarregado das relações internacionais e, durante os cinco anos seguintes, a UDT apresentou o caso da autodeterminação a todas as instâncias das Nações Unidas e às principais reuniões internacionais da sociedade civil. Esta acção foi particularmente eficaz na Europa onde, *inter alia*, se reuniu a acção de *lobby* de Portugal, da Fretilin e das organizações da sociedade civil, que fez com que o Parlamento Europeu se opusesse mais firmemente ao domínio indonésio de Timor-Leste.

391. Em 1993, a Fretilin também se debruçou sobre a velha luta pelo poder entre os líderes da delegação externa: Mari Alkatiri, Abílio Araújo e José Ramos-Horta. Os activistas timorenses criticavam asperamente estas lutas internas e faziam apelos constantes à sua resolução. Pensavam que esta situação levava à criação de facções da Fretilin no estrangeiro, desviava os dirigentes das suas tarefas principais e criava confusão no seio da Resistência no interior de Timor-Leste, já que muitas vezes a informação que recebiam do exterior era de um membro a desacreditar outro. Também criticavam a inactividade de Abílio Araújo e Guilhermina Araújo.<sup>215</sup> A demissão de José Ramos-Horta da Fretilin, em 1988 e a sua nomeação como Representante Especial do CNRM, seguida pela decisão de Abílio Araújo de assumir a liderança da Fretilin, levou a questão a atingir um ponto máximo. Em Agosto de 1993, por iniciativa de Mari Alkatiri, que na altura ocupava o segundo lugar na liderança, a Delegação Externa da Fretilin demitiu Abílio de Araújo de chefe da delegação e de representante da Fretilin para a Europa e para Portugal.<sup>†</sup>

<sup>\*</sup> A outra testemunha foi João Gonçalves, funcionário da Segurança Social para a Comunidade de Timor-Leste.

<sup>†</sup> Abílio Araújo foi expulso da Fretilin por colaboração com a Indonésia. É agora presidente do Partido Nacionalista Timorense que foi fundado em Díli, a 15 de Julho de 1999, para promover uma autonomia alargada dentro da Indonésia, baseada numa “política de terceira via” que visava promover uma opção que não envolvia a “ditadura” do CRNT nem a integração plena na Indonésia. O PNT aceitou os resultados do escrutínio de 1999 e o papel da UNTAET como

## Da divergência à convergência: A busca da unidade e da paz

392. A UDT e a Fretilin reconheceram que, no interesse de Timor-Leste, era imperativo um *modus vivendi*. João Carrascalão disse à Comissão que, nos primeiros anos, as relações tinham sido “muito, muito más”, particularmente a nível da comunidade. Ele e Mari Alkatiri encontraram-se secretamente em Portugal, em 1976, para discutir o problema, mas concluíram que “agora era muito difícil trabalhar juntos”. Observou que “levou muito tempo até que as pessoas compreendessem que a luta não podia ser travada separadamente.”<sup>216</sup>

393. A criação da Convergência Nacionalista, em 1986, foi um passo em frente nesta direcção. A ideia nasceu das discussões informais entre José Ramos-Horta e João Carrascalão, mas foi impulsionada por Anacoreta Correia, um deputado do Parlamento português que tinha visitado Timor-Leste em Julho de 1986. A Convergência era exterior a Timor-Leste e não gozou de um apoio muito amplo nem muito duradouro de nenhum dos partidos, mas os seus signatários – Moisés do Amaral (Presidente da Comissão Política da UDT) e Abílio Araújo (Chefe da Delegação Externa da Fretilin) – pensavam que uma demonstração de unidade era essencial para contrariar os reveses no apoio internacional a Timor-Leste e para conseguir mais apoios em Portugal e na Europa.<sup>†</sup> José Ramos-Horta pensa que ajudou:

*Ajudou, porque, naquela altura, os portugueses serviam-se das divergências entre a Fretilin e a UDT para justificar nada fazerem. Ajudou, de facto, mas manter a coesão foi uma eterna batalha.*<sup>217</sup>

394. A Fretilin fez a primeira de várias concessões à UDT. Reconheceu a UDT como um parceiro igual e concordou com um sistema futuro multi-partidário. As declarações da Convergência descreviam a UDT e a Fretilin como as “duas organizações nacionalistas mais importantes e legítimas de Timor-Leste”<sup>218</sup> e apelavam a Portugal que financiasse o trabalho diplomático dos dois partidos. Em 1987, delegações da Fretilin e da UDT depuseram perante o Comité Especial de Descolonização da ONU, em Nova Iorque, em apoio à autodeterminação. A UDT reconheceu o seu longo silêncio e ausência das Nações Unidas. Rejeitou as alegações indonésias de que a UDT apoiava a integração e apelou à independência, dizendo que “queremos que o nosso povo faça essa escolha soberana através do devido processo democrático sob a supervisão das Nações Unidas”.<sup>219</sup>

395. Em Dezembro de 1988 foi constituída uma nova organização nacionalista de cúpula: o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM). O CNRM representava uma revisão radical da doutrina e da estratégia que havia sido prefigurada 12 meses antes, quando Xanana Gusmão fez uma declaração em que rejeitava o marxismo, declarava as Falintil um exército politicamente neutro e se demitia da Fretilin.<sup>220</sup> O que inspirou a luta, disse ele, era o desejo de viver livre da ocupação estrangeira e não a revolução, sublinhando o facto do Bloco do Leste não ter reagido ao sofrimento de Timor-Leste. A palavra “revolucionário” foi substituída por “Maubere”, tal como CNRM substituiu CRRN, significando que a ideologia política tinha de se subordinar à causa da independência nacional e a uma abordagem não partidária e abrangente. Estas mudanças tiveram um impacto extraordinário em Timor-Leste. Mário Carrascalão observou:

---

autoridade legal em Timor-Leste durante a transição para a independência. Músico exímio, Abílio Araújo compôs a música para o hino nacional *Pátria, Pátria* e para as famosas canções timorenses *Foho Ramelau* e *Funu nain Falintil*.

\* João Carrascalão disse à Comissão que, na altura, a Convergência Nacionalista “não foi levada a sério, nem pela UDT nem pela Fretilin” e que havia suspeitas de envolvimento indonésio. [Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Díli, 30 de Julho de 2004].

† As comunicações da Convergência exortavam Portugal a aumentar o seu trabalho de defesa de Timor-Leste nas conversações com a Indonésia sob os auspícios da ONU e a desenvolver “um plano de acção dinâmico” a ser posto em prática quando Portugal aderisse à União Europeia em 1986. [Krieger, p. 279].

*Foi quando Xanana disse que não era Fretilin, mas apenas o comandante das Falintil, que a guerra começou a ser ganha. As gentes da APODETI e da UDT, que tinham sido inimigas da Fretilin, podiam também juntar-se ao movimento.*<sup>221</sup>

396. No entanto, a UDT continuava a achar que o termo Maubere não era suficientemente inclusivo e suspendeu formalmente a sua qualidade de membro do CNRM, embora na prática continuasse a cooperar.\*

397. Estas mudanças foram também os alicerces de uma nova campanha diplomática eficaz. Surgindo por altura do fim da Guerra Fria, constituíram um desafio oportuno à percepção internacional arreigada de que o movimento para a independência era um projecto de extrema esquerda e uma ameaça à Indonésia e à estabilidade regional. A linguagem dos direitos humanos e da democracia substituiu a retórica militante do passado. O CNRM, declarou Xanana Gusmão, estava

empenhado em construir uma nação livre e democrática, baseada no respeito pelas liberdades de pensamento, de associação e de expressão, assim como no pleno respeito pelos direitos humanos universais. Um sistema multipartidário e uma economia de mercado serão os alicerces de um Timor-Leste independente...Será um Estado livre e não alinhado, com o firme propósito de se tornar membro da ASEAN, de forma a contribuir para a estabilidade regional.<sup>†</sup>

398. Esta nova abordagem foi projectada internacionalmente com a nomeação de José Ramos-Horta como Representante Pessoal de Xanana Gusmão e Representante Especial do CNRM no estrangeiro. Ao identificar a Resistência com Ramos-Horta, cujas credenciais sociais-democratas e de direitos humanos eram mais bem aceites a nível internacional do que a imagem marxista de Abílio Araújo, ficava demonstrada a profundidade das reformas. No início, esta nomeação não foi bem recebida pela UDT e pela Fretilin, que temiam que viesse a reduzir o seu papel.<sup>‡</sup> A nova estratégia exigia-lhes que desempenhassem um papel menos central, subordinando os interesses do partido à causa nacionalista e partilhando a campanha com um número cada vez maior de activistas fora das suas fileiras.

399. Como parte da nova ofensiva diplomática, a Resistência lançou outro plano de paz, elaborado por José Ramos-Horta, em consulta com a Delegação Externa da Fretilin e com Xanana Gusmão. Ramos-Horta escreveu o documento em Darussalam, o quartel-general do Dalai Lama e apresentou-o pela primeira vez em Bruxelas, em Abril de 1992. O plano integrava as principais características da nova abordagem do CNRM e um plano de paz publicado por Xanana Gusmão, a 5 de Outubro de 1989, que a UDT e a Convergência Nacionalista Fretilin tinham endossado.<sup>222</sup>

---

\* João Carrascalão disse à Comissão que a palavra "Maubere" não era conhecida em certas partes de Timor-Leste e não era precisa: "Nem todos somos Maubere". [Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Díli, 30 de Julho de 2004; sobre a origem do termo, ver Capítulo 3: História do Conflito).

† Barbedo de Magalhães: *Timor-Leste: Ocupação Indonésia e Genocídio*, Universidade do Porto, Portugal, 1992, p.43. O significado dessas mudanças, tanto no estilo como na substância, pode ser entendido se comparado com a denúncia vitriólica de Xavier do Amaral, feita por Nicolau Lobato em 1977 por crimes revolucionários. [Declaração do Comité Central da Fretilin sobre "A Alta Traição de Xavier de Amaral, Rádio Maubere, 14 de Setembro de 1977].

‡ Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004. O Comunicado da *Nationalist Convergence of Timor*, 10 de Novembro de 1989, refere o "papel insubstituível" da Fretilin e da UDT como representantes do povo de Timor-Leste [Krieger, p. 282].

400. O plano estava dividido em três fases. Na primeira fase, que durava cerca de 2 anos, a Indonésia mantinha o controlo, mas introduzia algumas medidas que visavam construir a confiança mútua, como, por exemplo, a retirada das tropas e a presença das Nações Unidas de monitorização dos direitos humanos. Na segunda fase, seria concedida a Timor-Leste a autonomia total prorrogável até dez anos. Na terceira fase, o estatuto definitivo de Timor-Leste decidir-se-ia num acto de autodeterminação. O plano destinava-se a pressionar o governo de Suharto, oferecendo-lhe uma saída honrosa e a apresentar a Resistência como o mais construtivo dos dois protagonistas. José Ramos-Horta disse:

*Também se destinava a mostrar à sociedade indonésia em geral e à comunidade internacional o sentido de responsabilidade, maturidade e moderação dos líderes da Resistência timorense.*<sup>223</sup>

401. No início, as reacções dos partidos, da sociedade civil internacional e da diáspora timorense foram negativas. José Ramos-Horta disse à Comissão:

*Tive de o defender [o plano] muitas vezes, tanto em Portugal como junto da sociedade timorense, com a Fretilin e a UDT. Foi muito controverso, no início, porque a palavra “autonomia” era tabu na altura. Mas, depois, a maior parte das pessoas começou a aceitá-lo.*<sup>224</sup>

402. Governo indonésio também manifestou sérias desconfianças. José Ramos-Horta disse à Comissão:

*Lembro-me de falar com Ali Alatas em Nova Iorque, a 18 de Outubro de 1994, a nossa primeira reunião formal em Nova Iorque. Alatas disse: “O vosso plano de paz é um degrau para a independência.*

403. Ramos-Horta disse à Comissão que o ministro tinha “toda a razão”, mas que lhe tinha explicado que o plano até podia funcionar vantajosamente para a Indonésia se aquela oportunidade fosse utilizada de forma construtiva e, passados os dez anos, o povo se sentisse satisfeito com a autonomia.

404. Foi criada uma rede internacional de representantes e contactos do CNRM para promover o plano em Portugal, no Canadá, na Comunidade Europeia, nos EUA, no Japão e na Austrália e sua região. Esta rede incluía uma nova geração de diplomatas como José Amorim Dias, representante do CNRM na União Europeia, a partir de 1993 e Constâncio Pinto\*, o representante do CNRM nos EUA e no Canadá, a partir de 1994. O seu trabalho foi apoiado pelo Centro Internacional de Apoio a Timor-Leste (*East Timor International Support Centre, ETISC*), criado em Darwin por Juan Federer que também reuniu fundos e prestou assistência pessoal a José Ramos-Horta. Ao mesmo tempo, Ramos-Horta continuou a trabalhar directamente com a Fretilin e a UDT, respeitando o papel destes, mas encarregando-se da coordenação. Com este objectivo foi criado, em 1995, uma Comissão Coordenadora da Frente Diplomática (que substituiu a Convergência Nacionalista) e as responsabilidades foram partilhadas pelos dois partidos.

405. Aproveitando o aumento do interesse internacional depois do Massacre de Santa Cruz, José Ramos-Horta recorreu ao plano para expandir a campanha. Pôde assim apresentar o caso de Timor-Leste em organismos relevantes, por exemplo o Parlamento Europeu, o Conselho para as Relações Externas dos EUA (*US Council for Foreign Relations*), o Real Instituto para os

---

\* Antes de sair de Timor-Leste em 1991, Constâncio Pinto tinha sido responsável, em nome do CNRM, pela coordenação das actividades clandestinas nas cidades e nas aldeias. Ver Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle: Inside the Timorese Resistance*, South End Press, Boston, 1997.

Assuntos Internacionais (*Royal Institute of International Affairs*) em Londres e clubes de imprensa, na Tailândia e na Austrália, e retratar a Resistência sob uma luz nova e positiva.

406. O culminar deste processo foi o Prémio Nobel da Paz concedido ao bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, em 1996. A inclusão Ramos-Horta era o endosso claro da diplomacia da Resistência e do seu plano de paz por um dos mais prestigiosos organismos mundiais. O prémio reconhecia a legitimidade da causa de Timor-Leste e iniciava uma nova fase na luta. Ramos-Horta promoveu o plano no seu discurso de aceitação. Ao anunciar o prémio, o Comité Nobel da Noruega exprimiu a esperança que “este prémio incentive os esforços para encontrar uma solução diplomática para o conflito em Timor-Leste, baseada no direito do povo à autodeterminação”.<sup>225</sup> O Secretário-Geral das Nações Unidas exprimiu sentimentos semelhantes numa declaração de congratulações pelo prémio e, umas semanas depois, em Fevereiro de 1997, Kofi Annan, o novo Secretário-Geral, nomeou Jamsheed Marker seu Representante Pessoal para Timor-Leste, a fim de reactivar na ONU um processo que estava estagnado.

407. Em 1998, o CNRM realizou uma convenção com cerca de 200 timorenses em Peniche, Portugal, com o apoio do Governo português. A reunião realizou-se no estrangeiro para aproveitar o novo alento internacional de Timor-Leste e, nas palavras de Agio Pereira, “para projectar uma Frente de Unidade Nacional e Xanana Gusmão como seu dirigente.”<sup>226</sup> A Convenção reforçou a unidade ao suprimir do seu título, por instruções explícitas de Xanana Gusmão, a palavra “Maubere”, por deferência para com a UDT, passando, assim, a chamar-se Conselho Nacional da Resistência Timorense, CNRT, acolhendo timorenses que anteriormente tinham colaborado com a Indonésia e reconhecendo o papel da Igreja.\* Confirmou também o compromisso da Resistência para com a democracia e o pluralismo ao adoptar a Carta Magna de Liberdades, Direitos, Deveres e Garantias do Povo de Timor-Leste. A Convenção foi universalmente saudada como uma conquista singular. Nas palavras do Governo australiano, reuniu “os antigos adversários da guerra civil, a UDT e a Fretilin, numa coligação única, facto nunca antes conseguido em anteriores organismos de cúpula da Resistência” e conseguiu um acordo “relativamente à escolha do comandante das Falintil na prisão, Xanana Gusmão, para Presidente do CNRT e líder máximo da Resistência”.<sup>227</sup>

408. A Resistência aderiu ao Diálogo Intra-Timorense (*AIETD*), patrocinado pelas Nações Unidas e iniciado em 1995, numa posição de força e utilizou-o em seu benefício. No quarto Diálogo, em 1998, José Ramos-Horta, com o apoio da UDT e da Fretilin, conseguiu o apoio da maioria dos timorenses a uma participação directa nas conversações entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios da ONU. Jamsheed Marker contou que, na mesma altura, os diplomatas do Ocidente e das Nações Unidas começaram a proceder a consultas directas a Xanana Gusmão na prisão e a outros representantes da Resistência.<sup>228</sup> Tinha sido finalmente conquistado o “direito ao diálogo”.†

409. Em Abril de 1999, o CNRT realizou uma conferência de planeamento do futuro, em Melbourne. Iniciativas deste tipo, assim como a decisão do CRNT de acantonar as Falintil e de levar a cabo uma campanha disciplinada pela independência que evitasse provocar as milícias pró-autonomia,<sup>229</sup> reforçaram a confiança internacional na Resistência, no período que antecedeu o escrutínio de Agosto. Agio Pereira disse à Comissão:

*Teria sido difícil às Nações Unidas negociar o Acordo de 5 de Maio de 1999 com a Indonésia, se a Resistência timorense fosse vista como algo de dividido ou, pelo menos, de desorganizado.*<sup>230</sup>

---

\* A Resistência no interior e Xanana Gusmão, que se encontrava na prisão em Jacarta, foram representados na Convenção pelos padres Filomeno Jacob, SJ, Francisco Barreto e Domingos Maubere Soares.

† Trata-se aqui de uma referência ao relatório da Fretilin sobre as conversações pouco duradouras de Xanana Gusmão com o coronel Purwanto em 1983 que se intitulava *Fretilin Conquers the Right to Dialogue*, Delegação Externa da Fretilin, Lisboa, 1983.

410. Foi uma grande satisfação e um grande orgulho quando as Nações Unidas reconheceram a legitimidade da Resistência, ao usarem o nome e a bandeira do CNRT no boletim de voto em Agosto de 1999, mas o aplauso final foi dado pelo povo de Timor-Leste que concedeu à Resistência, incluindo as suas componentes políticas, um apoio esmagador naquele dia inesquecível.

## 5.2 Diáspora

411. A diáspora de Timor-Leste, em termos gerais, não participou na campanha diplomática formal da Resistência pela autodeterminação. Contudo, a presença e as actividades das comunidades timorenses aumentaram significativamente a visibilidade da questão em muitos países e forneceram à campanha formal recursos e competências adicionais e vitais. A diáspora acabou por desempenhar um papel cada vez mais importante, de pleno direito, cuja eficácia foi reconhecida pelos líderes políticos de Timor-Leste. Muitos dos seus membros mais importantes regressaram a Timor-Leste durante 1999 e a seguir, para ajudar a construir uma nova nação.

412. No seu momento mais alto, a diáspora contava com cerca de vinte mil timorenses na Austrália, cerca de dez mil em Portugal e alguns dispersos por Macau, Moçambique, Canadá, EUA, Reino Unido, Irlanda e outros países. Quase todos os componentes da diáspora original eram refugiados da guerra civil de 1975, entre a UDT e a Fretilin, que foram directamente para a Austrália ou partiram para Portugal via Timor Ocidental. Muitos dos que foram para Portugal acabaram por partir para a Austrália para se juntarem às famílias e ficarem mais perto de Timor-Leste, e conseguir melhores oportunidades. Esse número foi aumentando ao longo dos anos, com a chegada de familiares cuja saída de Timor-Leste era por vezes sancionada oficialmente através da Cruz Vermelha internacional, assim como de refugiados políticos e outros que fugiam através da Indonésia clandestinamente, recorrendo a canais complexos que incluíam o suborno de oficiais indonésios, ou publicamente, através de pedidos de asilo em embaixadas estrangeiras, em Jacarta.\* Aqueles que saíram através das embaixadas estrangeiras, a partir de 1993, ou que tinham saído noutras ocasiões depois de 1995, deram um contributo particularmente relevante porque eram pessoas politicamente muito motivadas, podiam falar com conhecimento pessoal da ocupação e não estavam limitadas pelas filiações políticas de 1975. Rápida e facilmente se juntaram ao CNRM e às organizações e actividades de solidariedade no Reino Unido, Irlanda, Europa, Canadá, EUA, Portugal e Austrália. Em 1995, um novo grupo de 1600 timorenses chegou à Austrália, o maior desde a guerra civil. A partir de 1999, em geral a tendência inverteu-se. Embora grande parte da comunidade permaneça no estrangeiro, a maioria dos principais líderes da diáspora regressou a Timor-Leste ou mantém um pé em cada um dos mundos.†

413. A diáspora era pequena, isolada e pobre, e politicamente estava dividida. Muitos começaram a sua nova vida em campos de refugiados, tendo transportado com eles cicatrizes e antipatias da guerra civil e da invasão indonésia. Em Portugal os timorenses recém-chegados diluíam-se no vasto número de pessoas vindas das ex-colónias portuguesas em África e tinham dificuldade em arranjar alojamento e trabalho. Muitos timorenses viveram em acampamentos, em Lisboa, durante vários anos.

414. Na Austrália, os timorenses desconheciam completamente a língua, a cultura e a estrutura do país de acolhimento. Abel Guterres disse à Comissão:

---

\* A Campanha Para a Reunião de Famílias Timorenses na Austrália (*RAFT*), recolheu muitos milhares de dólares das ONG australianas e criou um fundo renovável de empréstimo para apoiar as famílias timorenses, independentemente da sua filiação política, e pagar as viagens dos seus familiares que se lhes vinham juntar na Austrália.

† Para uma análise da comunidade da diáspora timorense em Sydney, ver Amanda Wise, *No Longer In Exile? Shifting Experiences of Home, Homeland and Identity for The East Timor Refugee Diaspora in Austrália in the Light of East Timor's Independence*, University of Western Sydney, 2002. Espera-se que sejam feitos estudos sobre outras comunidades timorenses e seus contributos, incluindo em Portugal e em Macau. Ver também a dissertação de Pascoela Barreto sobre a diáspora em Portugal.

*Os nossos amigos em Portugal falavam português, mas nós na Austrália tínhamos um grande problema: não conhecíamos a língua...A primeira palavra que aprendemos foi “yes”. Quando íamos a casa de alguém perguntavam-nos: “Quer chá ou café?” Nós dizíamos “yes” e eles traziam-nos o chá e o café ao mesmo tempo.<sup>231</sup>*

415. Começaram por se instalar nos bairros das classes trabalhadoras das grandes cidades e arranjaram trabalho onde puderam – em fábricas, como trabalhadores temporários e no sistema dos transportes públicos. Estes factores dificultaram e atrasaram a estruturação das comunidades e das organizações políticas. Organizações sociais e grupos comunitários e da Igreja prestaram-lhes assistência, assim como compatriotas de renome dentro das suas próprias fileiras.

416. O sucesso na estruturação destas comunidades e a transmissão de uma cultura política nacionalista para a geração seguinte foi um feito extraordinário. Em Portugal, Macau e na Austrália as comunidades criaram organizações políticas, culturais e desportivas, organizaram encontros e mantiveram os seus membros informados através dos seus próprios programas radiofónicos e de boletins informativos. A Igreja Católica teve um papel importante como ponto de encontro neutro e fonte de cuidados espirituais, culturais e pastorais, em particular nos lugares onde havia padres timorenses. O estabelecimento destas comunidades foi, por si só, um acto desafiador de autodeterminação por parte dos timorenses num ambiente que lhes era estranho e deu origem a um novo recurso que veio aumentar significativamente a capacidade e o alcance da diplomacia timorense.

417. Embora muitas vezes prejudicada substancialmente pela herança da guerra civil, a diáspora teve um impacto nos países em que as comunidades eram mais fortes. Nalguns casos esteve no mesmo pé de outros trabalhos de solidariedade. Luísa Teotónio Pereira disse à Comissão:

*A comunidade timorense em Portugal conservou sempre as suas organizações autónomas [e só] esporadicamente era convidada a participar em estruturas portuguesas. Provavelmente houve apenas uma ocasião em que uniram forças em pé de igualdade com cidadãos portugueses: no caso da comissão Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor, criada em 1993.<sup>232</sup>*

418. O mesmo se aplicava a partes da comunidade timorense na Austrália. Embora tivessem demorado a arrancar, acabaram por formar alianças com grupos da sociedade civil e a apoiarem-se mutuamente através de protestos, lobby, disseminação de informação, angariação de fundos e actividades culturais, religiosas e políticas. Nos últimos anos, entre estas actividades contavam-se concertos e a co-produção de CDs de música, de exposições e de peças de teatro profissionais. As coisas nem sempre corriam bem. Abel Guterres disse à Comissão:

*Quando fazíamos manifestações diante do ministério dos Negócios Estrangeiros ou da Embaixada indonésia, algumas pessoas diziam aos patrões que estavam doentes, mas depois eram vistas na televisão a participarem na manifestação. Se o patrão compreendesse a situação poderia conceder uma licença ao trabalhador, mas vários foram despedidos e, quando não se tem emprego, como é que se arranja comida?<sup>233</sup>*

419. Alguns fizeram estudos comerciais e fizeram cursos de nível pós-secundário e universitário para poderem servir Timor-Leste depois da independência. Abel Guterres disse à Comissão:

*Algumas pessoas davam 1%, outras 10, 20, 30, 40, até 100% da sua vida ao trabalho para Timor-Leste. Toda a gente fazia qualquer coisa. Podiam ser só coisas muito pequenas, mas faziam sempre alguma coisa.*<sup>234</sup>

420. Os timorenses também se lançaram em actividades internacionais complementares da actividade dos diplomatas oficiais, apoiando estes nos fóruns internacionais ou, à medida que o tempo passava e a confiança aumentava, representando directamente Timor-Leste em abordagens a governos estrangeiros ou em conferências internacionais.\* Para além da constituição e administração de organizações que ajudavam a manter a identidade e a solidariedade comunitárias, a diáspora timorense criou, também, organizações eficazes que forneceram apoio directo em termos humanitários, de apoio ao *lobby* e de defesa dos direitos humanos a Timor-Leste.†

421. Os líderes de Timor-Leste reconheceram e encorajaram o contributo da diáspora. José Ramos-Horta viveu entre a comunidade na Austrália e interagiu frequentemente com ela e, de olhos postos no futuro, incluiu cada vez mais a geração mais nova nas suas missões. Depois de ter sido capturado, Xanana Gusmão dirigiu-se frequentemente à diáspora, confirmando a sua crença e a da diáspora, de que esta fazia tanto parte da Resistência como aqueles que estavam em Timor-Leste. Numa carta a Xana Bernardes, datada de 9 de Junho de 1992, escreveu:

*Sei que és “independente” (dos partidos políticos), mas, apesar disso, estás unida a nós. Fazes parte de nós. E nós, os velhos combatentes da Nação, estamos orgulhosos de ti.*‡

422. Xanana Gusmão repetiu esta opinião depois de ter sido libertado. Disse numa conferência de imprensa em Lisboa, em 2000, que talvez o mundo nunca tivesse sabido a verdade se não fossem aqueles que tinham fugido de Timor-Leste, dedicando grande parte das suas vidas à causa da autodeterminação. Na Audiência Pública Nacional da Comissão sobre a Autodeterminação e Comunidade Internacional, a comissária Olandina Caeiro pediu a Abel Guterres que identificasse um momento verdadeiramente especial da sua vida desde que tinha saído de Timor-Leste em 1975. Ele respondeu:

*Houve imensos momentos verdadeiramente bons mas há um que se destaca. Em 1999, quando vim para Lecidere, vi a bandeira do CNRT a ser hasteada. Pensei: “Uau! isto é fantástico” Era uma coisa com que sempre tinha sonhado. Foi como estar no céu. É impossível descrever o que senti naquele momento. Vi toda a gente a dançar um tebe tebe à volta da bandeira. Foi uma coisa verdadeiramente extraordinária.*<sup>235</sup>

---

\* Por exemplo, os timorenses instalados em Portugal, fizeram digressões pela Europa, apresentando as danças, os cantares e a cultura de Timor-Leste. Outros exemplos são a participação de mulheres da diáspora timorense na Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Nairobi, em 1985, na Conferência de Pequim, na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, nas reuniões da Igreja asiática e no trabalho de *lobby* junto dos governos australianos, da Nova Zelândia e outros.

† Dois exemplos notáveis foram a *East Timor Relief Association (ETRA)*, constituída em Sydney em 1992, e o *East Timor Human Rights Centre (ETHRC)*, constituído em Melbourne em 1995. Tal como outras organizações da diáspora focadas na libertação, estas dissolveram-se depois de 1999.

‡ A carta a Xana Bernardes, uma jovem timorense que vivia na Austrália, foi a resposta a uma carta dela que acompanhava fundos recolhidos num jogo de críquete e num festival de solidariedade em Melbourne [Xanana Gusmão, Sarah Niner (Ed.), *To Resist is To Win: The Autobiography of Xanana Gusmão*, Aurora Books, Victoria, pp. 170-171].

### 5.3 Conclusão

423. A traumática luta para a autodeterminação de Timor-Leste, que durou vinte e cinco anos, não devia ter sido necessária. Tal como outras pequenas nações insulares da região, o direito internacionalmente reconhecido de Timor-Leste de tomar as suas próprias decisões devia ter sido respeitado, celebrado e facilitado em paz e não suprimido pela violência.

424. Entre os vários factores que explicam a independência de Timor-Leste, a contribuição da Resistência foi a mais fundamental.

425. Para atingir os seus objectivos, a Resistência teve de se debater com uma quantidade de problemas impressionantes, tanto externos como de sua responsabilidade, incluindo a desastrosa guerra civil. Apesar da óbvia legitimidade da sua causa, a frente diplomática teve de agir num ambiente hostil à sua ideologia e aos seus objectivos e que favoreceu mais a potência ocupante do que a potência administrante legal. A Resistência no exterior também estava dividida e trabalhava de facto como se tivesse apenas um pulmão. A Fretilin teve de aguentar este fardo sozinha e durante muitos anos, enquanto a UDT reconstituía a sua organização e credibilidade a seguir à guerra civil e à colaboração de algumas das suas personalidades-chave com a Indonésia.

426. A Resistência contrabalançou estes problemas, utilizando as suas forças e adaptando-se, sem comprometer o seu objectivo de autodeterminação e independência. Embora não suficientes para deter a deterioração no terreno diplomático, as primeiras decisões políticas da Fretilin foram particularmente relevantes e tiveram um contributo significativo a longo prazo. Estas decisões incluíam a abertura de uma frente diplomática, a concentração nas Nações Unidas e no direito internacionalmente reconhecido à autodeterminação de Timor-Leste, trabalhar com Portugal, construir apoios em África com as cinco antigas colónias portuguesas e o grande bloco de votos das Nações Unidas, construir ligações com a sociedade civil do primeiro mundo e com muitas das suas instituições-chave, bem como nomear José Ramos-Horta como representante de Timor-Leste nas Nações Unidas. A contribuição deste último para angariar o apoio da sociedade civil e a consciência mundial acerca de Timor-Leste foi notável e o seu contributo político e estratégico para a Resistência, baseado na sua larga experiência e conhecimento diplomáticos, foi decisivo – quer dentro quer fora do país.

427. O contributo mais importante para a diplomacia da Resistência veio do interior, quando a Resistência foi reconstruída como um movimento inclusivo baseado no conceito de nacionalismo e não na filiação partidária ou na ideologia política, e com um compromisso assumido pela democracia pluralista e os direitos humanos. Esta mudança de orientação política inverteu o destino de Timor-Leste. José Ramos-Horta foi encarregado de encabeçar a sua implementação no exterior. O arranque levou o seu tempo mas, depois, o seu impacto diplomático foi profundo. De uma penada calou as vozes que diziam que a Resistência se limitava à Fretilin e só existia no exterior, aumentou as fileiras da Resistência dentro e fora de Timor-Leste, incluindo na diáspora, integrou algumas políticas significativas da UDT e, finalmente, calou os receios de que Timor-Leste fosse o embrião de uma “Cuba do Sudeste Asiático”. Embora rejeitada por certos sectores, ajudou também a transformar uma Resistência que estava fragmentada, num movimento coeso e integrado sob a liderança de Xanana Gusmão e José Ramos-Horta, os arquitectos conjuntos destas reformas de longo alcance.

428. A Resistência, tanto no interior como no exterior, aprendeu com a amarga experiência e reinventou-se a si própria no sofrimento da guerra e das políticas internacionais. O resultado, em parceria com a sociedade civil, foi um dos movimentos mais bem sucedidos de diplomacia de um povo no século XX.

## 6 Sociedade Civil

### 6.1 Prefácio

429. A presente secção centra-se no contributo da sociedade civil internacional para a luta do povo de Timor-Leste em prol da sua autodeterminação. A sociedade civil acompanhou o povo timorense em cada passo do seu longo caminho rumo à liberdade, mas os esforços que desenvolveu são geralmente ignorados nos relatos das fontes oficiais, ou merecem apenas referências passageiras.\* A presente secção tem por objectivo reconhecer essa notável dádiva de solidariedade, servindo igualmente para informar os timorenses, que, na sua maioria, permaneceram em Timor-Leste durante a guerra, isolados do mundo exterior, acerca da actividade desenvolvida fora de Timor-Leste em defesa do seu direito humano fundamental de decidirem o seu destino. Devido a limitações de espaço, não é possível contar a história em pormenor, nem fazer justiça aos muitos milhares de indivíduos e organizações que participaram no esforço, ao longo do período de 25 anos decorrido entre 1974 e 1999. Cada país merece um estudo por direito próprio. A secção centra-se nos primeiros anos, sobre os quais, em geral, menos se sabe hoje. A sociedade civil indonésia é destacada com menção especial, uma vez que a sua participação exigiu uma coragem excepcional. O contributo da sociedade civil internacional noutros domínios importantes, por exemplo, assistência, refugiados e necessidades humanitárias, não é incluído, embora se reconheça que estes serviços foram muitas vezes essenciais para a sobrevivência e que, sem eles, a autodeterminação não teria significado para muitos timorenses.

#### 6.1.1 Terminologia

430. A Comissão escolheu o termo sociedade civil por quatro razões. Primeira, o termo diferencia este sector de outros sectores-chave que constituem a sociedade democrática, nomeadamente o governo e a área empresarial. O termo reconhece a emergência do ‘terceiro sector’ e o papel independente por este desempenhado, por direito próprio, nos assuntos internacionais. Este foi particularmente importante no contexto de Timor-Leste, uma vez que, durante a maior parte do período de 1974/99, a sociedade civil desempenhou um papel discreto relativamente a Timor-Leste, regra geral contrastante com o papel dos governos e das empresas.† Segunda, o termo é mais abrangente do que expressões como “organização não governamental” (ONG) e “grupo de solidariedade”, frequentemente utilizadas neste contexto mas não suficientemente latas para abrangerem a vastidão e diversidade dos indivíduos, grupos e organizações que participaram no apoio à autodeterminação para Timor-Leste. Terceira, o termo “sociedade civil”, ao contrário de “organização não governamental” (ONG), têm um conteúdo positivo e representa o empenho em construir uma sociedade civil ou civilizada baseada nos valores da paz, dos direitos humanos e da democracia. O termo adequa-se à presente situação porque, a sociedade civil internacional conquistou legitimidade e respeito pela forma como agiu

---

\* O relato oficial feito pelo Governo australiano sobre o papel da Austrália na resolução do problema de Timor-Leste não se refere ao papel da sociedade civil. Ver *East Timor in Transition 1998-2000: An Australian Policy Challenge*, Department of Foreign Affairs and Trade, Canberra, 2001. Jamsheed Marker refere-se de passagem às ONG em *East Timor: A Memoir of the Negotiations for Independence*, McFarland & Company, Inc., London, 2003. No seu relato do acto eleitoral de 1999, Ian Martin, chefe da UNAMET, presta uma generosa homenagem às ONG, mas reconhece que o seu historial não é o objecto do seu livro [*Self-determination in East Timor*, p. 13; versão em português: *Autodeterminação em Timor Leste*, p. 32].

† Segundo o depoimento apresentado por Luísa Teotónio Pereira à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Portugal foi a excepção a esta regra geral, pelo menos nos anos finais. O confronto que caracterizou as relações entre governo e sociedade civil na maioria dos países só se alterou em 1999, depois de a Indonésia e a comunidade internacional aceitarem a realização de um acto de autodeterminação em Timor-Leste. Em público, o sector privado, ou empresarial, não alinhou por nenhum dos lados da questão, embora tirasse partido das relações comerciais com a Indonésia, que aumentaram de forma impressionante durante o governo de Suharto. Não houve qualquer movimento cívico de apoio a Timor-Leste em países como a antiga URSS ou a China, porque a existência de uma “terceiro sector” não é reconhecida nos sistemas socialistas.

em defesa de Timor-Leste, promovendo valores essenciais e, regra geral, agindo de maneira não violenta, de acordo com a lei e através da lei.<sup>\*</sup> Última, o termo sociedade civil é recomendável, uma vez que foi oficialmente adoptado pela Organização das Nações Unidas e assinala uma mudança muito importante na maneira de pensar a nível internacional. Nos círculos oficiais, existe um reconhecimento crescente de que a sociedade civil tem um papel a desempenhar na governação global e que o trabalho das Nações Unidas deixou de pertencer exclusivamente aos governos.<sup>†</sup> A experiência de Timor-Leste é testemunho da sensatez de não deixar tudo nas mãos de governos. Como o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, reconheceu em Díli, em Maio de 2002, o contributo da sociedade civil foi decisivo para o papel desempenhado pela ONU na resolução do conflito em Timor-Leste.

## 6.2 Sociedade civil internacional

431. O relato que se segue, centrado no papel da sociedade civil internacional em apoio dos direitos políticos de Timor-Leste, divide-se em cinco fases. À semelhança da história de Timor-Leste, começa e termina em pontos altos, descendo às profundezas do fracasso e do desespero no meio de ambos.

### 6.2.1 Primeira fase: Começos e primeiros desafios, 1974/78

432. Embora a descolonização de Timor-Leste começasse, no plano dos princípios, em 1960,<sup>‡</sup> a sociedade civil internacional só se mostrou verdadeiramente interessada na questão em 1974, ao reagir à cobertura mediática e às pressões exercidas pelos activistas timorenses e, sobretudo, pelos representantes da Fretilin. A sociedade civil internacional pode ser justamente criticada por não se ter interessado mais cedo pela questão, em resposta quer à iniciativa da ONU quer ao estado lamentável da situação no Timor Português durante os regimes de Salazar e de Caetano. De igual maneira, a sua reacção atrasada significa que não pode ser acusada de ter fabricado o tema, por motivos políticos ulteriores, como muitas vezes se alegou. A sociedade civil internacional desenvolveu-se e agiu em resposta às iniciativas dos timorenses e não o contrário.

433. A invasão indonésia foi condenada por indivíduos e organizações em vários países, incluindo o Canadá, o Japão,<sup>§</sup> a Nova Zelândia, a França, a Alemanha e os Estados Unidos da América. Nessa época, contudo, os principais centros de actividade organizada da sociedade civil eram Portugal, a Austrália e o Reino Unido.

434. A sociedade civil portuguesa acolheu de braços abertos a Revolução dos Cravos, em 1974, bem como a decisão tomada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) de descolonizar, democratizar e desenvolver, quer a sociedade portuguesa quer as províncias ultramarinas. A própria sociedade civil beneficiou dessas mudanças políticas, após decénios de marginalização, sob a égide de sucessivas ditaduras. Para muitas pessoas, a democracia e a descolonização estavam interligadas. “Uma nação não pode ser livre enquanto oprimir outras nações” era uma palavra de ordem comum, antes e depois do 25 de Abril. Os portugueses que haviam vivido e trabalhado em Timor-Leste, bem como os que tinham desenvolvido acção para pôr fim à ditadura e ao colonialismo portugueses, sentiam um forte sentido de responsabilidade relativamente ao

---

<sup>\*</sup> Uma excepção polémica foi o desarmamento de um caça de combate britânico *Hawk*, realizado por quatro mulheres activistas em Janeiro de 1996 [ver secção adiante, referente aos momentos de viragem 1991/1998].

<sup>†</sup> Embora incentive a parceria, a ONU continua a ser, no essencial, uma assembleia de Estados, não tendo quaisquer planos para conceder às organizações da sociedade civil um lugar, ou direito de voto, na Assembleia Geral.

<sup>‡</sup> A Organização das Nações Unidas reconheceu pela primeira vez o estatuto de Timor-Leste como colónia com o direito à independência em 1960.

<sup>§</sup> Por exemplo, realizaram-se manifestações de protesto frente a instalações representativas do governo indonésio em Tóquio e Osaka [Irmã Monica Nakamura, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004].

povo timorense. O Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) foi fundado em Setembro de 1974 para promover a descolonização, incluindo a autodeterminação e a independência de Timor-Leste. O CIDAC contribuiu para a criação da Associação de Amizade Portugal-Timor Leste, cuja existência foi curta, e, em 1981, para a criação da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), que se tornou a principal organização de solidariedade em Portugal até à sua dissolução, em 2002.

435. No entanto, apesar de as relações com Timor-Leste serem antigas e datarem de há 400 anos, de uma língua comum e da presença de timorenses em Portugal, durante este período inicial a sociedade civil enfrentou muitos desafios, a nível governamental e comunitário, relativamente a Timor-Leste. Entre esses desafios, contam-se a ignorância da opinião pública sobre Timor-Leste, a agitação em Portugal resultante de alterações políticas radicais, após 48 anos de ditadura, a concentração de preocupações com as colónias africanas portuguesas e as divergências de opinião sobre o futuro de Timor-Leste, agravadas pelas divergências entre a Fretilin e a UDT. Luísa Teotónio Pereira, Coordenadora da CDPM durante 19 anos, depôs o seguinte perante a Comissão:

*A ignorância real sobre a história e cultura timorenses, o contexto geoestratégico do território e a sua distância relativamente à metrópole, bem como o sigilo das negociações entre Portugal e a Indonésia, contribuíram para manter o debate sobre Timor num plano inferior, sobretudo ideológico e com pouco valor prático. Os cidadãos portugueses que então se interessavam pelos direitos do povo timorense não foram capazes de impor, aos poderes políticos da época, mudanças estratégicas fundamentais que poderiam ter acabado por alterar os acontecimentos, por exemplo, reforço da presença e acção de Portugal e internacionalização do problema.*<sup>236</sup>

436. Conscientes da sua responsabilidade especial, por partilharem uma língua comum com a Resistência de Timor-Leste, alguns grupos da sociedade civil investiram fortemente na divulgação de informação baseada nos timorenses e noutras fontes, incluindo o trabalho de notáveis jornalistas portugueses, como Adelino Gomes. No entanto, devido aos enormes desafios acima referidos, foram precisos vários anos até que a sociedade civil portuguesa fosse capaz de maximizar o seu contributo.

437. A Austrália foi o principal centro de apoio da sociedade civil internacional a Timor-Leste durante este período. Na qualidade de maior vizinho democrático de Timor-Leste, logo a partir de 1974 o país foi eleito alvo dos partidos políticos timorenses, em particular a Fretilin, que buscavam apoio oficial e da sociedade civil para os respectivos partidos e programas. Quando se deu a invasão indonésia, Timor-Leste encontrava-se na agenda de prioridades de um amplo leque de organizações e indivíduos na Austrália, incluindo universitários, activistas dos direitos humanos, jornalistas, políticos, organizações de ajuda humanitária, igrejas, soldados regressados, estudantes e sindicalistas, muitos dos quais já tinham feito visitas ao território.

438. Os alicerces do empenhamento diverso e duradouro da sociedade civil australiana em Timor-Leste foram construídos nesta época. Este facto pode comprovar-se se fizermos um breve

---

\* Alguns antigos soldados australianos que combateram contra o Japão em Timor-Leste, recebendo protecção e apoio dos timorenses durante a Segunda Guerra Mundial, estavam plenamente convencidos de que a Austrália tinha para com os timorenses uma dívida moral devido aos sacrifícios feitos em prol da Austrália, devendo por isso apoiar a autodeterminação. Os ex-comandos Cliff Morris e Paddy Kenneally foram alguns dos que apoiaram publicamente este ponto de vista, no entanto, preocupados com o alastramento do comunismo, nem todos os seus colegas concordaram com eles.

inventário de algumas destas primeiras associações, muitas das quais contribuíram igualmente para a criação de um apoio regional e internacional a longo prazo em prol de Timor-Leste.

439. Parlamentares australianos visitaram Timor-Leste por duas vezes em 1975 e formaram um pequeno mas sólido grupo de apoio a Timor-Leste em Canberra, desafiando as políticas antitimorenses dos sucessivos governos. Um deles, o deputado Ken Fry, do Partido Trabalhista, prestou depoimento no Conselho de Segurança da ONU, em Abril de 1976, e foi o principal apoiante de Timor-Leste no Parlamento Nacional australiano. O seu colega Gordon McIntosh mostrou-se igualmente activo no Senado australiano, revelando-se decisivo na mobilização da sociedade civil neozelandesa. As Audições sobre Timor-Leste no Congresso dos EUA, em 1977, despoletaram por iniciativa de parlamentares australianos, liderados por Tom Uren, que prestara serviço militar em Timor Ocidental durante a Segunda Guerra Mundial.

440. As organizações de ajuda humanitária australianas prestaram assistência em resposta à guerra civil de 1975. Entre elas, destaca-se o Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA), uma associação composta por cerca de 70 ONG nacionais, que iria desenvolver actividade pública em prol da autodeterminação durante os 24 anos seguintes, no país e no estrangeiro. O padre jesuíta Mark Raper, um dos membros da delegação do ACFOA, promoveu o apoio a Timor-Leste em redes de justiça social na Austrália e na Ásia, reforçando o forte apoio à autodeterminação defendido pela Comissão Católica para a Justiça e Paz. As organizações de assistência humanitária australianas, entre as quais a *Australian Catholic Relief and Community Aid Abroad*, financiaram a visita a Portugal, em Janeiro de 1977, de James Dunn, que ali entrevistou refugiados que haviam deixado Timor-Leste após Agosto de 1976. O seu relatório revelou-se decisivo, ao confirmar as afirmações feitas pela Fretilin de que as forças armadas indonésias estavam a perpetrar violações de direitos humanos.

441. A Austrália foi o destino dos primeiros refugiados timorenses da guerra civil, o que, com o tempo, reforçou em muito a campanha em prol de Timor-Leste realizada na Austrália e na região. Os cinco observadores estrangeiros que assistiram à Declaração de Independência da Fretilin, proclamada em Novembro de 1975, eram australianos: os jornalistas Michael Richardson, Jill Jolliffe e Roger East, o presidente da organização *Community Aid Abroad*, David Scott, e o antigo soldado Sam Kruger. Jill Jolliffe tornar-se-ia uma autoridade internacional em assuntos de Timor-Leste e as suas reportagens foram publicadas nos meios de comunicação internacionais ao longo de todo o período de ocupação. Três dos seis jornalistas de órgãos de comunicação social sediados na Austrália e que foram assassinados em Timor-Leste antes dos finais de 1975 eram cidadãos australianos. O seu destino tornou-se causa central na Austrália. A esposa de um destes jornalistas, Shirley Shackleton, e o irmão de outro deles, Paul Stewart, serviram-se muitíssimo bem dos meios de comunicação social e tornaram-se identificados com a causa de Timor-Leste a nível nacional. A questão de Timor foi ganhando apoios nos meios sindicais e provocou boicotes à exportação de bens para a Indonésia e levou, em Abril de 1976, à visita a Jacarta, do presidente do Conselho dos Sindicatos Australiano (ACTU), Bob Hawke, e do seu colega Jim Roulston, que pressionaram no sentido de ser realizado um inquérito integral às mortes dos jornalistas em Balibó. As organizações de solidariedade australianas existentes há mais tempo, a *CJET* (Campanha por um Timor Leste Independente) e a *AETA* (Associação Austrália/Timor Leste), foram fundadas nesta época, após visitas a Timor-Leste feitas pelos seus fundadores. A *CJET* foi criada em Sydney, em Novembro de 1974, por Denis Freney (1936/95), sendo acompanhada por várias organizações homólogas no Reino Unido, em diversas cidades australianas (Adelaide, Canberra, Darwin, Newcastle, Wollongong) e, mais tarde, na Nova Zelândia. A *AETA*, através de David Scott, ajudou a organizar a primeira missão da Fretilin na ONU, em Dezembro de 1975. Após a invasão indonésia, a *CJET* tornou-se o principal canal de informação sobre a ocupação e a resistência, através da ligação de rádio da Fretilin baseada em Darwin e das publicações da Agência Noticiosa de Timor Leste. Foi também responsável por

---

\* A Rádio Maubere tornou-se o único elo de ligação directo da Resistência ao exterior, depois de as forças armadas indonésias terem vedado o território ao exterior. As emissões da Fretilin sobre a guerra em Timor-Leste eram escutadas em Darwin e divulgadas pela *CJET* aos representantes da Fretilin no estrangeiro, à ONU, aos grupos de apoio, aos meios

“Ilha de Medo, Ilha de Esperança” (“Isle of Fear, Isle of Hope”), o primeiro filme em língua inglesa sobre a luta de Timor-Leste, realizado em 1975. No seu depoimento à Comissão, David Scott referiu-se às tentativas desesperadas feitas para romper o embargo a Timor-Leste, em 1976, entre as quais um desembarque fracassado de australianos, vindos de barco de Darwin.

442. No Reino Unido, a actividade da sociedade civil foi mais reduzida que em Portugal ou na Austrália. As ligações britânicas com Timor-Leste eram praticamente inexistentes, quando comparadas com a Austrália e com Portugal. O território era muito distante e não havia qualquer comunidade timorense no Reino Unido para dar testemunho dos acontecimentos. Além disso, embora dois cidadãos britânicos se encontrassem entre os cinco jornalistas, a trabalhar para órgãos de comunicação social sediados na Austrália, assassinados em Balibó em Outubro de 1975, desde o início que a política do Governo britânico consistiu em distanciar-se da questão de Timor-Leste para diminuir as possibilidades de pressão pública no sentido de condenar a Indonésia. Baseado na sua ancestral relação com Portugal, mantivera o mesmo comportamento discreto durante os anos finais da administração portuguesa do território (ver neste subcapítulo a secção relativa ao Governo britânico).

443. Apesar deste enquadramento difícil, duas organizações da sociedade civil dedicaram-se ao assunto. O seu trabalho e o de outras organizações eclesíásticas mais tarde criadas, transformou o Reino Unido, na época, num fundamental centro internacional de apoio a Timor-Leste. As organizações pioneiras foram a *BCIET* (Campanha Britânica por um Timor Leste Independente) e a *Tapol* (Campanha Britânica pela Libertação dos Prisioneiros Políticos Indonésios).<sup>†</sup> A *BCIET* formou-se em 1974, fazendo parte da rede da *CIET* de Denis Freney, e liderou o movimento de solidariedade no Reino Unido até 1979. Um dos seus principais papéis consistiu em divulgar no Reino Unido a informação recebida da Fretilin através de Denis Freney. John Taylor e Dave Macey, membros-chave da organização, desenvolveram colaboração estreita com a *Tapol* e criaram laços importantes e duradouros com círculos eclesíásticos, académicos e políticos. Mais tarde, John Taylor escreveu dois livros sobre Timor-Leste e contribuiu para várias outras publicações.

444. Criada em Junho de 1973, a *Tapol* elaborou relatórios sobre Timor-Leste com regularidade, a partir de 1974. Depois de a *BCIET* se ter extinguido, a *Tapol* ajudou a manter viva a questão no Reino Unido, até que várias organizações de base eclesíástica pegaram na campanha, antes que ela se extinguisse, e criaram a Coligação Britânica para Timor-Leste no início da década de 1980. A princípio, a campanha da *Tapol* centrava-se na publicação do seu boletim informativo, cuja regularidade, longevidade e profissionalismo eram a inveja dos outros activistas e cujo especial contributo era a reportagem baseada em fontes indonésias. A *Tapol* e o seu boletim informativo muito ficaram a dever à iniciativa e dedicação de Carmel Budiardjo, ela própria uma antiga prisioneira política na Indonésia, e de Liem Soei Liong, um indonésio exilado nos Países Baixos. Em conjunto conseguiram alcançar uma vasta rede internacional, através do boletim informativo e de digressões de conferências itinerantes que, mais tarde, incluiu a própria ONU. Criaram igualmente uma sólida rede de apoio no Reino Unido, com um painel de patronos

---

de comunicação social e aos governos. As transmissões a partir do receptor em Darwin eram realizadas com habilidade e tenacidade pelos membros da Fretilin Tony Belo e Estanislau da Silva e pelos seus apoiantes australianos, dirigidos por Brian Manning, apesar de confiscações periódicas do seu equipamento pelas autoridades australianas. As comunicações secretas da Fretilin tinham de ser descodificadas antes de serem retransmitidas. Esta ligação acabou em Novembro de 1978, quando os militares indonésios tomaram o emissor de rádio da Fretilin a Alarico Fernandes, em Timor-Leste. Em 1985, foi restabelecida durante um curto período de tempo. O relato da actividade de Brian Manning encontra-se publicado em Hal Alexander and Phil Griffiths (Eds.), *A Few Rough Reds*, Australian Society for the Study of Labour History, Canberra, 2003. O relato de Rob Wesley-Smith pode ler-se in Jim Aubrey (Ed.), *Free East Timor*, Random House Australia, Milsons Point, NSW, 1998.

<sup>\*</sup> O Governo australiano confiscou o barco e processou a tripulação por violação das leis aduaneiras. O julgamento durou 12 dias [David Scott, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004].

<sup>†</sup> Em resposta a Timor-Leste e à alteração da situação na Indonésia, a *Tapol* alargou o seu nome para Campanha Britânica para a Defesa dos Prisioneiros Políticos e dos Direitos Humanos na Indonésia, e, a partir de 1986, para Campanha Indonésia dos Direitos Humanos.

distintos, entre os quais dignitários como lorde Avebury, um persuasivo defensor de Timor-Leste em muitos círculos da elite, ao longo de toda a luta.

445. Neste período, a sociedade civil optou por duas abordagens diferentes à questão de Timor-Leste. Na primeira incluíam-se, na sua maioria, grupos de solidariedade que fizeram campanha a favor da independência e da Fretilin. O primeiro grupo de solidariedade a criar-se foi a chamada Campanha por um Timor Leste Independente (*CLET*). Este grupo aceitava que Timor-Leste já tinha determinado o seu estatuto político, reconhecendo a realidade do controlo da Fretilin, identificava-se entusiasticamente com o programa de reformas da Fretilin, compatível com as prioridades políticas e de desenvolvimento progressistas,<sup>\*</sup> e rejeitava a ideia de que o território ficaria melhor sob o regime de Suharto. Este alinhamento manteve-se durante os primeiros anos de ocupação, enquanto a Fretilin controlou o território e manteve contacto radiofónico com o mundo exterior, mas alargou-se de maneira a incluir o apoio à autodeterminação quando a Fretilin procedeu a essa mudança estratégica. Esta solidariedade não esmoreceu com as reais ou alegadas violações de direitos humanos cometidas pela Fretilin. Nessa época, a maioria não sabia destes excessos, ou entendia que as acusações feitas pelos indonésios e pelos timorenses que os apoiavam eram exageradas, ou politicamente motivadas.

446. Outros sectores da sociedade civil preferiram uma abordagem baseada mais na autodeterminação como princípio dos direitos humanos do que na política partidária. Pelo menos em termos de políticas, mostravam-se abertos à integração futura de Timor-Leste na Indonésia, desde que esta resultasse de um processo correctamente conduzido, e distanciaram-se da Fretilin e do movimento de solidariedade. A maior parte das entidades incluídas nesta categoria eram ONG eclesiais estabelecidas, do desenvolvimento e dos direitos humanos, regendo-se por políticas bem definidas. Eram menos flexíveis que os grupos de solidariedade, mas muitas vezes faziam uma avaliação mais perspicaz da forma de gerir a componente política da questão, sobretudo durante este período, em que a Guerra Fria estava no auge. A sua independência também os poupou do envolvimento nas amargas disputas ideológicas e problemas organizativos observados em alguns sectores do movimento de solidariedade durante os primeiros anos. Embora independentes, não se opunham à Fretilin nem às entidades de solidariedade para com a Fretilin, colaborando frequentemente com ambas e procurando-as a solicitar informação.

447. Figura típica desta abordagem era o antigo cônsul australiano em Timor-Leste, James Dunn, cujo conhecimento aprofundado de Timor-Leste influenciou fortemente a percepção pública sobre a matéria em muitos círculos. Fazia suas as palavras de muitas pessoas, ao dirigir-se nos seguintes termos a José Ramos-Horta (Fretilin) e a Domingos de Oliveira (UDT), a 18 de Setembro de 1974:

---

<sup>\*</sup> Entre outros universitários que promoveram a Fretilin e as suas políticas públicas relativas à reforma da educação, da economia e de outros sectores, merecem destaque António Barbedo de Magalhães, Helen Hill e John Taylor. Helen Hill, que visitou Timor-Leste antes da tomada indonésia, escreveu a sua tese de doutoramento sobre a Fretilin, que continua a ser o único estudo feito sobre este partido. Entre os seus outros contributos refira-se *Timor Story*, publicado em 1976 pelo Serviço de Informação de Timor.

Escrevo-lhe uma nota breve – e também a Domingos Oliveira – para dissociar-me dos relatórios segundo os quais a Austrália favorece a integração de Timor na Indonésia. Não pretendo fazer comentários sobre esse relatório, nem sobre qualquer que possa ser a política do Governo australiano a respeito da questão. Mas quero tornar bem claro que, na minha opinião, cabe ao povo timorense decidir qual deve ser o futuro caminho para o seu país, sem obstáculos nem pressões vindas de qualquer entidade externa. Quanto à questão da integração na Indonésia, posso apenas dizer que, aquando da minha visita, fiquei com a impressão de que muito poucos timorenses consideravam ser esta a solução para o seu destino. Se essa situação mudasse e os timorenses decidissem associar-se à Indonésia, é evidente que eu aceitaria e acolheria bem essa decisão. De igual modo, se os timorenses se decidissem a favor da independência, a sua decisão seria por mim muito bem acolhida, em termos pessoais, e gostaria de ajudar à construção do novo Estado de qualquer forma que pudesse. Também respeitaria a decisão do vosso povo se ele entendesse manter a relação com Portugal, se fosse esse o desejo do vosso povo. O desafio é vosso: não cabe à Austrália forçar-vos a optar por determinada direcção, contra os vossos desejos naturais e justamente expressos.

448. Esta abordagem permitiu apelar para um público mais vasto. Foi adoptada, em grande medida, pela Acção pelo Desenvolvimento Mundial (*AWD*), dirigida por Bill Armstrong. Como movimento ecuménico australiano apoiado nas igrejas, a *AWD* serviu-se das suas ligações às organizações de assistência humanitária, activistas da justiça social e Igrejas na Austrália e no estrangeiro, incluindo o Conselho Mundial das Igrejas, para promover Timor-Leste como questão de direitos humanos, não um problema pró-Fretilin nem anti-Indonésia.

449. A *AWD* apoiou a publicação do Serviço de Informação sobre Timor (*TIS*), editado por John Waddingham, um dos activistas mais bem informados sobre Timor-Leste, que fornecia informação e análises credíveis baseadas num conjunto diversificado de fontes de informação, não apenas da Fretilin. Esta abordagem estabelecia uma distinção clara entre os militares indonésios e o povo indonésio, cuja situação muitas pessoas pretendiam ver melhorada, e deixava aberta a porta à criação de ligações com a sociedade civil indonésia, o que viria a suceder, a seu tempo. Possibilitou-se assim, igualmente, a criação de relações com a diáspora timorense em Macau, em Portugal e na Austrália, incluindo com altos dirigentes da UDT<sup>†</sup> que haviam deixado Timor-Leste como refugiados, após a vitória da Fretilin na guerra civil, e se mostravam ressentidos face às pessoas que consideravam pró-Fretilin, embora sem as compreenderem.

---

\* A CAVR tem uma cópia desta carta no seu arquivo. James Dunn foi cônsul da Austrália no Timor Português em 1962/64. Visitou o território em nome do governo australiano entre 17 e 27 Junho de 1974 e em nome do *ACFOA* após a guerra civil. Foi um representante incansável e altamente credível de Timor-Leste ao longo da ocupação, sendo autor de *East Timor: A Rough Passage to Independence*, Longueville Books, 2003. Em 2001 foi agraciado com a Ordem da Austrália e, em 2002, recebeu a condecoração de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique das mãos de Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa.

† Funcionários australianos deram conta de um comentário feito pelo general Benny Murdani, no dia 1 de Dezembro de 1975, de que, “por parte da UDT, havia hostilidade contra os australianos, sobretudo contra o *ACFOA*, os representantes dos meios de comunicação social e, em certa medida, contra a Cruz Vermelha. Quaisquer estrangeiros presentes em Díli corriam o risco de serem confundidos como elementos pró-Fretilin pelas forças da UDT” [Documento 354, Canberra, 2 de Dezembro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 593, n. 4].

450. A AWD deu também apoio a Pat Walsh, que trabalhou em Timor-Leste com John Waddingham antes de integrar-se no ACFOA e aí prestar serviço, até 2000, como investigador principal e defensor dos direitos humanos. Tratou-se de um trabalho diversificado, incluindo a promoção dos direitos humanos na Indonésia e nas relações Austrália-Indonésia. No que respeita a Timor-Leste, essa colaboração centrou-se na autodeterminação, mas também abrangeu trabalho com refugiados, ajuda humanitária e direitos humanos, envolvendo actividade intensa com outras redes e de *lobby* na Austrália e a nível internacional.

451. A diferença de perspectiva de abordagem, contudo, não teve qualquer impacto sobre o Governo indonésio e os seus aliados. Muita gente no governo, nos meios de comunicação social, no mundo empresarial\* e na sociedade civil desvalorizava todos os que levantavam a voz em defesa de Timor-Leste, independentemente do seu alinhamento político, acusando-os de serem pró-Fretilin e anti-Indonésia. O papel destacado no apoio à Fretilin desempenhado pelo Partido Comunista da Austrália contribuiu para reforçar a ideia, promovida pela Indonésia e por alguns membros da Igreja Católica de Timor-Leste, de que a Fretilin era comunista.† Esta questão, além dos debates sobre a viabilidade de um Timor-Leste independente e da importância das boas relações com a Indonésia, dividiu a opinião pública e prejudicou a causa de Timor durante muitos anos. O governo e as entidades que apoiavam a Indonésia, ou que se mantiveram em silêncio, foram acusados de terem as mãos ensanguentadas. Nas palavras de David Scott, a sociedade civil era “tratada com paternalismo, sendo os seus membros rotulados como ‘gente necessitada de atenção’, ‘bem intencionados’, ‘comunistas’, ‘companheiros de viagem’, ‘corações sensíveis’, ‘esquerdistas’, ‘maus australianos’ e, o mais cruel dos rótulos, ‘ingénuos’”.<sup>237</sup>

### 6.2.2 Segunda fase: Crise e novos começos, 1978/83

452. Este foi o período mais difícil e o que maiores desafios levantou aos timorenses e aos seus apoiantes internacionais. 1978 foi um ano de profunda crise. Por volta do final desse ano, a Indonésia havia feito importantes avanços militares, as fileiras da Fretilin haviam sido dizimadas, a Fretilin perdera o seu mais respeitado líder, Nicolau Lobato, e o contacto radiofónico com o mundo exterior cessara. Dezenas de milhares de timorenses tinham morrido de fome, ou renderam-se depois de forçados a sair das montanhas e do território da Fretilin por uma intensa ofensiva militar e por um surto de fome. Em 1983, D. Martinho da Costa Lopes, responsável máximo da Igreja Católica em Timor-Leste e defensor destacado da comunidade timorense, demitiu-se sob pressão e partiu de Timor-Leste. Neste mesmo período, a situação diplomática de Timor-Leste atravessou momentos igualmente difíceis. A ala externa da Fretilin cindiu-se devido a divisões internas graves e a probabilidade de alterar a situação de Timor-Leste na ONU diminuía de ano para ano. Em 1982, Timor-Leste sofreu um “golpe devastador”, nas palavras de José Ramos-Horta, quando uma resolução da ONU, redigida em termos muito moderados, foi aprovada por apenas quatro votos. Um exultante Ali Alatas, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, afirmou às Nações Unidas que o resultado era gratificante e que a Indonésia esperava que a ONU retirasse o assunto da sua ordem de trabalhos no ano seguinte, de uma vez por todas.

453. Esta evolução crítica da situação teve um enorme impacto na moral, e na energia do ânimo do apoio da sociedade civil a Timor-Leste. O fim das transmissões radiofónicas da Fretilin,

---

\* Menos de 12 meses após a invasão, já a Comissão de Cooperação Empresarial Austrália-Indonésia (AIBCC) exercia pressões sobre o Governo australiano para reconhecer plenamente a soberania indonésia em Timor-Leste, no interesse da segurança regional. A Comissão, representativa de 153 empresas australianas, entre as quais o ANZ Bank, o Bank of NSW, a Blue Metal Industries, as Juntas Australianas do Trigo e dos Lactínios e a grande empresa açucareira CSR, argumentava que a continua oposição à incorporação de Timor-Leste pela Indonésia poderia prejudicar as relações entre a Austrália e a Indonésia. “Recognise Takeover: Companies in Approach to Canberra”, *The Age*, 23 October 1976.

† Na Austrália, Bob Santamaria, líder do fortemente anticomunista National Civic Council, aproveitava todas as oportunidades para atacar a Fretilin e aqueles por si descritos, muitas vezes erradamente, como companheiros de viagem dos comunistas. Os seus pontos de vista exerceram muita influência sobre os círculos políticos e eclesiásticos conservadores e foram prejudiciais a Timor-Leste.

aliado às restrições impostas pela Indonésia ao acesso independente ao território, tornaram muito difícil manter o interesse do público e dos meios de comunicação social pela questão, e a sensação de derrota face à contracorrente muitíssimo desfavorável foi profundamente desmoralizadora. Os governos procuraram enfraquecer o empenhamento da sociedade civil, não parando de afirmar que a situação era de “causa perdida” e “irreversível”.<sup>\*</sup> Muita gente argumentou também que a continuação do apoio à questão era irresponsável, porque incentivava a Resistência e contribuía para agravar a perda de vidas humanas e a repressão em Timor-Leste.

454. Embora enfraquecida, em particular na sua capacidade de mobilizar a opinião pública, a sociedade civil manteve-se empenhada. Foi decidido que, mesmo que mais nada fosse possível, a questão deveria ser mantida viva. Esta atitude baseava-se na convicção de que a causa se fundamentava em princípios morais e legais e que a paz sustentável em Timor-Leste só poderia ser garantida através de um processo genuíno de autodeterminação.<sup>†</sup> O comportamento do povo de Timor-Leste constituiu também um factor decisivo. Luísa Teotónio Pereira afirmou perante a Comissão o seguinte:

*Sempre que [em Portugal] os mais cépticos, sobretudo a nível governamental, tentavam justificar as chamadas “medidas ‘realistas’” para “pôr fim ao sofrimento do povo timorense”, a resposta que obtinham era: “Enquanto o povo de Timor-Leste se mantiver em luta, será que fará sentido cedermos a ameaças e a pressões?”<sup>238</sup>*

455. O trabalho de solidariedade prosseguiu. Em 1978, na Nova Zelândia, a *CIET* lançou a campanha de enorme visibilidade, ‘Let Horta Speak’ (‘Deixem Horta Falar’) e forçou o governo a revogar a sua primeira recusa de concessão de um visto.<sup>‡</sup> Durante a década de 1980, nos Países Baixos a sociedade civil colaborou com a Fretilin para interpor acção judicial contra o Governo holandês pela exportação de bens militares (corvetas) para a Indonésia. O tribunal decidiu favoravelmente ao governo, sustentando que nem a República Democrática de Timor-Leste nem a Fretilin tinham estatuto jurídico. Outros grupos na Europa e na Escandinávia esforçaram-se por publicitar a luta de Timor-Leste, protestando contra a falta de acção dos seus governos. Merece destaque a actividade desenvolvida por Michel Robert, através da *Association de Solidarité avec Timor-Oriental*, em França, o trabalho feito por Torben Retbøll na Dinamarca, por exemplo, através do Grupo de Trabalho Internacional sobre Assuntos Indígenas (*IWGIA*), e o trabalho realizado por Klemens Ludwig na Alemanha, para a Sociedade de Apoio aos Povos Ameaçados. Em 1985, os activistas alemães conseguiram que mais de 100 deputados do parlamento apelassem ao ministro da Defesa alemão para levantar a questão de Timor-Leste junto do presidente Suharto, durante a sua visita a Jacarta. O ministro recusou-se e a Alemanha continuou a vender armamento à Indonésia, à semelhança dos Países Baixos, Suécia, França e Reino Unido. Em contrapartida registaram-se progressos no Parlamento Europeu, que aprovou uma série de resoluções e, em 1994, apelou para o reconhecimento do direito de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, bem como para a suspensão de toda a assistência militar e vendas de armamento à Indonésia.

---

<sup>\*</sup> O ministro dos Negócios Estrangeiros neozelandês, B.E. Talboys, constitui um exemplo típico. Num memorando dirigido ao conselho de ministros, após uma visita feita a Timor-Leste em 1978 pelo embaixador Roger Peren e pelo adido de defesa, coronel Macfarlane, o ministro escreveu: “A sua principal conclusão é que a integração de Timor-Leste na Indonésia é irreversível. Isto enquadra-se na minha percepção sobre a matéria. Embora o governo tenha mantido reservas sobre as acções da Indonésia em Timor, creio que nada há a ganhar, muito menos para o povo timorense, em ficar-se agarrado ao passado.” (“Memorandum for Cabinet”, Office of the Minister of Foreign Affairs, Wellington, 8 de Fevereiro de 1978, in NZ, OIA Material, Volume 1).

<sup>†</sup> Por exemplo, o *ACFOA* reconheceu no seu *Development Dossier*, de Julho de 1980, que Timor-Leste “só raramente é mencionado nos meios de comunicação australianos”, mas que “o direito dos timorenses à autodeterminação deve continuar a ser a demanda de base.”

<sup>‡</sup> Ramos-Horta não realizou esta viagem devido à crise da Fretilin em Maputo. Os principais activistas neozelandeses durante este período foram Colin Isles, Harry Bruhns e John Compton.

456. Em 1981, era criada por um grupo de mulheres, na cidade japonesa de Hiroshima, a primeira organização de solidariedade com Timor-Leste na Ásia, liderada por Jean Inglis. Este grupo publicou um boletim informativo em língua japonesa dedicado à autodeterminação de Timor-Leste, com o título *Higashi Chimoru Tsuchin (Boletim Informativo de Timor-Leste)*. Nos EUA, Arnold Kohen, que se envolveu na questão de Timor-Leste depois de ouvir José Ramos-Horta em 1975, centrou o seu trabalho em pessoas-chave de três instituições estrategicamente importantes, sediadas sobretudo em Washington: o Congresso, os meios de comunicação social e a Igreja Católica. Desenvolveu colaboração com membros simpatizantes da causa no Congresso e com os seus assistentes para se organizar uma nova série de Audiências do Congresso, desta vez centradas na resposta dos EUA ao surto de fome de 1978/79.\* Kohen e o padre Reinaldo Cardoso, com a ajuda de Noam Chomsky, conseguiram que o *New York Times* publicasse editoriais de grande impacto contra a Administração Carter. Em 1980, o *Times* apelou aos EUA para que apoiassem a autodeterminação e mantivessem esse apoio. Em 1978, Noam Chomsky depôs em apoio de Timor-Leste perante o Comité Especial de Descolonização da ONU. Publicou numerosos textos sobre Timor-Leste, criticando particularmente a imprensa dos EUA pela sua falta de atenção. Arnold Kohen afirmou à Comissão:

*As palavras de Chomsky sobre este assunto tiveram uma influência real, por vezes indirecta, e a história deverá registar esse facto pois foi um contributo decisivo para ajudar a alterar a situação de ignorância generalizada sobre Timor Leste que então existia nos EUA e noutros lugares.<sup>239</sup>*

457. Arnold Kohen reconheceu igualmente os contributos dados, “durante esta época sombria,” pelo falecido Edward Doherty, consultor de política externa da Conferência Episcopal dos EUA, por David Hinkley, presidente da Secção da Amnistia Internacional nos EUA e por Michael Chamberlain, um dos vários activistas de base deste período, fundador do Comité dos Direitos Humanos de Timor-Leste, que funcionou entre 1979 e 1984.

458. Na Austrália, os grupos da sociedade civil desencadearam um inquérito público conduzido pelo Parlamento australiano em 1982/83. O processo reuniu representantes da comunidade timorense, da Igreja, da Amnistia Internacional, das agências de assistência humanitária, de universidades e de grupos de solidariedade de sete cidades. Carmel Budiardjo, secretária da *Tapol* em Londres, e o professor Roger Clark, da Rutgers University nos EUA, também depuseram. O inquérito forçou o governo a enviar uma delegação parlamentar australiana a Timor-Leste, numa tentativa de neutralizar provas fornecidas por testemunhas.†

459. Os amigos de Timor-Leste também lançaram várias publicações nesta fase. Publicado em 1978, o trabalho pioneiro de Jill Jolliffe *East Timor: Nationalism and Colonialism* foi, durante alguns anos, a principal referência bibliográfica sobre Timor-Leste em língua inglesa. Trabalhando a partir de Portugal, a jornalista publicou também o boletim informativo *Timor Newsletter*, entre 1980 e 1983. Em 1979, a *Tapol* preencheu uma lacuna existente no Reino Unido e nos EUA, publicando *An Act of Genocide: Indonesia's Invasion of East Timor*, da autoria de Arnold Kohen e John Taylor. Em 1980, o *Yale Journal of World Public Order* publicou uma importante monografia da autoria do professor Roger Clark, intitulada *The “decolonisation” of East Timor and the United Nations, norms of self-determination and aggression*. Nascido na Nova Zelândia, Clark era um distinto professor de direito na Rutgers University, nos EUA. A sua erudita contestação das alegações apresentadas pela Indonésia de ter respeitado o direito internacional foram o primeiro contributo especializado nesta matéria. Clark também apresentou

---

\* No depoimento por si apresentado à Comissão, o antigo funcionário da ONU Francesc Vendrell prestou homenagem ao notável êxito alcançado por Arnold Kohen, ao conseguir apoio do Congresso dos EUA a Timor-Leste que se manteve até 1999 [Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Díli, 15 a 17 de Março de 2004].

† Esta delegação, liderada pelo deputado W. L. Morrison, visitou Timor-Leste em Julho/Agosto de 1983.

depoimentos sobre Timor-Leste perante a ONU e outros organismos. Em 1981, o *Osttimor-Kommitten* da Suécia, em Estocolmo, publicou *Det Glomda Kriget (Timor Leste: a Guerra Esquecida)*, texto da autoria de Ollie Tornquist e H. Amahorseja.

460. Esta época de crise obrigou a sociedade civil a ser mais criativa e a diversificar o seu enfoque e rede de contactos, de maneira a manter vivo o interesse pela questão. Sentiu-se que o protesto e a centralização no tema da autodeterminação não bastavam, sobretudo para reagir ao chocante surto de fome de 1978/79, e que os cidadãos e organizações interessados deveriam ser incentivados a relacionar-se com Timor-Leste de novas maneiras, preocupando-se com temas como os direitos humanos, a reunificação de refugiados com as respectivas famílias e a reinstalação, o desenvolvimento e a ajuda de emergência. A intervenção do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), da organização Serviço Católico de Assistência (CRS), da *World Vision* e da *Oxfam-UK* em resposta ao surto de fome foram por isso bem-vindas, embora com prudência, por razões humanitárias e outras, apesar de sérias reservas em particular sobre a maneira como o CRS fez o seu trabalho (para informação detalhada sobre o trabalho do CICV e do CRS, ver subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). Fotografias de vítimas do surto de fome e outra informação não visual, foram igualmente utilizadas para comprovar o impacto da guerra e para mobilizar a opinião pública. Como já se referiu, realizaram-se inquéritos sobre este tema no Congresso e no Parlamento dos EUA e da Austrália, respectivamente.

461. Três novos começos ocorreram durante este período. Todos tiveram consequências positivas a longo prazo e constituíram motivo de esperança no meio da tristeza.

462. Em primeiro lugar, a diáspora timorense tornou-se mais activa, depois de se instalar melhor em Portugal, em Macau e na Austrália. As organizações então criadas vieram desafiar a percepção existente de que só uma minoria de timorenses era nacionalista, acabando por tornar-se uma importante fonte de inspiração e de informação para a comunidade em geral nos respectivos países de acolhimento e no estrangeiro.

463. Em segundo lugar, durante este período assistiu-se ao início da colaboração internacional. Este fenómeno atingiu o auge na década de 1990, mas os seus alicerces foram lançados nesta fase. Um exemplo notável foi a sessão do Tribunal Popular Permanente sobre Timor-Leste, realizada em Lisboa entre 18 e 21 de Junho de 1981. Convocada para tornar o perfil de Timor-Leste mais conhecido durante este período difícil, sobretudo em Portugal, a sessão reuniu líderes da Fretilin, juristas, universitários, políticos, jornalistas, representantes eclesiais e indonésios provenientes de quinze países. A organização portuguesa de solidariedade Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) foi criada nesta fase.

464. Em terceiro lugar, a Igreja Católica de Timor-Leste surgiu como uma voz pública crítica do comportamento dos militares indonésios. Tratou-se de um passo evolutivo de enorme importância política para Timor-Leste, em termos internos e internacionais. De um órgão pouco representativo, com más relações com a Fretilin, a Igreja foi aumentando em número de fiéis, após a invasão indonésia,<sup>\*</sup> e tornou-se uma força política, apesar das divergências no seu interior e das pressões do Vaticano. A sua intervenção compensou os ganhos militares indonésios contra a Fretilin e constituiu um sério revés às expectativas indonésias de que Igreja e Estado colaborariam como parceiros no desenvolvimento da nova província. A Igreja beneficiava igualmente de úteis ligações internacionais, através das suas congregações religiosas e da relação especial com o Vaticano. Apesar das críticas recebidas de alguns quadrantes,<sup>†</sup> os apoiantes internacionais podiam apontar para as suas declarações como prova

<sup>\*</sup> Ver pormenores na secção dedicada ao Vaticano, supra. De acordo com um relatório não publicado da Igreja Indonésia, os católicos baptizados representavam um terço da população, mas logo nos finais de 1976 já a maioria dos timorenses alegava pertencer à Igreja Católica. *Notes on East Timor*, 2 November 1976.

<sup>†</sup> Roger Peren, embaixador da Nova Zelândia na Indonésia, escreveu o seguinte no seu relatório sobre uma viagem a Timor-Leste, em 1978: "Só os membros da hierarquia católica romana, desde o bispo à restante hierarquia, se mostraram abertamente críticos da administração, mas à medida que o tempo foi passando acabámos por confiar cada vez menos nos seus pontos de vista." Numa passagem posterior do mesmo relatório, o embaixador afirmou que a sua

de que a questão de Timor-Leste não estava resolvida e que a Resistência não se limitava à Fretilin. A participação da Igreja veio igualmente conferir legitimidade à questão, para muitas pessoas que antes se haviam mostrado indecisas ou preocupadas com as alegadas ligações comunistas.

465. O testemunho individual de vários sacerdotes que trabalharam em Timor-Leste confirmou esta evolução. Entre outros, merecem referência os antigos missionários portugueses padre Leoneto do Rego e padre Reinaldo Cardoso, bem como os sacerdotes timorenses padre Francisco Fernandes e padre Apolinário Guterres. Os seus depoimentos, apresentados em vários fóruns internacionais, foram reforçados pelas visitas internacionais de D. Martinho da Costa Lopes à Oceânia, à América do Norte, ao Japão e à Europa depois da sua partida de Timor-Leste, organizadas e financiadas por grupos da sociedade civil, durante as quais deu ênfase à autodeterminação. No seguimento da visita de monsenhor D. Martinho da Costa Lopes ao Japão, o bispo D. Aloisius Soma incluiu Timor-Leste nas prioridades do Conselho Católico para a Justiça e Paz do Japão e, em 1987, nomeou a irmã Monica Nakamura encarregada dos assuntos de Timor-Leste. John Taylor e Arnold Kohen informaram a Comissão que as visitas do monsenhor ao Reino Unido e aos EUA “foram extremamente eficazes” porque mostraram que a Indonésia fracassara na sua tentativa de conquistar o apoio da maioria dos timorenses, confirmando que os diplomatas de Timor-Leste eram amplamente representativos da opinião maioritária prevalecente no território.<sup>240</sup> O efeito prático foi o seguinte: após vários anos de hesitação, a Igreja internacional dirigiu-se ao encontro da Igreja timorense, num programa conjunto de acção de defesa de Timor-Leste. Esta união de esforços viu-se ainda mais reforçada com a participação de alguns timorenses em importantes órgãos da Igreja Protestante na Europa, na América do Norte, na Ásia e na Oceânia, apesar de divergências com a Igreja Protestante indonésia relativamente à questão.

### **6.2.3 Terceira fase: Reconstrução do apoio da sociedade civil, 1983/91**

466. Apesar da experiência vivida pela Resistência de quase morte, conseguiu sobreviver ao *Anschluss da Indonésia*.<sup>\*</sup> A característica principal desta fase foi a reconstrução da Resistência no interior de Timor-Leste, levada a cabo por Xanana Gusmão, a sua emergência como líder da Resistência e a transformação progressiva desta num amplo movimento nacionalista em que todos os segmentos da sociedade, e não só a Fretilin e as forças armadas, desempenhavam o seu papel. Durante esta fase, surgiu igualmente outro líder: D. Carlos Filipe Ximenes Belo, nomeado chefe da Igreja Católica em 1983 e que se tornou num forte defensor da autodeterminação e uma inspiração para a sociedade civil internacional. Três importantes acontecimentos, ocorridos no final deste período, favoreceram indirectamente a demanda de Timor-Leste pela autodeterminação. Foram eles, a decisão do Presidente Suharto de abrir o território, o fim da Guerra Fria e a visita do Papa João Paulo II, o único líder mundial a visitar Timor-Leste durante o conflito.

467. As mudanças operadas por Xanana Gusmão levaram tempo a amadurecer, mas o resultado prático foi o reforço da Resistência no interior e, também, na frente diplomática, na diáspora timorense e na sociedade civil internacional. Em 1983, após uma proibição de entrada por parte do Governo australiano, uma delegação de dirigentes da Fretilin fez uma visita bem sucedida à Austrália e falou perante uma assembleia de 1500 pessoas de todas as proveniências em Melbourne, organizada pela Associação Austrália/Timor Leste. José Ramos-Horta continuou a viajar com frequência, incentivando apoios em todos os países por si

---

visão negativa do clero talvez ficasse a dever-se a “um certo descontentamento, uma vez que já não beneficiam da posição privilegiada que tinham sob o regime português” [Parágrafos 8 e 86, 13 de Janeiro de 1978, NZ, OIA Material, Volume 1].

<sup>\*</sup> O austríaco Kurt Waldheim, Secretário-Geral da ONU, utilizou este termo para descrever as acções da Indonésia em Timor-Leste. O termo remete para a invasão da Áustria por Adolf Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial. [ver *British Foreign Office memo*, 15 de Maio de 1976, em documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 4].

visitados.\* Apoiados e, por vezes, orientados por grupos da sociedade civil, outros timorenses começaram igualmente a dedicar-se a actividades de pressão política a nível internacional.†

468. Na qualidade de novo responsável máximo da Igreja Católica, agora representativa da maioria, os pontos de vista do bispo D. Ximenes Belo revelaram-se influentes nos círculos da sociedade civil internacional. Manteve a política seguida por D. Martinho da Costa Lopes de exprimir em público as suas preocupações pelos direitos humanos, embora insistindo com maior clareza na necessidade de identificar uma solução de longo prazo (ver pormenores na secção supra sobre o Vaticano). A sua convicção de que a autodeterminação era essencial para pôr fim ao conflito e às violações dos direitos humanos incentivou muitos apoiantes de Timor-Leste no estrangeiro discordantes da opinião dos respectivos governos, segundo os quais os direitos humanos do povo timorense podiam ser defendidos na ausência de uma solução política.

469. Esta fase foi decisiva para o reforço e crescimento de novas redes nacionais e internacionais. Victor Scheffers (Comissão Católica para a Justiça e Paz dos Países Baixos) e Robert Archer (Instituto Católico para as Relações Internacionais, em Londres) criaram o Fórum de Consulta Cristã sobre Timor Leste, que se transformou num importante fórum de debate anual para as igrejas e as organizações da sociedade civil, em particular na Europa. No Japão, grupos de cidadãos desenvolveram trabalho para contrariar o silêncio a que Timor-Leste fora votado nos meios de comunicação social e círculos académicos, parlamentares, confessionais e oficiais japoneses. Esses grupos trouxeram José Ramos-Horta ao Japão em 1985 e D. Martinho da Costa Lopes no ano seguinte. Colaboraram com parlamentares japoneses, encabeçados por Satsuki Eda, constituindo o Fórum dos Membros da Dieta por Timor Leste em 1987, visitando Timor Leste e apresentando petições nas Nações Unidas. Graças ao trabalho de activistas como Aki Matsuno e Kiyoko Fukusawa, em 1988 formou-se a Coligação Timor Leste Livre, que cresceu até abranger cerca de 40 grupos de todo o Japão. Em 1995, a sociedade civil contribuiu para que o Japão se afastasse da sua rígida posição a favor da Indonésia e passasse a apoiar o processo de Timor-Leste na ONU.

470. Em Novembro de 1987, a organização Cristãos em Solidariedade com Timor-Leste (CISSET) organizou o primeiro debate sobre Timor-Leste da sociedade civil na região Ásia-Pacífico. Realizado nas Filipinas, sublinhou a necessidade de assegurar a participação dos timorenses na busca de uma solução política. No Canadá, no seguimento do trabalho desenvolvido de início pelo *Canada Asia Working Group* e pelo *Indonesia East Timor Program*, foi criada em 1986 a *East Timor Alert Network (ETAN)*, por iniciativa de Elaine Briere. Tratou-se de uma das poucas organizações que resolveu investigar a responsabilidade do sector privado relativamente aos direitos humanos em Timor-Leste. Em 1997, a *ETAN* produziu um vídeo, “*The Sellout of East Timor*”, onde se teciam duras críticas às ligações comerciais do Canadá com a Indonésia. As impressionantes fotografias de Timor-Leste tiradas por Briere em 1974 foram utilizadas pelas organizações de muitos países.‡ Os grupos de solidariedade na Europa acrescentaram outra dimensão à sua campanha ao alargarem a sua rede de maneira a incluir a Campanha Contra o Comércio de Armas (CAAT).§ Em 1988 era criada a rede internacional Parlamentares por Timor-Leste (*PET*) que, no seu auge, chegou a ser formada por 900

---

\* Por exemplo, José Ramos-Horta visitou o Japão em Março de 1985, a convite de grupos de cidadãos japoneses, tornando-se o primeiro timorense a apresentar a questão de Timor-Leste diante do público japonês [Irmã Monica Nakamura, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Díli, 15 a 17 de Março de 2004].

† Vejam-se os exemplos das visitas à região do Pacífico, feitas por Agio Pereira, Abel Guterres e Mimi Ferreira e, em 1985, a deslocação de Emília Pires e Inês de Almeida à Conferência Mundial das Mulheres em Nairobi.

‡ Os activistas timorenses Abe Barreto e Bella Galhos acrescentaram uma importante dimensão timorense ao trabalho de solidariedade no Canadá, quando desertaram de um programa mundial de juventude realizado no Canadá e aderiram à campanha da *ETAN* entre 1994 e 1999.

§ A CAAT foi criada em Londres em 1974 para pôr fim ao comércio internacional de armamento, em particular aos subsídios e apoios governamentais à exportação de armas para regimes opressores envolvidos em conflitos armados. Procurou denunciar as relações das forças armadas ocidentais com a Indonésia, que permitiram ao governo de Suharto manter-se no poder e negar a autodeterminação a Timor-Leste.

parlamentares em 40 países. A *PET* foi responsável por várias iniciativas, incluindo exposições ao Secretário-Geral da ONU sobre o destino de Timor-Leste e a recomendação de timorenses para o Prémio Nobel da Paz.\*

471. Neste período surgiram várias fontes de informação novas, que vieram aumentar em muito os materiais até então disponíveis sobre Timor-Leste. Entre elas, *Timor-Leste: Mensagem aos vivos*, de António Barbedo de Magalhães (Portugal, 1983); *Timor: A People Betrayed*, de James Dunn (Austrália, 1983); *Em Timor-Leste, a Paz é Possível* (Boletim informativo em português, produzido por Jean Pierre Catry, 1983/91); *East Timor: The Struggle Continues*, editado por Torben Retbøll (Copenhaga, 1984); *Timor: Past and Present*, de Finngeir Hiorth (Noruega, 1985); *The War Against East Timor*, de Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong (Reino Unido, 1984); *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*, de José Ramos-Horta (EUA, 1987); *Timor Link*, revista trimestral produzida pelo Instituto Católico para as Relações Internacionais (CIIR), fundada em 1985 por Robert Archer e posteriormente editada por John Taylor e Catherine Scott; *The Shadow over East Timor*, vídeo de Denis Freney, James Kesterven e Mandy King (Sydney, 1987); *Buried Alive: The Story of East Timor*, vídeo de Gil Scrine, Fabio Cavadini e Rob Hibberd (Sydney, 1989); *Descolonização de Timor: Missão impossível*, de Mário Lemos Pires (Portugal, 1991); *Timor-Est, le genocide oublié*, de Gabriel Defert (Paris, 1992). A Amnistia Internacional e a então recém-criada organização *Human Rights Watch*, sediada em Nova Iorque, publicaram igualmente diversos relatórios sobre Timor-Leste, ao longo deste período. As duas organizações mantinham a neutralidade quanto à questão da autodeterminação, embora depusessem perante o Comité de Descolonização da ONU. Os seus relatórios independentes e altamente qualificados foram considerados mais credíveis que os desmentidos oficiais da Indonésia e confirmaram, para muitas pessoas da sociedade civil, a necessidade de resolver adequadamente o conflito através de um processo autêntico de autodeterminação.†

472. Durante este período, a sociedade civil atribuiu atenção crescente à ONU. Preocupadas com o destino de Timor-Leste, depois de, em 1982, a votação na Assembleia Geral da ONU ter sido ganha por pouquíssimos votos, 20 a 25 ONG internacionais passaram a visitar todos os anos o Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas, em Nova Iorque, apresentando petições em apoio da autodeterminação.‡ Poucos assuntos da ordem trabalhos do Comité, talvez mesmo nenhum, mereceram tanta atenção por parte da sociedade civil. Na reunião de 1986, os requerentes levavam consigo o especialista em assuntos indonésios Professor Benedict Anderson da Universidade de Cornell e Elizabeth Traube, especialista na cultura de Timor-Leste, e incluíam desde as grandes ONG como a *Asia Watch* até aos pequenos grupos de solidariedade, de orçamento apertado, mas profundamente empenhados, como o *Hobart East Timor Committee* da Austrália.

---

\* A organização Parlamentares por Timor-Leste (*PET*) foi inicialmente presidida por Iorde Avebury, que também era presidente do Grupo Parlamentar Multipartidário dos Direitos Humanos, do Parlamento Britânico. O apoio de secretariado era assegurado por Sharon Scharfe, no Canadá.

† No seu depoimento à Comissão, Ian Martin exprimiu o seu apreço pelos investigadores da Amnistia Internacional que trabalharam sobre Timor-Leste durante a ocupação indonésia, a saber, Anthony Goldstone, Sidney Jones, Geoff Robinson e Kerry Brogan [Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004]. Sidney Jones colaborou mais tarde com a organização *Human Rights Watch*, elaborando vários relatórios importantes sobre Timor-Leste. A importância do trabalho desenvolvido por estas organizações pode constatar-se nas acusações que lhe eram dirigidas pelo Governo indonésio, afirmando que as suas queixas eram falsas e motivadas por razões políticas [ver carta dirigida do ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia ao Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, de 2 de Novembro de 1994, in Krieger, p.231].

‡ Em depoimento à Comissão, o antigo funcionário da ONU Francesc Vendrell afirmou ter promovido a ideia de incentivar as ONG internacionais a apresentarem petições ao Comité Especial de Descolonização da ONU [Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre *Intervenientes Internacionais e Direito à Autodeterminação*, 15 a 17 de Março de 2004]. Esta prática foi incentivada por José Ramos-Horta e, em 1991, era coordenada pela Federação Internacional por Timor-Leste (*IFET*), organização concebida por Kan Akatani, um diplomata japonês reformado que representava o Conselho Católico para a Justiça e Paz do Japão.

473. As ONG reforçaram igualmente o seu contributo para a Comissão dos Direitos Humanos da ONU em Genebra, quer na sua Subcomissão para as Minorias quer no seu debate anual sobre autodeterminação. Este esforço não era retribuído, uma vez que poucos governos se referiam a Timor-Leste nas suas declarações, nem gostavam de ser abordados na cafeteria. Além disso, os representantes da sociedade civil tinham de aguentar as críticas que lhes eram dirigidas pelo Governo indonésio diante da comunidade internacional por apresentarem queixas sem fundamento com base em objectivos políticos. A representação da sociedade civil variava de ano para ano. Na sessão da Subcomissão para as Minorias, em 1987, as ONG que intervieram em favor de Timor-Leste foram a *Pax Romana*, a *Pax Christi International*, o *National Aboriginal and Islander Legal Service* e os *Human Rights Advocates*. As intervenções da sociedade civil eram frequentemente exercícios de colaboração baseados em informação fornecida por ONG de diversas partes do mundo. As ONG internacionais credenciadas na ONU sacrificavam por vezes dos seus direitos a usar da palavra para permitirem que os representantes timorenses falassem em seu nome, ou davam financiamento. A *Community Aid Abroad* (CAA) e o Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA) financiaram a participação de José Ramos-Horta na Subcomissão da ONU em Agosto de 1991. Essa intervenção fez com que o Relator Especial da ONU para a Tortura visitasse Timor-Leste nesse ano.

474. Durante este período, instituições de vulto começaram a questionar o regime de Suharto. Relatórios críticos da riqueza e das políticas antidemocráticas de Suharto foram publicados na imprensa ocidental, antecipando a visita do presidente dos EUA Ronald Reagan à Ásia em 1986, denominada “Winds of Freedom” (Ventos de Liberdade). A Indonésia retaliou, proibindo a entrada aos meios de comunicação social responsáveis, o que gerou mais polémica e reforçou a posição das vozes críticas. Nessa época, mais de 100 membros do Congresso dos EUA exerceram pressões junto do Presidente Ronald Reagan, para que este falasse de Timor-Leste ao Presidente Suharto. Tratou-se de um importante indício do que estava para acontecer, tendo sucedido após longos anos de acção de defesa de Timor-Leste pela sociedade civil, dentro e fora da Indonésia.

475. Em 1989, surgiram várias oportunidades para Timor-Leste e a para a sua rede de apoios internacionais que então se alargava. No dia 1 de Janeiro, o Presidente Suharto autorizou que o território fosse aberto, pela primeira vez desde Dezembro de 1975. As pessoas e organizações da sociedade civil interessadas aproveitaram a oportunidade para visitar Timor-Leste e, apesar das restrições e do perigo, contactar com a Resistência, dar apoio material, actuar como mensageiros nos dois sentidos e estimular de novo o interesse pela questão nos respectivos países. Estima-se que cerca de 3 mil cidadãos estrangeiros tenham visitado o território em 1989/91.<sup>†</sup> Para promover a comunicação, a Associação Austrália-Timor Leste publicou o primeiro dicionário tétum-inglês, escrito por Cliff Morris, um veterano que combateu em Timor na Segunda Guerra Mundial.

476. Um exemplo admirável do aproveitamento destas oportunidades por parte da sociedade civil foi a ousada entrevista realizada em Setembro de 1990 ao líder da Resistência no seu esconderijo das montanhas pelo advogado e sindicalista Robert Domm. Tratou-se da primeira entrevista directa ao líder da guerrilha. Foi transmitida pela *Australian Broadcasting Commission*

---

\* Os artigos publicados na imprensa foram de David Jenkins, “After Marcos, now for the Suharto billions”, *Sydney Morning Herald*, 10 de Abril de 1986, e uma peça da autoria de A.M. Rosenthal no *New York Times* sobre a repressão na Indonésia. A reportagem no *Sydney Morning Herald* causou especial polémica, ao comparar Suharto com o ditador filipino Ferdinand Marcos, então caído em desgraça.

†A ajuda fornecida à Resistência não era militar, sendo composta por medicamentos, máquinas de vídeo e telefones. Quando partiam do território, os visitantes levavam consigo documentos, entrevistas gravadas, fotografias e outros elementos para uso no exterior, inclusive material para os líderes da Resistência no estrangeiro. Alguns relatos podem ser consultados em Kirsty Sword e Pat Walsh (Eds.), “Opening Up”, *Travellers Impressions of East Timor 1989-1991*, *Australia-Timor Leste Association (AETA)*, Melbourne, 1991.

e aumentou de maneira significativa o perfil e estatuto internacionais de Xanana Gusmão.\* O número de timorenses a estudar e a trabalhar na Indonésia aumentou também, devido à abertura de Timor-Leste. Isto permitiu aos nacionalistas, que havia neste grupo, criarem ligações com a sociedade civil indonésia e estabelecerem ligações com os cidadãos de outros países em trabalho ou de visita a Jacarta, entre eles, representantes dos meios de comunicação social.

477. O convidado mais ilustre a deslocar-se ao território depois da sua abertura foi o papa João Paulo II, que visitou Timor-Leste em Outubro de 1989. Ao reconhecer a existência de um conflito em Timor-Leste e a necessidade de uma resolução pacífica para o mesmo, o Papa mostrou o seu desacordo relativamente à maioria dos governos e inspirou os timorenses e os seus apoiantes internacionais. O impacto da sua visita foi extraordinariamente ampliado a nível internacional quando a manifestação, a primeira desde a invasão indonésia, organizada no final da missa por si celebrada em Taci Tolu foi difundida pelos meios de comunicação mundiais. No dia 9 de Novembro de 1989, caía o Muro de Berlim, assinalando simbolicamente o fim da Guerra Fria. Esta queda teve fortíssimas repercussões nos círculos da sociedade civil apoiantes de Timor-Leste e veio cortar pela raiz dois dos principais dogmas utilizados para contrariar os argumentos em prol da autodeterminação por eles propostos, a saber, que a anexação de Timor-Leste pela Indonésia era necessária para conter o avanço do comunismo e que o controlo indonésio do território era irreversível.

#### **6.2.4 Quarta fase: Momentos de viragem (1991/98)**

478. Esta fase revelou-se decisiva na luta de Timor-Leste pela autodeterminação. O período começou com um monumental desastre em matéria de relações públicas para os militares indonésios, i.e. o Massacre de Santa Cruz, seguido da captura de Xanana Gusmão 12 meses mais tarde. Em 1996, o Prémio Nobel da Paz foi outorgado aos dois mais estacados defensores da autodeterminação, o bispo D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos-Horta e, em 1997, o novo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu intensificar os esforços diplomáticos das Nações Unidas. O período terminou com o desmoronamento do governo de Suharto, em Maio de 1998. A sociedade civil deu o seu contributo em cada um destes momentos de viragem, aproveitando-se deles para promover a autodeterminação. Tornaram-se disponíveis durante esta fase novas tecnologias de comunicação que reforçaram consideravelmente a capacidade e o impacto da sociedade civil.

479. Ao contrário de outras atrocidades cometidas em Timor-Leste, o Massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, foi um momento de viragem na opinião pública mundial relativamente ao território. Isso ficou a dever-se à presença de observadores internacionais nesse dia fatídico e à forma como transmitiram a tragédia ao mundo, através da imprensa escrita, da rádio e da televisão. O facto de, entre as pessoas abatidas a tiro, se encontrar um cidadão estrangeiro, Kamal Bamadhaj, contribuiu para a indignação pública, sobretudo na Nova Zelândia, na Austrália e na Malásia.† O vídeo do tiroteio e do terror, filmado com grande risco pessoal por Max Stahl, foi corajosamente retirado de Timor-Leste e levado clandestinamente

---

\* A entrevista também publicitou a oferta, feita por Xanana Gusmão, de conversações com a Indonésia sem condições prévias e sob os auspícios da ONU. A Indonésia rejeitou a oferta, mas esta foi divulgada e promovida pela Campanha "Timor-Leste Talks" que publicou um boletim informativo intitulado *The Missing Peace*. A história do atribulado percurso realizado por Robert Domm através das montanhas, guiado por timorenses, e o texto da entrevista podem ler-se em *East Timor: Keeping the Flame of Freedom Alive*, ACFOA Development Dossier, No 29, Fevereiro de 1991.

† Com pais originários da Nova Zelândia e da Malásia, Kamal Bamadhaj estudava na Austrália nessa época e era activista no apoio ao respeito dos direitos humanos em Timor-Leste. No dia 12 de Novembro, trabalhava como intérprete para Bob Muntz, da *Oxfam-Community Aid Abroad*. Muntz por pouco não foi assassinado e, de regresso à Austrália, prestou um depoimento muito completo sobre a atrocidade. Em 1994, no âmbito do processo Todd v Panjaitan, o Centro para os Direitos Constitucionais (CCR), sediado em Nova Iorque, accionou judicialmente com êxito o major-general Sintong Panjaitan pelo papel desempenhado no Massacre de Santa Cruz. Foi-lhe ordenado que pagasse 14 milhões de USD de indemnização a Helen Todd, mãe de Kamal Bamadhaj. O pagamento nunca foi feito [Helen Todd, depoimento à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003].

para Amsterdão pela repórter holandesa Saskia Kouwenberg.\* Esta prova poderosa, complementada por fotografias tiradas pelo fotógrafo britânico Steve Cox, gravemente espancado na ocasião,<sup>241</sup> veio confirmar o que os apoiantes da sociedade civil há muito tempo advogavam, a saber, que Timor-Leste era uma sociedade em tensão, que a repressão militar era uma realidade e que a realização de um verdadeiro acto de autodeterminação era decisiva para a paz.

480. A mobilização da sociedade civil internacional reforçou-se acentuadamente em reacção à tragédia de Santa Cruz. No dia 19 de Novembro de 1991, Portugal organizou um dia nacional de luto. Figuras destacadas da sociedade civil assinaram uma carta aberta dirigida ao Presidente norte-americano, protestando contra o facto de os EUA terem aceite a soberania indonésia em Timor-Leste sem que se tivesse realizado um verdadeiro acto de autodeterminação. Os estudantes portugueses ligados ao Fórum Estudante e à Missão Paz por Timor angariaram fundos para alugar o navio português Lusitânia Expresso, rumando a Timor-Leste para protestarem contra a situação. Logo após o massacre, foi criada nos EUA por Charles Scheiner, John Miller e outras pessoas a East Timor Action Network (*ETAN*), com o objectivo de alterar a política externa dos EUA no sentido de apoiar a autodeterminação de Timor-Leste. Os jornalistas norte-americanos Alan Nairn e Amy Goodman, que por pouco escaparam com vida do Massacre de Santa Cruz, fizeram campanha por todos os EUA, contribuindo para o crescimento da *ETAN*. Em 2000, a *ETAN* contava com o apoio de 10 mil membros, tendo 27 grupos locais em todos os EUA. Igualmente em Novembro era constituída nos Países Baixos a Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste (*IPJET*), dirigida por Pedro Pinto Leite. O objectivo da *IPJET* consistia em mobilizar os conhecimentos jurídicos especializados a nível internacional em apoio da autodeterminação. Esta mobilização realizou-se através de conferências, publicações e exposições, dirigidas entre outros à ONU e a União Europeia. Em 1995, a *IPJET* contava com 250 membros em mais de 50 países. Na Irlanda, o apoio da opinião pública foi mobilizado pela Campanha de Solidariedade Timor Leste/Irlanda (*ETISC*) criada por Tom Hyland em Dublin depois de, em Janeiro de 1992, ter sido apresentado ao público o filme da Yorkshire Television *In Cold Blood: The Massacre of East Timor*, incorporando as expressivas imagens do massacre obtidas por Max Stahl. Além de Portugal, o trabalho da *ETISC* constituiu outro exemplo de colaboração eficaz entre o movimento de solidariedade e o governo. Ao fornecer informação fundamental e ao mobilizar a energia da comunidade irlandesa, a *ETISC* apoiou o papel decisivo assumido pelo Governo irlandês no âmbito da União Europeia relativamente à questão de Timor-Leste, durante a década de 1990. Na Escócia, o Grupo de Apoio a Timor-Leste e à Indonésia da Universidade de Glasgow foi formado em meados da década de 1990.

481. Em 20 de Novembro de 1992, a captura de Xanana Gusmão pelos militares indonésios mergulhou, de início, a diáspora e a sociedade civil numa profunda depressão. No entanto, rapidamente se percebeu que a melhor maneira de proteger o líder a Resistência era promover o seu perfil internacional, reforçando a publicidade que anteriormente já lhe fora feita pela sociedade civil, e que a sua prisão e julgamento constituíam uma nova oportunidade de campanha. As organizações de direitos humanos acompanharam muito de perto o seu julgamento, que se realizou em Díli em Maio de 1993. O Governo indonésio recusou a concessão de visto a Rodney Lewis, que solicitara participar como observador em nome da *International Bar Association* e do *Law Council of Australia*. Os protestos acentuaram-se quando o magistrado que presidia ao julgamento impediu Xanana Gusmão de prosseguir a leitura do seu depoimento de defesa, ao fim de três páginas, declarando-o “irrelevante” e suprimindo o documento. Pelo seu lado, os grupos da sociedade civil consideraram-no altamente relevante. O depoimento foi traduzido e conseguiram fazer sair para o estrangeiro um exemplar que foi publicado, apresentando-o como mais uma denúncia da Indonésia e dos seus aliados do que como uma defesa, e ao julgamento como um erro judicial análogo ao sofrido pelo próprio território e povo de Timor-Leste.<sup>242</sup> Entre outras entidades, Portugal e a Amnistia Internacional

---

\* Saskia Kouwenberg conseguiu transportar clandestinamente para fora do território, disfarçadas no meio das roupas, alguns rolos de filme. O próprio Max Stahl também levou consigo alguns rolos de filme, embora pelo menos um não pudesse ser recuperado do seu esconderijo no cemitério de Santa Cruz.

condenaram o julgamento. O desafiador espírito da luta presente no depoimento de defesa inspirou também os apoiantes e trouxe-lhes alívio, depois de relatos segundo os quais, após a sua captura, Xanana Gusmão teria aceite a soberania indonésia e apelara para a rendição dos seus seguidores.

482. Os grupos de solidariedade promoveram a imagem de Xanana na prisão como símbolo poderoso da ocupação de Timor-Leste, associando o seu destino ao destino do próprio território. Autocolantes com as palavras “Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor Leste” apareceram colados no salão de conferências durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993, realizada em Viena, e, também, na parte de trás das portas das casas de banho que, com toda a probabilidade, iriam ser usadas pelos delegados do Governo da Indonésia enviados à conferência. Foram-se multiplicando as campanhas de postais, vigílias, manifestações e escritos a favor de Xanana Gusmão. Em Setembro de 1994, a Associação Australiana das Nações Unidas homenageou-o *in absentia* com um prémio de direitos humanos. Ano após ano, o seu aniversário transformou-se num pretexto para manifestações, assinalando a lenta passagem da sua sentença de prisão perpétua, mas também a solidariedade pessoal dos seus apoiantes e o seu empenhamento nas causas por si defendidas, incluindo a realização de um referendo.

483. Por ironia, a prisão de Xanana Gusmão em Jacarta permitiu-lhe contactar mais com a sociedade civil e com a comunidade internacional do que seria possível a partir das montanhas distantes de Timor-Leste. Kirsty Sword Gusmão foi um elemento fundamental para isso pudesse acontecer, sobretudo entre 1992 e 1996, quando vivia em Jacarta. Além da profissão por si exercida, ela actuou como secretária clandestina da Resistência, sendo auxiliada, entre outros, por Victoria Markwick-Smith, pessoa experiente na realização de trabalho em prol de Timor na nebulosa Jacarta, e apoiada a partir do estrangeiro pela sua família e por uma pequena rede de amigos de confiança. Este trabalho, exigente e arriscado, permitiu que se mantivesse uma comunicação de alto nível entre Xanana Gusmão, na sua cela prisional, e o seu principal embaixador plenipotenciário, José Ramos-Horta, além de muitas outras pessoas. Possibilitou igualmente a realização de muitos contactos, pessoais e oficiais, entre Xanana Gusmão e organizações da sociedade civil em todo o mundo, e, até, o leilão dos quadros por si pintados na prisão para angariar fundos para a Resistência.

484. O filme de John Pilger, *Death of a Nation* contribuiu em muito para reforçar em todo o mundo o envolvimento por Timor-Leste, depois de ser visionado em Genebra durante a reunião anual da Comissão dos Direitos Humanos da ONU em 1994. Depois de ser apresentado na televisão nacional da Nova Zelândia, por exemplo, um grupo de parlamentares organizou uma petição e o governo abandonou a sua política de que o estatuto de Timor-Leste era irreversível.

485. O secretariado da Coligação Ásia-Pacífico por Timor Leste (*APCET*), criada nas Filipinas em 1994, organizou um ciclo de conferências denominado *Initiatives for International Dialogue*, e era dirigida por Gus Miclat. Havia muitos anos que a sociedade civil desenvolvia actividade em vários países asiáticos, mas só neste período de registou o início de uma solidariedade contínua e coordenada por Timor-Leste em toda a Ásia. Sucessivas conferências organizadas pela *APCET* nas Filipinas, na Malásia e na Tailândia geraram reacções hostis por parte da Indonésia e estes seus próximos aliados da ASEAN. Vieram igualmente contestar o argumento, apresentado por alguns governos asiáticos, de que os direitos humanos não eram universais e o argumento ocidental de que Timor-Leste não tinha apoios na região da Ásia. Duas organizações indonésias da sociedade civil estiveram presentes na conferência de 1995 da *APCET*, organizada em Kuala Lumpur, e, pouco depois, era criada em Jacarta a Solidariedade Indonésia

---

\* Kirsty Sword Gusmão visitou Timor-Leste em 1991, para prestar assistência à *Yorkshire Television* na filmagem de *In Cold Blood*. O trabalho por si realizado em prol da autodeterminação encontra-se relatado no livro da sua autoria e de Rowena Lennox, *A Woman of Independence*, Macmillan, Sydney, 2003. Exemplos da comunicação de Xanana Gusmão com a sociedade civil, incluindo mensagens dirigidas à Campanha “*East Timor Talks*”, a H.J.C. Princen e às mulheres da organização *Ploughshares for Peace* podem ser lidos na sua autobiografia, *To Resist is To Win*, Xanana Gusmão, Niner (Ed.).

pela Paz em Timor-Leste (*Solidaritas Indonesia untuk Perdamaian Timor Timur - Solidamor*). Uma das características do trabalho realizado pela *APCET* em Timor-Leste foi reunir um amplo conjunto de comunidades oprimidas na região da Ásia. Os membros timorenses da *APCET* encontraram-se com activistas da Birmânia, do Sri Lanka, de Mindanau, do Aceh e da Papua Ocidental, promovendo relações que ainda hoje se mantêm. Sediada em Hong Kong, a Associação dos Estudantes da Ásia (*ASA*) foi um importante membro da *APCET*. O seu secretariado desenvolveu actividade intensa para levantar a questão de Timor-Leste aos movimentos estudantis em países de toda a região.

486. A utilização de armamento fornecido por países ocidentais no Massacre de Santa Cruz levou a sociedade civil a reforçar os seus apelos no sentido de se impor um embargo de venda de armas à Indonésia.<sup>\*</sup> Esta campanha foi particularmente forte nos EUA e no Reino Unido, com o apoio da Campanha contra o Comércio de Armas (*CAAT*). Em Janeiro de 1996, quatro mulheres da organização *Ploughshares for Peace* entraram numa base da *British Aerospace* e utilizaram martelos para desarmar um caça de combate britânico *Hawk*, pronto para entrega à Indonésia. Os aviões *Hawk* haviam sido alegadamente utilizados contra a Resistência em Timor-Leste e as mulheres tinham exigido a anulação do seu fornecimento ao longo de três anos, durante os quais o Reino Unido se tornara o segundo maior fornecedor de armamento da Indonésia. As três mulheres - Andrea Needham, Lotta Kronlid, Joanna Wilson e Angie Zelter – informaram a empresa da acção que haviam levado a efeito e foram detidas. O seu julgamento, em 1996, fez história no mundo do direito: um júri em Liverpool declarou-as inocentes, por considerar que tinham agido no sentido de evitar o crime mais grave de genocídio.<sup>243</sup> No entanto, nesta época a campanha não conseguiu alterar a política de assistência militar à Indonésia assumida pelo Reino Unido e pelos EUA.<sup>†</sup>

487. Outra iniciativa importante lançada durante este período foi um ciclo de Jornadas organizado na década de 1990 pelo docente universitário português, professor António Barbedo de Magalhães.<sup>‡</sup> Nestas Jornadas, na sua maioria organizados em Portugal, reuniram-se activistas e universitários, incluindo da Indonésia, para partilharem informações e desenvolverem políticas públicas e estratégias para Timor-Leste. Na Austrália, novas organizações e iniciativas continuaram a surgir. Entre elas, merecem destaque *Australians for a Free East Timor (AFFET)*, criada em Darwin pelo activista de há muito tempo Rob Wesley-Smith, por volta da época do Massacre de Santa Cruz, uma delegação em Sydney da Associação Austrália-Timor Leste, em 1992,<sup>§</sup> a organização *Friends of East Timor*, sediada em Perth, o Instituto Mary McKillop de Estudos sobre Timor Leste (*MMIETS*), criado em Sydney pela congregação *Sisters of Saint Joseph*, o Centro Internacional de Apoio a Timor-Leste, in Darwin, dirigido por Juan Federer, que criou em 1998 o *Timor Aid*, o *University Students for East Timor* em Melbourne e o Centro de Direitos Humanos em Timor-Leste, presidido pelo bispo D. Hilton Deakin. A organização *Action in Solidarity with Indonesia and East Timor (ASJET)* foi igualmente criada nesta época e, sob a direcção de Max Lane, promoveu ligações entre grupos clandestinos de estudantes timorenses e organizações socialistas favoráveis à mudança na Indonésia. A Coligação Australiana por Timor-Leste (*ACET*) assegurou um certo grau de coordenação, mas a maioria dos grupos preferiam obter informações de maneira informal. A Federação Internacional

---

<sup>\*</sup> Segundo depoimento de Allan Nairn, apresentado ao Comité de Relações Externas do Senado dos EUA, a 27 de Fevereiro de 1992, foram utilizadas no massacre M-16 fornecidas pelos EUA.

<sup>†</sup> O Governo britânico resistiu à pressão pública e optou por continuar a vender armamento à Indonésia, sustentando que (i) a Indonésia tinha direito a defender-se, (ii) o equipamento não estava a ser utilizado contra os timorenses, e (iii) a formação militar fornecida pelos britânicos ajudaria a melhorar o respeito das forças armadas indonésias pelos direitos humanos e pela democracia. Ver baronesa Trumpington, Câmara dos Lordes, 10 de Julho de 1992 [Krieger, p. 302].

<sup>‡</sup> Barbedo de Magalhães visitou Timor-Leste pela primeira vez em 1975, interessando-se especialmente pela política da Fretilin relativamente à Educação. É autor de *East Timor: Indonesian Occupation and Genocide*, Universidade do Porto, Portugal, 1992 e de outras publicações, entre as quais *Timor Leste na encruzilhada da transição indonésia*, Gradiva, 1999.

<sup>§</sup> O realizador cinematográfico timorense Gil Scrine foi o fundador. Sob a direcção de Jefferson Lee e Andrew McNaughtan, a Associação Austrália-Timor Leste (*AETA*), de Sydney, adquiriu uma dimensão internacional e, através de visitas feitas por Andrew McNaughtan, estabeleceu ligações directas à Resistência em Timor-Leste.

por Timor-Leste (*IFET*), criada nesta época, teve uma experiência semelhante. A *IFET* conseguiu ter como membros 30 organizações de 18 países; no entanto, muitas das organizações pertencentes a esta constelação organizativa em favor de Timor-Leste, agora ampla e diversificada, embora apoiassem a autodeterminação, não aderiram à Federação.

488. O direito dos timorenses à autodeterminação cultural viu-se reforçado com iniciativas como a escola para crianças timorenses em Darwin, patrocinada por japoneses, e a produção do inovador manual de ensino do tétum *Mai Koalia Tetum*, escrito pelo professor universitário Geoffrey Hull numa época em que a utilização do tétum nas escolas e em actividades oficiais era proibida em Timor-Leste. Com a ajuda do professor Hull e do linguista timorense Manuel Viegas, o Instituto Mary McKillop elaborou atraentes manuais para o ensino primário em tétum. Estes manuais foram muito úteis ao bispo D. Ximenes Belo quando, desafiando a política oficial, o bispo decidiu que o tétum fosse ensinado nas escolas católicas de Timor-Leste.

489. Embora este período se notabilizasse pelo impacto das imagens de vídeo na opinião pública, o crescimento de novas organizações e da coordenação entre elas muito ficou a dever ao advento da era da Internet. A disponibilidade generalizada da Internet na década de 1990 coincidiu mais ou menos com a decisão tomada pela Indonésia de abrir parcialmente o acesso a Timor-Leste. Não se tratou apenas de uma feliz coincidência no tempo: a Internet adaptava-se na perfeição às necessidades dos activistas dos direitos humanos, por ser rápida, barata, segura, fácil de utilizar, interactiva e por ter uma grande capacidade de transmissão e um alcance mundial. A informação, um bem raro em Timor-Leste durante os 15 anos anteriores, passou a encontrar-se amplamente disponível na Internet, graças às capacidades e empenho dos membros da sociedade civil. À pioneira *apakabar* de John MacDougall, uma lista gratuita para o envio de informação abrangendo a Indonésia e Timor-Leste, seguiu-se a *reg.easttimor* que passou a ser o principal centro de retransmissão e o mais rápido canal de comunicação sobre Timor-Leste existente em todo o mundo. Criado em 1994 e coordenado pela rede *ETAN/EUA*, a *reg.easttimor* permitiu ao público e às organizações da sociedade civil na Ásia-Pacífico, Europa e América do Norte organizarem conferências interactivas e acederem a relatórios sobre Timor-Leste e traduções transmitidos por serviços telegráficos pelos meios de comunicação social indonésios, portugueses e de outros países, bem como a documentos da ONU, governamentais e de outras fontes. Os poucos livros então disponíveis sobre Timor-Leste passaram a ser suplementados por sítios na Internet disponíveis ao público. Alojado na Universidade de Coimbra, em Portugal, o sítio *TimorNet* disponibilizou ligações a informação sobre a história, geografia e cultura de Timor-Leste, documentos fundamentais da ONU, violações dos direitos humanos, artigos, publicações e sugestões de intervenção. Os activistas serviram-se do correio electrónico (*e-mail*) para proliferação da informação e para se coordenarem e organizarem entre si. Colin Renwick criou o *Minihub* para ajudar as ONG pequenas e vulneráveis existentes na Indonésia e em Timor-Leste a disporem de acesso barato, fácil e seguro à Internet, dando também formação a grupos escolhidos de activistas timorenses e aumentando a eficácia da rede clandestina. Com estas capacidades, os timorenses que apoiavam Xanana Gusmão em Jacarta conseguiam enviar mensagens de correio electrónico codificadas aos colegas no estrangeiro, incluindo José Ramos-Horta.

490. A Internet foi igualmente utilizada para efeitos de acção directa. Em 1997, um prestador de serviços de Internet irlandês levou o Governo indonésio a apresentar um protesto público, depois de registar um domínio de Timor-Leste, em antecipação da independência política do território. Nesse mesmo ano, a organização portuguesa *Hackers Against Indonesia* violou o sítio da Internet das Forças Armadas indonésias, atravessando a palavra “propaganda” sobre o seu conteúdo. Seguiram-se mais violações de outros sítios da Internet do ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio e de outras instituições, que provocaram retaliações contra sítios portugueses lançadas por piratas informáticos indonésios. Esta guerra travada no ciberespaço devido a Timor-Leste prosseguiria até 1999. Em Agosto de 1998, 45 domínios indonésios foram alvo de pirataria informática, depois da sabotagem pelos indonésios da *Connect Ireland*, os

---

\* O padre Domingos Soares, também conhecido por Padre Maubere, foi uma das pessoas formadas por Colin Renwick.

criadores do domínio de Timor. A guerra informática terminaria com a mudança da política do Presidente Habibie relativamente a Timor-Leste. No entanto, a percepção de que a Indonésia – contrariamente a Timor-Leste – era vulnerável neste domínio, levou José Ramos-Horta, em Agosto de 1999, a ameaçar que desencadearia uma campanha “desesperada e feroz” na Internet se a Indonésia se recusasse a respeitar o resultado do referendo de 30 de Agosto.<sup>244</sup>

491. A decisão tomada pelo Comité norueguês do Prémio Nobel de atribuir o Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de Dezembro de 1996, constituiu um enorme estímulo moral, político e organizativo ao trabalho desenvolvido pela sociedade civil em prol da autodeterminação. O prémio foi outorgado de maneira independente pelo Comité Nobel e inteiramente merecido pelos dois laureados; no entanto, a nomeação ficou a dever muito à iniciativa da sociedade civil, em particular a dois velhos amigos de Timor-Leste que trabalhavam nos bastidores nos Estados Unidos da América. O prestigiado prémio veio confirmar a correcção moral do trabalho desenvolvido pela sociedade civil e enfraqueceu ainda mais a posição defendida pelo Governo indonésio e pelos seus apoiantes, incluindo a versão da história do conflito apresentada pela Indonésia. Teve igualmente utilidade política, ao sublinhar a necessidade da autodeterminação como meio de resolver o conflito – argumento central da defesa dos interesses de Timor-Leste pela sociedade civil durante 20 anos – e identificando este como o problema fundamental. O prémio foi uma bonificação às capacidades organizativas da sociedade civil. A cobertura mediática que atraiu, continuada com as deslocações de José Ramos-Horta por todo o mundo no seu novo papel, suscitaram o interesse e o apoio públicos à campanha da sociedade civil em muitos países.

492. O fim do regime de Suharto surgiu de repente, desencadeado pela crise financeira na Ásia Oriental que, em Julho de 1997, se abateu sobre a região como um *tsunami*, pondo a nu a vulnerabilidade da Nova Ordem escondida sob uma fina camada de indestrutibilidade. Para Timor-Leste, tratou-se de um fenómeno daquilo a que Bernard Williams chamou “sorte moral”.<sup>245</sup> Algumas vozes em círculos da sociedade civil defendiam que a mudança tinha de ser realizada enquanto Suharto estava no poder, porque só ele seria capaz de se sobrepor aos militares.<sup>†</sup> Outros acreditavam que a independência dependeria da democratização da Indonésia, ou pelo menos de uma mudança de liderança. Yeni Rosa Damayanti apresentou o seguinte depoimento perante a Comissão:

*Alguns estudantes timorenses disseram-me em Java que o próprio Xanana dissera que a independência de Timor-Leste iria depender do processo de democratização na Indonésia. Seria difícil conquistar a independência sem existir democracia na Indonésia [querendo com isso dizer que Suharto teria de cair].<sup>246</sup>*

493. A correcção deste ponto de vista viria a confirmar-se. Suharto manteve-se intransigente até ao final, recusando-se a conceder autonomia, mesmo que limitada, a Timor-Leste. As pressões da sociedade civil aumentaram. Suharto tornou-se alvo de manifestações públicas em

---

\* O comunicado de imprensa oficial do Comité Norueguês Nobel declarava: “O Comité Nobel espera que este prémio contribua para estimular os esforços no sentido de se encontrar uma solução diplomática para o conflito em Timor Leste, baseada no direito do seu povo à autodeterminação.” O Comité acredita que foi o que sucedeu. Reflectindo, uns anos mais tarde, sobre a atribuição do prémio a Timor-Leste, o Secretário do Comité Geir Lundestad observou o seguinte: “Pode constatar-se que muitos efeitos semelhantes (positivos) resultaram da outorga do Prémio Nobel da Paz em 1996 ao bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos-Horta pela sua luta em prol do direito do povo de Timor Leste à autodeterminação” [Geir Lundestad, Secretário, “Reflections on the Nobel Peace Prize”, 10 de Junho de 2004 *in* <http://nobelprize.org/peace/articles/undestad>].

† A idade avançada e os problemas de saúde de Suharto foram factores que contribuíram provavelmente para que o Prémio Nobel da Paz tivesse sido concedido naquela ocasião. Na Austrália, as ONG reuniram-se com o líder progressista muçulmano Abdurrahman Wahid, mais tarde quarto Presidente da Indonésia, a fim de discutirem um possível contacto do primeiro-ministro da Nova Zelândia, David Lange, com Suharto. O plano foi ultrapassado pelos acontecimentos.

Vancouver, quando aí se deslocou para a cimeira da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), em Novembro de 1997.\* Na Indonésia, os estudantes conquistaram gradualmente o apoio da classe média no sentido da reforma total e organizaram enormes manifestações. Suharto demitiu-se e entregou a presidência ao vice-presidente B.J. Habibie, no dia 21 de Maio de 1998.

### 6.2.5 Quinta fase: Autodeterminação (1998/99)

494. Este período assinalou o fim do domínio indonésio em Timor-Leste e foi um tempo de acontecimentos dramáticos para todos os intervenientes, incluindo a sociedade civil. A partida da Indonésia, tal como a sua chegada, 24 anos antes, foi violenta e caótica. Desta vez, porém, o seu objectivo, mas não a forma como o executou, cumpriu a política internacionalmente definida e mereceu os aplausos da sociedade civil. A Indonésia foi mudando a sua posição gradualmente. Em Junho de 1998, o Presidente Habibie apresentou uma proposta de autonomia limitada para Timor-Leste, dentro da Indonésia. Sete meses mais tarde, em Janeiro de 1999, propôs um acto de autodeterminação autêntico, a realizar-se sob os auspícios da ONU. O acto eleitoral teve lugar no dia 30 de Agosto de 1999 e resultou numa clara opção pela independência. No dia 20 de Outubro, a Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (MPR) revogava o seu decreto de 1976, que incorporava Timor-Leste na Indonésia. No dia 1 de Novembro, os últimos soldados do *TNI* abandonaram o território.

495. De início, a sociedade civil mostrou-se incrédula com a ascensão de B.J. Habibie à presidência. Nada se podia prever de um homem considerado excêntrico e que jamais demonstrara qualquer interesse por Timor-Leste durante a sua longa e estreita associação com Suharto. Contudo, a sociedade civil beneficiou de maneira significativa do seu curto consulado, tendo concedido aquilo que ela exigia há tanto tempo, a saber, a realização de um verdadeiro acto de autodeterminação em Timor-Leste. Ele permitiu igualmente uma importante abertura do espaço democrático que veio dar à sociedade civil, quer na Indonésia quer em Timor-Leste, liberdade de organização e de campanha em prol da autodeterminação, abertura essa que foi aproveitada ao máximo.†

496. A mudança política introduzida por Habibie veio também alterar, de maneira dramática, a dinâmica que caracterizava a questão de Timor a nível internacional. Os governos que haviam reconhecido a soberania indonésia em Timor, apoiando com firmeza a Nova Ordem, reformularam a sua política e passaram a favorecer a autodeterminação. Pela primeira vez desde 1975, governos e sociedade civil – com a notável excepção de Portugal, onde já existia amplo consenso entre ambos – puseram termo às suas divergências, pelo menos quanto a matéria política substantiva, e começaram a desenvolver trabalho conjunto em prol da autodeterminação de Timor-Leste, em lugar de se confrontarem em campos opostos.

497. Acompanhada de um acesso por parte dos meios de comunicação social e de níveis de elaboração de relatórios sobre Timor-Leste jamais vistos, esta evolução revigorou a sociedade civil como nunca acontecera antes. Até em países há muito empenhados na questão se registou um crescimento acentuado da intensidade e âmbito do apoio do público. Jean Pierre Catry informou a Comissão que, só em Portugal, os grupos se contavam “às centenas, do parlamento às escolas, municípios, paróquias, associações profissionais, sindicatos...e referi-los a todos

---

\* Nos dez dias que precederam a reunião da APEC, 13 exilados de Timor-Leste e vários indonésios fizeram uma digressão pelo Canadá, dirigindo apelos às autoridades para “impedir a entrada a Suharto, ou pô-lo atrás das grades” por crimes cometidos em Timor-Leste e na Indonésia.

† Habibie levou a efeito uma série de reformas que foram directamente benéficas para a sociedade civil. Reconheceu o direito de reunião e a formação de partidos políticos, reduziu as restrições ao trabalho dos meios de comunicação social, libertou prisioneiros políticos e supervisionou a assinatura ou ratificação de importantes convenções internacionais dos direitos humanos e do trabalho.

seria impossível”.<sup>247</sup> Na Austrália, viveu-se uma experiência semelhante.\* O ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, reconheceu este fenómeno: “Na minha época como ministro dos Negócios Estrangeiros, nenhuma questão de política externa mereceu na Austrália tanto interesse por parte do público como Timor Leste...”.<sup>248</sup> O governo reconheceu igualmente o papel desempenhado pela sociedade civil australiana nos esforços em prol da autodeterminação em Timor-Leste, convidando dois representantes da sociedade civil a integrarem a delegação oficial presente como observadora ao acto eleitoral de Agosto de 1999.<sup>†</sup>

498. A maioria dos 2.300 observadores credenciados pela ONU para estarem presentes ao acto eleitoral representavam ONG. Quanto ao papel que desempenharam, Ian Martin observou:

Muitos provinham de grupos de solidariedade empenhados, a favor da autodeterminação ou independência para Timor Leste, mas o código de conduta do observador que aceitaram durante o processo de acreditação exigia-lhes que agissem com neutralidade.<sup>249</sup>

499. A maioria destes observadores da sociedade civil, cerca de 1.700, eram indonésios e timorenses. Numa demonstração digna de registo de organização e de solidariedade internacional, receberam apoio de colegas de todo o mundo, coordenados sobretudo pela Federação Internacional por Timor Leste (*IFET*), da *ETAN/EUA*, pela Rede Asiática para as Eleições Livres (*ANFREL*), sediada na Tailândia, e pela Coligação Ásia-Pacífico por Timor-Leste (*APCET*), sediada nas Filipinas. Estas, por sua vez, representavam um enorme número de cidadãos de muitos países, para quem o acto eleitoral, tal como para o povo timorense, representava o auge de um combate de proporções épicas e comprovava, de novo, a importância e capacidade do poder das pessoas com princípios nos assuntos mundiais.

### 6.3 Sociedade civil indonésia

500. Durante a década de 1990, a sociedade civil indonésia acrescentou Timor-Leste à sua enorme lista de problemas sociais, humanos e ambientais. Se bem que pequenos e isolados, importantes grupos do movimento pró-Timor foram direitos ao cerne da questão e defenderam a autodeterminação. Esta orientação política ficou a dever muito à influência dos indonésios residentes no estrangeiro e aos timorenses que estudavam em Java e em Bali. Na Indonésia de Suharto, esta defesa exigia raras qualidades de coragem. Embora a sua Constituição exigisse que a Indonésia lutasse contra o colonialismo e defendesse o direito de todos os povos à independência,<sup>250</sup> aos olhos do regime apoiar a autodeterminação em Timor-Leste (após 1976) significava subverter o dogma-chave da unidade nacional, basililar para a política do Estado e dos militares. As pessoas que a apoiavam, ou que colaboravam com os que defendiam os timorenses, eram incomodadas e corriam o risco de ser rotuladas de traidoras. Esta actividade só mesmo em Timor-Leste era mais perigosa. No entanto, ao ousarem erguer a voz, os grupos da sociedade civil indonésia quebraram o tabu do medo e do silêncio e, contra toda a probabilidade, mobilizaram apoios que culminaram na presença de centenas de cidadãos indonésios ao lado dos timorenses, quando estes exerceram o seu direito à autodeterminação em Agosto de 1999.

#### 6.3.1 Os anos iniciais

501. Embora Timor-Leste só se tornasse uma questão importante para as ONG na Indonésia durante a década de 1990, algumas pessoas e organizações começaram a desenvolver

---

\* A amplitude do interesse público na Austrália é evidenciada pelo amplo leque de grupos da sociedade civil e pessoas que prestaram depoimento no inquérito sobre Timor-Leste realizado em 1999 pelo Parlamento australiano.

† Os dois observadores eram Pat Walsh, do *ACFOA*, e Anne Wigglesworth, da *Caritas Australia*.

actividade antes disso. Para alguns, esta participação fazia parte dos deveres profissionais e, muitas vezes sensíveis e difíceis, não implicavam uma actividade política directa. Entre outros, refiram-se George Aditjondro, que visitou Timor-Leste em Maio de 1974 como correspondente da *Tempo* e partilhou informações após a invasão com contactos eclesiais no estrangeiro; pessoas ligadas à Igreja Protestante, como Yopie Lasut, Gustaf Dupe, Indra Nababan e Ade Rostina Sitompul, que prestaram cuidados a prisioneiros políticos timorenses detidos nas prisões indonésias; e os membros da agência *LPPS*, da Igreja Católica, padre Gerry Zegwaard MSC, padre Hardoputranto SJ e Ibu Immaculata Mardani, que canalizaram assistência humanitária para Timor-Leste e, discretamente, actuaram como fonte de informação sobre Timor-Leste para contactos fora da Indonésia.<sup>†</sup>

502. Alguns indonésios residentes no estrangeiro também desenvolveram actividades em apoio de Timor-Leste antes de 1990, sobretudo aqueles que fugiram da Indonésia para escaparem a purga contra o *PKI* após a conquista do poder por Suharto, em 1965.<sup>‡</sup> Na Europa, aderiram a grupos de apoio na Alemanha, França, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia e Países Baixos (*Komitee Indonesia*), mas geralmente permaneciam anónimos devido à sensibilidade da questão e à sua vulnerabilidade como exilados políticos. Kusni Sulang desenvolveu actividade em Paris e Hendrik Amahorseja na Suécia. Na Austrália, Djin Siau, Goei Hok Gie (Andrew Gunawan) e Ernst Utrecht mostraram-se simpatizantes. Em 1981, Jusfiq Hadjar e Liem Soei Liong tornaram-se os primeiros indonésios a oporem-se publicamente à invasão e a apoiarem a independência para Timor-Leste, ao prestarem depoimento perante o Tribunal Popular Permanente, em Lisboa. Em retaliação, o governo de Suharto declarou-os ambos *persona non grata* e incluiu-os numa lista negra, proibindo o seu regresso à Indonésia. Outros exilados nunca publicaram o seu apoio e acabaram por regressar em segurança às suas casas, na Indonésia. É possível que alguns membros da diáspora indonésia dessem o seu apoio a Timor-Leste para promoverem os interesses do proscrito Partido Comunista Indonésio (*PKI*). Liem Soei Liong nega que o seu trabalho, ou o de Carmel Budiardjo, na *Tapol*, fosse guiado por uma agenda dupla desta natureza.<sup>§</sup>

503. Os indonésios da diáspora residentes na Europa promoveram a actividade pró-Timor na Indonésia. Forneciam informação alternativa sobre Timor-Leste, por exemplo, enviando para a Indonésia o boletim informativo da *Tapol* e realizando visitas secretas.<sup>\*\*</sup> Os jornalistas indonésios que trabalhavam na *Radio Netherlands*, entre os quais Tossy Santoso e Yoss Wibisono,

---

\* George Aditjondro fazia parte de um grupo de jovens católicos indonésios que, em 1974, procuraram definir uma política democrática e não militar para Timor-Leste, a pedido da Conferência Episcopal Indonésia. O seu documento encontra-se publicado como Anexo 1 de *East Timor: An Indonesian Intellectual Speaks Out*, editado por Herb Feith, Emma Baulch e Pat Walsh, Australian Council for Overseas Aid (ACFOA) Development Dossier No. 33, Maio de 1994. Crê-se que Aditjondro foi o autor do primeiro relatório não governamental escrito na Indonésia após a invasão, sob a forma de uma carta dirigida ao padre Mark Raper SJ, recebida no Asian Bureau Australia a 21 de Abril de 1976 [Arquivo da CAVR].

† A *LPPS* era apoiada pelas agências católicas em todo o mundo, mantendo com elas contactos regulares através da organização *Asia Partnership for Human Development (APHD)*, sediada em Hong Kong. Embora não sendo directamente relevante para este relato, o contributo humanitário altruista dado por muitos indonésios a Timor-Leste durante a ocupação indonésia merece ser reconhecido. Para um relato das suas experiências durante os tempos atribulados de 1999, ver Yohanes Sukandar, Sigit Wijayanto and Martinus Manggo (Eds.), *Selamat Tinggal Timor Timur*, Insist Press, Yogyakarta, 2000.

‡ O Partido Comunista Indonésio (*Partai Komunis Indonesia - PKI*) foi o primeiro partido comunista na Ásia e, por volta de 1966, era um dos maiores. Com o regime da Nova Ordem, implantado em 1966 após um golpe militar, o *PKI* foi proibido, sendo assassinados quase um milhão de militantes e presumíveis apoiantes seus.

§ Comunicação à CAVR, 28 de Fevereiro de 2005. Num gesto comovente, durante o seu depoimento público à CAVR Yeni Rosa Damayanti incluiu a activista britânica Carmel Budiardjo na sua lista de cidadãos indonésios activos no estrangeiro [Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2003]. Carmel Budiardjo foi detida na Indonésia, em 1965, e, depois de libertada da prisão e regressada à Grã-Bretanha dedicou a sua vida à defesa dos direitos humanos na Indonésia.

\*\* Durante o tempo em que esteve proibido de entrar na Indonésia, Liem Soei Liong realizou várias visitas secretas ao país e, em todas elas, fez palestras sobre Timor-Leste a activistas indonésios. Comunicação à CAVR, a 28 de Fevereiro de 2005. O activista indonésio Nugroho Katjasungkana confirmou a influência dos indonésios da diáspora no trabalho de solidariedade de activistas indonésios [Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Autodeterminação e Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004].

difundiam notícias e entrevistas sobre Timor-Leste que eram recebidas na Indonésia. Tossy Santoso escreveu igualmente vários livros sobre Timor-Leste em língua indonésia. Outra estratégia com bons resultados consistia em pôr activistas timorenses e indonésios em contacto uns com os outros, e com os seus homólogos internacionais. Activistas como Max Lane, na Austrália, e António Barbedo de Magalhães, em Portugal, desenvolveram uma estratégia de contactos em rede semelhante. Estas iniciativas internacionais contribuíram para a formação e orientação de ONG indonésias com a *Infight*, a *Solidamor* e a Luta do Povo Indonésio pela Solidariedade com o Povo Maubere (*Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia untuk Maubere - SPRIM*). No final da década de 1980, princípio da de 1990, os indonésios residentes no estrangeiro tornaram-se mais activos no apoio a Timor-Leste. Em Março de 1992, dois indonésios residentes nos Países Baixos, Aeri Harapan e Reza Muharram, juntaram-se à manifestação de protesto do navio português Lusitânia Expresso. Como punição, ambos tiveram os seus passaportes cancelados pelo Governo indonésio. Yeni Rosa Damayanti também viu o seu passaporte ser cancelado depois de participar numa manifestação contra Suharto na Alemanha, em 1996, recuperando a cidadania no período pós-Suharto.

504. Os indonésios residentes no estrangeiro com vistos temporários de trabalho ou de estudo, ou que viajavam pelo estrangeiro, viam-se frequentemente confrontados com a questão de Timor-Leste pelos meios de comunicação social ou pelos colegas. Alguns líderes da sociedade civil, como Abdurrahman Wahid, Mulya Lubis, Buyung Nasution e Abdul Hakim aproveitavam por vezes a oportunidade para discutirem o assunto e para se encontrarem em privado com altos responsáveis timorenses. No entanto, encontravam-se sujeitos a vigilância e, devido às suas responsabilidades na Indonésia, não podiam correr o risco de exprimirem as suas opiniões em público e de que as autoridades os incomodassem, pessoalmente e às organizações a que pertenciam.

### 6.3.2 Década de 1990

505. A sociedade civil indonésia manteve-se, na sua maioria, silenciosa face a Timor-Leste até à década de 1990, por várias razões. Na Indonésia de Suharto, a sociedade de civil quase não existia antes deste período. O sistema da Nova Ordem era autoritário, pendendo para o totalitário. À sociedade civil não era reconhecida qualquer posição formal na estrutura política corporativa fortemente hierarquizada do topo à base, que restringia os direitos civis e políticos com base no argumento da unidade nacional, do desenvolvimento e da estabilidade. Quando as organizações da sociedade civil surgiram, viram-se a braços com problemas de terra, laborais, ambientais e outros, usufruindo de pouca liberdade e recursos, ao dispor das organizações comunitárias em países democráticos.

506. Além de ser marginalizada, a sociedade civil era mantida em ignorância relativamente à realidade existente em Timor-Leste. O governo de Suharto restringiu totalmente o acesso ao território, mesmo a representantes dos meios de comunicação e da sociedade civil indonésios, e mantinha sob controlo muito apertado a informação sobre Timor-Leste, permitindo apenas que circulasse a sua versão oficial, a saber, que a integração era positiva e se seguira a um acto de autodeterminação. No seu depoimento público perante a Comissão, Yeni Rosa Damayanti fez uma pergunta retórica: “Onde estava o povo indonésio enquanto havia pessoas a sofrer em Timor-Leste?” E respondeu: “A resposta é: não sabíamos o que se passava aqui.”<sup>251</sup>

507. O segundo factor principal foi o clima de medo instaurado na Indonésia pela violenta conquista do poder pelos militares em 1965, legalmente e operacionalmente institucionalizado durante os anos de Suharto. No entender de Liem Soei Liong, “Timor-Leste sempre foi uma questão delicada e, no início da década de 80, provavelmente mais sensível que a questão do PKI/1965.”<sup>252</sup> Yeni Rosa Damayanti exemplificou o significado desta afirmação ao relatar à Comissão o seu interrogatório por um major *Bakorstanas* em 1991, no seguimento de uma manifestação contra a Guerra do Golfo, comparada ousadamente pelos activistas indonésios com a invasão de Timor-Leste pela Indonésia. O seu testemunho foi o seguinte:

*O major apontou-me a arma de frente e disse-me: “Pode falar sobre o que quiser, mas não pode falar sobre Timor Leste. Milhares de soldados morreram em Timor Leste e eu não permitirei que um só indonésio fale sobre Timor Leste. Milhares de homens morreram e você é apenas uma pessoa e uma vida indonésia nada significa”.*<sup>253</sup>

508. No seu depoimento à Comissão, Nugroho Katjasungkana afirmou que, durante a década de 1980, se acendeu o interesse por Timor-Leste nos indonésios interessados em vias alternativas de educação e saúde e em cooperativas, quando souberam que a Fretilin tivera preocupações semelhantes em 1975.<sup>254</sup> No entanto, os começos do apoio político sustentado a Timor-Leste só se verificariam no início da década de 1990, com organizações como a *Inflight* (Saleh Abdullah), o Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos (*Lembaga Pembela Hak-hak Asasi Manusia - LPHAM*; H.J.C. Princen\*) e a Nova Vida (*Hidup Baru*; Yopie Lasut). Além dos contributos internacionais recebidos dos indonésios residentes no estrangeiro, os contactos com os estudantes timorenses que estudavam em Java após a abertura da província em 1989 ajudaram a esse despertar. Yeni Rosa Damayanti relatou à Comissão:

*Tomei contacto com o caso de Timor-Leste quando colegas timorenses, que estudavam em Java, começaram a contactar connosco. Nessa época havia lá várias pessoas, Fernando de Araújo e outros...Os estudantes timorenses visitavam-nos em casa e foi então a primeira vez que soube o que se passava em Timor-Leste. Imaginem, tantos anos depois.*<sup>255</sup>

509. Isto também explica a razão pela qual o movimento de apoio era mais forte entre os estudantes, sobretudo em Java e em Bali. À semelhança do que sucedeu em muitos outros países, o Massacre de Santa Cruz em 1991 constituiu igualmente um momento de viragem para muitos indonésios. Muitos sentiram que a verdadeira natureza do Estado indonésio estava a ser posta a nu em Timor-Leste e que o próprio sistema estava errado, não apenas as actividades que realizava no território. No dia 19 de Novembro de 1991, membros das organizações *Inflight*, *LPHAM* e *Hidup Baru* juntaram-se aos jovens timorenses, frente às instalações da ONU na Jalan Thamrin, para protestarem contra o massacre, sendo detidos e sujeitos a interrogatório. No dia 23 de Novembro, no seguimento de uma iniciativa da Associação de Estudantes de Yogyakarta, 12 conselhos estudantis assinaram uma petição em Bandung exigindo a retirada das tropas indonésias de Timor-Leste e o exercício “pleno e livre do direito à autodeterminação por parte do povo de Timor-Leste”.<sup>256</sup>

510. O Fórum das Comunicações Timor-Leste (*Pokastim*) assegurava uma coordenação pouco definida. Dedicando-se a prestar assistência humanitária a Timor-Leste, foi a primeira entidade a organizar uma reunião pública em Jacarta sobre a questão da autodeterminação em Timor-Leste, que teve lugar na universidade nos finais de 1997. Os grupos de solidariedade indonésios Solidariedade para com o Povo de Timor-Leste (*Fortilos*) e Solidariedade Indonésia pela Paz em Timor-Leste (*Solidamor*) nasceram a partir do Fórum.<sup>257</sup> Ambos apoiavam de maneira explícita a autodeterminação. A *Solidamor* desempenhou um papel fundamental ao divulgar informação na Indonésia,<sup>†</sup> participou na monitorização do acto eleitoral de Agosto de 1999 e, nesse mesmo mês, recebeu a incumbência de servir de órgão de ligação da Resistência

---

\* Nascido na Holanda, Haji Princen foi um famoso pioneiro dos direitos humanos na Indonésia desde os tempos da Independência, lutando do lado da Indonésia. Deu protecção a muitos timorenses de leste, incluindo aqueles que procuravam asilo político no estrangeiro. Os timorenses ergueram-lhe um memorial no Parque Borja da Costa, em Díli, para assinalar a sua morte, em 2002.

† Em 1986, a *Solidamor* traduziu e publicou o texto de José Ramos-Horta's *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*. O trabalho criativo de relações públicas desenvolvido pela *Solidamor* em prol de Timor abrangeu a publicação de um livro de bolso de referência, *Mengenal Timor Timur Dulu dan Sekarang* (Aprender a Conhecer Timor-Leste, Ontem e Hoje), *Solidamor*, Jacarta, Setembro de 1998.

timorense (CNRT) em Jacarta. Em Maio de 2000, cerca de 50 timorenses pró-integração assaltaram o escritório da *Solidamor*, roubando ficheiros e dinheiro e causando ferimentos a vários activistas, entre os quais Bonar Tigor (Coki) Naipospos, que então detinha a presidência da *Solidamor*. As autoridades mal reagiram e pouco fizeram.

511. Os grupos pró-Timor dedicaram-se a informar e a mobilizar jovens activistas, publicando informação alternativa sobre Timor-Leste. Entre os primeiros exemplos deste trabalho, devem referir-se a entrevista de Robert Domm com Xanana Gusmão e o livro *East Timor: Indonesian Occupation and Genocide*, da autoria do professor Barbedo de Magalhães. A ONG indonésia *Pijar* publicou traduções em língua indonésia do relatório elaborado pelo Relator Especial da ONU, Bacre Waky Ndiaye, em 1995, as entrevistas de Michele Turner a refugiados timorenses, em livro intitulado *Telling East Timor: Personal Testimonies 1942-1992*, e o depoimento de defesa do líder clandestino da Renetil, Fernando de Araújo. Em Salatiga, Geni (*Gemi Nastiti Foundation*) publicou artigos críticos do desenvolvimento em Timor-Leste e das manifestações contra o bispo D. Carlos Ximenes Belo, em Java. Em Semarang, os estudantes da Universidade Diponegoro publicaram o depoimento de defesa da Xanana Gusmão e as críticas tecidas por George Aditjondro acerca da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

512. Os activistas timorenses e indonésios aderiram igualmente à acção directa conjunta, em particular através da *SPRIM*, organização membro do Partido Popular Democrático (*Partai Rakyat Demokratik, PRD*). Os membros do *PRD*, entre os quais se incluíam estudantes, operários, camponeses e artistas, referiam-se sempre à exigência de um referendo em Timor-Leste nas suas intervenções em prol de um salário mínimo, de eleições transparentes e de um novo presidente. A *SPRIM* organizava manifestações públicas e, em 1995, juntou-se aos timorenses que ocuparam as embaixadas dos Países Baixos e da Rússia em Jacarta.

513. Os activistas indonésios criaram também ligações com organizações da sociedade civil da região Ásia-Pacífico, com as quais partilhavam posições semelhantes. Rachland Nashidik e Tri Agus Susanto Siswiharjo, líderes da organização *Pijar*, estiveram presentes na primeira conferência da Coligação Ásia-Pacífico por Timor-Leste (*APCET*), realizada em Manila em 1994. Houve também indonésios presentes nas conferências *APCET II*, em Kuala Lumpur, em 1995, e *APCET III*, em Bangucoque, em 1998. Foram igualmente mantidas relações com a Austrália, através de uma rede da qual faziam parte a Acção de Solidariedade com a Indonésia e Timor Leste (*ASJET*) e o Programa Indonésia-Austrália de Cooperação com a Indonésia (*IAPC*).<sup>\*</sup> A revista trimestral australiana *Inside Indonesia*, criada em 1983, foi um respeitado meio de troca de pontos de vista e outra fonte de informação alternativa sobre Timor-Leste, para os leitores indonésios.

514. Outras ONG prestaram assessoria jurídica e assistência pastoral a prisioneiros políticos timorenses, encarcerados em Timor-Leste e na Indonésia por promoverem a autodeterminação. Quando um elevado número de timorenses foi detido após o Massacre de Santa Cruz, em 1991, advogados indonésios e outros viajaram até Timor-Leste para ajudar na sua defesa em tribunal. No seu depoimento, Ade Rostina Sitompul declarou à Comissão que corriam risco pessoal, ao darem assistência aos prisioneiros timorenses em Díli naquela época:

---

<sup>\*</sup> O *IAPC* foi criado pelo Conselho Australiano para a Assistência Externa (*ACFOA*, hoje *ACFID*) para promover as ligações interpessoais entre cidadãos da Indonésia e da Austrália e, em parte, para compensar a percepção, existente na Indonésia, de que as ONG australianas se encontravam demasiado centradas em Timor-Leste. O contributo do *IAPC* para o Fórum Internacional de ONG para o Desenvolvimento da Indonésia (*INFID*) e para outras organizações indonésias permitiu que a posição de Timor-Leste se elevasse num ambiente mais positivo. Em 1992, o secretário do *IAPC*, Pat Walsh, foi expulso da Indonésia e mantido numa lista negra durante vários anos, depois de o seu nome ter sido referido durante os julgamentos do Massacre de Santa Cruz.

*Não era tarefa fácil, porque o aparelho de segurança era muito repressivo e, onde quer que nos deslocássemos, éramos sempre seguidos...Advogados, como Pak Luhut [Pangaribuan] foram aterrorizados no Hotel Turismo...Recebíamos chamadas telefônicas a dizer-nos que nos fôssemos embora, ou então seríamos mortos. Senti muito medo.<sup>258</sup>*

515. A *Elsam* e as organizações de justiça social da Igreja Protestante (*PGI*) e da Igreja Católica (*KWI*) formaram um Comité Conjunto para a Defesa dos Timorenses (*JCDET*). O seu papel consistia em prestar assistência jurídica, dar apoio às famílias dos prisioneiros em Timor-Leste e conceder bolsas a estudantes timorenses cujas actividades políticas lhes haviam feito perder as bolsas outorgadas pelo governo. O Instituto de Apoio Judiciário de Surabaya representou José António Neves durante o seu julgamento, em 1994/95, argumentando que o julgamento era ilegal pelo facto de Timor-Leste ainda não ter exercido o seu direito à autodeterminação.

516. Em 1994, Ade Rostina Sitompul teve de abandonar a Indonésia durante seis meses, para evitar a detenção.

517. A experiência de George Aditjondro exemplifica do mesmo modo o custo de se ser opositor às políticas indonésias em Timor-Leste. Em 1994, depois de um jornal australiano publicar os seus relatórios sobre Timor-Leste, Aditjondro era declarado traidor por várias figuras importantes do governo e a sua casa em Salatiga apedrejada. Abandonou a Indonésia em 1995, por um período longo de tempo.\*

518. Os apoiantes de Timor-Leste não tinham de enfrentar apenas os militares e um Estado hostil. Muitas pessoas da sociedade civil maioritária, incluindo cristãos, muçulmanos e profissionais de classe média, discordavam igualmente dos seus pontos de vista e apoiavam a posição oficial relativa a Timor-Leste. Independentemente das razões que os moviam, muitos indonésios destes círculos tinham em comum o temor de que a Indonésia se desintegrasse, à semelhança da Jugoslávia e da União Soviética, se fosse permitido a Timor-Leste abandonar a República. Este ponto de vista também era partilhado por algumas pessoas do movimento democrático que, embora concordando com o apelo dos activistas a uma reforma profunda, incentivavam os apoiantes indonésios de Timor-Leste e os seus colegas timorenses a desistirem da ideia de independência e a trabalharem com eles em prol da grande causa da democracia para todos. Eram argumentos poderosos. No entanto, os activistas timorenses em nenhum momento ameaçaram a segurança ou a integridade nacional da Indonésia, nem pretenderam interferir nos assuntos internos do país, mantendo-se exclusivamente centrados na sua própria luta legítima.

519. A partir de meados da década de 1990, uma representação multisectorial de importantes pessoas e organizações do movimento pró-democracia juntou-se à geração mais nova, em apoio de Timor-Leste. O Fórum Internacional de ONG para o Desenvolvimento da Indonésia (*INFID*) – uma coligação composta por mais de 100 ONG indonésias e internacionais – pronunciou-se sobre “o surgimento de um número cada vez maior de vozes entre o movimento de democratização na Indonésia favoráveis a uma solução pacífica para o conflito em Timor-Leste”.<sup>259</sup> Entre essas vozes, contavam-se o antigo editor do *Tempo*, Gunawan Mohammad, o educador católico padre Mangunwijaya, o líder sindicalista Mochtar Pakpahan e o conhecido dissidente islâmico Sri Bintang Pamungkas, todos apoiando a autodeterminação.

---

\* Aditjondro foi obrigado a partir rapidamente para escapar a um julgamento político por artigos publicados acerca das empresas ligadas a Suharto, mas os seus pontos de vista sobre Timor-Leste também complicaram o seu relacionamento com o regime [Herb Feith, Emma Baulch e Pat Walsh (Eds.), *East Timor: An Indonesian Intellectual Speaks Out*].

520. Várias figuras da sociedade política dominante contestaram igualmente a política governamental, entre eles os líderes das duas maiores organizações muçulmanas da Indonésia. Em 1996, o líder da *Muhammadiyah*, Amien Rais, declarou publicamente que Timor-Leste devia ter a possibilidade de separar-se da Indonésia, se fosse essa a vontade do seu povo. Perante a imprensa australiana, Rais disse acreditar que o Governo indonésio havia feito o seu melhor, mas que “se os timorenses ainda desejam um referendo e querem ter um país livre, então acho melhor fazermos as despedidas. Se o resultado do referendo é genuíno, então não podemos agarrar-nos à nossa posição. Deixem-nos ser livres”.<sup>260</sup> Abdurrahman Wahid, também conhecido como Gus Dur, líder da *Nahdlatul Ulama (NU)*, a maior organização islâmica da Indonésia, fez referências em público à necessidade de resolver o problema de Timor-Leste. Em privado, as suas referências eram mais explícitas. Com o seu apoio, o *INFID* fez regularmente referências a Timor-Leste nas suas declarações em conferências. Baseado no pressuposto de que os direitos humanos e a democratização eram essenciais para o desenvolvimento sustentável, o *INFID* contestou a perspectiva de segurança dos militares e apelou à comunidade internacional para que suspendesse todas as formas de assistência militar até o *TNI* se subordinar ao controlo do poder civil. Apelou igualmente à comunidade internacional no sentido de esta “apoiar a criação de um tribunal internacional para investigar presumíveis crimes de guerra cometidos pelo pessoal militar indonésio em Timor-Leste”,<sup>261</sup> no seguimento da violência pós-eleitoral de 1999.

521. Yeni Rosa Damayanti deu conta à Comissão do ambiente de euforia vivido entre as fileiras da sociedade civil indonésia após a queda de Suharto, em Maio de 1998. Ao longo dos meses que se seguiram, os activistas indonésios visitaram Timor-Leste em liberdade e intensificaram a sua campanha pública. “Deixámos completamente de falar sobre Timor-Leste em salas secretas e fechadas.”<sup>262</sup> Porém, o regime da Nova Ordem manteve-se quase totalmente intacto. Yeni Rosa Damayanti e Nugroho Katjasungkana afirmaram que as ONG indonésias, baseadas na sua experiência ao longo de muitos anos de repressão às mãos do aparelho de segurança, ficaram muito surpreendidas que, em 1999, a ONU tivesse confiado a segurança aos militares e polícia indonésios. Em Abril de 1999, por exemplo, os grupos de apoio indonésios tiveram de esconder alguns timorenses em casas-refúgio, quando o *Kopassus* trouxe para Jacarta 150 membros de milícias pró-integração a fim de dar caça às pessoas que faziam campanha em prol da autodeterminação.<sup>263</sup>

522. Apesar (e também por causa) da desconfiança que sentiam pelo *TNI*, cerca de 600 membros de organizações da sociedade civil indonésia deslocaram-se a Timor-Leste em Agosto de 1999 na qualidade de observadores do acto eleitoral. Coordenados pelo Comité Independente para a Vigilância Directa do Acto Eleitoral (*Komite Independen Pemantau Suara - Kiper*),\* compunham o maior grupo de observadores externos e rejeitaram as alegações da Indonésia de que a ONU havia manipulado a votação. Com a sua presença, proporcionaram protecção aos eleitores timorenses e ajudaram a levar a efeito o histórico acto de autodeterminação para o qual eles, como indonésios, haviam contribuído contra ventos e marés. Não foi o Presidente Habibie a primeira pessoa na Indonésia a falar num referendo em Timor-Leste, nem foi o primeiro-ministro australiano John Howard que lho sugeriu pela primeira vez. Muitos anos antes de 1999, a sociedade civil indonésia começara a defender essa ideia.

## 6.4 Conclusão

523. Ian Martin, responsável máximo da UNAMET, a instituição encarregada de garantir que o povo de Timor-Leste exercesse o seu direito à autodeterminação, escreveu o seguinte:

---

\* O *Kiper* foi presidido por Bonar Tigor Naipospos. Os membros da direcção incluíam o Lukman Sutrisno, Abdurrahman Wahid, Arief Budiman, Saparinah Sadli e George Aditjondro.

O papel das organizações não governamentais [ONG] e de alguns indivíduos notáveis que se preocupavam com Timor Leste quando o mundo diplomático lhe era completamente indiferente, é uma história carregada de lições importantes...<sup>264</sup>

524. Este é o ponto de vista partilhado pela maioria das pessoas. Grande parte do trabalho realizado pelas pessoas do movimento de solidariedade foi realizado face à hostilidade dos respectivos governos e outros detentores de poder. Mesmo em países ricos, a maioria das organizações e pessoas ligadas à solidariedade debatiam-se com fundos e recursos limitados naquilo que muitos consideravam como uma questão marginal. O grosso do trabalho era feito por pessoas que prescindiam dos seus serões e fins-de-semana de lazer, ou dos seus empregos a tempo inteiro, para se dedicarem à causa de Timor-Leste. Tratou-se de um processo de luta, mas também de partilha e de aprendizagem, de ajuda aos timorenses dentro de Timor-Leste e na diáspora e de construção de parcerias e de amizades entre diferentes grupos nacionais e transnacionais.

525. No dia 23 de Maio de 2002, três dias após as comemorações da independência de Timor-Leste, realizou-se em Díli um encontro para prestar homenagem à solidariedade internacional. Três dos recém-empossados dirigentes nacionais de Timor-Leste – o Presidente Kay Rala Xanana Gusmão, o primeiro-ministro Mari Alkatiri e o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Ramos-Horta – aproveitaram a ocasião para enaltecerem todas as pessoas e grupos que haviam apoiado os timorenses na sua luta. Vários dias antes, no Parque Internacional do Povo frente à praia de Lecidere, o Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, dirigindo-se a uma reunião organizada pelo programa de Voluntários das Nações Unidas, afirmou: “Sem o trabalho dos Voluntários da ONU, Timor-Leste não teria conseguido recuperar da destruição. Sem a intervenção da solidariedade internacional, Timor-Leste não conseguiria ter alcançado a sua independência.” No local, lêem-se numa placa as seguintes palavras proferidas por José Ramos-Horta, laureado com o Prémio Nobel da Paz: “Nunca vos esqueceremos, nossos amigos para a eternidade.”<sup>265</sup>

526. A Comissão entende que se podem retirar desta experiência as seguintes conclusões:

6. O contributo da sociedade civil para a resolução do problema de Timor-Leste só foi possível porque a sociedade civil existiu e pôde actuar livremente como sector independente em muitas partes do mundo, ou porque, como sucedeu na Indonésia e no próprio território de Timor-Leste, a sociedade civil se levantou contra a repressão. A experiência de Timor-Leste ensina-nos que uma sociedade civil robusta é fundamental para assegurar o funcionamento adequado de cada sociedade, a título individual, e da comunidade internacional.
7. Ao longo de 25 anos de luta, forjou-se uma forte parceria entre muitos dos actuais líderes de Timor-Leste provenientes de todos os quadrantes e a sociedade civil internacional, situação rara na história da construção de uma nação. Esta parceria, actualmente numa nova fase, deve ser alimentada de ambos os lados, uma vez que constitui um activo importante para Timor-Leste a longo prazo.
8. Com a sua experiência em Timor-Leste, a sociedade civil deve aprender que, embora precise de agir de maneira estratégica, a sua eficácia é maior quando (a) se cinge a princípios, (b) é politicamente desinteressada, (c) é não violenta, (d) se abre ao contributo de todos, e (e) age com independência, mas sempre que possível pronta a cooperar com o governo e as empresas.

## 7 Conclusões

### 7.1 Comunidade internacional

527. A Comissão conclui que:

9. O facto de as Nações Unidas reconhecerem que Timor-Leste era um território não autónomo com direito à autodeterminação foi fundamental para o destino de Timor-Leste, como povo de pequena dimensão e vulnerável. A questão de Timor-Leste adquiriu, deste modo, uma base jurídica internacional que se tornou o principal trunfo do povo timorense na sua luta desigual pela independência.
10. O respeito dos Estados membros pelo sistema jurídico internacional e pelo papel das Nações Unidas é essencial a um bom relacionamento internacional e à manutenção da paz e da justiça, particularmente quando se trata de minorias. O povo de Timor-Leste sabe, por experiência própria, quão amargas são as consequências quando os Estados membros não respeitam os princípios internacionais, mas sabe também que um funcionamento adequado das Nações Unidas beneficia todos.
11. A maioria dos membros das Nações Unidas não apoiaram Timor-Leste na Assembleia Geral entre 1976 e 1982, quer votando contra as resoluções sobre Timor-Leste, quer abstendo-se. Até ser confiada ao Secretário-Geral, em 1982, a questão de Timor-Leste manteve-se viva na agenda das Nações Unidas graças a apenas um terço da comunidade mundial. A maior parte dos países que constituíam este terço eram Estados do Terceiro Mundo ou socialistas. Só quatro países ocidentais apoiaram Timor-Leste nas Nações Unidas durante este período: Chipre, Grécia, Islândia e Portugal.
12. A maioria dos países ocidentais não conseguiu encontrar um justo equilíbrio entre o apoio ao princípio da autodeterminação e os seus interesses económicos e estratégicos em relação à Indonésia. Em 1975, o peso destes últimos prevaleceu e a autodeterminação passou a ser objecto de meras declarações de respeito.
13. Em muitos países, a sociedade civil teve um papel crucial na defesa dos princípios internacionais, incluindo em Portugal e na Indonésia. A sociedade civil promoveu o direito de Timor-Leste à autodeterminação, prestou assistência moral, política e financeira à luta do povo timorense e desafiou a indiferença ou a hostilidade dos governos para com Timor-Leste. O respeito pelos direitos civis e políticos e o funcionamento de uma sociedade civil robusta são cruciais para o bom funcionamento das sociedades individuais e do sistema internacional.
14. Timor-Leste beneficiou do contributo de importantes funcionários e organismos das Nações Unidas, incluindo Secretários-Gerais e os representantes especiais ou pessoais por eles nomeados, de funcionários do Secretariado com responsabilidade pela questão, do Comité Especial de Descolonização, dos Relatores Especiais sobre Direitos Humanos e do Subcomité para a Protecção das Minorias.
15. O Conselho de Segurança reconheceu o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação em 1975 e 1976, mas fracassou na defesa eficaz deste direito até 1999. Não interveio para deter a invasão indonésia apesar de, pelo menos, dois dos seus membros saberem das intenções da Indonésia; exprimiu a sua preocupação pela perda de vidas e falou da necessidade de evitar um banho de sangue, mas não disponibilizou ajuda humanitária de emergência; não sancionou a Indonésia pelo incumprimento das suas vontades; não deu andamento à Resolução 389 e pôs a questão na gaveta até 1999. A responsabilidade pela falta de respeito pelo direito de Timor-Leste à autodeterminação era da responsabilidade dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança que, com excepção da China, demitiram-se a questão de Timor e optaram, à custa de Timor, por proteger a Indonésia das reacções internacionais.

16. Os Estados Unidos da América reconheceram que o povo de Timor-Leste tinha direito à autodeterminação, mas não apoiaram nenhuma das resoluções das Nações Unidas sobre a questão entre 1975 e 1982 nem, até 1998, forneceram qualquer apoio à luta de Timor-Leste pela autodeterminação. Como membro permanente do Conselho de Segurança e como superpotência, os Estados Unidos da América tinham poder e influência para impedir a intervenção militar indonésia mas escusaram-se a fazê-lo. Consentiram a invasão e permitiram que a Indonésia utilizasse o seu equipamento militar com consciência de que violava a legislação dos Estados Unidos da América e de que o referido equipamento seria utilizado para suprimir o direito à autodeterminação. Continuou a fornecer apoio militar, económico e político à Indonésia, apesar das resoluções do Conselho de Segurança que exortavam a Indonésia a retirar as suas tropas e a permitir o livre exercício da autodeterminação.
17. Tanto a França como o Reino Unido reconheceram o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação mas, embora sendo membros permanentes do Conselho de Segurança, optaram por manter o silêncio sobre a questão. Ambos os países se abstiveram de apoiar as resoluções da Assembleia Geral entre 1975 e 1982 e, até 1998, não promoveram este direito nem forneceram assistência à luta do povo timorense. Ambos os países aumentaram a ajuda e a cooperação comercial e militar com a Indonésia durante a ocupação. Algum equipamento militar francês e britânico foi utilizado pelas forças indonésias em Timor-Leste.
18. A China e a União Soviética apoiaram as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral sobre a questão, entre 1975 e 1982 (com excepção da de 1979, no que toca à China). A Indonésia alegou, falsamente, que ambos os países eram aliados da Fretilin e tinham interesses estratégicos em Timor-Leste e serviu-se disto para justificar a intervenção militar. Na realidade, ambos os países tinham interesses prioritários na Indonésia e só marginalmente se interessaram por Timor, para além de um certo apoio inicial concedido pela China.
19. O Japão apoiou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e não reconheceu a integração nem forneceu assistência militar à Indonésia. No entanto, entre 1975 e 1982, votou apenas a favor de uma resolução. O Japão era o principal investidor na Indonésia e seu principal doador e tinha mais capacidades do que outras nações asiáticas para influenciar a política de Jacarta, mas não utilizou este privilégio a favor de Timor-Leste.
20. O Vaticano apoiou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e, coerente com esta posição, não integrou a Igreja Católica local na Igreja indonésia, apesar das pressões da Indonésia nesse sentido. O Papa João Paulo II foi o único líder mundial que visitou o território durante a ocupação. Os dirigentes da Igreja Católica em Timor-Leste solicitaram regularmente o apoio do Vaticano aos seus apelos à autodeterminação, mas o Vaticano, preocupado em proteger a Igreja Católica na Indonésia muçulmana, manteve publicamente o silêncio sobre a questão e desincentivou outros membros da Igreja a promoverem o caso de Timor.

## 7.2 Principais interessados

528. A Comissão conclui que:

21. A diplomacia da Resistência de Timor-Leste foi o factor mais importante para alcançar a autodeterminação. A Resistência manteve os seus compromissos face a desafios duríssimos que compreendiam uma desunião significativa, recursos limitados, isolamento e outros obstáculos tremendos dentro e fora de Timor-Leste. A diplomacia da Resistência acabou por ter êxito porque se centrou nos princípios acordados a nível internacional, evitou ideologias e violência, abriu-se à colaboração de todos os timorenses e utilizou ao máximo o sistema internacional, os meios de comunicação e as redes da sociedade civil. Tratando-se de um caso de direitos humanos e de moral (mais do que de ideologia), a questão de Timor-Leste adquiriu legitimidade e apoio a nível internacional, em detrimento da Indonésia, cujo caso assentava na força e que não tinha qualquer fundamento jurídico ou moral.
22. A República da Indonésia, na vigência do Presidente Suharto, violou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação. Pode imputar-se principal responsabilidade por esta violação ao Presidente Suharto, mas também às Forças Armadas indonésias, aos serviços de informação e ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais que foram os principais responsáveis pelo seu planeamento e execução.
23. O Presidente Suharto e os seus conselheiros decidiram incorporar o Timor português em 1974 e serviram-se de vários meios para conseguir os seus intentos. Entre estes meios contava-se propaganda, intimidação, subversão, interferência nos assuntos internos do Timor português e, finalmente, a força e a ocupação militar.
24. A Assembleia Popular de Representantes, reunida em Díli, a 31 de Maio de 1976, não satisfaz os requisitos internacionais de um acto de autodeterminação genuíno. A Assembleia não era representativa e não constituiu um processo democrático e informado. Timor estava sob ocupação militar e no meio de um conflito armado e não se encontrava numa fase avançada de autogovernação com instituições políticas livres que pudessem dar ao seu povo a capacidade de proceder a uma verdadeira escolha. O processo propunha uma única opção e foi rejeitado pelas Nações Unidas.
25. Os militares indonésios suprimiram pela força a defesa da autodeterminação no interior de Timor-Leste e os organismos governamentais indonésios procuraram neutralizar os defensores timorenses e indonésios da autodeterminação e a sociedade civil internacional.
26. O povo indonésio não tem qualquer responsabilidade no que toca a estas violações. A sociedade civil indonésia deu provas de uma coragem rara ao apoiar activamente o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.
27. Depois das mudanças na política indonésia introduzidas pelo Presidente Habibie, em 1999 realizou-se em Timor um acto genuíno de autodeterminação, apesar das violentas tentativas dos militares indonésios para o subverter.
28. A República Portuguesa, no regime Salazar/Caetano, violou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação ao não reconhecer o estatuto de território não autónomo e ao não preparar o povo timorense para a autogovernação, em conformidade com os requisitos das Nações Unidas. Ficou assim minado o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, pois este facto contribuiu para a ideia de que um Timor-Leste independente não era económica nem politicamente viável e só podia existir mediante incorporação na Indonésia.
29. A decisão tomada por Portugal em 1974 de reconhecer o direito de Timor-Leste à autodeterminação foi histórica e mudou o destino de Timor. Portugal, contudo, não cumpriu adequadamente as suas responsabilidades durante este período crucial e deixou Timor-Leste relativamente indefeso perante os planos da Indonésia para incorporar o território.
30. Como potência administrante, Portugal aderiu ao princípio da autodeterminação durante toda a ocupação indonésia e forneceu assistência financeira e política ao povo de Timor-Leste na sua luta pela autodeterminação. No entanto, a diplomacia portuguesa não se equiparou à da Indonésia e não foi suficientemente forte nem consistente na defesa da autodeterminação durante grande parte da ocupação.

31. A sociedade civil portuguesa apoiou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação fazendo, nomeadamente, a sua defesa tanto a nível interno como no estrangeiro e difundindo regularmente informações sobre a questão.
32. A Austrália estava bem posicionada para influenciar as decisões políticas sobre a questão, porque o povo de Timor-Leste, o Presidente Suharto e a comunidade internacional consideravam importantes as suas opiniões nesta matéria. A Austrália pronunciou-se contra o uso da força em 1975, mas deixou a Indonésia pensar que não se opunha à incorporação. Não usou a sua influência internacional para tentar deter a invasão e poupar Timor às consequências previsíveis em termos humanitários. A Austrália reconheceu o direito à autodeterminação mas, na prática, minou-o ao acomodar os desígnios da Indonésia sobre o território, opondo-se à independência e à Fretilin e reconhecendo *de jure* a anexação indonésia. Entre 1975 e 1982, a Austrália apoiou apenas uma resolução da Assembleia Geral sobre a questão, forneceu assistência económica e militar à Indonésia e esforçou-se por conquistar a opinião pública australiana e a comunidade internacional para que estas apoiassem a posição indonésia.
33. As Nações Unidas e os seus Estados membros deram um forte apoio ao acto de autodeterminação realizado em 1999.

Apêndice: Padrão de votação das resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste

**Table 1 - Quadro 1 - Resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste: Modo de Votação dos países, 1975/82**

Negara	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Afghanistan	A	A	A	Y	Y	Y	Y	Y
Albania	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Algeria	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Angola	-	-	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Antigua dan Barbuda	-	-	-	-	-	-	NP	T
Argentina	A	A	A	A	A	T	T	T
Australia	Y	A	A	T	T	T	T	T
Austria	A	A	A	A	A	A	A	A
Bahama	A	A	A	A	A	A	A	A
Bahrain	Y	A	A	A	A	A	T	T
Bangladesh	Y	T	T	T	T	T	T	T
Barbados	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Belgia	A	A	A	A	A	A	A	A
Belize	-	-	-	-	-	-	Y	Y
Benin	T	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Bhutan	A	A	A	A	A	A	A	A
Bolivia	Y	A	A	A	A	T	T	A
Botswana	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A
Brazilia	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Bulgaria	Y	Y	Y	Y	NP	NP	NP	NP
Myanmar	NP	NP	A	A	A	A	A	A
Burundi	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Byelorussia SSR	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Cambodia (Democratic Kampuchea)	NP	Y	NP	A	NP	T	T	T
Canada	A	A	A	A	Y	T	T	T
Cap Verde	NP	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Central African Republic	NP	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A
Chad	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	T
Chile	A	T	T	T	T	T	T	T
China	Y	Y	Y	Y	T	Y	Y	Y
Colombia	A	Y	A	A	T	T	T	A
Comoros	NP	NP	Y	NP	NP	NP	T	NP
Congo	NP	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Costa Rica	A	A	A	NP	Y	A	NP	A
Cuba	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Cyprus	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Czechoslovakia Democratic	Y	Y	Y	Y	A	A	A	A
Yemen	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Denmark	A	A	A	A	A	A	A	A
Djbouti	-	-	A	NP	NP	NP	NP	NP
Dominica	-	-	-	-	NP	NP	NP	A
Dominican Republic	NP	A	A	A	A	A	T	A
Ecuador	Y	Y	Y	A	NP	A	Y	NP
Egypt	A	A	T	T	T	T	T	T
El Salvador	Y	A	A	A	A	T	T	T
Equatorial Guinea	Y	Y	Y	NP	Y	Y	A	NP
Ethiopia	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Fiji	Y	A	A	A	A	A	A	T
Finland	A	A	A	A	A	A	A	A

Perancis	A	A	A	A	A	A	A	A
Gabon	Y	Y	Y	A	A	A	A	A
Gambia	Y	Y	Y	Y	Y	NP	T	T
Republik Demokrasi Jerman	Y	Y	Y	Y	NP	NP	NP	NP
Republik Federal Jerman	A	A	A	A	A	A	A	A
Ghana	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A	Y
Yunani	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Grenada	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Guatemala	A	A	A	A	A	NP	T	T
Guinea	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A
Guinea-Bissau	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Guyana	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Haiti	Y	A	Y	Y	Y	Y	Y	A
Honduras	NP	A	A	A	T	T	T	T
Hungaria	Y	Y	Y	Y	A	A	A	A
Iceland	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
India	T	T	T	T	T	T	T	T
Indonesia	T	T	T	T	T	T	T	T
Iran	T	T	T	T	Y	Y	Y	NP
Iraq	A	A	T	T	T	T	T	T
Ireland	A	A	A	A	A	A	A	Y
Israel	A	A	NP	A	A	A	A	A
Italy	A	A	A	A	A	A	A	A
Ivory Coast	Y	Y	A	A	A	A	A	A
Jamaica	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A	A
Jepang	T	T	T	T	T	T	T	T
Jordan	A	T	T	T	T	T	T	T
Kenya	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Kuwait	Y	A	A	A	A	NP	T	T
Laos Republik Demokrasi Rakyat	Y	Y	Y	A	Y	Y	NP	Y
Lebanon	NP	A	A	A	A	NP	NP	A
Lesotho	Y	Y	Y	Y	Y	A	Y	Y
Liberia	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A	T
Republik Arab Lybia	NP							
Luxembourg	A	A	A	A	A	A	A	A
Madagascar	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Malawi	Y	Y	A	Y	Y	Y	Y	Y
Malaysia	T	T	T	T	T	T	T	T
Maladiva	NP	A	T	T	T	T	T	T
Mali	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Malta	NP							
Mauritania	A	T	T	T	A	A	A	A
Mauritius	A	Y	NP	Y	NP	A	NP	Y
Meksico	Y	Y	Y	Y	Y	NP	Y	Y
Mongolia	Y	Y	Y	Y	Y	Y	NP	NP
Moroko	A	T	T	T	A	A	A	T
Mozambique	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Nepal	Y	A	A	A	A	A	A	A
Nederland	A	A	A	A	A	A	A	A
Zelandia Baru	A	A	A	A	T	T	T	T
Nikaragua	A	T	T	T	Y	Y	Y	Y
Niger	Y	NP	Y	Y	Y	Y	NP	A
Nigeria	Y	NP	Y	A	A	A	A	A
Norwegia	A	Y	A	A	A	A	A	A
Oman	A	T	T	T	T	T	T	T
Pakistan	Y	A	A	A	A	A	A	T
Panama	A	Y	Y	A	A	A	A	A
Papua Niugini	NP	A	A	T	T	T	T	T
Paraguay	A	A	A	T	T	NP	T	T

Peru	Y	A	A	A	A	A	A	A
Filippina	T	T	T	T	T	T	T	T
Polandia	Y	Y	Y	NP	NP	A	A	A
Portugal	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Qatar	T	A	A	T	T	T	T	T
Romania	Y	Y	Y	NP	A	A	A	A
Rwanda	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
St Christopher and Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-
St. Lucia	-	-	-	-	Y	Y	Y	T
St Vincent dan Grenadin	-	-	-	-	-	NP	T	NP
Samoa	-	-	A	A	A	A	A	A
Sao Tome dan Principe	NP	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Saudi Arabia	A	T	T	T	T	T	T	T
Senegal	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A	A
Seychelles	-	NP	NP	A	Y	Y	Y	Y
Sierra Leone	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Singapura	A	A	T	T	T	T	T	N
Kepulauan Solomon	-	-	-	NP	NP	NP	A	N
Somalia	NP	Y	NP	NP	NP	T	A	A
Africa Selatan	NP	NP						
Spanyol	A	A	A	A	A	A	A	A
Sri Lanka	A	A	A	A	A	A	A	A
Sudan	A	A	A	A	T	T	T	T
Suriname	NP	T	T	T	T	T	T	T
Swaziland	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Swedia	Y	Y	Y	Y	Y	A	A	A
Republik Arab Syria	A	A	T	T	T	T	T	T
Thailand	T	T	T	T	T	T	T	T
Togo	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Trinidad dan Tobago	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Tunisia	NP	T	T	T	T	T	T	T
Turki	A	T	T	T	T	T	T	T
Uganda	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Ukraina SSR	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
USSR	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Uni Arab Emirat	Y	A	A	A	A	A	NP	NP
Inggris Raya	A	A	A	A	A	A	A	A
Republik Persatuan Kamerun	Y	Y	Y	Y	A	A	A	A
Republik Persatuan Tanzania	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Amerika Serikat	A	T	T	T	T	T	T	T
Upper Volta	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	A
Uruguay	A	T	T	T	T	T	T	T
Vanuatu	-	-	-	-	-	-	Y	Y
Venezuela	Y	A	A	A	A	A	A	A
Vietnam	-	-	Y	NP	Y	Y	Y	Y
Yemen	NP	A	NP	NP	T	T	NP	T
Yugoslavia	A	A	A	A	A	A	A	A
Zaire	A	A	T	T	T	A	A	A
Zambia	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y
Zimbabwe	-	-	-	-	-	Y	Y	Y
Total	72:10:	68:20:	67:26:	59:31:	62:31:	58:35:	54:42:	50:46
	43:19	49:9	47:9	44:16	45:14	46:15	46:15	50:11
Proporsi suara untuk	50%	46.6%	44.9%	39.3%	40.8%	37.7%	34.4%	31.8%

<sup>1</sup> Ver o recente Parecer Consultivo sobre as Consequências Jurídicas da Construção de um Muro no Território Ocupado da Palestina, Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), 2004, parágrafo 155.

---

<sup>2</sup> Incluem: a Resolução 384 do Conselho de Segurança [doravante, CS], 22 de Dezembro de 1975; a Resolução 389 do CS, 22 de Abril de 1976; a Resolução 3485 (XXX) da Assembleia Geral [doravante, AG], 12 de Dezembro de 1975; a Resolução 31/53 da AG, 1 de Dezembro de 1976; a Resolução 32/34 da AG, 28 de Novembro de 1977; a Resolução 33/39 da AG, 13 de Dezembro de 1978; a Resolução 34/40 da AG, 21 de Novembro de 1979; a Resolução 35/27 da AG, 11 de Novembro de 1980; a Resolução 36/50 da AG, 24 de Novembro de 1981; a Resolução 37/30 da AG, 23 de Novembro de 1982.

<sup>3</sup> Artigo comum 1º, nº 2 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos [ICCPR] e do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais [ICESCR], Resolução AG 1514 (XV), 14 de Dezembro de 1960, parágrafo 2.

<sup>4</sup> Artigo 3º, *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais*, Resolução AG 1514 (XV), 14 de Dezembro de 1960.

<sup>5</sup> Artigo 1º, nº 3 do ICCPR e artº 1º, nº 3 do ICESCR.

<sup>6</sup> Comentário Geral da Comissão dos Direitos Humanos, nº 12, parágrafo 6.

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> *Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional relativos às Relações Amigáveis e a Cooperação entre Estados, de harmonia com a Carta das Nações Unidas*, Resolução AG 2625 (XXV), 24 de Outubro de 1970.

<sup>9</sup> Parecer Consultivo sobre as Consequências Jurídicas para os Estados da Presença Contínua da África do Sul na Namíbia (Sudoeste Africano) Apesar da Resolução 276 do Conselho de Segurança (1970) (1971), Relatório do Tribunal Internacional de Justiça 16, parágrafo 119; Parecer independente do Juiz Weeramantry no Caso Sobre Timor Leste (Portugal vs Austrália) (1995), Relatório do Tribunal Internacional de Justiça 90, em particular parágrafo 204; artº 41º, nº 2 Comissão do Direito Internacional, Proposta de Artigos Sobre a Responsabilidade dos Estados por Actos Abusivos, Comissão do Direito Internacional, Comentários sobre a Proposta de Artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Actos Abusivos, pp. 287-291, em particular p. 290.

<sup>10</sup> Resolução CS 384, 22 de Dezembro de 1975, parágrafo 1; e Resolução CS 389, 22 de Abril de 1976, parágrafo 1.

<sup>11</sup> Artigo 25º, Carta das Nações Unidas.

<sup>12</sup> Resolução CS 384, 22 de Dezembro de 1975, parágrafo 2; e Resolução CS 389, 22 de Abril 1976, parágrafo 2.

<sup>13</sup> Resolução CS 384, 22 de Dezembro de 1975, parágrafo 3.

<sup>14</sup> Documento 391, Jacarta, 23 de Dezembro de 1975, in Wendy Way (Ed.), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976*, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (DFAT), Documentos sobre a Política Externa Australiana, Melbourne University Press, Victoria, 2000 [doravante, Wendy Way (Ed.), DFAT].

<sup>15</sup> Documento 154, Jacarta, 10 de Julho de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT.

<sup>16</sup> Resolução AG 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, in Krieger (Ed.), *East Timor and the International Community Basic Documents*. Grotius. Cambridge University Press. 1997. pp. 29-30.

<sup>17</sup> Correspondência entre A.O. Salazar e o primeiro-ministro australiano, R.G. Menzies, 1961-1964, *Australian Senate Inquiry into East Timor, 1999-2000*, documento disponibilizado à CAVR, nº 5, pp. 31-47.

<sup>18</sup> Telegrama secreto, 5 Fevereiro 1963, desclassificado pelo governo australiano em 2002.

<sup>19</sup> José Ramos-Horta, *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*, Red Sea Press, Trenton, New Jersey, 1978, p. 14.

- 
- <sup>20</sup> Secretariado do Comité Especial sobre Descolonização, *Working Paper on Timor*, 20 de Novembro de 1975, in Krieger, pp. 18-26.
- <sup>21</sup> Documento 406, Jacarta, 24 de Janeiro de 1976, in Wendy Way (Ed.), *DFAT*, p. 674. Foram manifestadas opiniões semelhantes pelo embaixador da Nova Zelândia, Roger Peren, em 1978, in *New Zealand Government East Timor Official Information Act (OIA) Material* [doravante, Nova Zelândia (NZ), OIA Material], Volume 1, 13 de Janeiro de 1978.
- <sup>22</sup> Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, *Report on Decolonisation*, nº 7, Agosto 1976, p. 43.
- <sup>23</sup> Resolução AG 3294 (XXIX), 13 Dezembro 1974, parágrafo 2.
- <sup>24</sup> Mário Lemos Pires, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno 1974/1976, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>25</sup> Carta da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas ao Secretário-Geral, 28 de Novembro de 1975, in Krieger, p. 39.
- <sup>26</sup> Comunicado do Conselho de Ministros. Citado in UN Department of Political Affairs (Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas), *Report on Decolonisation*, p. 45.
- <sup>27</sup> Contactos Secretos entre Portugal, a Indonésia e o governo Provisório de Timor Leste: Junho/Julho 1976, in Wendy Way (Ed.), *DFAT*, pp. 782-783.
- <sup>28</sup> Caso Referente a Timor Leste (Portugal vs Austrália), 1995, Tribunal Internacional de Justiça, Relatório 90.
- <sup>29</sup> Mário Lemos Pires, depoimento, à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno 1974/1976, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>30</sup> Entrevista da CAVR a Adelino Gomes, Díli, 11 de Junho de 2003.
- <sup>31</sup> Krieger, pp. 39-40.
- <sup>32</sup> David Scott, depoimento prestado à CAVR, Audiência Nacional sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março, 2004, p. 2.
- <sup>33</sup> Australian Senate Report, *East Timor*, Dezembro 2000, p. 138.
- <sup>34</sup> Carta a J. L. Jones, Foreign and Commonwealth Office, 11 de Junho de 1976, in documentos desclassificados do Reino Unido [Dowson File 7.25].
- <sup>35</sup> Declaração, 6 de Setembro de 1983, Torben Retbøll (Ed), *East Timor: The Struggle Continues*, International Working Group for Indigenous Affairs, Copenhagen, 1984, p. 197.
- <sup>36</sup> Documento 888, 4 de Março de 1993, The National Security Archive [doravante NSA], George Washington University.
- <sup>37</sup> Jamsheed Marker, *East Timor: A Memoir of the Negotiations for Independence*, McFarland & Company, Inc., London, 2003, p. 73.
- <sup>38</sup> Resolução do CS 1272, 25 de Outubro de 1999.
- <sup>39</sup> Resolução AG 56/282, 8 de Maio de 2002.
- <sup>40</sup> Actas Oficiais da Assembleia Geral, citadas in UN Department of Politic Affairs, *Report on Decolonisation*, p. 41.
- <sup>41</sup> Citado in Donald Weatherbee, “Portuguese Timor: an Indonesian Dilemma”, *Asian Survey* 6 (12), Dez.1966, p. 689.
- <sup>42</sup> *Ibid*, p. 690.
- <sup>43</sup> Actas Oficiais da Assembleia Geral, citadas in UN Department of Politic Affairs, *Report on Decolonisation*, p.47.

- 
- <sup>44</sup> Actas Oficiais da Assembleia Geral, citadas in UN Department of Politic Affairs, *Report on Decolonisation*, pp. 14 e 48.
- <sup>45</sup> Documento 95, Jacarta, 24 Fevereiro 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 198.
- <sup>46</sup> Richard Woolcott. *The Hot Seat: Reflections on Diplomacy from Stalin's Death to the Bali Bombings*, Harper Collins Publishers, Sydney, 2003, p. 306.
- <sup>47</sup> Documento 217, Jacarta, 6 de Setembro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 391-392.
- <sup>48</sup> Krieger, p. 63.
- <sup>49</sup> Resolução AG 3485 (XXX), 12 Dezembro 1975 e Resolução CS 384 (1975), 22 Dezembro 1975, in Krieger, p. 123 e 53.
- <sup>50</sup> Relatório de Winspeare Guicciardi ao Secretário-Geral da ONU, 29 de Fevereiro de 1976, in Krieger, p. 92.
- <sup>51</sup> Krieger, pp. 47-49.
- <sup>52</sup> *Ibid.*, p. 124.
- <sup>53</sup> Audiência do Congresso dos EUA sobre Direitos Humanos em Timor Leste, Comité das Relações Internacionais, 19 de Julho de 1977, p. 47.
- <sup>54</sup> 1 de Junho de 1976, in NZ, OIA Material, Volume I.
- <sup>55</sup> José Ramos-Horta, carta ao Secretário-Geral da ONU, 8 de Julho de 1976, UN Doc. S/12133.
- <sup>56</sup> Francesc Vendrell, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15-17 de Março, 2004.
- <sup>57</sup> *Ibid.*
- <sup>58</sup> Krieger, p. 275.
- <sup>59</sup> Citado in Woolcott, p. 164.
- <sup>60</sup> Comunicado de Imprensa da ONU, 3 de Setembro de 1999.
- <sup>61</sup> Acta do Conselho de Ministros, Canberra, 5 de Fevereiro de 1963, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 26.
- <sup>62</sup> Documento 375, Jacarta, 13 de Dezembro de 1975 in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 627.
- <sup>63</sup> Acta do Conselho de Ministros, Canberra, 21 de Fevereiro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 627.
- <sup>64</sup> *Ibid.*, pp. 26-27.
- <sup>65</sup> Despacho de Furlonger, Jacarta, 19 de Janeiro de 1973, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 43.
- <sup>66</sup> "Submission to McMahon" Canberra, 1 de Dezembro de 1970 in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 42.
- <sup>67</sup> "Submission to Whitlam", Canberra, [30 de Maio] de 1973, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 45.
- <sup>68</sup> Australian Senate Report, *East Timor*, Dezembro de 2000, p. 141.
- <sup>69</sup> Documento 263, Canberra, 16 de Outubro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 470.
- <sup>70</sup> Documento 26, Yogyakarta, 6 de Setembro de 1974, in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 95-96.
- <sup>71</sup> Documento 45, Lisboa, 14 de Outubro de 1974, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 119.
- <sup>72</sup> Documento 24, Canberra, 2 de Setembro de 1974, in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 91-92.
- <sup>73</sup> Documento 123, Townsville, 4 de Abril de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 246.
- <sup>74</sup> Documento 169, Jacarta, 17 Agosto 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, pp. 313-314.
- <sup>75</sup> Documento 191, Canberra, 27 de Agosto de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 347.

- 
- <sup>76</sup> Documento 265, Jacarta, 16 de Outubro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 473.
- <sup>77</sup> Documento 310, Jacarta, 29 de Outubro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 533.
- <sup>78</sup> Wendy Way (Ed.), DFAT, 2001, p. 13.
- <sup>79</sup> Citado in Australian Senate Report, *East Timor*, p. 167.
- <sup>80</sup> *Ibid*, pp. 174-75.
- <sup>81</sup> Relativamente ao texto do relatório sobre o inquérito, ver *East Timor in Transition 1998-2000: An Australian Policy Challenge*, DFAT (doravante, *East Timor in Transition*, DFAT), Canberra 2001, pp. 177-179.
- <sup>82</sup> *Australian Senate Report, East Timor*, p. 142.
- <sup>83</sup> Resolução CS 384 (1975), 22 de Dezembro de 1975, in Krieger, pp. 53-54.
- <sup>84</sup> *Ibid*.
- <sup>85</sup> Relatório do Representante Especial do Secretário-Geral, 29 de Fevereiro de 1976, in Krieger, p. 93.
- <sup>86</sup> Resolução CS 389 (1976), 22 de Abril de 1976, in Krieger, p. 93
- <sup>87</sup> Francesc Vendrell, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Díli, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>88</sup> *Ibid*.
- <sup>89</sup> *Ibid*.
- <sup>90</sup> *Ibid*.
- <sup>91</sup> Jamsheed Marker, p. 204.
- <sup>92</sup> O texto dos Acordos pode ser consultado in Ian Martin, *Self-determination in East Timor: The United Nations, the Ballot, and International Intervention*, Lynne Rienner Publishers, London, 2001, pp.141-148 [A tradução desta obra em português, Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, não inclui o texto dos Acordos. As versões em português e em tétum dos textos dos Acordos podem ser consultadas em: <http://www.un.org/peace/etimor99/etimor.htm>].
- <sup>93</sup> Resolução CS 1236 (1999).
- <sup>94</sup> Mark Riley, “How the UN plans to abandon a people”, *Sydney Morning Herald*, 7 de Agosto de 1999.
- <sup>95</sup> Ian Martin, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, Díli, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>96</sup> *Ibid*.
- <sup>97</sup> Resolução CS 1264 (1999).
- <sup>98</sup> Documento 55, Jacarta, 29 de Outubro de 1974, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 130.
- <sup>99</sup> Documento 98, Canberra, 28 de Fevereiro de 1975, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 201.
- <sup>100</sup> 16 de Dezembro de 1975, in Krieger, p. 69.
- <sup>101</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p.156.
- <sup>102</sup> Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.2.
- <sup>103</sup> Documento 478, Jacarta, 3 de Julho de 1976, in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 807.
- <sup>104</sup> Krieger, p. 85.
- <sup>105</sup> Krieger, p. 117.

- 
- <sup>106</sup> Resolução AG 3485 (XXX), 12 de Dezembro de 1975.
- <sup>107</sup> Krieger, p. 152.
- <sup>108</sup> Convenção sobre taxaço dupla e evasão fiscal assinada pela França e pela Indonésia a 14 de Setembro de 1979, *in* Krieger, p. 292.
- <sup>109</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p. 142.
- <sup>110</sup> Gabriel Defert, *Timor Est, le génocide oublié: Droit d'un peuple et raisons d'Etat*, l'Harmattan, Paris, 1992, p. 246.
- <sup>111</sup> *Ibid.*
- <sup>112</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p. 142.
- <sup>113</sup> New Zealand, OIA Material, Vol. I.
- <sup>114</sup> Documento 58, Canberra, 14 de Novembro de 1974, *in* Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 133.
- <sup>115</sup> Woolcott, p. 149.
- <sup>116</sup> Debates do Conselho de Segurança, 18 de Dezembro de 1975 e 22 Abril 1976, *in* Krieger, pp. 81, 117.
- <sup>117</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p. 109.
- <sup>118</sup> Telegrama para Londres, 10 de Fevereiro de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.4.
- <sup>119</sup> Defert, pp. 241-243; Ramos-Horta, *Funu*, p. 155.
- <sup>120</sup> *UN Monthly Chronicle*, 1 (4), Agosto-Setembro 1964, p. 32.
- <sup>121</sup> Documento 157, Jacarta, 21 de Julho de 1975, *in* Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 295.
- <sup>122</sup> Telegrama secreto, 24 de Outubro de 1975, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 6.
- <sup>123</sup> *Ibid.*
- <sup>124</sup> Australian Senate Report, *East Timor*, Dezembro de 2000, p. 137.
- <sup>125</sup> Telegrama secreto, 24 de Outubro de 1975, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 6.
- <sup>126</sup> Documento 249, Londres, 2 de Outubro de 1975, *in* Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 443.
- <sup>127</sup> Ver Richard Mann, *400 Years and More of the British in Indonesia*, Gateway Books, United Kingdom, 2004.
- <sup>128</sup> J.A. Ford, 10 de Fevereiro de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.4.
- <sup>129</sup> A.K. Goldsmith, Departamento do Sudeste Asiático do FCO, 4 de Fevereiro de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.5.
- <sup>130</sup> J.A. Ford, 2 de Janeiro de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.2.
- <sup>131</sup> Krieger, p.118.
- <sup>132</sup> A.M.Simons, 20 de Maio de 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.15.
- <sup>133</sup> 11 Junho 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.26.
- <sup>134</sup> Krieger, p.164.
- <sup>135</sup> Baronesa Trumpington, Câmara dos Lordes, 16 de Julho de 1992, *in* Krieger, p. 301.
- <sup>136</sup> Krieger, p. 302.

- 
- <sup>137</sup> Factsheet, Tapol e Campaign Against the Arms Trade (CAAT), Junho 2004.
- <sup>138</sup> Reino Unido - Câmara dos Lordes, Official Report, Parliamentary Debates, Unstarred Question-Indonesia: Aid and Human Rights, 16 de Julho de 1992, *in* Krieger, p. 302.
- <sup>139</sup> 24 Maio 1976, *in* Documentos desclassificados do Reino Unido, Dowson File 7.16.
- <sup>140</sup> Conselho ao subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos, Averell Harriman, 5 de Fevereiro de 1963, Documento NSA 2.
- <sup>141</sup> *Ibid.*
- <sup>142</sup> Gary Gray, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004. Gary Gray testemunhou a título pessoal.
- <sup>143</sup> Secretário de Estado, 25 Setembro 1974, Documento NSA 15.
- <sup>144</sup> Embaixada dos Estados Unidos da América em Canberra, 20 de Fevereiro de 1975, Documento NSA 24.
- <sup>145</sup> Conselho Nacional de Segurança, 4 Março 1975, Documento NSA 40.
- <sup>146</sup> Reunião de *staff* do secretário de estado, 8 de Outubro de 1975, Documento NSA 90.
- <sup>147</sup> Apelo ao Presidente dos Estados Unidos da América, 5 de Dezembro de 1975, Documento NSA 174.
- <sup>148</sup> Memorando de reunião na Casa Branca, 10 de Dezembro de 1975, Documento NSA 163.
- <sup>149</sup> Krieger, p. 119.
- <sup>150</sup> Krieger, p. 239.
- <sup>151</sup> Conselho Nacional de Segurança, Relatório para Brent Scowcroft, 12 de Dezembro de 1975, Documento NSA 165.
- <sup>152</sup> Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004.
- <sup>153</sup> *Human Rights in East Timor and the Question of the Use of US Equipment by the Indonesian Armed Force: Hearings before the Sub-committee on Asian and Pacific Affairs and Sub-committee on International Organisations*, 10, 17, 22 e 23 de Março de 1977, US Government Printing Office, Washington, 1977.
- <sup>154</sup> Conselho Nacional de Segurança, 29 de Junho de 1976, Documento NSA 312.
- <sup>155</sup> Carta ao senador Humphrey, 15 de Outubro de 1976, Documento NSA 355.
- <sup>156</sup> Declaração de Kenneth M. Quinn, secretário-adjunto substituto para os assuntos da Ásia oriental e do Pacífico à Audiência no Comité do Senado dos EUA sobre Relações Externas, 6 de Março de 1992, Krieger, p. 318.
- <sup>157</sup> Memorando ao Presidente Carter, 14 de Junho de 1977, Documento NSA 398.
- <sup>158</sup> Gary Gray, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 Março 2004. Gary Gray testemunhou a título pessoal.
- <sup>159</sup> Arnold Kohen, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>160</sup> 31 de Janeiro de 1992, Documento NSA 872.
- <sup>161</sup> Voto na CDH sobre Timor Leste, 4 de Março de 1993, Documento NSA 885.
- <sup>162</sup> Embaixada dos EUA em Jacarta ao secretário de Estado, 5 de Março de 1993, Documento NSA 885.
- <sup>163</sup> Comunicado de Imprensa do Departamento de Estado dos EUA, 4 de Setembro de 1999.
- <sup>164</sup> Resoluções da AG 1514 (XV) e 1541 (XV). Ver *UN Yearbook* 1960, pp. 49, 509.

- 
- <sup>165</sup> Shizuo Saito, *New Trends at the United Nations: Reactions to the Structural Changes in the International Order*, Shinyudo, Tóquio, 1979, p. 19.
- <sup>166</sup> Ramos-Horta, *Funu*, p. 122.
- <sup>167</sup> Krieger, p. 109.
- <sup>168</sup> 10 de Janeiro de 1976, *in* NZ, OIA Material, Volume I.
- <sup>169</sup> 4 de Maio de 1976, *in* NZ, OIA Material, Volume I.
- <sup>170</sup> Krieger, p. 50.
- <sup>171</sup> Abril de 1976, Documento NSA 252.
- <sup>172</sup> Documento 406, Jacarta, 24 de Janeiro de 1976, *in* Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 674.
- <sup>173</sup> *East Timor in Transition*, DFAT, p. 12. Quanto ao acordo sobre taxas ver Krieger, p. 292.
- <sup>174</sup> Declaração do Fórum dos Membros da Dieta Japonesa, com 92 participantes, sobre Timor Leste ao Comité Especial sobre Descolonização das Nações Unidas, Nova Iorque, 8 de Agosto de 1991.
- <sup>175</sup> Petição ao Comité Especial sobre Descolonização das Nações Unidas, 8 de Agosto de 1991.
- <sup>176</sup> Kenneth Christie e Denny Roy, *The Politics of Human Rights in East Asia*, Pluto Press, London, 2001, pp. 274-275. O Estatuto da ODA foi revisto em 2003.
- <sup>177</sup> Comunicado de Imprensa, ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, 4 de Setembro de 1999.
- <sup>178</sup> Henry Kissinger num almoço de negócios em Sydney, 13 de Novembro de 1995, *in* E.G. Whitlam, "E.G. Whitlam launches Bill Nicol 'Timor- a Nation Reborn'" *It's Time e-magazine*, Issue 7, University of Sydney Co-op Bookshop, 26 de Junho de 2002.
- <sup>179</sup> Embaixador da Nova Zelândia na Indonésia, depois do encontro com o ministro da Defesa indonésio, general Panggabean, 22 de Julho de 1974, *in* NZ, OIA material, Volume I.
- <sup>180</sup> Citado *in* Peter Elgin "East Timor, The Globe and Mail and Propaganda", *Portuguese Studies Review*, 11 (1), 2003, pp. 69-70.
- <sup>181</sup> Don McKinnon, ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Discurso na Escola de Jornalismo de Canterbury, 21 de Março de 1995, *in* NZ, OIA Material, Volume 3, Fevereiro 1994-Outubro 1995.
- <sup>182</sup> Eamon Duffy, *Saints and Sinners, A History of the Popes*, Yale University Press, Princeton, New Jersey, 2002, p. 367.
- <sup>183</sup> Citado *in* Frédéric Durand, *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*, Irasec, Bangkok, 2004, p. 89.
- <sup>184</sup> Pat Walsh "Church May Hold Key for Timor's Future", *National Outlook*, Janeiro de 1982, p. 14.
- <sup>185</sup> Entrevista da CAVR a Pat Walsh, Díli, 25 de Fevereiro de 2005.
- <sup>186</sup> Citado *in* Catholic Commission for Justice, Development and Peace, Melbourne, *The Church and East Timor: A Collection of Documents by National and International Church Agencies*, Catholic Commission for Justice, Development and Peace, Melbourne 1993, pp. 13-15; e Frédéric Durand, pp. 92-93.
- <sup>187</sup> Citado no Comunicado de Imprensa de Christians in Solidarity with East Timor, 20 Maio 1983.
- <sup>188</sup> Carta a Monsenhor Francesco Canalini (1986-1991) *in* *The Church and East Timor: A Collection of Documents by National and International Church Agencies*, Catholic Commission for Justice, Development and Peace, Melbourne, p. 10.
- <sup>189</sup> Carta ao Padre Pierre Toulat, Secretário, Comissão Francesa para a Justiça e Paz, Paris.
- <sup>190</sup> Irmã Mónica Nakamura, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.

- 
- <sup>191</sup> Rádio Renascença, 12 de Maio de 1991, excerto retirado de Frédéric Durand, p. 111.
- <sup>192</sup> Entrevista da CAVR a Alex Gusmão, 28 de Março de 2005.
- <sup>193</sup> Entrevista a Kay Rala Xanana Gusmão, Setembro de 1990, in Robert Domm, *East Timor: Keeping the Flame of Freedom Alive*, ACFOA Development Dossier 29, Australia, 1991, p. 24.
- <sup>194</sup> Patrick A. Smythe, *The Heaviest Blow - The Catholic Church and the East Timor Issue*, Lit Verlag, Münster, 2004, p. 199.
- <sup>195</sup> Arnold Kohen, *From the Place of the Dead: Bishop Belo and the Struggle for East Timor*, Lion Publishing plc, Oxford, 1999, p. 154.
- <sup>196</sup> Pat Walsh, *East Timor Political Parties and Groupings*, ACFOA, Australia, Abril 2001.
- <sup>197</sup> Domingos de Oliveira, ex-secretário-geral da UDT, depoimento à CAVR, Audiência Nacional Pública sobre o Conflito Político Interno 1974-1976, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>198</sup> *Ibid.*
- <sup>199</sup> “Fretilin on the World Stage” in Wendy Way (Ed.), DFAT, p. 450.
- <sup>200</sup> Jill Jolliffe, *East Timor; Nationalism and Colonialism*, University of Queensland Press, St Lucia, Brisbane, 1978, p. 221.
- <sup>201</sup> David Scott, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>202</sup> Krieger, pp. 66-67.
- <sup>203</sup> Krieger, p. 96.
- <sup>204</sup> Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Dili, 26 Maio 2004.
- <sup>205</sup> *Ibid.*
- <sup>206</sup> *Ibid.*
- <sup>207</sup> *Ibid.*
- <sup>208</sup> Comunicado de Imprensa da ONU, Department of Public Information Press Section, GA/D/2334, 9 de Novembro de 1982.
- <sup>209</sup> Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, 29 de Julho de 2004.
- <sup>210</sup> Declaração sobre a Atitude Portuguesa Actual relativamente à Questão de Timor Leste, 6 de Setembro de 1983, *Ost-Timor Information*, nº 3, Outubro 1983.
- <sup>211</sup> Carta do Grupo Parlamentar sobre Direitos Humanos, da Grã-Bretanha ao Secretário-Geral, 10 de Agosto de 1984, in Torben Retbøll, pp. 209-211.
- <sup>212</sup> Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Dili, 30 de Julho de 2004.
- <sup>213</sup> Entrevista da CAVR a Zacarias da Costa, 14 de Março de 2005.
- <sup>214</sup> Maria Ângela Carrascalão, *Timor: Os Anos da Resistência*, Mensagem, Lisboa, 2002, p. 135.
- <sup>215</sup> Estevão Cabral “Fretilin: Roots of the Friction”, *Fitun*, nº 11, Setembro 1993.
- <sup>216</sup> Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Dili, 30 de Julho de 2004.
- <sup>217</sup> Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, 26 de Maio de 2004.
- <sup>218</sup> Carta da Convergência Nacionalista de Timor ao Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, 9 de Março de 1988, in Krieger, p. 280.
- <sup>219</sup> Declaração da União Democrática Timorense ao Comité Especial de Descolonização, Nova Iorque, 13 de Agosto de 1987.

- 
- <sup>220</sup> Mensagem de 7 de Dezembro de 1987 no 12º aniversário da invasão indonésia in Xanana Gusmão, Sarah Niner (Ed.) *To Resist is To Win; The Autobiography of Xanana Gusmão*, Aurora Books, Victoria, 2000, pp. 129-136.
- <sup>221</sup> Ben Anderson *et al.*, entrevista a Mário Carrascalão, *Indonésia* (76) Outubro de 2003, pp. 21-22.
- <sup>222</sup> Comunicado da Convergência Nacionalista de Timor, 10 de Novembro de 1989, in Krieger, pp. 281-282.
- <sup>223</sup> José Ramos-Horta, *Towards a Peaceful Solution in East Timor*, East Timor Relief Association (ETRA) Sydney, 1996, p.31.
- <sup>224</sup> Entrevista da CAVR a José Ramos-Horta, Díli, 26 de Maio de 2004.
- <sup>225</sup> Comunicado de Imprensa do Comité Nobel, Oslo, Norway, 1996.
- <sup>226</sup> Entrevista da CAVR a Agio Pereira, Díli, 24 de Setembro de 2004.
- <sup>227</sup> *East Timor in Transition*, DFAT, p. 10.
- <sup>228</sup> Jamsheed Marker, *East Timor*.
- <sup>229</sup> Ver Fernando de Araújo “The CNRT campaign for independence” in James J. Fox e Dionísio Babo Soares (Eds), *Out of the Ashes*, Crawford House, Canberra, 2000, pp. 106-125.
- <sup>230</sup> Entrevista da CAVR a Agio Pereira, 24 de Setembro de 2004.
- <sup>231</sup> Abel Guterres, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>232</sup> Luísa Teotónio Pereira, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>233</sup> Abel Guterres, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>234</sup> *Ibid.*
- <sup>235</sup> *Ibid.*
- <sup>236</sup> Luísa Teotónio Pereira, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>237</sup> David Scott, manuscrito não publicado.
- <sup>238</sup> Luísa Teotónio Pereira, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>239</sup> Arnold Kohen, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>240</sup> Entrevistas da CAVR a John Taylor e Arnold Kohen, Díli, 2 de Fevereiro de 2005.
- <sup>241</sup> Sobre o trabalho de Steve Cox na Grã-Bretanha a seguir ao massacre, ver Kirsty Sword Gusmão com Rowena Lennox, *A Woman of Independence*, Macmillan, Sydney 2003, pp. 38-39.
- <sup>242</sup> Ver, por exemplo, Peter Slezak (Ed.), *A Travesty of Justice: Xanana Defence*, East Timor Relief Association, Sydney, Maio de 1996.
- <sup>243</sup> Ensaio de Carmel Budiardjo in Elaine Briere, *East Timor: Testimony*, Toronto, 2004, p. 68.
- <sup>244</sup> Ver David T. Hill, “East Timor and the Internet: Global political leverage in/on Indonesia” *Indonesia* (73) Abril de 2002, pp. 25-51.
- <sup>245</sup> Carlos Santiago Nino, *Radical Evil on Trial*, Yale University Press, Princeton, New Jersey, 1996, p. 186.

- 
- <sup>246</sup> Yeni Rosa Damayanti, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>247</sup> Jean Pierre Catry, Memo à CAVR, 28 de Janeiro de 2005.
- <sup>248</sup> *East Timor in Transition*, DFAT, p.v.
- <sup>249</sup> Ian Martin, *Self-determination in East Timor*, p. 88 ou, na versão em português, Ian Martin, *Autodeterminação em Timor Leste: as Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal Editores, Lisboa, 2001, p. 184.
- <sup>250</sup> Parágrafo 1º, Preâmbulo, *Undang-Undang Dasar Negara Republik Indonesia 1945*.
- <sup>251</sup> Yeni Rosa Damayanti, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>252</sup> Liem Soei Liong, Comunicação à CAVR, 28 de Fevereiro de 2005.
- <sup>253</sup> Yeni Rosa Damayanti, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>254</sup> Nugroho Katjasungkana, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>255</sup> Yeni Rosa Damayanti, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>256</sup> Citado in George J. Aditjondro, *Menyongsong Matahari Terbit di Puncak Ramelau (In the Shadow of Mount Ramelau: The Impact of the Occupation of East Timor)*, Yayasan Hak and Fortilos, Jakarta, 2000, p. 251.
- <sup>257</sup> James Goodman, “Indonesians for East Timor”, *Inside Indonesia* (59), 1999.
- <sup>258</sup> Ade Sitompul, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Prisão por Motivos Políticos, 17 de Fevereiro de 2003.
- <sup>259</sup> Declaração da 11ª Conferência INFID, Bona, 4-6 de Maio de 1998.
- <sup>260</sup> Patrick Walters “Let Tiimor-Leste Decide, Muslim leader” *The Australian*, 11 de Dezembro de 1996.
- <sup>261</sup> Declaração da 12ª Conferência INFID sobre o papel dos Militares na Sociedade Indonésia, Bali, 14 a 17 de Setembro de 1999.
- <sup>262</sup> Yeni Rosa Damayant, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>263</sup> Yeni Rosa Damayant, depoimento à CAVR, Audiência Pública Nacional sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>264</sup> Ian Martin, *Self-determination in East Timor...*, p. 13; versão em português: *Autodeterminação em Timor Leste...*, p. 32.
- <sup>265</sup> Geoffrey C Gunn, International Actors and East Timor’s Right to Self-determination, relatório à CAVR, Agosto de 2003, p. 138.